

Percival Tirapeli

A Construção Religiosa no Contexto Urbano
do Vale do Paraíba - Estado de São Paulo

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial do Curso de Pós-Graduação, para a obtenção do título de Mestre na Área de Artes.



São Paulo

1983

À Laura, mulher mãe.

AGRADECIMENTOS

Aos que me ouviram pacientemente falar, durante anos do Vale do Paraíba, discutiram os desenhos, leram, analisaram e corrigiram o texto.

Às bibliotecárias, aos que me hospedaram e forneceram materiais para o estudo, obrigado.

Agradecido estou pelo apoio do CAPES.

À Vanir, um agradecimento especial por ter tido a paciência de datilografar os manuscritos.

Ao prof. Dr. Wolfgang Pfeiffer, não só agradecimentos, mas também a admiração do discípulo que ama o mestre.

Orientador:

Prof. Dr. Wolfgang Pfeiffer

Esta dissertação foi defendida em ____/____/____
perante a seguinte banca examinadora:

Presidente, _____

A CONSTRUÇÃO RELIGIOSA NO CONTEXTO URBANO DO
VALE DO PARAÍBA - ESTADO DE SÃO PAULO

Í N D I C E

1. INTRODUÇÃO	01
1.1. Literatura	02
1.2. Método	05
1.3. Hipótese	06
1.4. Estrutura do Texto	06
2. HISTÓRICO	09
2.1. O Vale do Paraíba	09
2.2. Caminhos e Estradas	11
2.3. Ciclos Econômicos	13
2.4. Processo de Povoamento	16
2.4.1. Períodos	16
2.4.2. Morgado de Mateus	17
3. URBANISMO E IGREJA	21
3.1. Patrimônio Religioso	21
3.2. A Igreja	21
3.3. Anotações de Pallière	33
3.4. Desenvolvimento dos Núcleos	36
4. CAPELAS	45
4.1. Tipos	45
4.1.1. Capelas Agregadas	47
4.1.2. Autônomas	48
4.1.3. Capelas Urbanas e Rurais	48
4.2. Esquemas de Construções	50

5. ANÁLISE FORMAL	55
5.1. Técnica	55
5.2. Planta Baixa	58
5.2.1. Nave Única - Matriz de Cunha	58
5.2.2. Três Naves - Matriz de Guaratinguetá	64
5.2.3. Naves Romanizadas	73
5.2.4. Interpretação da Nave	74
5.3. Torres	75
5.3.1. Torres como Elementos Formais	75
5.3.2. Arremates	77
5.3.3. Análises	79
5.4. Frontispícios	81
5.4.1. Fachadas	81
5.4.2. Frontões	84
5.5. Perfis e Telhados	86
5.6. Sinos	88
5.7. Fachadismo	91
5.8. Reformas	93
5.9. Importação	99
5.10. Classificação Formal	103
6. O ESPAÇO RELIGIOSO	108
6.1. O Jesuítico	108
6.1.1. Análise da Freguesia da Escada	109
6.2. O Carmelita	113
6.2.1. Análise da Capela de Santo Ângelo	114
6.3. O Franciscano	116
6.4. Análise do Convento de Santa Clara	117
6.4.1. Programa Franciscano	117
6.4.2. Isolamento	121
6.4.3. Transformações	123
6.4.4. Espaços Interno e Externo	126

7. CIDADE DE FAZENDEIROS - BANANAL	130
7.1. Aspectos Urbanos	130
7.2. Famílias Almeida e Aguiar Vallim	132
7.3. Histórico do Largo do Rosário	134
7.4. Uso e Dinâmica	135
7.5. O Conjunto	138
7.6. Análise	140
8. O CONFLITO NO ESPAÇO RELIGIOSO EM APARECIDA	144
8.1. O Morro dos Coqueiros	144
8.2. A Capela	149
8.3. A Capela no Perfil da Colina	151
8.4. Análise	153
8.4.1. O Perfil	153
8.4.2. O Traçado	156
9. CONCLUSÃO	163
9.1. Envolvimentos Sociais e Urbanísticos	163
9.2. A Estrutura e Reforma do Templo como Reflexo da Sociedade..	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172
RESUMO	178
SUMMARY	180
ANEXOS	182
NOTAS DOS ANEXOS	187

1. INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é fazer não uma pesquisa histórica de cada templo do Vale do Paraíba, no ciclo do café, mas relacioná-los com o desenvolvimento da sociedade e transformações urbanísticas. Estudar o edifício como um todo e ir além, interpretando as transformações. Estudar a arquitetura e o espaço circundante como fator de envolvimento do edifício, e não apenas a decoração interna dos edifícios religiosos, o que certamente seria motivo para outro estudo. Retábulos, esculturas, pinturas e o envolvimento dos artistas com as famílias mineiras, seriam temas a serem aprofundados. As fachadas neoclássicas e os interiores rococós são sugestões de outras possíveis relações de influências do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Com o não envolvimento junto a fundadores, doadores, títulos de nobreza, pode-se ficar mais livre para estudar os fatores econômicos e processos de novo comportamento social. Não há dúvida de que um compêndio reunindo documentos das igrejas seria de importância. Já se sabe, porém, que não existem plantas das mesmas, uma vez que elas receberam sempre inúmeras reformas que as desfiguraram. Resta uma saída: a leitura através da técnica e da interpretação da obra inserida na vida coletiva, resultante de uma transformação social.

Não há dúvida de que um levantamento como vem sendo feito pelo CONDEPHAAT e SPHAN, sempre vai perdurar no sentido da história da arte convencional, baseada no estudo das fontes, classificação de materiais e correta distribuição dos autores e suas obras. Não há como rivalizar com este processo, necessário. É suporte para as análises.

Fontes não escritas, como obras plásticas, festas religiosas e profanas, estão à espera de "arquivadores" que saibam lê-las.

A delimitação geográfica que adotei é, geograficamente, flexível: Vale do Paraíba, atual Estado de São Paulo, com a inclusão de Moji das Cruzes. Nada impede que as similares conclusões sejam aplicáveis em casos fluminenses como o de Vassouras, estudado por Silva Telles. Assim, o critério de delimitação geográfica que utilizei é uma questão de estreitamento e de direcionamento do assunto a ser estudado. O Vale do Paraíba é zona privilegiada pela localização entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira - aí se pode assistir ao incremento da economia brasileira até a era industrial, pesquisa esta realizada por Nice Lecoq Müller. Mas, sua posição de corredor e passagens de riquezas e cultura, tornou-a vulnerável. As influências de pólos culturais mais importantes como o Rio de Janeiro e Minas Gerais colocaram-na em segundo plano. Mesmo se aí não se encontrarem obras de arte importantes, justifica-se a pesquisa pela procura da interpretação das diversas fases econômicas por que passou a região e como a sociedade reagiu e transformou essa arquitetura. Por ter sido o Vale do Paraíba local de passagem e ter ficado isolado depois da abertura do caminho pela província do Rio de Janeiro à Minas Gerais, não teve tempo de sedimentação e construção de templos tão elaborados quanto os de Minas Gerais. Teve montagem de formas que se constituem em volume, mas não obras em si. Classificar igrejas unicamente em estilos, seria, portanto, praticamente impossível. É preciso, então, tentar ir além.

1.1. Literatura

Acreditando que a arquitetura do Vale do Paraíba tenha seus melhores valores da porta para fora, isto é, há um desequilíbrio entre interior e exterior, exponho em forma de esquema o conteúdo de cada capítulo que me proponho a escrever... "não se trata de alcançar a erudição pela acumulação de citações e pelo confronto dos textos, nem ditar sentença final... nem seguro demais para não se tornar in-

seguro, porém, algo limitado e talvez elementar, porém, menos inseguro e mais maleável...", como se expressou o grande mestre Lourival Gomes Machado¹.

Não farei um panorama completo, mas tirarei conclusões de quem viveu, vivenciou e se distanciou, podendo ser, assim, uma leitura polêmica, e não apenas um guia de dados.

A bibliografia sobre o Vale do Paraíba paulista é tão extensa que mereceu um guia especial; de onde se sente a importância da região como caso de estudo em aspectos mais variados². No próprio Vale do Paraíba, as cidades possuem seus historiadores e pesquisadores, às vezes, julgando-se donos de informações, porém, homens esclarecidos e organizadores de entidades que trabalham pela sociedade e reconstrução da história valeparaibana. Institutos, museus com boletins, pesquisas organizadas e auxílio de órgãos governamentais vêm atuando na área com levantamento de materiais da arquitetura, localizações, técnicas construtivas, histórico e origens dos monumentos. O CONDEPHAAT possui arquivo especial da região com levantamentos sistemáticos de zonas e assuntos específicos: fazendas, capelas, igrejas, conjuntos urbanísticos e construção civil. As pastas são acompanhadas de levantamento fotográfico, desenhos em escala e vistas auxiliadas por um texto histórico elementar, porém, explicativo na parte técnica. A SPHAN, além de completa fototeca, possui uma preciosa correspondência de Luis Saia a Dr. Rodrigo M. F. de Andrade esclarecendo detalhes dos monumentos tombados por este órgão na região.

Qualquer tentativa de citar aqui a bibliografia completa e específica de arquitetura e urbanismo da região estudada, seria pretensiosa e incompleta. Reunir as informações por reuni-las seria um compêndio. Esparsas em revistas, boletins, arquivos, juntei informações de casos a serem estudados. Tomei por informações básicas, os documentos de fundações das vilas e cidades, os desenhos do arquiteto Julien Pallière para a análise urbanística, desenhos de Thomas Ender como documentação iconográfica do século XIX³, e as obras de Zaluar⁴, Saint-Hilaire⁵ e Luis Saia⁶ por serem específicas da região

e conterem informações de arquitetura religiosa, civil e urbanística. Para a interpretação escolhi exemplos que já possuíam vasto estudo histórico e fundamentos para um estudo mais abrangente e comparativo entre os exemplares.

1.2. Método

Quanto à orientação a respeito do método, reconheço que não se pode seguir integralmente apenas um: a sensatez de Lúcio Costa⁷, ou o didatismo e preocupação espacial de Bruno Zevi⁸. Este último propõe-se "reler o antigo com olhos modernos, traçando, assim, a história moderna da arquitetura antiga", e ainda critica: "com o método de aplicar à arquitetura os critérios da crítica pictórica não haverá progresso da crítica à arquitetura, pois o engenheiro escreve sobre as técnicas de construção, os arqueólogos filosofam e o crítico a coloca com o reflexo da arte pictórica". Bruno Zevi crê que analisando a arquitetura através das plantas e cortes não se sente o espaço por onde se vai circular e desta maneira se elogia o espaço - mais abstratamente imaginado que sentido. Portanto, julga que a arquitetura tem seu valor no espaço urbanístico e que um juízo crítico do espaço é suficiente para julgar uma obra arquitetônica. Sendo esta obra um edifício, ele pode caracterizar-se por pluralidade de valores: - econômicos, sociais, técnicos, funcionais, decorativos, artísticos e espacial. É uma concepção espacial, do local onde se desenrolam nossas vidas.

Outros métodos também foram utilizados como os de José Teixeira Coelho Neto⁹ e Evaldo Coutinho¹⁰, propondo-se a estudar o espaço na arquitetura.

Procurei não empregar teorias de análise de obras de arte desenvolvidas para obras européias, a exemplo do clássico "Conceitos Fundamentais de História da Arte", de Heinrich Wölfflin. Tais classificações, para as obras aqui analisadas, poderiam perder a importância que lhes é conferida no sentido original

1.3. Hipótese

O desenvolvimento da pesquisa levou-me à hipótese de que a arquitetura religiosa do Vale do Paraíba é a expressão de sociedade em conflito de valores. O poder temporal, na figura do Imperador, não mais precisava do poder religioso. Desta maneira, o homem se apressou em construir palacetes para receber o novo símbolo do poder temporal, porém, conflitante ainda com a importância de manter a construção religiosa como a irradiadora dos pensamentos e expressão do prestígio local.

O desejo de acumular riqueza para si, produzir para o Estado, e o reconhecimento através de títulos imperiais, foram as diretrizes de pensamento que levaram os homens apenas a reformarem e avolumarem as construções religiosas. Apagar as marcas do tempo colonial, resumiu-se, praticamente, em encobrir fachadas e ocultar telhados. O resultado foi a expressão apressada de novo estilo que não foi sedimentado. O neoclássico foi aplicado às estruturas coloniais que se transformaram em obras híbridas.

No urbanístico está a expressão de maior ousadia. A estrada de ferro corta as cidades criando novas vias, e a estação rouba em importância o espetáculo e movimentação reservada antes para a praça da matriz. O urbanismo deixou de se direcionar pelos edifícios religiosos e se voltou para a nova dinâmica do comércio. Sob pretexto do benefício coletivo, as estradas de ferro escoam economias particulares. As cidades continuam sendo dos fazendeiros que desde as doações dos patrimônios religiosos as dominaram. O temor pelo espiritual, uma das maneiras de manter o poder do rei na colônia, se desfez. O depositar a expressão da riqueza aos pés de Deus, era o passado. Começaram a preparar os palacetes para si na certeza de receberem aí o próprio poder: o Imperador.

1.4. A Estrutura do Texto

A construção religiosa no contexto urbano do Vale do Paraíba deve ser compreendida desde os tempos do povoamento. A capela era a es

tabilidade da nova povoação, porém como zona de preparação da exploração e passagem do ouro, foram os religiosos barrados na boca do vale. Moji das Cruzes é o limite para os jesuítas que por pouco tempo adentraram até a atual São José dos Campos. Foram os franciscanos os escolhidos para atuarem em Taubaté. Pobreza e ambição se confrontaram. Venceu a última, e a projeção da programação do espaço dos religiosos nas cidades é praticamente nula. O Convento de Santa Clara de Taubaté é um exemplo analisado no aspecto da escolha proposital dos franciscanos, o isolamento da cidade e a estética que se transforma ao sabor dos conflitos e mudanças de programações do edifício religioso.

O espaço urbanístico e o desenvolvimento econômico das famílias de fazendeiros é analisado no exemplo da cidade de Bananal. Aspectos urbanos delimitam a cidade em dois períodos: colonial e imperial. O primeiro dominado pela construção da igreja matriz e o segundo dominando a construção religiosa e culminando com a construção da estação da estrada de ferro.

O patrimônio religioso, princípio de formação das cidades valeparaibanas, é estudado no exemplo da cidade de Aparecida. A acertada localização da antiga capela, a organização das proporções da terra até os conflitos das trocas de interesses espirituais e materiais que levaram à destruição visual da colina sagrada. Hoje, dois traçados antagônicos circundam as construções religiosas que lutam para manter a imagem da espiritualidade. É uma luta através de massas arquitetônicas que se projetam sobre os dois morros: Coqueiros e Pitas.

Delimitei-me, praticamente, a aprofundar estes três exemplos - por serem eles expressivos. Aparecida é exemplo vivo. Bananal parou no tempo e se mostra intacta. Convento de Santa Clara, em Taubaté, anseio da sociedade desde o povoamento e que foi se mantendo vivo como projeção de suas transformações.

Intercalo exemplos comparativos que sejam suportes reais para o estudo. Nem mesmo na análise formal das construções houve citações excessivas.

Atenho-me apenas ao estudo das igrejas como expressão da construção religiosa no contexto urbano. Inserir a construção civil, como a análise do posicionamento da estação da estrada de ferro, seria dispersivo.

Também, seria enganoso simular uma beleza formal. O processo de formação e a transformação é de maior importância. Daí, a justificativa do não estudo da decoração interna, que poderia levar a um outro estudo.

Os desenhos são apenas esquemas ilustrativos sem nenhuma pretensão de levantamento técnico. Este pode ser encontrado nos arquivos do CONDEPHAAT¹¹ e SPHAN¹², com desenhos em escalas e executados segundo normas arquitetônicas. Aqui, os esquemas procuram guardar a intensidade proporcionada por meios fotográficos de levantamento de campo.

Os métodos, suportes para interpretações, não são citados a cada utilização. São apenas instrumentos auxiliares para as análises.

O objetivo deste trabalho não é, apenas, a análise formal e plástica do edifício, mas, também, sua inserção dentro do contexto social.

- ¹MACHADO, Lourival Gomes. . Barroco Mineiro, p. 33.
- ²Nestor Goulart Reis Filho é o coordenador de Bibliografia Preliminar do Vale do Paraíba que contém os seguintes itens: documentos, iconografia, mapas e plantas, fotografia, livros e periódicos.
- ³Vide Anexo nº 3. Viajantes do Século XIX.
- ⁴ZALUAR, Augusto Emílio. Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861).
- ⁵SAINT-HILAIRE, Augusto de. Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo.
- ⁶SAIA, Luis. Morada Paulista.
- ⁷COSTA, Lúcio. A Arquitetura Jesuítica no Brasil.
- ⁸ZEVI, Bruno. Saber Ver a Arquitetura.
- ⁹COELHO NETO, José Teixeira. A Construção do Sentido na Arquitetura.
- ¹⁰COUTINHO, Evaldo. O Espaço da Arquitetura.
- ¹¹CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Possui vasto material referente ao Vale do Paraíba, bem como publicações de cidades históricas. O material coletado se encontra em pastas, as páginas sem numeração, selecionadas por região. Os desenhos, além das anotações locais, são também técnicos para a orientação de restauros.
- ¹²SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional. Também em pastas, referências aos monumentos tombados por este órgão e precioso levantamento fotográfico da região.

2. HISTÓRICO

2.1. O Vale do Paraíba

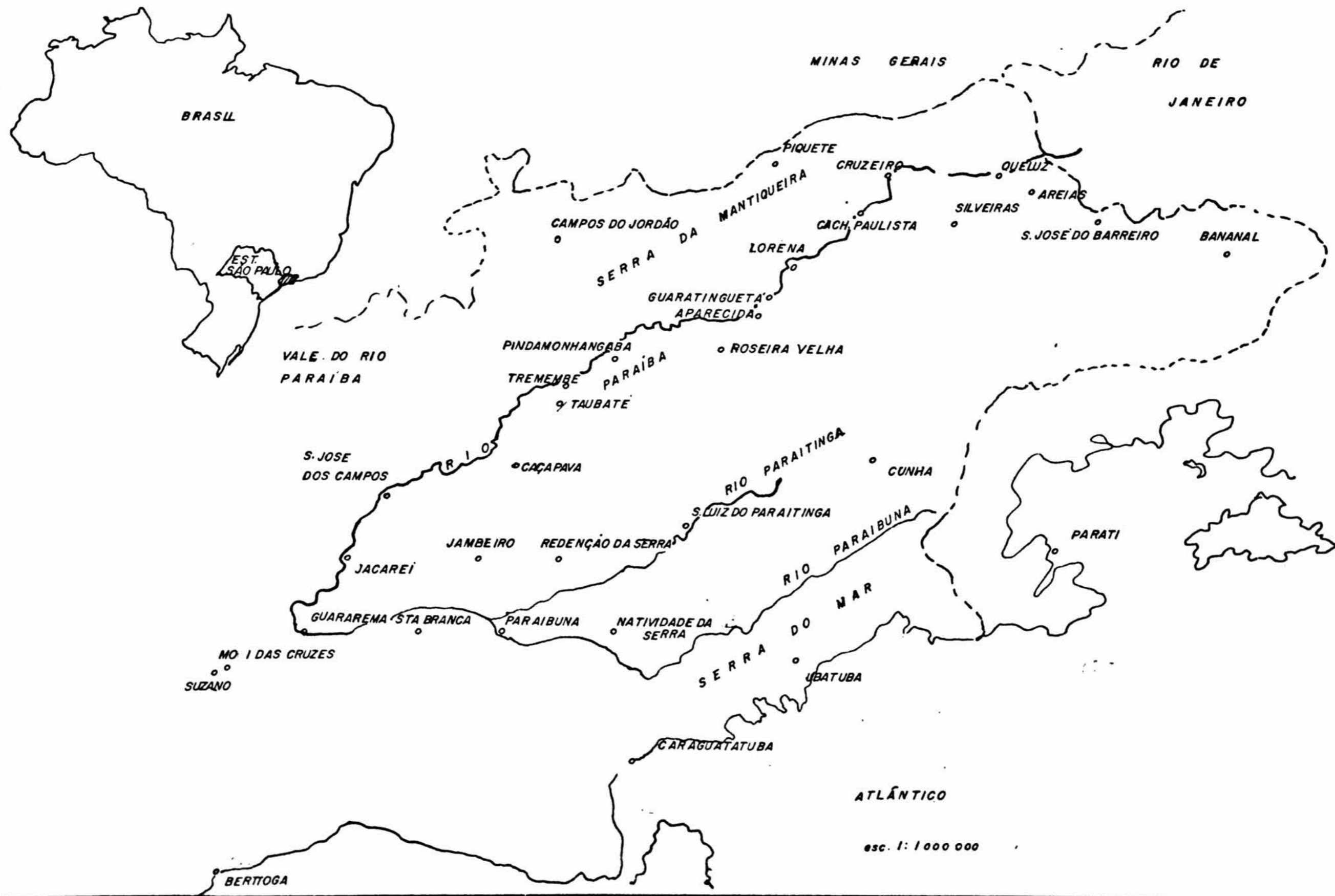
O Rio Paraíba (para'iwa = rio imprestável, em tupi) serpenteia entre a Serra do Mar, dividindo-a da Serra da Mantiqueira. Depois, percorre Minas Gerais e a faixa litorânea do Estado do Rio de Janeiro (Esquema 1).

No alto Paraíba, correm os rios Paraibuna e Paraitinga. Correm na Serra do Mar e formam o Paraíba. Este se aproxima do rio Tietê na altura da cidade de Moji das Cruzes. Dois rios em direções diferentes ao longo dos quais nasceram as cidades do ciclo do ouro, da cana-de-açúcar e café. No Vale, propriamente dito, onde as Serras do Mar e Mantiqueira se abrem e o rio serpenteia a faixa de terra plana, há formações em meia laranja, suaves, outrora cobertas de florestas tropicais.

No Estado do Rio de Janeiro, onde a faixa litorânea é larga, acolhedora e fértil, o rio Paraíba do Sul presenciou o desenvolvimento das culturas da cana-de-açúcar e depois do café. Em Minas Gerais, encontram-se 20.900 km² contra os 13.500 km² de São Paulo e 22.600 km² do Rio de Janeiro, no total de 57.000 km².

Saint-Hilaire descreveu as matas tropicais, por onde três vezes passou, como "mil ondulações e as plantas pareciam, por assim dizer, formar uma só massa, se os acidentes do terreno não deixassem perceber os troncos das árvores e se as diferenças de altura, cor e folhagem, não atraíssem a espantosa variedade de espécies"¹.

LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO



Hoje, eucaliptos, cupins e capim tomam a posse da terra. O mar de morros é parado. O mormaço vinga o desmatamento incontrolado. Ainda à noite, fumegam e lampejam clarões na serra, espectro do Jeca Tatu. O único comparsa que restou.

Os barões do café se retiraram em marias-fumaça.

2.2. Caminhos e Estradas

Os títulos imperiais ficaram no Vale do Paraíba, mas a riqueza do ouro verde escapou sobre os trilhos de ferro. Monteiro Lobato escreveu o seguinte:

...o progresso cigano, quando um dia levantou acampamento dali, rumo Oeste, esqueceu de levar consigo aquele isolador de fios de telegráfos... E lá ficará ele, atestando mudamente uma grandeza morta, até que decorram os muitos decênios necessários para que a ruína consuma o rijo poste de "candeia", ao qual o amarraram um dia ² no tempo feliz em que Ribeirão Preto era ali...

Outras vezes, a riqueza passou pelos caminhos do Vale. É local de passagem e o caminho natural é o rio. As trilhas indígenas margeavam riachos e rios. Frei Gaspar da Madre de Deus informara ao governador da Capitania uma estrada datada de 1560. Capistrano de Abreu cita: "...Fronteiras à Jacareí, há as gargantas do Rio do Peixe... Fronteiras à São José dos Campos, há as gargantas do Rio Buquira"³. E continua a assinalar os caminhos naturais para o planalto mineiro a partir de Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena, Piquete e Cachoeira Paulista.

Se os rios foram os primeiros caminhos naturais que ajudaram os homens, a serra e, mais ainda a mata, foram barreiras. Os caminhos para se atingir as Minas Gerais pelo norte, através da Bahia, eram custosos e durante dois séculos se fez pelo sul. A garganta do Embaú na Mantiqueira era a fresta na serra que, para ser atingida e se chegar ao Rio das Velhas, partindo de São Paulo, leva-se até dois meses de viagem. Vindo do Rio de Janeiro, através de Parati, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá até o Rio das Velhas, o Governador Arthur de Sá, em companhia de André João Antonil, no início do século

XVIII, demorou em viagem do dia 23 de agosto a 23 de novembro⁴.

Outros caminhos foram abertos de Taubaté para Ubatuba através da "trilha dos tamoiós" e, em 1641, Domingos Dias Felix e Jacques Felix pediram, em nome da Senhora Condessa de Vinieiro, uma légua de estrada na paragem e lugar chamado Paraitinga, no caminho do mar⁵. Sérgio Buarque de Holanda, opina que, estando já os terrenos em volta de São Paulo ocupados, os caminhos serra acima que atingiram o Vale do Paraíba, foram uma maneira de incrementar a população da região.

Tal impulso recebe esse povoamento que, para fins do século XVII, os de Taubaté, centro principal do sertão do Paraíba, já se podem considerar com petidores e, às vezes, inimigos dos de São Paulo, unindo-os apenas a comum aversão ao emboaba. Orientada, em grande parte na direção do Rio de Janeiro, em virtude da deficiência das comunicações com São Paulo, a princípio difíceis, mais tarde, quase inúteis, devido aos "caminhos do mar", que sucessivamente vão se abrindo, é natural que todo aquele espaço tenda a se constituir numa unidade à parte, com sua filosofia própria, e seus interesses particulares, que não são⁶ sempre os do restante das capitanias paulistas.

O bandeirante que fizera de Minas Gerais, fruto paulista, a grande província, partiu para Goiás. Os que descobriram os meios auríferos em Minas, Goiás e Mato Grosso, voltam-se ao Vale do Paraíba "com as mesmas características; ânsia de enriquecimento; iniciativa corajosa e imprevidência"⁷.

Repete-se o drama no Vale: as estradas que trazem riquezas possuem atalhos que trazem a miséria. Com o novo caminho às Gerais, passando por Juiz de Fora, o Vale ainda conserva "certa aparência de prosperidade, uma vez que podem transitar animais de carga, ao passo que pela via do Rio de Janeiro os artigos de consumo e o ouro das minas hão de ser conduzidos quase sempre aos ombros dos escravos pretos"⁸.

A Estrada de Ferro São Paulo-Rio de Janeiro, em 1877, veio substituir o transporte de mercadorias e homens. Até então, era feito por cavalos, liteiras, muares e carruagens. Marcou o fim das companhias de navegação e dos portos não sô do rio Paraíba como os do litoral: Angra dos Reis, Paraty, Mambucaba, Ubatuba e São Sebastião. Toda a

região entrou em decadência, e o benefício chegou ao vale.

Com o advento do automóvel e a abertura da estrada Rio-São Paulo, 1928, Bananal, Areias, Silveiras e São José do Barreiro viram-se ligadas às atividades do Vale, reconquistando prestígio. A nova rodovia Presidente Dutra foi, porém, um sonho preto e amargo. Ficaram elas encravadas entre morros de onde outrora nasciam rios de prestígio.

2.3. Ciclos Econômicos

Subsistência: 1630-1775

Na economia de subsistência, o povo, vivendo isolado em roças, à beira dos caminhos e de onde nasceram os primeiros povoados, não tinha praticamente comércio. A mão-de-obra empregada era indígena. Deles recebia-se a influência dos produtos: milho, feijão, abóbora, cará, mandioca, inhame. Cultivavam arroz, algodão, trigo e cana-de-açúcar. Para a obtenção do açúcar, fubá e outros produtos, usavam o monjolo, o moinho, engenhoca e tear manual.

As casas eram de taipa e, na parte interna, de taipa de mão. O forro era de esteira ou telha-vã e terra batida no chão. A cobertura, de sapê ou telha de canal. O mobiliário, praticamente inexistente.

A alimentação se dava com os produtos da terra: pinhão, taioba, urucum, marmelada, broas e biscoitos.

Criavam-se alguns bois, cavalos e porcos⁹.

Cana-de-Açúcar: 1775-1820

No segundo ciclo econômico, a lavoura canavieira elevou o nível de vida e modificou a estrutura profissional. Em 1799, o Vale contava com 155 engenhos contra 113, só na cidade de Itú.

Do acúmulo dos capitais que surgiram dos grandes latifúndios ou propriedades, criou-se a infra-estrutura para gerar o ciclo do café.

As melhorias: maior número de profissões desempenhadas por indivíduos livres, mais oportunidades às classes comerciantes. Com o artesanato doméstico o trabalho feminino marca presença, e atividades secundárias de taapeiros, entalhadores ligados à construção e mais sapateiros, alfaiates, ferradores, latoeiros, além da destacada elevação de profissões agrícolas¹⁰.

O movimento importação e exportação recebe incremento. Exportam-se açúcar, aguardente, toucinho, fumo e algodão e importam-se vinhos, vinagres, meias e fitas de seda, linho e lã.

A produção agrícola se concentra em açúcar, aguardente de cana, algodão, milho, feijão, arroz, farinha, tabaco e azeite.

Habitantes de outras regiões, além de Portugal e São Paulo, aí se fixaram. A população cativa de origem africana é diversificada: benguelas, angolas, cassangues, rebolos, cabindas e ganguelas.

As residências rurais prevaleceram em importância sobre as da cidade. Os homens mais importantes habitavam fora do perímetro das modestas vilas e aí vinham por ocasiões de festas e gastavam seu dinheiro na construção da igreja. Estes mesmos importantes senhores é que construíam as pontes, estradas e arrumavam as vilas por conta própria.

O Governo do Morgado de Mateus que incrementou a economia da província de São Paulo, na segunda metade do século XVIII, interveio como representante da Coroa nos traçados das Vilas de Cunha e São - Luiz do Paraitinga.

Os engenhos de cana-de-açúcar eram as principais construções civis. Empregavam antigas técnicas de construção do planalto paulista. Os engenhos se localizavam em terreno em declive, aproveitando as quedas d'água e eram assobradados, utilizando a parte de baixo para os serviços e/ou depósitos, e em cima o estar. Denominada arquitetura de "torna viagem", de Minas para São Paulo, gerou residências com um sentimento aburguesado. Na planta, nota-se a aculturação de pessoas que já tinham contactado com cidades de certa concentração.

Café: 1820-1920

O ciclo do café modificou a feição do Vale do Paraíba. Chegou em 1727 à Amazônia; já percorrera o mundo. Da Etiópia à Arábia. Passou para o novo mundo através da Holanda e França, infiltrando-se na região oriental de São Paulo, aproximadamente em 1790¹¹. Por Arreias e Bananal entrou o café. Transformou as edificações. Modas européias sobre as técnicas tradicionais. Fazendeiros construíram casas urbanas com salas de receber, contíguas às de jogar, bailar, jantar ou de música. Móveis e adornos foram importados. Baixelas em ouro, lustres e candelabros de bronze, com mangas de cristal francês, tapetes, aparadores sustentavam espelhos com molduras douradas. Nas paredes, retrato a óleo da própria família. O capitão-mor, Antonio Galvão de França, de Guaratinguetã já tinha em seu escritório em 1755 "dois retratos de pessoas reais", no valor de 6\$400 rs.¹². As fazendas ostentaram pinturas ilusionistas. Vilaronga pintou na Fazenda Rialto em Bananal, dentre outras. O Visconde de Palmeira, Antonio Salgado da Silva, de Pindamonhangaba, mandou construir seu palacete decorado com trabalhos em estuque, representações de telas de Augusto Petit, Rugendas, Debret e paisagens do Rio de Janeiro.

A estrada de ferro modificou o urbanismo, fazendo com que o foco de interesses e acontecimentos concentrados na matriz, fosse dividido com a estação da estrada de ferro. Com o meio de transporte de via férrea, novos materiais como: ferro, mármore, tijolo, louçaria portuguesa, chafarizes e estátuas de louça portuguesa, chegaram às cidades que se embelezaram.

Do ciclo econômico do café, no Vale do Paraíba, ficou a marca da cobiça, luxúria e outros aspectos ainda obscuros de interesses políticos. Exigiram-se dos dois condes, sete viscondes e vinte e nove barões ... que sustentaram o Império, altas cifras monetárias.

O paulista não soube frear seus impulsos. Fraquejava a alma. O neo-bandeirante industrial - o paulistaliano - substituiu as palmeiras imperiais por chaminés¹³.

Faria meu os sentimentos de Rubens do Amaral: Vestiram às pressas o Vale. Cada cidade, uma noiva coberta de flores alvíssimas e grinaldas de ramos de café, substituto do acanto. Para alegria do Império, colibris em bandos e abelhas em enxames se estontearam no perfume. Multiplicaram-se no ouro verde de seus frutos. Hoje, na noite fresca, o luar iluminou a paisagem de fotografia: fazia pensar, cinzenta, fria, morta, nos mundos extintos.

2.4. O PROCESSO DE POVOAMENTO

2.4.1. Períodos

O processo de povoamento de São Paulo pode ser dividido em três períodos até 1816 ou 1834.

O primeiro período, desde o descobrimento até 1705, com a fundação de Santo André da Borda do Campo em 1553, foi marcado pela investida às minas de ouro e o preamento dos índios. O avanço serra acima foi incentivado pela crença da existência de caminhos de São Vicente a Assunção¹⁴.

De 1553 a 1611 preparou-se o descobrimento das minas. A lavoura de cana-de-açúcar não vingou no litoral paulistano. Com a formação de São Paulo e novos núcleos, onde ter em posse os índios valia mais do que possuir terras, o vale do Paraíba começou a ser povoado dentro do binômio: povoação do planalto ligado às cidades do litoral que ofereciam porto natural.

Moji das Cruzes, de 1611 iniciou a ligação com o mar na região do Vale do Paraíba. Outras cidades, ao longo do rio, marcaram a ocupação das terras sem organização. Até 1705, com a fundação de Pindamonhangaba, as vilas ali fundadas não obedeceram ao traçado urbano e seus sítios foram determinados pela topografia e caminhos. Houve inconsistência das construções: o que importava era prear índios e comerciá-los, e a produção de víveres foi para a subsistência.

Esclarecendo o binômio planalto e mar, surgiram as povoações: Moji das Cruzes ligou-se a Bertioga; Taubaté a Ubatuba, via S. Luís

do Paraitinga; Guaratinguetã a Paraty, via Cunha; Paraibuna a Caraguatatuba.

O centro virtual geológico definiu a implantação de Taubaté. Da navegabilidade surgiu Jacareí, e da travessia para o Embaú incrementou-se Lorena.

O segundo período, de 1705 a 1765, teve início com a descoberta do ouro. Culminou com a extinção da capitania de São Paulo e o início da incrementação da província de São Paulo pelo Morgado de Mateus. As debandadas para as minas deixaram as vilas à míngua. Porém, a abertura de caminhos por terra fizeram com que houvesse algumas transações comerciais.

O terceiro ciclo foi caracterizado pela cultura de cana-de-açúcar, 1765 a 1816 ou 1834, como demarca Luis Saia¹⁵. Bernardo José de Lorena iniciou a cultura da cana-de-açúcar, não atingindo, contudo, grande desenvolvimento. "No Vale do Paraíba, apesar de certa importância, tal cultura nunca teve o papel que obteve na outra área de 'serra acima', ou seja, no quadrilátero formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí"¹⁶.

A data 1816 foi escolhida por autores, pois a fundação de Areias teve características comerciais e 1834 foi o ano do Ato Adicional que organizou o poder civil em termos nacionais.

2.4.2. Morgado de Mateus

O período de 1765 a 1785 teve a influência das idéias do Morgado de Mateus¹⁷. As vilas nasceram como resultantes de causas políticas e econômicas. A economia nem sempre pode sustentar tais vilas, que se tornaram imutáveis e geraram núcleos quase inexistentes, alguns de desenvolvimento restrito e outros que tiveram o sítio mudado.

Do primeiro grupo, ou seja, das quase inexistentes ou que não vingaram, Sant'Ana, povoado entre Lorena e Rezende, iniciada em 1771, não se efetivou como o previsto. Hoje seu sítio foi ocupado pela Re-

presa do Funil.

Caraguatatuba, que fora extinta em 1666, volta a receber o incremento para se comunicar com Paraibuna. Caraguatatuba não vingou.

O segundo grupo teve um desenvolvimento restrito, possuindo um traço urbano organizado. Estas vilas vão se desenvolver apenas no século XIX. Nesse período, São Luís de Paraitinga¹⁸, Santo Antonio da Paraibuna e São José dos Campos receberam grande incremento. Esta última, tem o traçado determinado pelo ciclo do café e hoje um perfil industrial¹⁹.

O último grupo se caracteriza pela mudança do sítio urbano. Não mais sendo as vilas o reflexo da concentração do poder em torno de um só homem, os poderes econômico e social determinaram a mudança de vilas para mais perto do caminho que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro.

As ligações por terra foram executadas: a região da Paraíba Nova foi ligada ao Rio de Janeiro; o mar do Norte foi ligado ao "mar de morros"; o movimento migratório das minas intensificou a região²⁰.

- ¹ SAINT-HILAIRE, August de. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Vol. I, p. 65.
 - ² LOBATO, José Bento Monteiro. Cidades Mortas, p. 06.
 - ³ ABREU, José Capistrano de. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil, p. 80-81.
 - ⁴ ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil pelas Minas do Ouro, p. 46.
 - ⁵ PASIN, José Luiz. Algumas Notas para a História do Vale do Paraíba. Desbravamento e Povoamento, p. 33.
 - ⁶ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos do Sertão, p. 110.
 - ⁷ Esta filosofia é aprofundada por Paulo Prado no livro: Província & Nação Paulista. Retrato do Brasil, p. 134.
 - ⁸ HOLLANDA, Sérgio B. de. Op. Cit., p. 111.
 - ⁹ PASIN, José Luiz. Op. Cit., p. 37.
 - ¹⁰ HERRMANN, Lucila. Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetã num Período de Trezentos Anos.
 - ¹¹ São as seguintes, as datas para implantação do café na América Latina: Venezuela - 1784; México - 1795; Costa Rica - 1796; El Salvador - 1808; Colômbia - 1810; Nicarágua - 1848; Guatemala - 1860. (Folclore do Café, de Marina de Andrade Marconi).
 - ¹² ORTMANN, Adalberto, O.F.M. frei. História da Antiga Capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo, p. 84.
 - ¹³ Através de textos literários, o café e sua história podem ser percebidos em profundidade. Busca-se o homem e não os dados. Em "Café - Literatura e História", de Myriam Ellis há textos de Monteiro Lobato, Rubens do Amaral, Leão Machado, Cornélio Pena, Menotti del Picchia, Rubem Rocha entre outros. São oito temas, abordando desde o início da agricultura do café, implicações técnicas e sociais, benefícios e decadência.
 - ¹⁴ Houve também um intercâmbio entre espanhóis e paulistas. O assunto é esclarecido no livro "Da Hispanidade em São Paulo", de Aracy do Amaral.
 - ¹⁵ Esclarecendo as datas: 1553 - Fundação de Stº André da Borda do Campo.
1611 - Fundação de Moji das Cruzes.
1705 - Descoberta das Minas de Ouro.
1765 - Restauração da Capitania.
1765-1775 - Governo do Morgado de Mateus.
1816 - Fundação de Areias.
1834 - Ato Adicional.
- Luis Saia propõe outra divisão no livro "Morada Paulista", p. 37-48.
- ¹⁶ PETRONE, Maria Thereza Schore. A Lavoura Canavieira em São Paulo, p. 38.

- 17 As atividades e o governo conflitante do Morgado de Mateus são analisados em "Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)", de Heloisa Liberalli Belloto.
- 18 Levantamento do CONDEPHAT, V. II; de Luis Saia "São Luís do Paraitinga".
- 19 Para domínio no assunto do fato urbano ligado à industrialização, lê-se: "Contribuição ao Estudo do Fato Urbano e da Organização do Espaço no Vale do Paraíba", de Nilce Lecoca Müller; outros dados em "Caracterização e Avaliação dos Conhecimentos Existentes sobre a Região do Vale do Paraíba e Diagnósticos Resultantes", publicação CODIVAP, 1971. Neste último, inclui-se fotos aéreas das cidades, facilitando a visualização do traçado urbano.
- 20 MOURA, Américo Brasiliense Antunes. Governo do Morgado de Mateus. IN: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, V. LII, p.9-155.

3. URBANISMO E IGREJA

3.1. Patrimônio religioso

Visto que os religiosos foram barrados, e só se instalaram nas portas de entrada do Vale do Paraíba, há que se questionar o envolvimento do clero secular e o processo de ereção de capelas como núcleos de povoamento.

Pode-se esquematizar o povoamento do Vale do Paraíba: ciclo taubateano, do ouro e do café. O ciclo taubateano nos legou dois patrimônios religiosos: São Bom Jesus do Tremembé e Nossa Senhora do Bom Sucesso. No ciclo do ouro, onde as vilas foram fundadas em função das vias de circulação, Caçapava, Guaypacaré e Bocaina foram dadas de patrimônio, incluindo Aparecida. No ciclo do café, a Vila de Santa Branca, 1833, era um patrimônio religioso doado por Domingos Godoy Brito.

O envolvimento religião e fundação de vilas não se limita aos patrimônios. Estes são conseqüências maiores do pensamento de homens que envolviam o clero secular em seus negócios.

Passada a fase heróica da catequese intensa, esta representada na figura do pároco, o senhor abade tão lusitano, com que se honra a família brasileira nascente, pois um dos seus anelos é ter um membro padre, que, de volta do Seminário, assume a função vicarial de sua vila. Muitos deles chegaram à liderança política, possuem escravos e deixam até descendência.

No Vale do Paraíba não bastou fundar vilas. A fazenda é que orientava a vila que era do fazendeiro. "A vitória da fazenda orien-

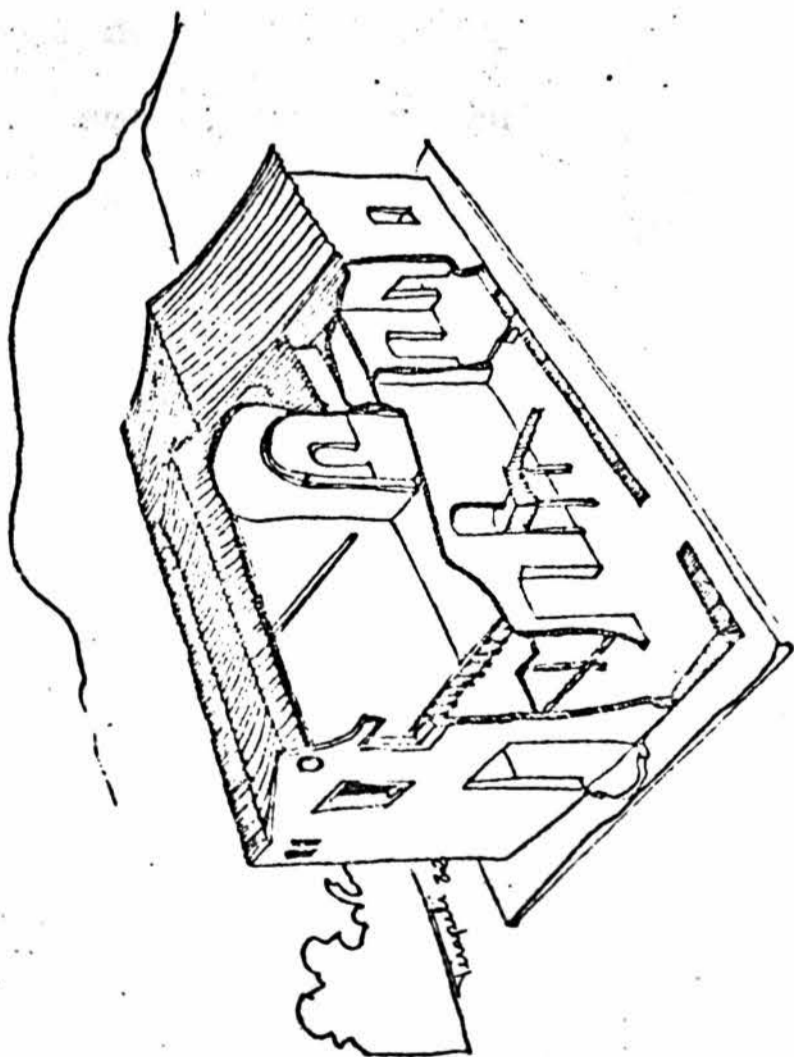
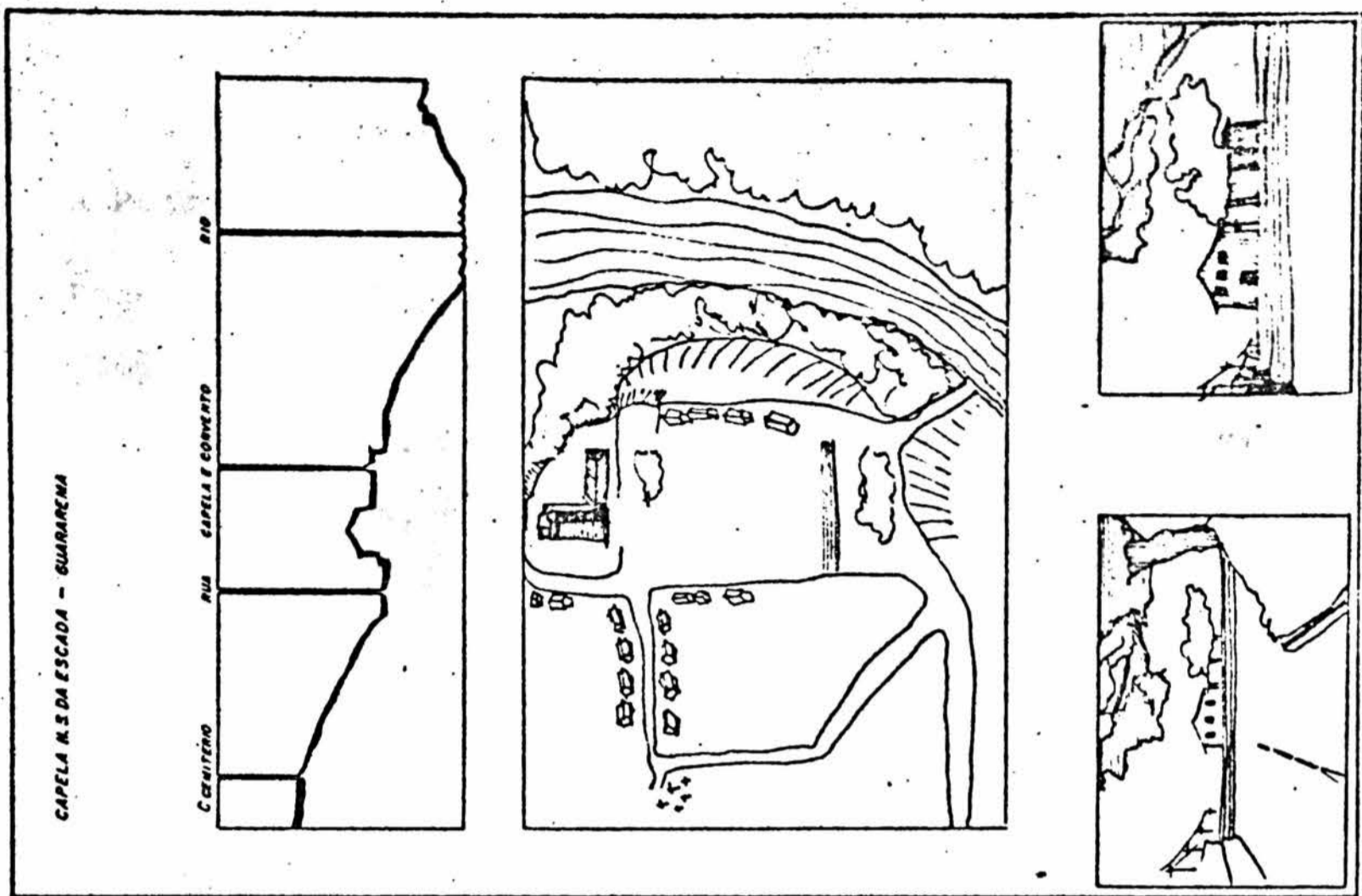
tou definitivamente o Brasil para a dispersão, e o país se encontrou privado para todo o sempre do quadro da vila"². As cidades-pouso das estradas, ou ainda, paradas obrigatórias para registros, pedágios e fiscalizações, são somadas aquelas que se posicionavam nos desvios ou apenas passagens. (Esquema 2)

Os rios Paraibuna, Paraitinga e Paraíba influenciaram em dois aspectos a formação dos núcleos: navegação e local de travessia. Tais núcleos, que ficavam nas terras dos fazendeiros, recebiam a estabilização com a ereção da capela. A capela, por sua vez, também era consequência que visava a fins.

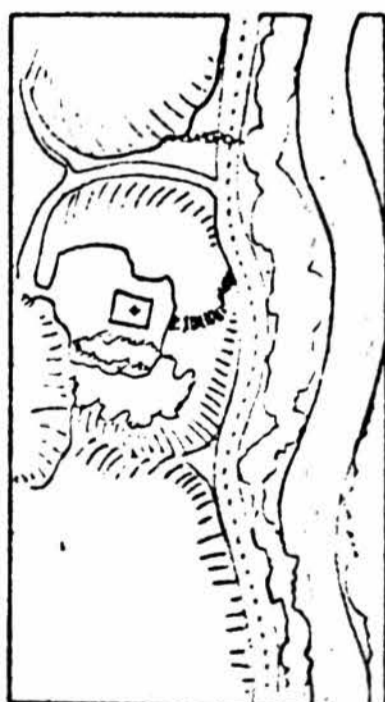
Cada pessoa tinha o seu orago, ou seja, a sua invocação religiosa. O reino de Portugal vivia sob o orago de Nossa Senhora da Conceição. O Morgado de Mateus, sob o de Nossa Senhora dos Prazeres e o Padre João de Faria Fialho, que incrementou o patrimônio religioso de Pindamonhangaba, tinha Nossa Senhora do Bom Sucesso como orago, que foi, também, levado a Ouro Preto³. Fazendeiros, padres e o povo, em geral, tinham seu orago e aqueles que podiam homenagear o santo de sua invocação, faziam-no, também, colocando este nome em suas propriedades, capelas e vilas.

Não bastava ter o orago como devoção. A materialização desta invocação se fazia através das imagens que eram transportadas e guardadas em oratórios, ou altares portáteis. A imagem de Nossa Senhora Aparecida, encontrada em 1717, é exemplo de como um oratório pode transformar-se em povoação. Atanásio Pedroso construiu o oratório nas terras do Capitão Antonio Amaro Lobo de Oliveira, que por sua vez, tinha parentesco com as famílias de Santo Amaro, São Paulo, Santana do Parnaíba. Pode-se notar que a imagem foi perdida ou atirada ao rio, quando do transporte do oratório original, pois o barro da imagem é, comprovadamente paulista, da região de Parnaíba.

A importância do oratório da imagem d'Aparecida se alia ao fato da pesca milagrosa e a passagem do Conde Assumar, que por sua vez remete ao orago oficial: Nossa Senhora da Conceição d'Aparecida. Outros oragos se uniram com homenagens aos poderes políticos e religio



CAPELA N. S. DA AJUDA - GUARAREMA



sos. São Luís e Santo Antônio do Paraitinga em homenagem ao Morgado de Mateus, Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão. A princípio estava ligado à promessa de se erigir uma capela em invocação de Santo Antônio por ser dia 13 de junho o dia de sua invocação. O orago de Santo Antônio também foi alterado para homenagear o orago do governante Morgado de Mateus, que por sua vez, homenageava Nossa Senhora dos Prazeres.

Pode-se concluir que o orago e o oratório são atos piedosos que podem impor o nome a uma povoação. Estão eles ligados a outros atos religiosos e sociais. Religiosos, seriam: assistir à missa aos domingos e dias santos, ser sepultado dentro da igreja para o repouso da alma. Sociais: doação das terras à igreja, ou seja, constituição do patrimônio religioso.

Para assistir à missa era necessária a capela. Para que se erigisse a capela, a Igreja através das Constituições do Arcebispado da Bahia, impunha normas. Muitas vezes, a capela era construída sem a licença eclesiástica. São os casos das capelas não curadas. Outras vezes, como no caso de Tremembé, o capitão-mór Manuel da Costa Cabral doou terras à Igreja para se fazer a capela de São Bom Jesus de Tremembé, pois era muito difícil para ele e sua família irem assistir à missa em Taubaté. A Igreja tolerava a ausência alternada dos fregueses às missas, porém:

... se alguns se descuidassem desta obrigação, o Pároco os poderá multar em um vintém por cada falta; e havendo alguns muito descuidados, que se emendem com estas multas, fará deles o rol, e o mandará ao nosso Provisor, ou Visitadores, ou ao vigário de vara para procederem com admoestações, agravação das penas, e outros meios acomodados para se emendarem.

Doar as terras para uma ermida, ou capela, muitas vezes, afastava do fazendeiro implicações possíveis com a Igreja. Esta, porém, ao receber o pedido de doação entrava com um processo de Insinuação de doação de patrimônio religioso e, em caso de estarem hipotecadas, ou o fazendeiro falido, a Igreja não aceitava a doação. Junto ao processo, constava uma declaração de fé. Sobre as licenças de edifica-

ções, as Constituições do Arcebispado da Bahia, esclarecem o tipo de construção:

... assinando-lhe dote competente ao menos de seis mil réis cada ano para sua fabricação, reparação e ornamentos, lhe concederemos licença, fazendo-se de tudo autos e escrituras, que se guardarão no Cartório de nossa Câmara. E sempre nas licenças, que concederemos, se ressalvará o direito das Igrejas Paroquiais, às quais em uma cousa se prejudicará pela ereção, e fundação de quaisquer Capelas e Ermidas, que de novo se fizerem; e se terá particular advertência, que não se fundem em lugares ermos e despovoados⁶.

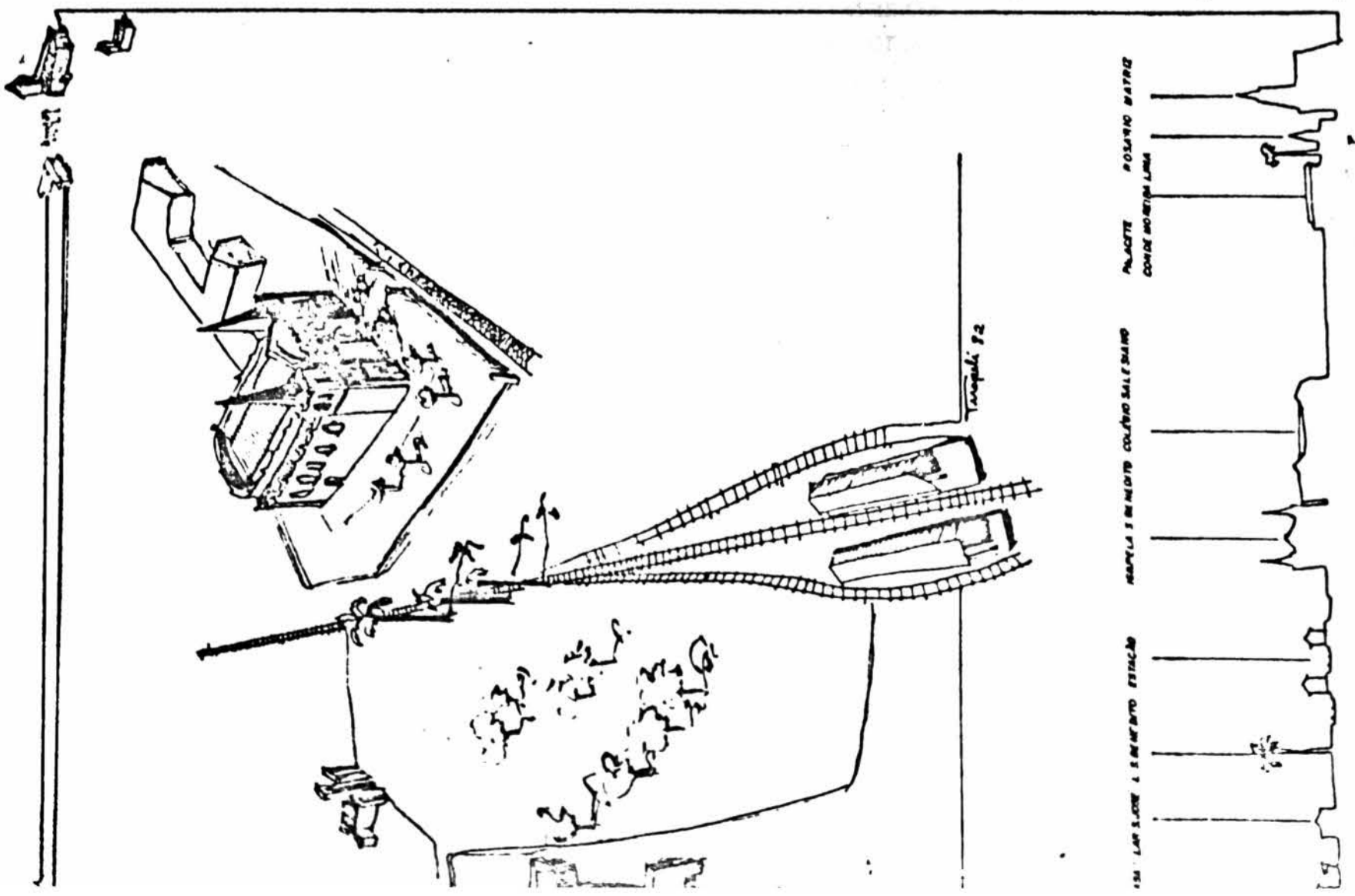
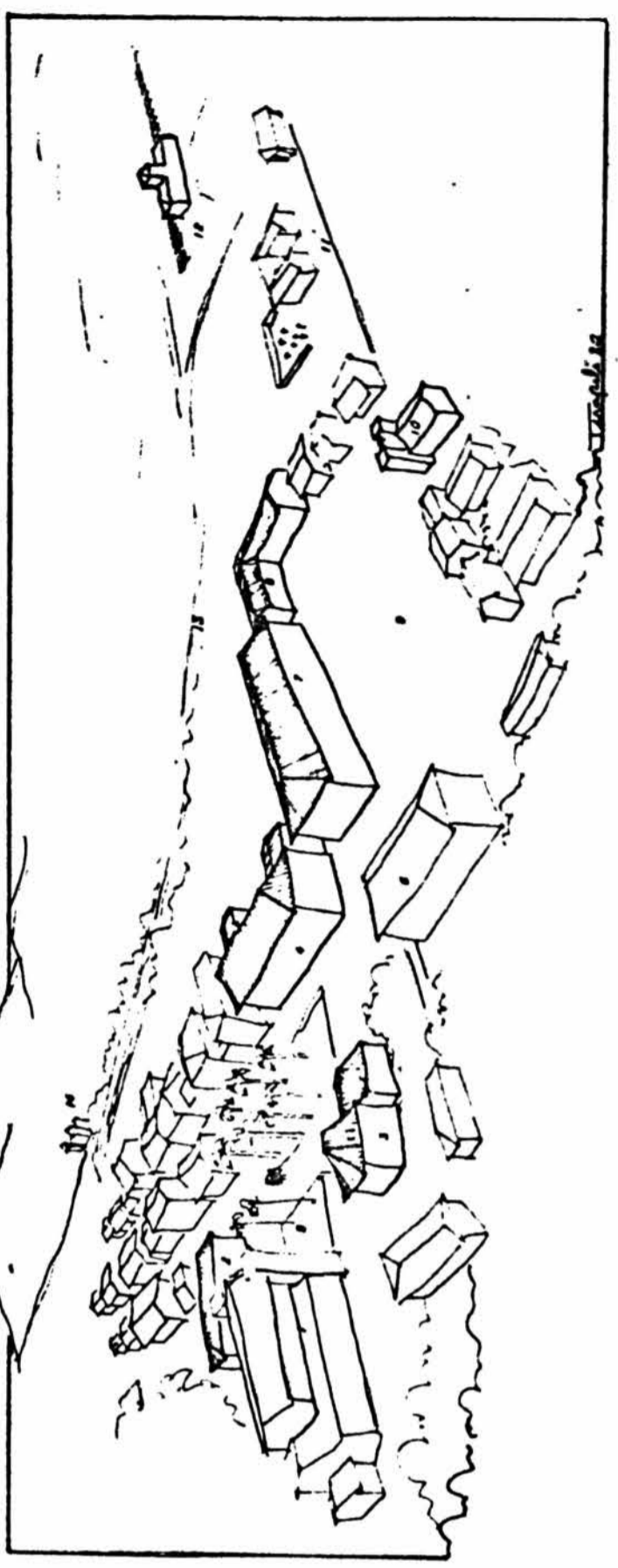
Aceita a doação do patrimônio religioso, a escritura podia ser feita em nome do próprio santo, como é o caso de Campos de Cunha, onde, até hoje, o dono das terras é o santo. Outra forma foi a doação com que a Igreja e o pároco ou cura poderiam usufruir dos lucros da terra e suas novidades. Não podendo ser fundadas em lugares ermos e despovoados, as capelas, além do sentido de posse da terra, tinham, também, a função de estabilização de povoação formada perto das fazendas.

Essas fundações de cidades, atos piedosos, atos sociais, tornavam-se, muitas vezes, atos lucrativos. Quando o patrimônio se desenvolvia, adquiria uma função comercial, além de seu papel de parada. Em volta dos palacetes dos fazendeiros, os lotes eram comprados por pequenos negociantes que abriam armazéns e vendas; operários se fixavam igualmente, assegurados⁷ por uma clientela pelo menos nos dias de festa.

Por detrás do ato piedoso, há o ato social que visa fins lucrativos com a venda das terras ao redor do patrimônio, além do fazendeiro reservar para si e a família, os melhores lotes. Além do lucro com as terras, sendo o pároco ligado às famílias, promove-se um entendimento entre o clero e os comerciantes. No mesmo dia de batizados, casamentos, que provocavam as festas, faziam-se as compras necessárias. Os padres eram chamados para administrarem os bens, entendiam-se com os fazendeiros e tinham seus benefícios provocando festas nas vilas. (Esquema 3)

Tem-se, ainda, aspecto da valorização. Se todo o terreno que foi doado à Igreja for loteado e a vila crescer, o fazendeiro vê a sua propriedade valorizada, visto que sua fazenda cerca a vila.

- GENERAL**
- 1 - MATRIZ
 - 2 -
 - 3 - BOBBADO DE MARIA LUZIA DE ALMEIDA
 - 4 - BOBBADO DO CUNHA LUCIANO JOSE DE ALMEIDA
 - 5 - LARRO DO MATRIZ
 - 6 - FORUM
 - 7 - PALACETE DE DONCIANA MARIA DE MEDEIA E COMO MANDAL DE ANTON VALLE
 - 8 - ALEZARDINA DE ALMEIDA E JOSE A MILLEN
 - 9 - LARRO DO ROSARIO
 - 10 - IORREJA DO ROSARIO
 - 11 - SANTA CASA
 - 12 - ESTACAO
 - 13 - RIO BARANAL
 - 14 - IORREJA DA BOA MORTE



15 - LARRO DO ESTACAO

16 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

17 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

18 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

19 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

20 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

21 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

22 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

23 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

24 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

25 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

26 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

27 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

28 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

29 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

30 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

31 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

32 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

33 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

34 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

35 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

36 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

37 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

38 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

39 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

40 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

41 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

42 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

43 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

44 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

45 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

46 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

47 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

48 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

49 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

50 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

51 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

52 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

53 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

54 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

55 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

56 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

57 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

58 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

59 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

60 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

61 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

62 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

63 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

64 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

65 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

66 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

67 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

68 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

69 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

70 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

71 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

72 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

73 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

74 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

75 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

76 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

77 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

78 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

79 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

80 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

81 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

82 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

83 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

84 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

85 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

86 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

87 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

88 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

89 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

90 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

91 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

92 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

93 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

94 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

95 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

96 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

97 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

98 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

99 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

100 - PALACETE DO ROSARIO MATRIZ

A valorização de suas terras é imediata. Não há melhor exemplo no Vale do Paraíba para ilustrar esta luta entre terras de patrimônio, capela, política, interesses políticos, que a colina sagrada d'Aparecida. A colina, admirada pelos viajantes estrangeiros que preferiam retratar ou escrever sobre sua natureza envolvente, hoje é a materialização do espírito simonista, político, e as verdades religiosas vistas através do véu rasgado do templo. Quando a capela cresceu, os políticos de Guaratinguetá temeram seu desmembramento. Para se construir uma nova basílica, os comerciantes negaram o terreno atrás da igreja, que era do patrimônio. Hoje, a massa dantesca da basílica se fecha entre muros temendo até o comércio ambulante. Não há mais colina religiosa, agora hoteleira. O clero, competindo, promove novo tipo: romeiro-turista⁸. (Esquema 04)

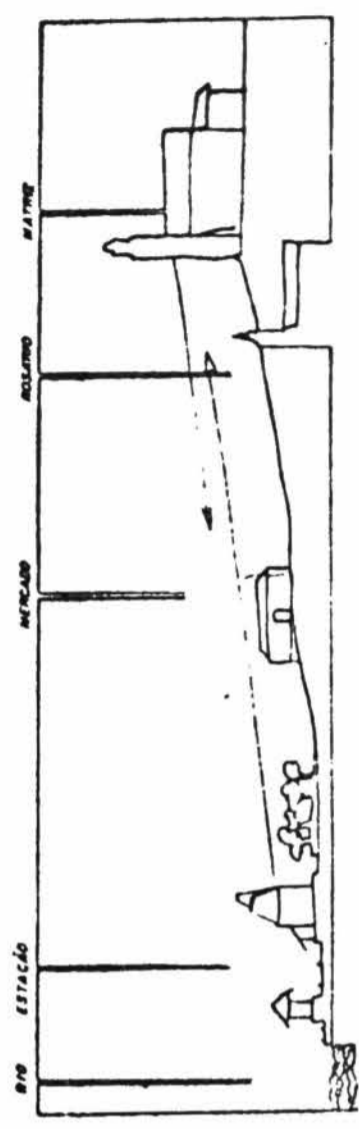
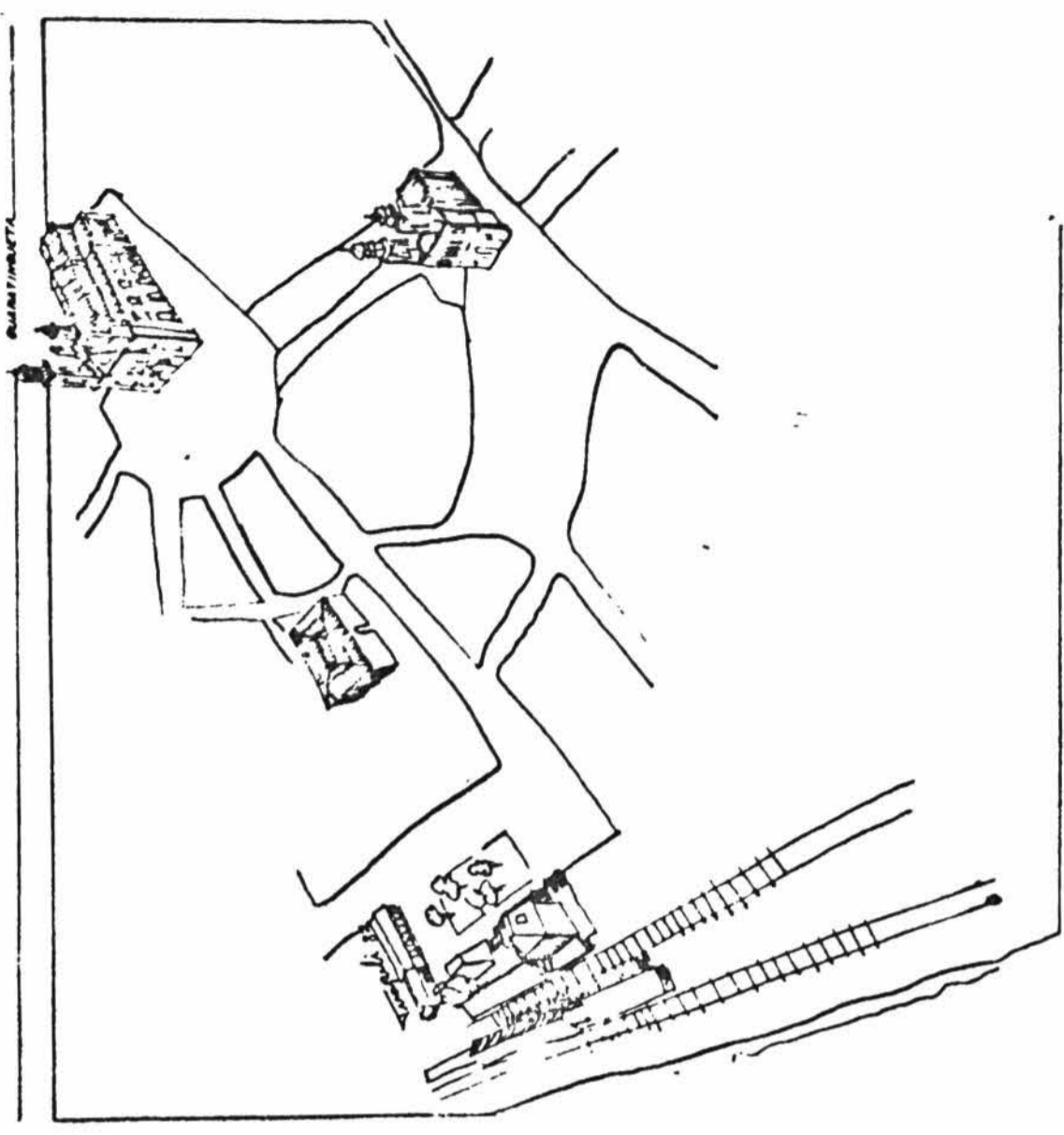
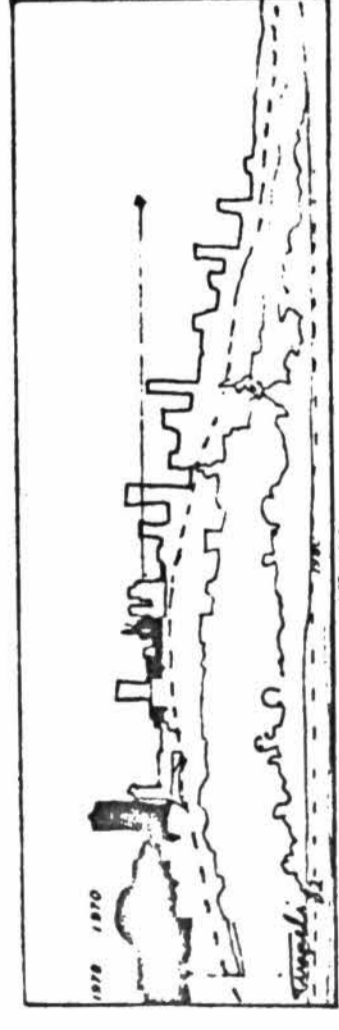
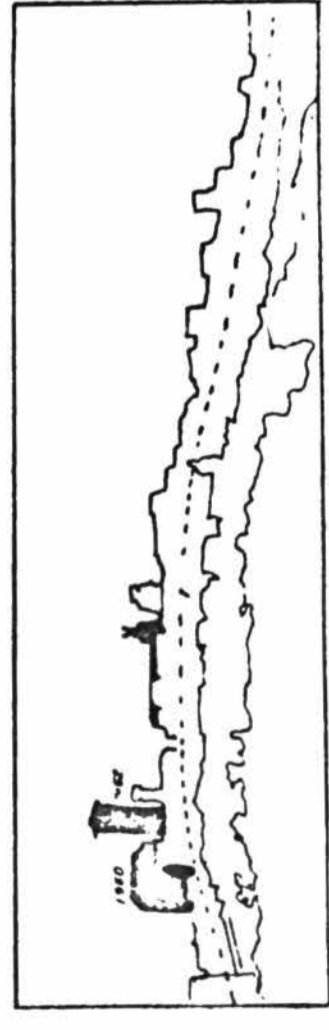
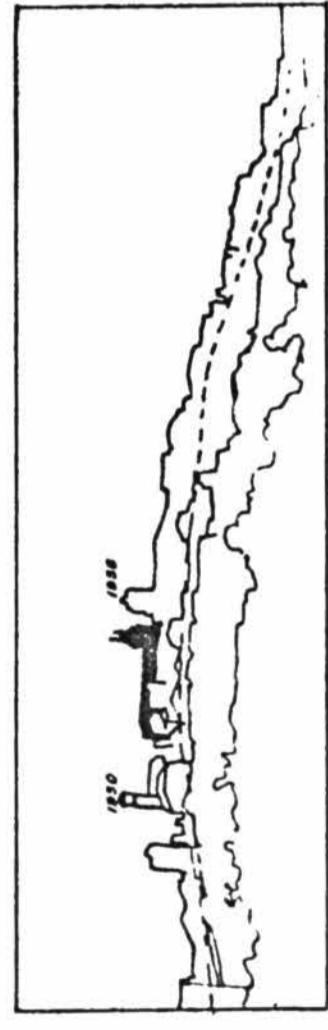
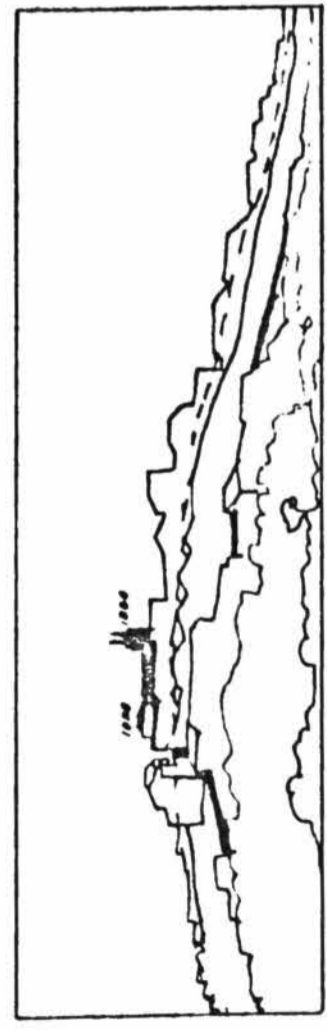
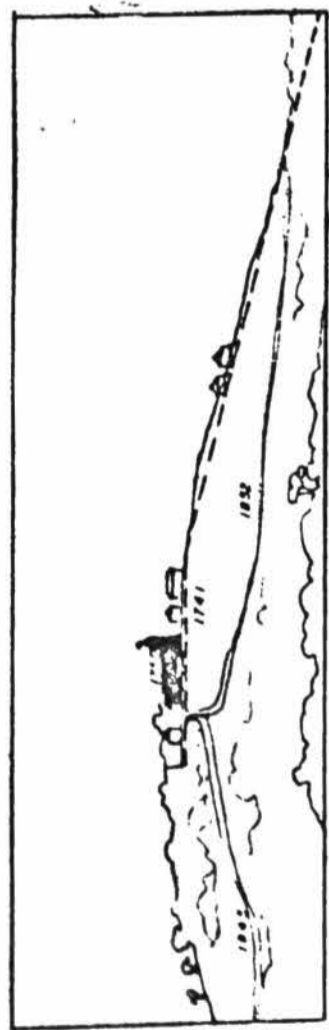
As constituições do Arcebispado da Bahia são claras em dizer que não se edifique igreja, capela ou mosteiro sem a licença eclesiástica. A partir do início do século XVII, as licenças eram expedidas do Rio de Janeiro e, a partir de 1745, da Diocese de São Paulo. No livro Quatro, o Título XVI esclarece sobre as edificações.

Conforme o Direito Canônico e Sagrado Concílio Tridentino, não se pode edificar de novo, nem reedificar depois de cahida e arruinada alguma Igreja, Capella, Ermida, Collégio, ou Mosteiro, sem que primeiro proceda autoridade, e licença do Ordinário. Pelo que conformando-nos com sua disposição, ordenamos, e mandamos, sob pena de excommunhão maior, e de cincoenta cruzados para as despesas, e accusador, que nem-uma pessoa de qualquer estado, e condição que seja, neste nosso Arcebispado edifique, ou funde de novo Igreja, Ermida, Capella, Mosteiro, Convento, ou Collégio, posto que seja de Regulares isentos; nem depois de arruinados, e cahidos, de todo os reedifique, e restaure sem especial licença, e autoridade nossa, ou de nossos sucessores dada por escripto. E fazendo o contrário, além de incorrer nas ditas penas, se nos parecer, lhes será derribado, e demolido tudo o que tiver feito sem a dita licença.

E depois de feita, e acabada a Igreja, Capella, ou Convento, para se poder dizer Missa na Igreja, e Altares, haverá nova licença nossa, a qual lhe não concederemos, sem que primeiro as mandemos visitar, para sabermos se estão acabadas, e os Altares em forma conveniente, e se tem o necessário para se poder dizer Missa nelles.

E toda a pessoa Eclesiástica, ou secular, por cu

APARECIDA OUMAGE E RETIFICACAO DA COLINA



ja ordem se disser Missa na tal Igreja antes da dita licença, ou induzir alguém que a diga, pagará vinte cruzeiros de pena, e incorrerá em excomunhão maior ipso facto; e o Sacerdote secular, que nella disser Missa, será suspenso de suas Ordens, preso, e castigado com as mais penas que sua culpa merecer.

E o regular que for achado dizendo Missa na tal Igreja, será levado a seu Superior, para que o castigue, e mande disso certidão, conforme dispõem o Sagrado Concílio Tridentino. E havemos a tal Igreja, Ermida ou Capella por interdicta para se não poder dizer Missa nella, em quanto se não houver a dita licença, e levantar o dito interdicto.

O esquema, a seguir, esclarece o patrimônio religioso:

		Patrimônio							
Religioso	Processo				Reconhecimento da Igreja	Vigário Bispo			
		Orago	Terços	Novenas	Missas (Reposou da alma)	Autonomia sobre as Capelas	Centralizador das ordens religiosas		
		Sesmaria	Posse	Nome	Oratório	Capela	Capela Curada	Matriz	Diocese
Social		Donatário	Pedinte	Orago	Festas	Doação de terra	Venda de terras	Urbanização	Metrópole
			Habitantes dispersos	Familiar ou Real	Convergência	Núcleo		Valorização das terras	
								Confrarias	
								Outros edifícios	

3.2. Igreja

Visto que, no Vale do Paraíba, as construções das ordens religiosas se restringem a esparsos exemplos, as do clero secular se multiplicaram em matrizes, capelas, basílicas e catedrais.

O sítio urbano, resolvido sobre colina, patamares, vales e nor^{te}ado pelo porto fluvial ou centro virtual da bacia hidrográfica - (Taubaté), se desenvolvia mais no sentido da ocupação que de organização. O traçado era determinado pela topografia e a construção da capela ou igreja era imediata. Se concluída ou não, pouco importava, pois o símbolo da posse era obrigatório. A inconsistência das construções foi uma característica. Não tinham o significado de local de permanência. A igreja, porém, era o local onde se cumpriam as atividades obrigatórias da religião, sob pena de multa. (Esquema 05)

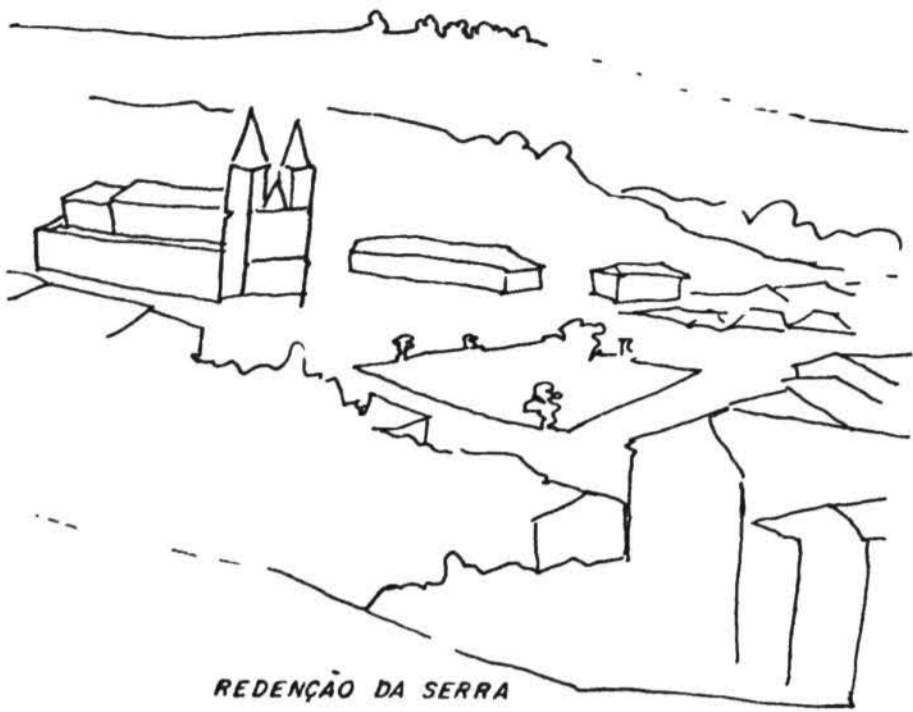
O poder civil suplantava o religioso no sentido da influência do poder individual que comandava, dispunha a ordem na cidade. A casa do senhor-de-engenho ou café não oferecia concorrência com a igreja matriz. O mesmo senhor comandava as duas "povoações": o complexo arquitetônico da fazenda e o da vila. Era dele que a igreja recebia maiores donativos. Seus escravos faziam as construções e reparos¹⁰. A comunidade que ali vivia comercializava através dele. Ou, ainda, ele é que determinava o capelão e seu ordenado, através dos Juizes Municipais das Vilas. O Juiz Bernardo P. de Vasconcellos, dirigindo uma carta de janeiro de 1822 ao Governo Provisório de São Paulo, declarava: "Os provimentos das Capelas no Reino do Brasil são de jurisdição secular"¹¹.

A posição simbólica do edifício é precedida pela determinação do nome do local que, na maioria das vezes, é da invocação de um santo. Sob esta invocação ou temor, ou ainda, dever de ocupar a terra e zelar pela alma, nasce esta dicotomia: a materialização do poder espiritual (edifício da igreja) é superior à materialização do poder temporal, porém, aquele submisso a este.

A necessidade da presença da construção religiosa será estudada no capítulo 6, Os Espaços Religiosos: Análise do Convento de Santa Clara. Construção que reflete organização e consistência: risco de arquiteto, desejo de uma comunidade e emprego de cantaria.

A dependência da construção da igreja e confirmação de que é um símbolo, estão evidentes nesta carta dos Oficiais da Câmara de Tau-

POSIÇÃO FÍSICA DO TEMPLO



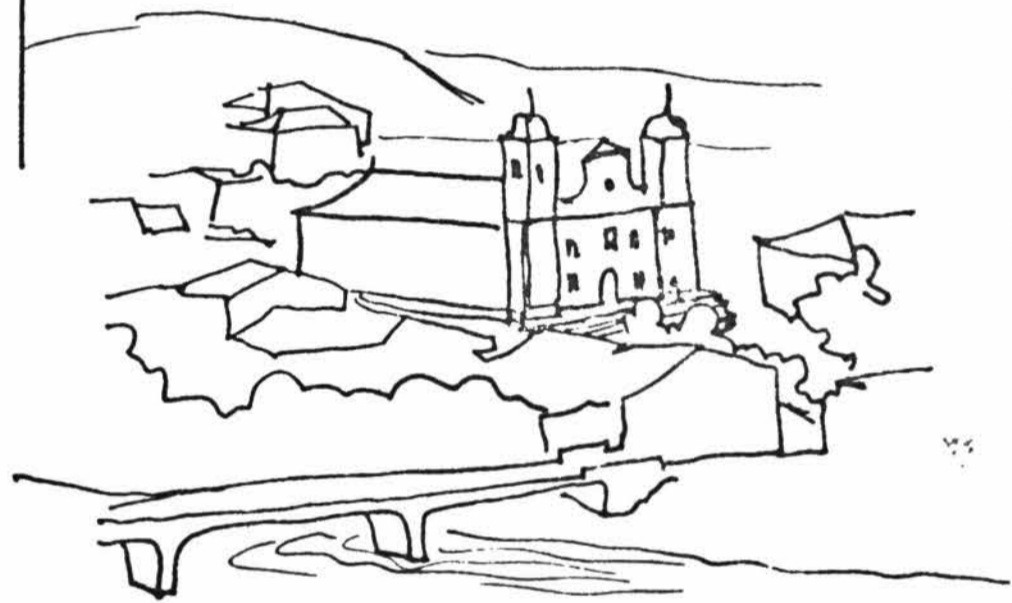
REDEÇÃO DA SERRA



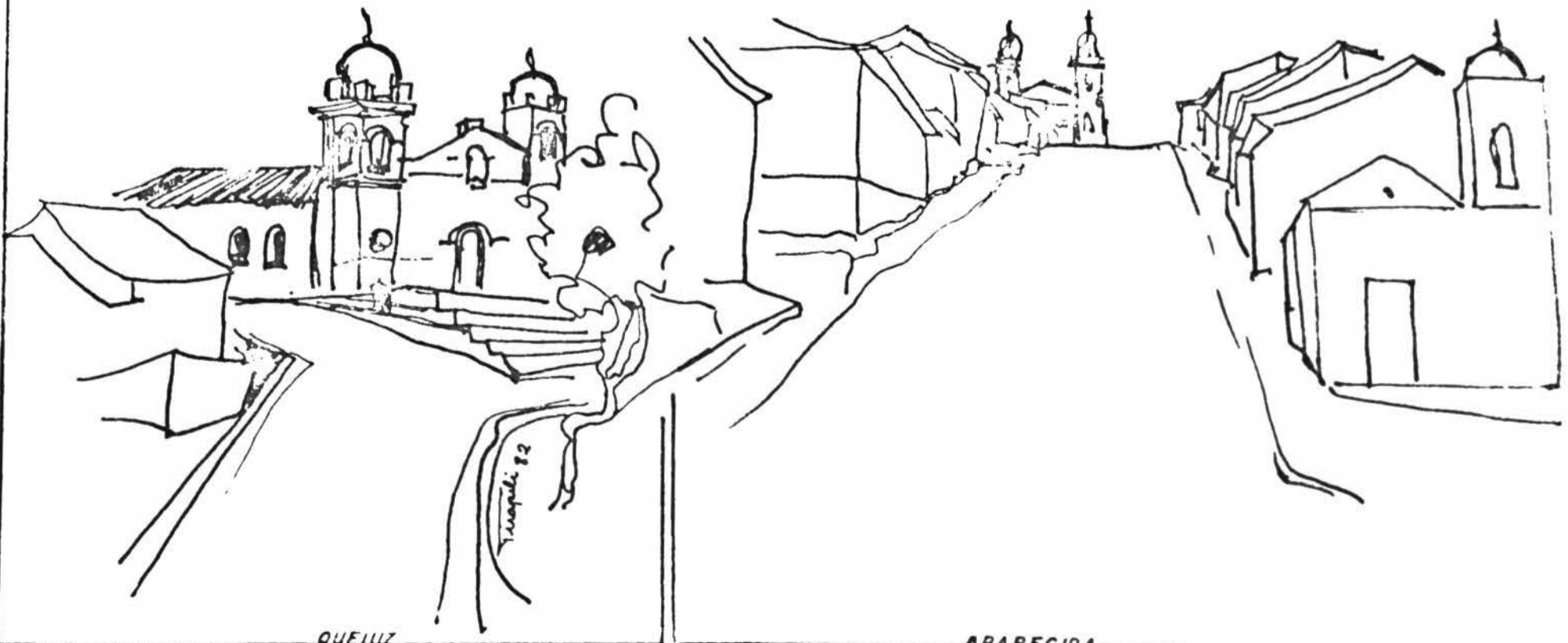
SANTA BRANCA



JAMBEIRO



SÃO LUIS DO PARAITINGA



QUELUZ

APARECIDA

batê, do ano de 1763:

Senhor.- Com o mais profundo e reverente respeito pomos na real presença de V.M. o deplorável estado a que estão reduzidos os moradores desta villa pelo grão de pobreza que lhes tem dissipado as forças, tanto que nem para o culto Divino e templo parochia podem dar o menor subsídio. Esta é a villa, Senhor, d'onde os paulistas em corpo de união tomaram as armas para penetrar o inulto sertão chamado de Cataguazes, conquistando os barbaros indios desta nação que o habitavam, para descobrirem as minas de ouro que S. M. recomendava... Foi tal a nossa aventura que Carlos Pedroso da Silveira (cabo principal da tropa) conseguiu descobrir as férteis minas...; agora, porém, estes mesmos descendentes com os moradores della pedimos a V.M. que em memória dos passados serviços se digne a real clemência de V.M. mandar pela provedoria da fazenda real dar uma esmola para se ornar a capella mor da nova igreja que estão levantando a custa da mesma fraqueza destes moradores... Esta graça costuma praticar a real grandeza de V.M. com muitos templos desta América... Villa de Taubatê em Câmara aos 3 de Novembro de 1763¹².

Nesta petição fica claro que: a construção da igreja (símbolo de posse da terra) passa a ser o reflexo do desejo de compensação pelo serviço prestado à Coroa. Daí, a destruição da antiga e construção da nova. Segundo: o poder individual ou familiar é substituído pelo órgão da Câmara. Passa, assim, a igreja a ser o símbolo de uma comunidade que quer materializar suas realizações. Terceiro: dependência da Igreja para com o Estado ou submissão do poder espiritual e auxílio do Estado para aparentar boas relações com o poder papal. E, por fim, a confirmação das afirmações do Morgado de Mateus sobre a miséria do Vale do Paraíba.

O conflito destas programações religiosas submissas ao estado são os mesmos conflitos que determinam a escolha do sítio urbano. A navegação, o caminho e depois as condições do traçado urbano. Assim, primeiro a igreja e depois os edifícios públicos. Não é um programa claro como na América Espanhola: o poder concentrado na Plaza de Armas. Aqui, no Vale, o conjunto de edifícios que refletiriam a imagem do poder se dispersam: a fazenda (auto-suficiente); a matriz (dependente); a câmara e cadeira (deficitário).

A desconcentração dos edifícios dos poderes favorece a coloca-

ção da igreja no traçado urbano. Melhor ainda, é desta construção que irradia o traçado da cidade. A topografia determina o traçado das ruas e, a igreja, a importância destas. Portanto, a igreja ocupa duas posições na trama urbana: a primeira é física. De fácil solução: a colina, elevação do terreno, pontos de cruzamentos ou bifurcações de ruas. A segunda: ponto visual, como reflexo de esforço da comunidade e programa da arquitetura religiosa para difundir a fé.

A posição física do templo vai determinar no seu exterior a praça, largo ou terreiro. Dependendo das curvas de níveis dos terrenos pode-se determinar um quadrado, retângulo ou trapézio. Ali se desenvolveram atividades comerciais, sociais e, principalmente, aquelas que continuavam os atos religiosos. Esta posição física externa é, no entanto, abalizada e murada pelo casario que a torna um espaço externo interiorizado entre paredes sem teto. (Esquema 5)

O edifício, em si, é um foco visual auxiliado pela característica física. O branco das paredes contrasta com o verde das matas e o som dos sinos vai além do sítio urbano. No interior, a decoração, os arcos que se fecham, a capela-mor diminuindo até se fechar nos retábulos e, por fim, a chave que fecha o sacrário: o mistério não exposto.

3.3. Anotações de Pallière

Na cidade de Cunha, as igrejas do Rosário e Nossa Senhora da Conceição se posicionaram perpendicularmente à rua principal. Sendo assim, os largos se posicionaram do lado dos templos. O comprimento da igreja barra as duas ruas no topo do morro e impõe o traçado de uma rua que vai dar no cemitério.

Em Jambeiro, um traçado similar, mas que permite uma praça maior em frente ao templo.

Em Redenção da Serra, o templo determina a planta da cidade em forma de Y.

Não me proponho a exemplificar com todas as cidades a posição do templo no traçado urbano. Plantas de formação de vilas, datadas de 1821, de Armond Julien Pallière, são documentos que, analisados, podem exemplificar algumas cidades de hoje. São, ao todo, seis plantas e um desenho da Capela de Aparecida.

A planta da Vila de São José revela um traçado já bem estudado: o programa jesuítico¹³. A igreja, posta no alto do patamar, volta-se para o vale profundo, criando um cenário admirável, um aproveitamento da paisagem natural. Os desenhos de Thomas Ender confirmam o posicionamento das casas e muros e a Casa da Cadeia só se destaca se demarcada.

Jacareí é mais importante pelo porto e passagem, segundo revelam os desenhos de Thomas Ender. A mudança do rumo do rio determinou a escolha da vila pelo porto. O rio é utilitário e não paisagístico. A igreja e praça se posicionam dando fundos para o rio e, a exemplo de São Luís de Paraitinga, sua vista é barrada pelo casario. O templo determina apenas a praça onde a Cada da Câmara, posicionada lateralmente, não compete visualmente com a igreja. O sítio plano favorece uma circulação livre e toda sua volta livre de construções contíguas. Estas terras planas, que tanto favoreciam um traçado hipodâmico, são tratadas de maneira displicente, nem sequer fugindo das possíveis inundações. O Largo do Rosário, mais distante e menor, revela sua posição de segundo plano.

Também Lorena foi ponto de travessia. As inundações não foram previstas e as ruas se posicionaram paralelamente ao rio. A praça da matriz, maior, perde por importância ao Largo do Rosário, onde os poderes espiritual e temporal se defrontavam: a Igreja, o pelourinho, a Casa de Câmara e cadeia.

A planta de Guaratinguetã revela uma dupla preocupação: posicionar a vila sobre a colina e ter o porto. Neste caso, a Igreja Matriz é o centro visual e irradiado das ruas. Não bem posicionada, dificultou a construção da praça que teve que se dividir em duas partes: na frente, de forma irregular, fazendo com que parte da igreja se projete livremente para o espaço e, lateralmente, terreno

em declive ligava com os fundos da igreja do Rosário que dava para uma praça maior. O declive do terreno lateral conferiu à igreja um belo perfil das torres.

A igreja do Rosário foi demolida na década de 1930, e a praça, hoje Conselheiro Rodrigues Alves, absorveu toda importância da praça da Matriz. Não aparecendo na planta de Pallière, a capela de São Benedito que se encontrava em privilegiadíssimo local depois do córrego, também foi demolida.

Guaratinguetá, que poderia ser dividida como sendo - do lado de cá do rio (antiga) e do lado de lá (nova), é um exemplo curioso de posicionamento de edifícios ligados à religião. Na entrada, por Lorena, uma grande área de um seminário barra a cidade por aquele sentido. Continuando no antigo caminho para São Paulo, a igreja de Santa Rita do lado direito e do esquerdo, antes do córrego, a capela de São Benedito e um colégio educacional de freiras. Entre as duas igrejas, a Santa Casa. Passada a Matriz e a igreja do Rosário, na saída, o cemitério que também barra o traçado da cidade naquela direção.

Hoje, conquistando o outro lado do rio, mesmo assim a parte velha da cidade se verticaliza, imposição da Rodovia Presidente Dutra, destruindo os morros que Thomas Ender desenhou¹⁴.

Debret, em 1827, deixou de Guaratinguetá uma impressão de ser a vila uma paragem de tropeiros¹⁵. Thomas Ender captou o conjunto, o posicionamento da matriz e o espaço sobre a colina, onde, também, se construiria a Casa da Câmara.

Da capela de Aparecida, Pallière não deixou um mapa cartográfico, pois o urbanismo ali era inexistente. Deixou o desenho do foco visual: a capela. Thomas Ender e todos os outros cientistas se encantaram com a paisagem natural tão bem aproveitada. Aparecida e Taubaté terão estudos nos capítulos referentes a estas cidades.

Uma observação curiosa do arquiteto de formação neo-clássica é que a vila de Taubaté é mais retangular. Taubaté posicionada no cen

tro vertical do meio geológico, foi, talvez, a mais planejada. Hoje, recortada pela Rodovia Presidente Dutra e pelos trilhos da Central, luta por sua unidade urbanística. Apenas frisando dois pontos da planta de Pallière: o isolamento do Convento de Santa Clara e a grande praça do templo que se transformou em Sé.

A igreja da Vila de Pindamonhangaba não se volta para o rio. O traçado das ruas se coloca paralelamente ao curso deste. A igreja, sem praça (hoje alargada a rua, se comprime em um adro pequeno, cortado pela passagem da via) não se posiciona em destaque, sendo prejudicada pela aproximação excessiva das construções civis. O templo não determinou influência no traçado urbano, nem tão pouco foi pelo visual. No desenho de número 239 de Thomas Ender, vê-se, claramente, um grande sobrado ameaçando o volume da igreja¹⁶.

Outros exemplos poderiam ser dados, mas a aproximação das obras de Thomas Ender que captou o conjunto, acidentes topográficos comparando com as plantas de Pallière estabeleceram um paralelo. As cidades do Alto Paraíba não são exemplificadas¹⁷.

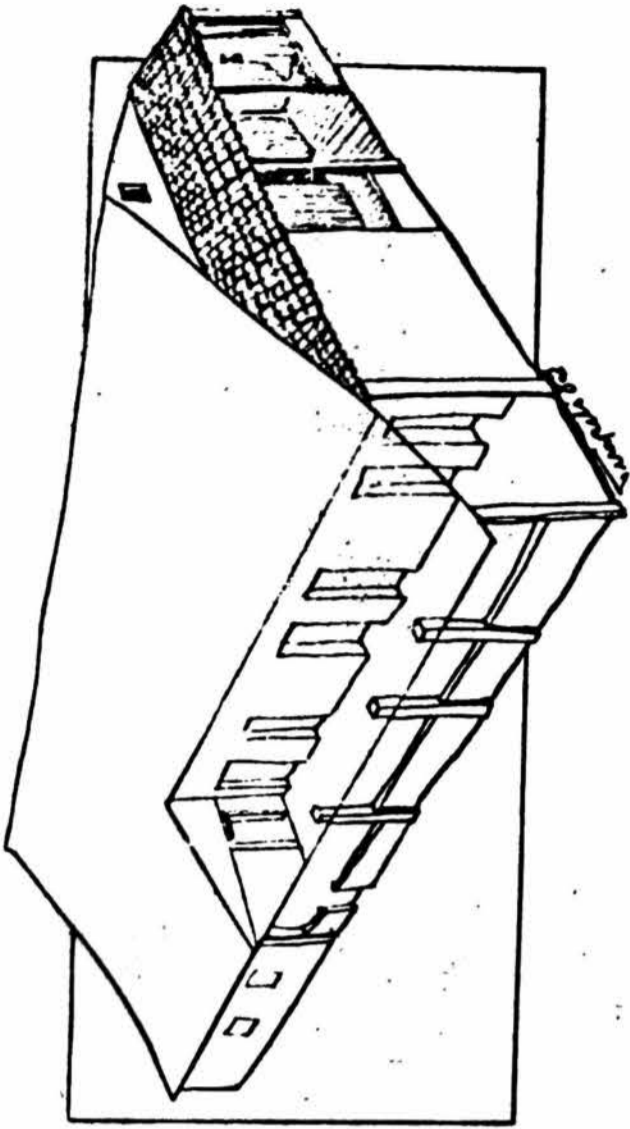
Resumindo os dados vistos, pode-se dizer que: as ordens religiosas praticamente não construíram na região; a matriz teve importância na determinação do traçado urbano em poucas cidades. A matriz melhor localizada (sítio físico) se transformou em foco visual (reflexo da comunidade e religião), se bem que subordinada ao Estado. As praças tiveram seus tamanhos determinados pela topografia e o posicionamento do templo determinou a importância das ruas.

3.4. Desenvolvimento dos Núcleos

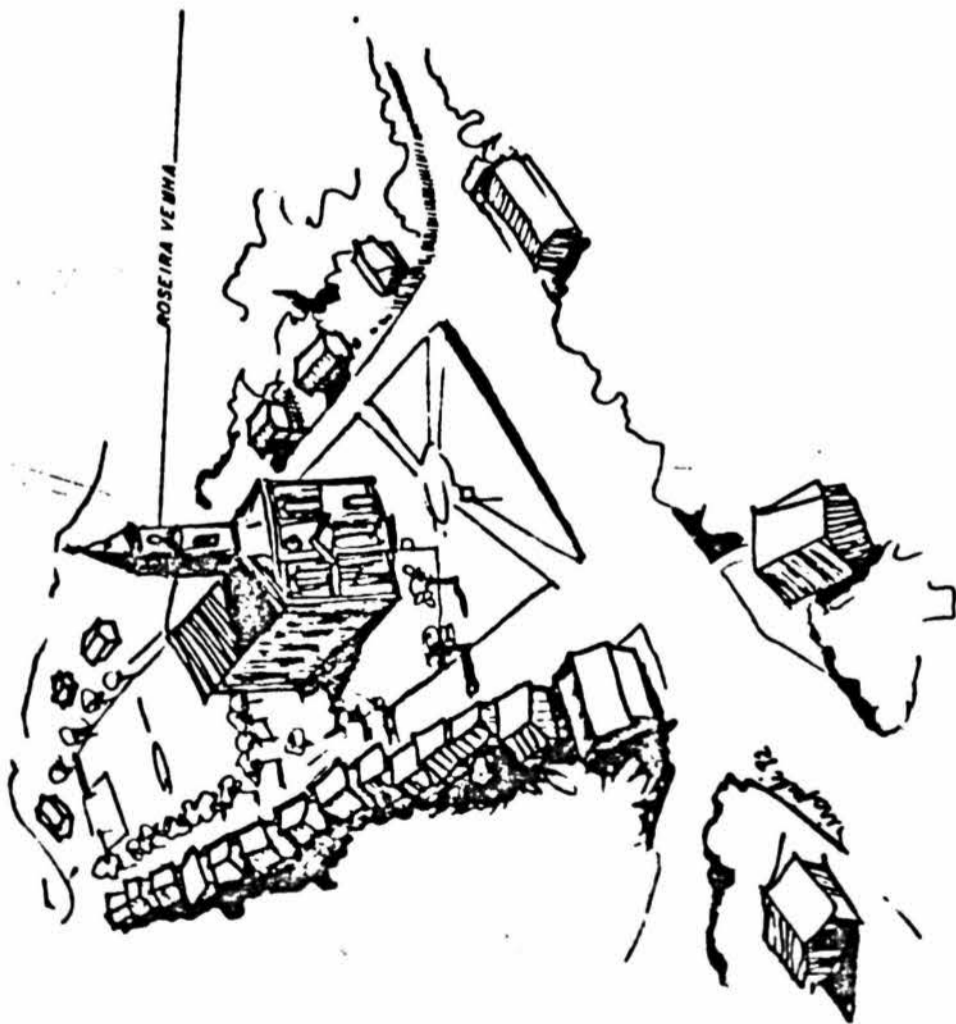
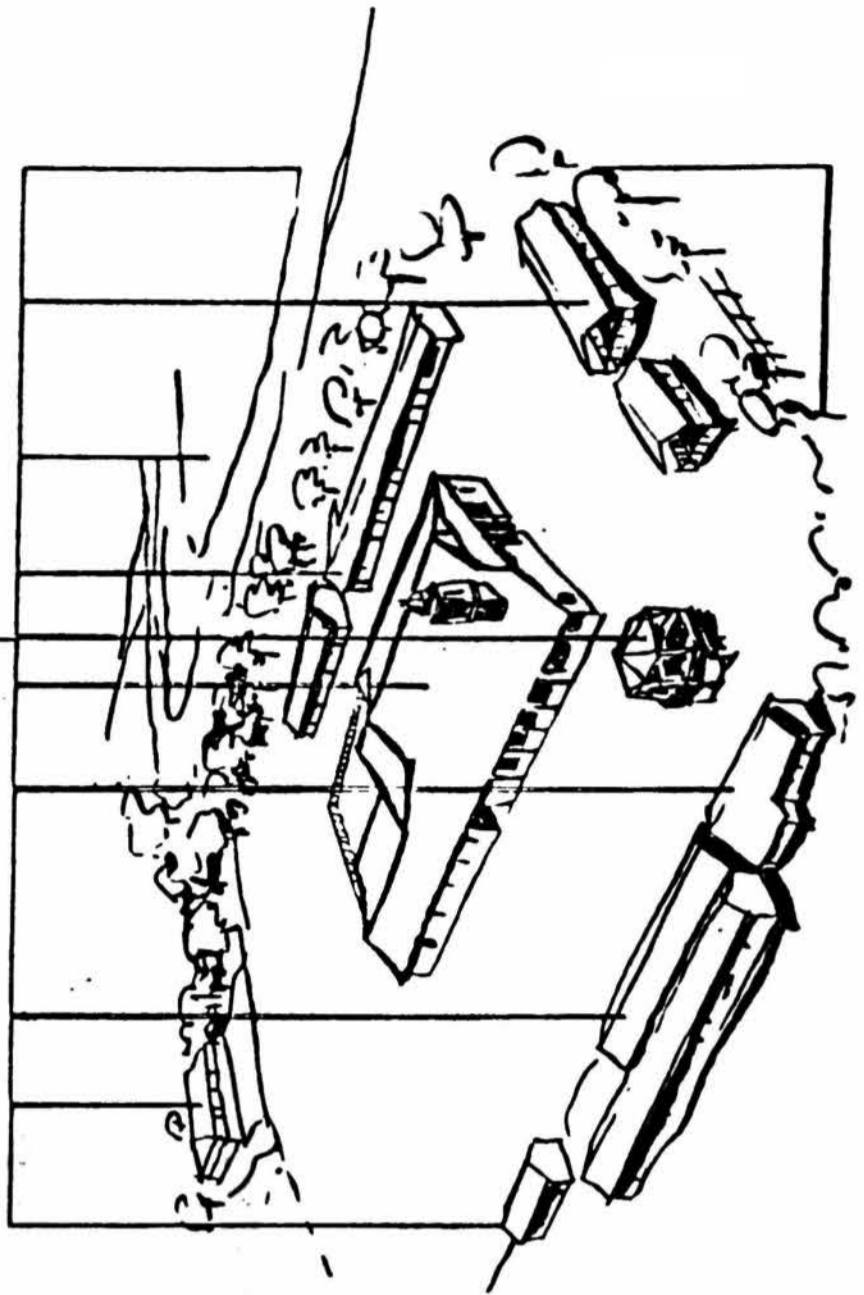
Os desenhos legados por Pallière documentaram as vilas em desenvolvimento. A primeira etapa já passada, onde as capelas rurais vingaram em povoados ou permaneceram à beira das estradas, ou, ainda, aquelas ligadas às atividades específicas de comemorações.

Destes primeiros núcleos, alguns se estagnaram. (Esquema 6)

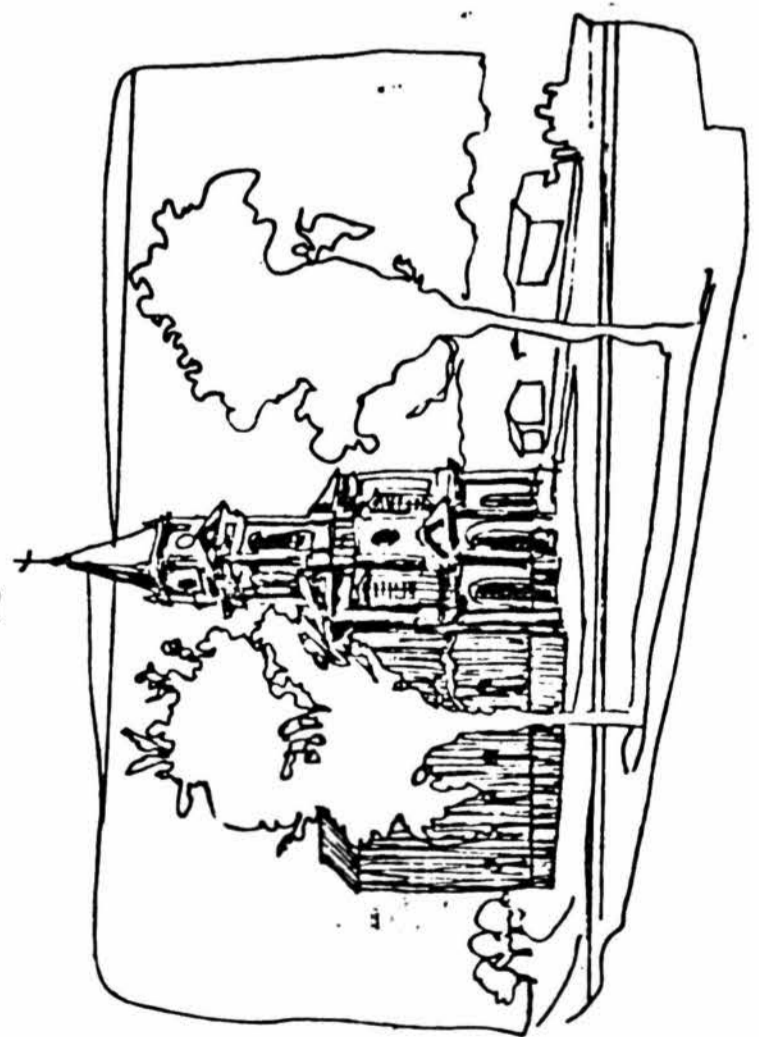
CAPELA DE SANTO ANGELO - SUZANO



MODALHAS
 PORTO
 MONASTÉRIO
 CAPELA
 PORTO
 PORTO
 PORTO



ROSEIRA VERNA



Outros núcleos se desenvolveram e criaram uma rede de edifícios e locais ligados à religião e religiosidade. Construções, muitas vezes, que eram barreiras para o crescimento da cidade por se posicionarem nas saídas ou entradas. São os educandários, conventos em grandes proporções e, por fim, os cemitérios.

Para que os centros urbanos se organizassem até com o "campo santo", mais de três séculos se passaram. De início, os edifícios religiosos se limitavam à igreja ou capela. Os jesuítas tinham seu programa fundamentado na organização urbana: o edifício em si, a parte externa da frente, reservado para apresentações; a parte externa dos fundos, ao pomar e horta¹⁸. Na Freguesia da Escada evidencia-se o posicionamento no terreno. Na parte da frente, voltada para o rio, o grande patamar para as festividades. Do lado direito de quem olha para o conjunto da igreja e casa dos padres, os acidentes naturais: declives delimitam o terreno até o rio sem que se tenham que fazer os muros para os limites dos fundos. Enquadrando a praça, as casas.

Foi mencionado que este tipo de aldeamento está mais ligado à Vila de São José e Freguesia de Nossa Senhora da Escada. Outras cidades nasceram do rocio ou dos ranchos dos tropeiros. A trama urbana foi, contudo, absorvendo muitos edifícios ligados à religião. As igrejas, conforme sua importância, eram chamadas de Sé ou apenas Matriz. Chamavam-se capelas as pertencentes às irmandades religiosas ou as de devoção de santos específicos. Interligando cidade à igreja, a existência dos "passos" ou "passinhos" que até hoje vivem nos altares de rua para a passagem de procissões. Por fim, oratórios e nichos incrustados nas paredes ou muros.

Edifícios ligados à formação dos religiosos ou leigos formaram um segundo grupo que, no Vale do Paraíba, teve influência apenas no Século XX. São construções de grandes proporções: conventos, mosteiros, seminários, colégios, educandários e conventos de mulheres. Quase todos com limites bem demarcados - muros, ou separados por um acidente natural, ou ainda, sobre morros. O celibato destas

pessoas não era visto com bons olhos pela Coroa que queria o povoamento rápido da colônia. Em Taubaté, nota-se o isolamento físico com a cidade, porém, é um símbolo de que a mesma precisa e faz questão de manter como posição social e cultural. Os terceiros carmelitas e celibatários foram proibidos de fundar novas casas.

Até então, pode-se notar que o edifício está localizado na cidade e se permite entrar e averiguar o espaço interno das igrejas, abrir-se os passos. Há os espaços proibidos dos conventos, mosteiros que se fecham nos claustros. Outros aspectos se abrem, porém, interligando os edifícios religiosos com a trama urbana. São adros, terreiros, largos e circuitos de procissões. Nestes espaços abertos, comuns, há uma mistura sócio-cultural que está expressa nas danças religiosas (diante do cruzeiro do adro); nos terreiros (as congadas, reisados e cavalhadas); representação de autos e encenações bíblicas; romarias que tomam ruas; estradas propiciam a formação de casas comerciais que podem ser da Igreja ou não; casa dos romeiros, salas de milagres para depósito de ex-votos ou depósito de imagens danificadas. Pode-se incluir aqui o trajeto para campo santo. O cemitério tem três momentos distintos: sob as tábuas dos assoalhos das igrejas cobertos e contíguos às capelas das ordens terceiras e ao ar livre, retirado da cidade. Hoje são imensas áreas muradas que barram o traçado das cidades e criam arvoredos.

Há outros edifícios ligados às instituições religiosas, mas que até o final do século XIX, no Vale do Paraíba, nem existiram, ou são de pouca importância: cabidos, sedes de congregações, palácios episcopais, casas paroquiais e aljube (prisão eclesiástica).

Mais ligados aos civis e que faziam parte do programa eclesiástico, têm-se os edifícios das ordens terceiras e confrarias religiosas. A princípio, as confrarias se limitavam a doar um determinado altar e mantê-lo dentro da matriz. As ordens franciscanas e carmelitas contavam com a participação e conclusão de seus programas com a comunidade. A construção das capelas da ordem terceira que, indo além das reuniões em consistórios, construíram casas para irmãos lei-

gos, santas casas de misericórdias, hospitais e hospícios.

No Vale do Paraíba, as Santas Casas que, de tradição lusitana remontam à Idade Média, tiveram suas primeiras construções em 1851 em Bananal, e, em 1863, em Pindamonhangaba. Afastavam-se do centro e podiam, às vezes, ter um cemitério com uma capela. Seus terrenos eram vastíssimos e tinham fontes próprias¹⁹. As santas casas eram objeto de curiosidade e louvação para os estrangeiros que por ali passavam. As descrições são minuciosas. Estes cientistas que, certamente, temiam enfermidades nestes fins de mundo, viam estupefatos os atrasos da medicina nesta terra onde Daniel Pedro Müller, em 1836, encontrou dois cirurgiões em Taubaté e um em Jacareí.

Outras manifestações que poderiam ser incluídas não como edifícios, mas sim envolvimento emocional, e, onde se misturam religião e festas profanas são as instituições musicais, corais que atuam como bandas nos coretos e procissões, catracas e toques de sinos. Mais ligadas às promessas, as queimas do incenso e lampadários. Estes, tanto podem estar no interior de uma casa como no de uma igreja.

Estas vilas punham em risco o templo e contribuíram para criar a pátina escura sobre a imagem de Nossa Senhora Aparecida²⁰.

Em resumo, têm-se: construções para o culto religioso público; igrejas, capelas, passos, oratórios e nichos. Para a formação: conventos, mosteiros, seminários, colégios, educandários e recolhimentos. Como participação da comunidade: capelas de ordem terceira, santas casas, hospitais, hospícios e casas de irmãos leigos. A serviço das instituições católicas: cabidos, palácios episcopais, casas paroquiais, aljube, sedes de congregações. Áreas livres e comuns: adros, terreiros, cemitérios, largos e ruas de procissões. Nada impede, porém, que um edifício tenha uma ou mais funções.

Em um gráfico vertical, pode-se demonstrar as relações entre hierarquia eclesiástica, comarcas eclesiásticas, ordens religiosas e os edifícios na trama urbana.

	HIERARQUIA	COMARCA	EDIFÍCIO	
Papado	papa	Vaticano	basílica	
Cardinalato	cardeal		basílica catedral	
Bispado	arcebispo	diocese ou arquidiocese	Sé Catedral basílica	palácio episcopal aljube casa do cabido
Religiosos	sacerdotes	ordens: conventuais monásticas	conventos monastérios seminários educandários núcleos: aldeamentos chácaras recolhimentos	
Seculares ou Diocesanos	cônego vigário cura capelão	paróquia freguesia curato capela rural ou rural	matriz capelas curadas capela curada	casa paroquial casa romeiros barracas casa sacristão
Leigos	ermitão	(rural)	ermida	colégios educandários
	professos	ordens livres	capelas anexas igrejas	santa casa hospitais cemitérios casa congregados colégios
	irmãos	confrarias	capelas igrejas	
	crente	cristão	capela particular altar portátil oratórios orago	imóvel móvel móvel inovação

A hierarquia da Igreja é feita por jurisdição e precedência. Esta última, assim se distribui: papa, cardeal, bispo, presbítero e diácono, patriarcas, núncios, arcebispos, bispos de prelazia, prefeitura apostólica, abadia, nullius, vigários capitulares, monsenhores protonotários apostólicos, prelado doméstico, camareiro se-

creto, cônegos capitulares ou dignidades, cônegos honorários, padres seculares ou diocesanos, padres religiosos, ordens, congregações e institutos.

Na diocese ou bispado, a cúria é o poder executivo e o cabido é o judiciário, constituído de cônegos: arcediogo, arcipreste e chantre²¹.

- ¹MOTTA SOBRINHO, Alves. A Civilização do Café (1820-1920). p. 21.
- ²DE FONTAINES, Pierre. Como se Construir no Brasil a Rede de Cidades. p. 04.
- ³VIOTTI, Hêlio Abranches Pe. No Cinquentenário da Morte de Monsenhor Claro Monteiro, p. 41-43.
- ⁴Nossa Senhora da Conceição foi proclamada padroeira de Portugal e seus domínios, em 1646, por ordem de Dom João IV. Em 08 de setembro de 1904 a imagem d'Aparecida foi coroada Rainha e Padroeira do Brasil, através da idéia de Dom Arcoverde e apoiado pelo Nuncio Apostólico Dom Júlio Tonti.
- ⁵VIDE, S. M. da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia Feitas e Ordenadas pelo...Senhor D. Sebastião M. da Vide...Propostas e Aceitas em o Sínodo Diocesano/sic/ que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. São Paulo. P. 213
- ⁶VIDE, Sebastião Monteiro da. Op. Cit. Livro Quarto, Título IXI, p. 254-255.
- ⁷DE FONTAINES, Pierre. Op. Cit., p. 21.
- ⁸TIRAPELI, Percival. Aparecida, um Espaço a ser Vivido. IN: Ângulo, p. 24.
- ⁹VIDE, Sebastião Monteiro da. Op. Cit., p. 251-252.
- ¹⁰Lucila Herrmann, em Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos, mostra vários textos documentando a pobreza das vilas e como os cidadãos tinham que conservá-las.
- ¹¹VASCONCELLOS, Bernardo Pereira. Carta ao Governo Provisorio de São Paulo. Janeiro de 1822. Arquivo do Estado de São Paulo.
- ¹²RIBEIRO, J.J. Cronologia Paulista ou Relação Histórica dos Fatos Mais Importantes Ocorridos em São Paulo Desde a Chegada de Matim Afonso de Souza a São Vicente até 1898. Governo de São Paulo, 1901, v. , p.
- ¹³Para a compreensão do programa jesuítico pode-se consultar entre outros, Lúcio Costa, Robert C. Smith e as ilustrações 47 e 50 no livro: Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos de Pe. Antonio Seep S.J.. Também, o filme de Silvio Back, República Guarani, revela, não só o ambiente, mas também o conflito da aproximação e troca de ambientação preparada pelos padres. República Guarani. (Brasil - prod. Silvio Back e EMBRAFILME - 1978/1979) Dir.: Silvio Back. Pesquisa e Roteiro: Silvio Back e Deonísio da Silva. Pesquisa Fonográfica: Antonio Carlos Moraes. Fotografia e Câmera: José Medeiros. Montagem e Edição: Laércio Silva. Duração: 100 minutos.
- ¹⁴FERREZ, Gilberto. O Brasil de Thomas Ender - 1817. p. 270-273.
- ¹⁵DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil: Aquas, vistas e Desenhos que não Foram Reproduzidos na Edição de Firmin Didot-1834. (pranchas soltas)
- ¹⁶FERREZ, Gilberto. Op. Cit., p. 283.
- ¹⁷SAIA, Luis. São Luis do Paraitinga. Estudo do Urbanismo da Cidade.

¹⁸COSTA, Lúcio. Op. Cit., p. 17.

¹⁹MAIA, Thereza Regina de Camargo e Tom. Vale do Paraíba - Velhas Cidades, p. 13.

²⁰BRUSTOLOMI, Julio J. A Senhora da Conceição Aparecida, p. 59.

²¹Agradeço a colaboração de Wanderley dos Santos, chefe do Arquivo da Cúria de São Paulo e gerente do Centro de Microfilmagem.

4. CAPELAS

4.1. Tipos

As capelas do Vale do Paraíba, assim como as igrejas, não ostentam esmero artístico. A Capela d'Aparecida, porém, vem firmar a importância que o homem devoto lhe dispensou.

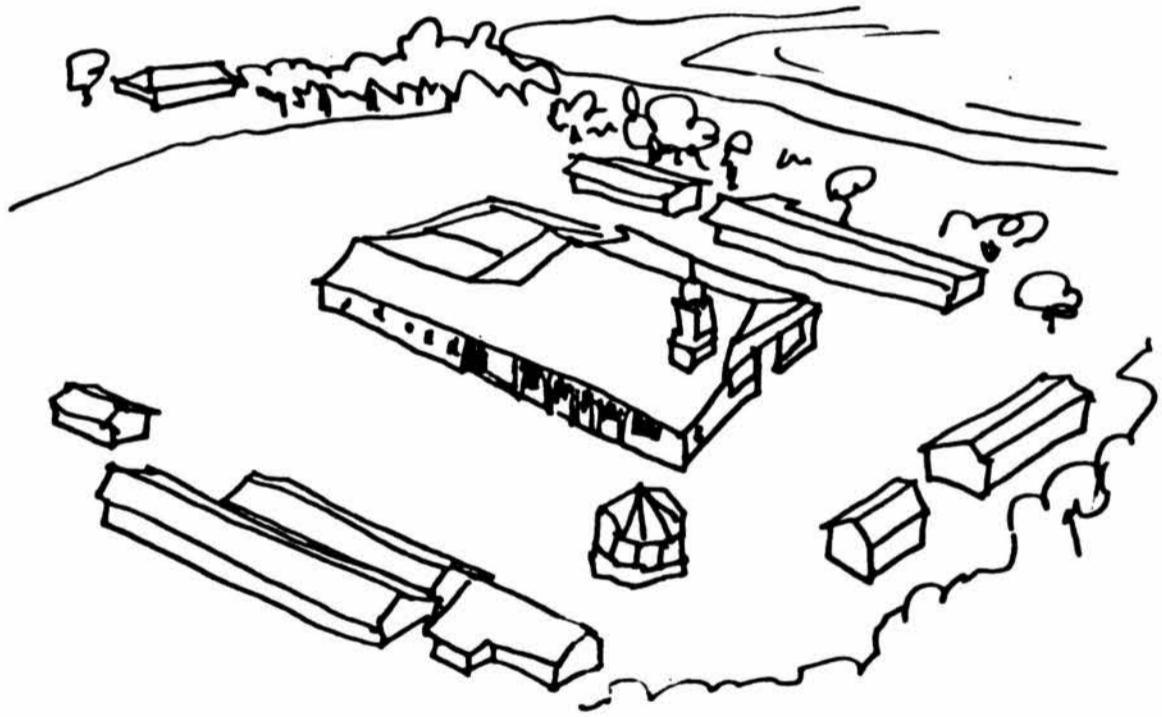
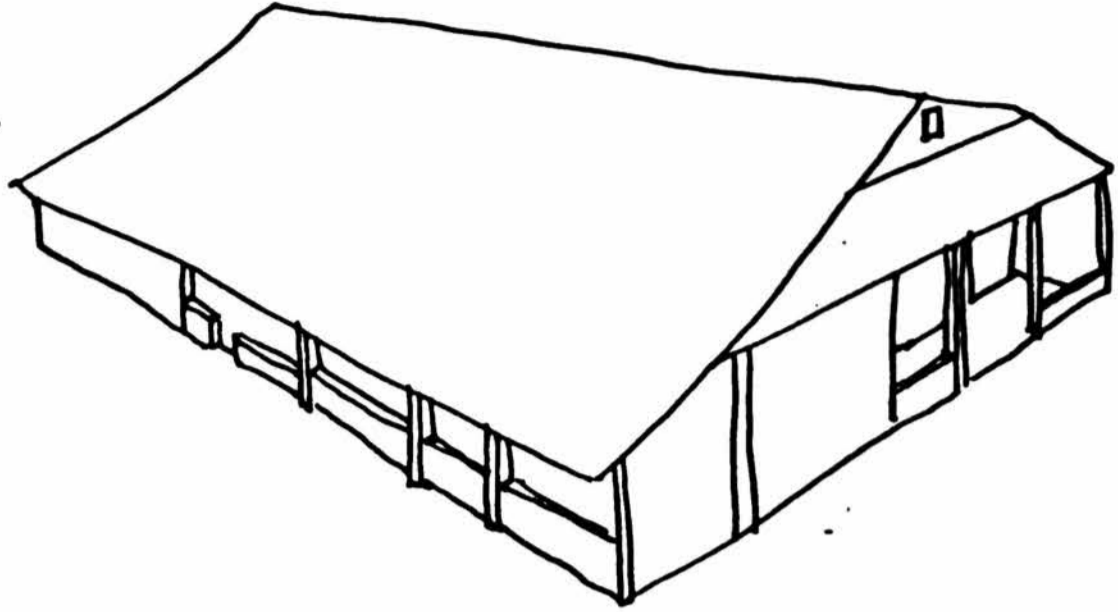
Fisicamente, podem-se esquematizar em duas categorias: as capelas autônomas e as agregadas. O sítio geográfico define as capelas rurais e urbanas. (Esquema 7)

Tecnicamente, pode-se falar em capelas singelas (de formas simplificadas) e capelas artísticas (das ordens terceiras e confrarias). No cunho social, podem-se distinguir as capelas de festas, romarias e aquelas simples, votivas. A origem pode estar ligada a promessa, morte à beira da estrada ou fundação do povoado.

As funções podem ser as mais diversas: confluência para missa, festas religiosas, pagamento de promessa, depósito de ex-votos, depósito de imagens quebradas, lembrança de morte e guarda de andor. Simbolicamente, pode ser o início da catequese, a posse da terra, ostentação da riqueza e poder da ordem.

Este estudo não se propõe a analisar exaustivamente as capelas hoje existentes no campo de pesquisa. A ligação da capela com a trama urbana é evidente, pois as matrizes que hoje estão de pé foram, na sua origem, capelas. O processo de transformação é que me interessa, por isso a justificativa de incluir, no estudo, referências, técnicas de construção e esquematização das capelas.

CAPELA RURAL STO ANGELO - SUZANO



CAPELA URBANA PILAR - TAUBATÉ



4.1.1. Capelas Agregadas

As capelas agregadas tanto podem estar ligadas a uma construção religiosa como civil. Na residência paulista do século XVII, a capela era incrustada na casa, dentro da faixa social. Esta faixa era fronteira e se compunha do alpendre, capela e quarto de hóspede. Deste conjunto fronteiroço, opina Luis Saia:

É a peça mais característica deste tipo de habitação, no tocante ao problema de separação de classes e ao caráter feudal da sociedade seiscentista de São Paulo. Sobre ele se abre a capela, em cujo recinto, sõ teriam acesso padre e gente da família, o precatório comportando o resto da lotação... É verdade que o problema da religião nas residências já fora resolvido, em épocas anteriores, inclusive utilizando formas parecidas com o alpendre, para o abrigo dos fiéis, mas nunca, ao que parece, com o sentido de separação de classes que assume o alpendre da morada bandeirística.

É nas igrejas mesmo que se pode encontrar funcionamento idêntico; tanto nas de porte avantajado como nas ermidas. E quando ocorre afastar-se a capela, da residência, aquela leva consigo o alpendre.

Na segunda metade do século XVIII, na arquitetura das fazendas denominadas de "torna viagem" (engenhos de açúcar), a capela ficava na parte fronteira assobradada e o acesso a ela era feito por intermédio de escada que dava no alpendre da capela, fechando uma das extremidades do alpendre, podendo receber um número considerável de pessoas e uma envasadura lateral permitia aos membros da família assistir aos ofícios religiosos sem se misturar com os outros assistentes.

Na fazenda cafeeira, a capela é aglutinada pela construção. Ocupa a parte central da casa, dividindo de um lado a parte social e do outro a familiar. A ornamentação é rica em pinturas, imagens e móveis adequados. Dentro da casa, não se podendo construir uma capela, a substituição é o oratório.

No edifício religioso, a capela pode ser apenas um altar que, lateralmente, não ofuscará a importância da capela-mor. Uma abertura na construção pode ser a ligação da igreja conventual à capela

das ordens terceiras. Quando o acesso se dá internamente, a capela é construída perpendicularmente ao edifício principal, pouco mais baixa. Tem vida própria, inclusive portas e zeladores.

4.1.2. Autônomas

Quando, em ambos os casos, as capelas se tornam autônomas, fisicamente, não chegam a ser o principal foco visual do conjunto. O elo de submissão pode chegar a ser virtual: da sede da fazenda a família assiste aos atos religiosos através de envasaduras de ambas construções. Nas capelas de ordem terceira, o terreno, a imposição das normas e a superioridade do estado eclesiástico tornam os irmãos dependentes e agregados espiritualmente e intelectualmente aos religiosos, e plasticamente dependentes do edifício principal. A vida administrativa dessas capelas é independente². (Esquema 8)

4.1.3. Capelas Urbanas e Rurais

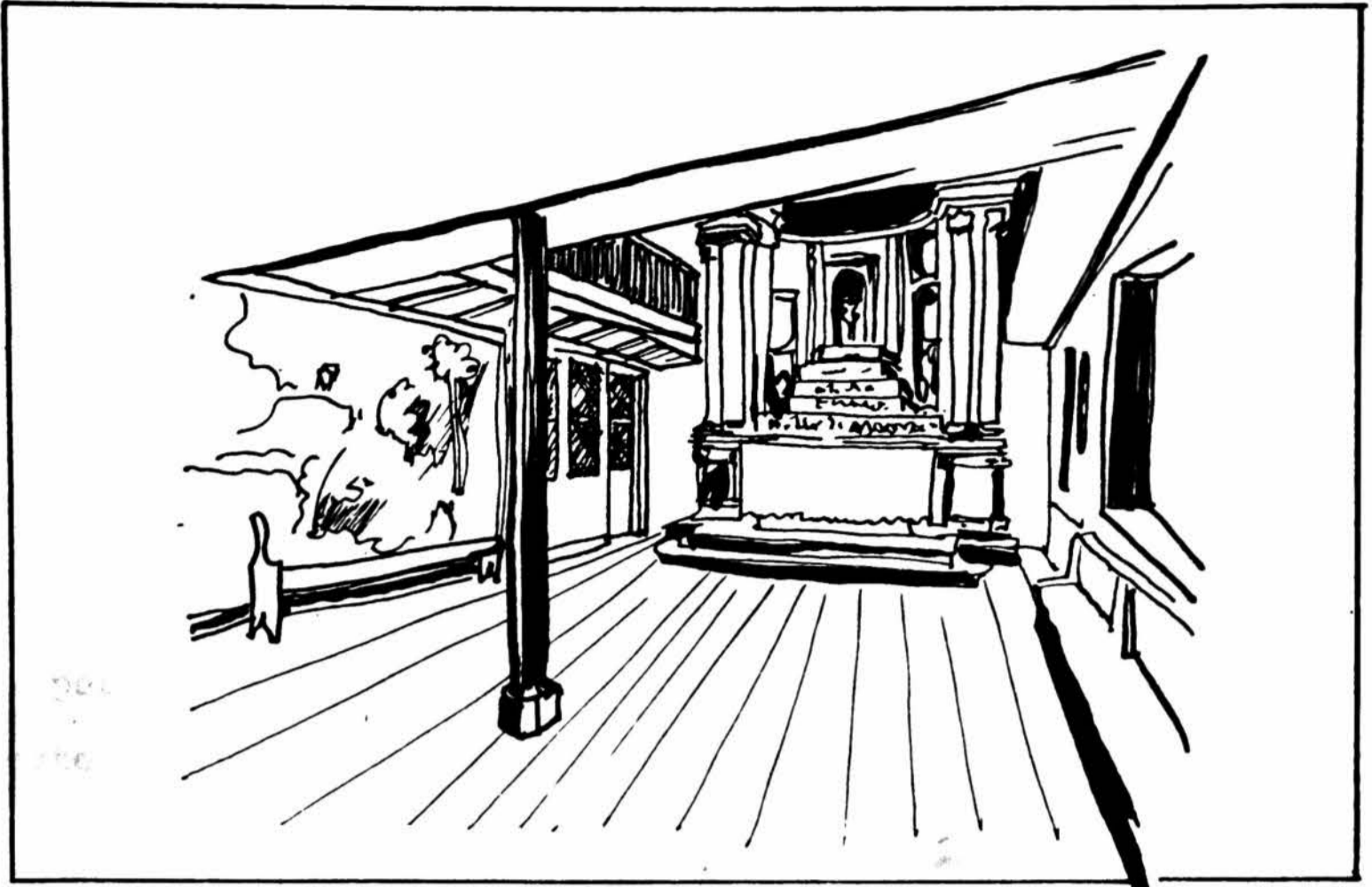
As capelas urbanas e autônomas são, na sua maioria, edificadas por devotos que formam uma congregação, confraria, ou ainda, como agradecimento espiritual, e, por fim, para perpetuar o milagre de encontro de imagens. Desta última possibilidade é que se tem hoje duas basílicas: Nossa Senhora Aparecida e São Bom Jesus de Tremembé. De simples capelas a santuários.

As capelas urbanas não diferem muito do exemplo da Capela de - Nossa Senhora das Mercês de São Luís do Piraitinga. Possui uma nave e capela-mor que se comunicam pelo arco cruzeiro. Uma galeria que serve de dependências e acesso ao coro e púlpito. O sino é colocado nesta galeria em pequenas envasaduras no frontispício. O forro pode se apresentar tabuado, em abóbada, ou mesmo em telha-vã.

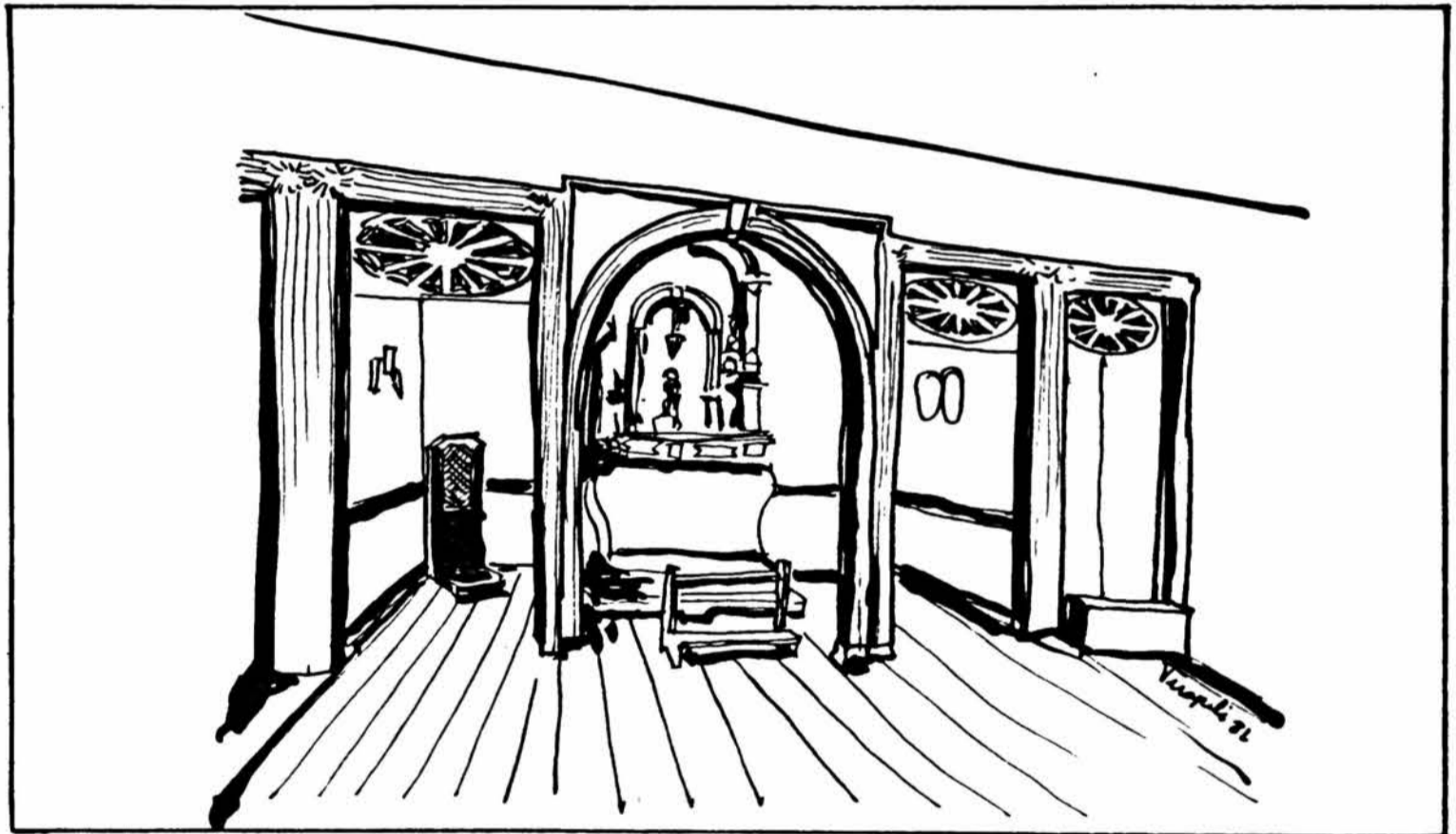
Há capelas, como a de Caçapava Velha que não apresentam dependências laterais, mas a nave e capela-mor com telha-vã, coro livre da estrutura e sem torres.

Há, ainda, as "capelas de fachadas", que não apresentam torres

BANANAL

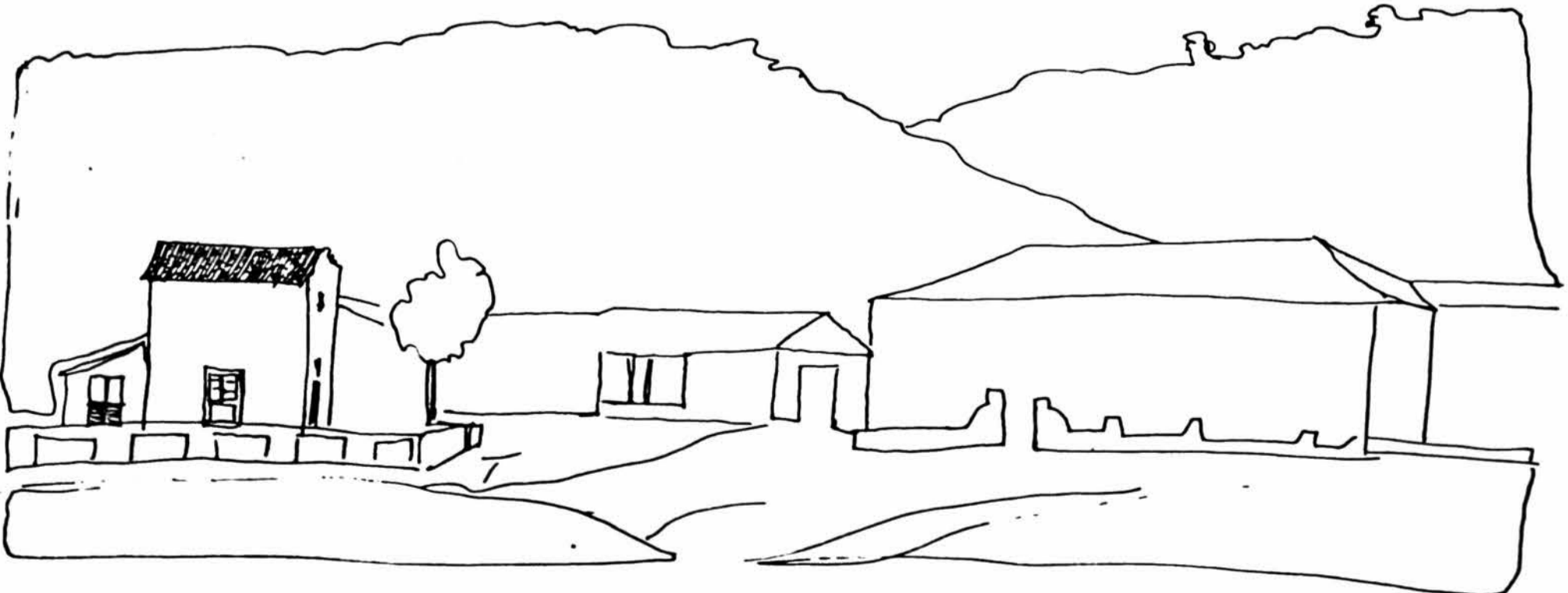


CAPELA INTERNA DA FAZENDA RESGATE — COMD. MANOEL DE AGUIAR VALLIN



CAPELA INTERNA DA FAZENDA BOM VISTA — COMD. JOSÉ LUCIANO DE ALMEIDA

CAPELA INDEPENDENTE — FAZENDA SÃO FRANCISCO



mas ostentam uma fachada bem mais alta que a cumeeira.

Das capelas urbanas, a que mais se destaca é a do Pilar de Taubaté - de planta octogonal, formando dois corpos. Luis Saia explica detalhes construtivos em documentos referentes ao seu tombamento pela SPHAN³.

4.2. Esquema das Construções

As capelas rurais podem ser chamadas, quanto ao material, de singelas e perenes. O franciscano Claude D'Abbeville, em 1612, assim descreve este tipo de capela de uso e construção imediata.

Os índios prepararam a capela para o batizado e apressadamente derrubaram árvores.

Trabalhavam uns em rotear a praça, outros em aplainá-la, outros em derrubar árvores, cortar paus, e outros, ainda, em acelerar o madeiramento. Enquanto uns preparavam a pindoba para o teto, outros faziam esteiras de folha de palmeiras, tão bem tecidas e entrelaçadas em quadrados e outras figuras que se tornavam muito bonitas, dignas de ver-se, e que nos serviam para ornamento da capela e do altar. Trabalhavam, enfim, todos de conformidade com suas forças e seus gostos e sem nenhum constrangimento. Não tínhamos a intenção de construir um templo de Salomão, nem uma igreja suntuosíssima... E quando essa nação (hoje na infância do cristianismo) for antiga, não deixará com a graça de Deus, de construir belas e ricas igrejas, pois há no país materiais tão bonitos quanto preciosos.

Esta capela, acima descrita, certamente é mais trabalhada que aquelas da beira de estrada. Em Bananal, março de 1980, colhi os seguintes exemplos. (Esquema 9)

Há importantes capelas rurais em Guararema: Nossa Senhora da Ajuda⁵. A capela é composta de nave e capela-mor; duas galerias laterais, sendo que um dos cômodos da frente não oferece comunicação com a capela e serve de alojamento para o sacristão que tem à mão os sinos. As instalações para as frestas são feitas na parte do oitão cego da capela. A cozinha da família guardiã é externa⁶. (Esquema 10)

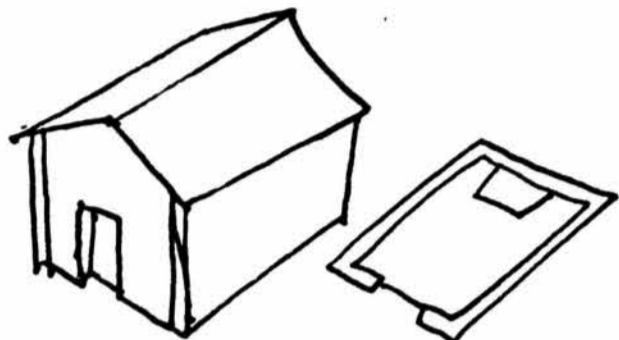
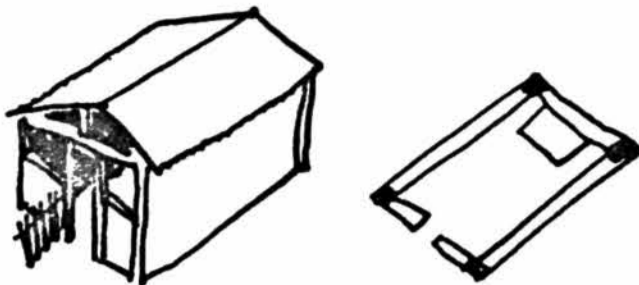
No município de Suzano (Moji das Cruzes) há o exemplo de capela alpendrada. A ermida dos carmelitas é apresentada, por Carlos Lemos, como um dos edifícios mais antigos deste gênero no interior paulista⁷.

CAPELAS

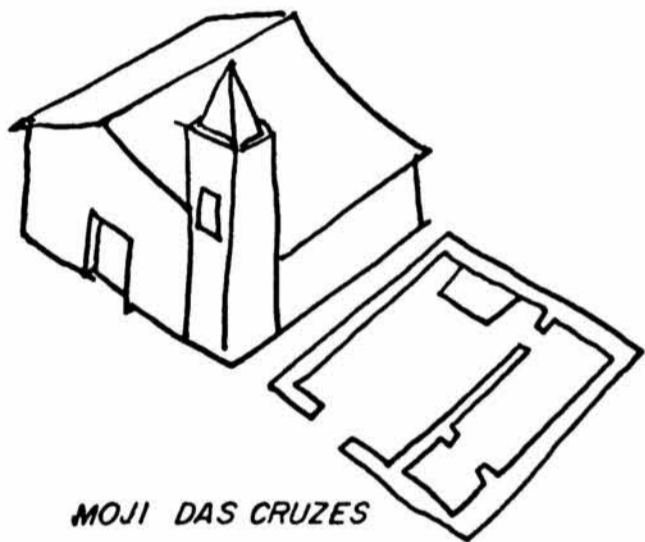
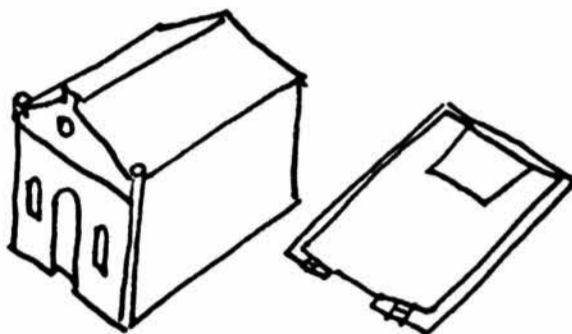
RURALS



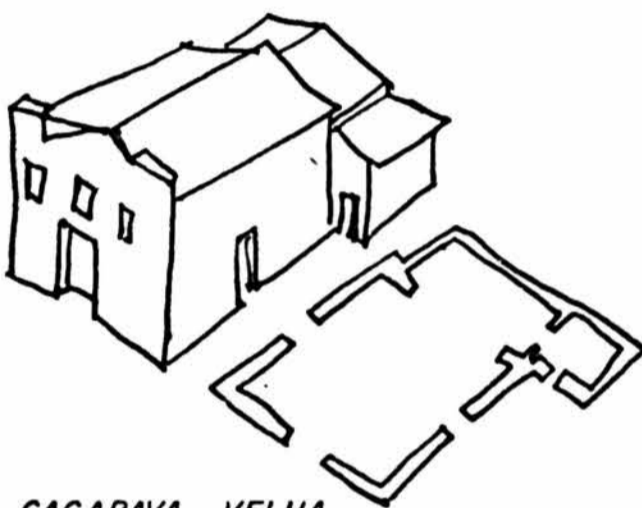
BANANAL



TAUBATÉ

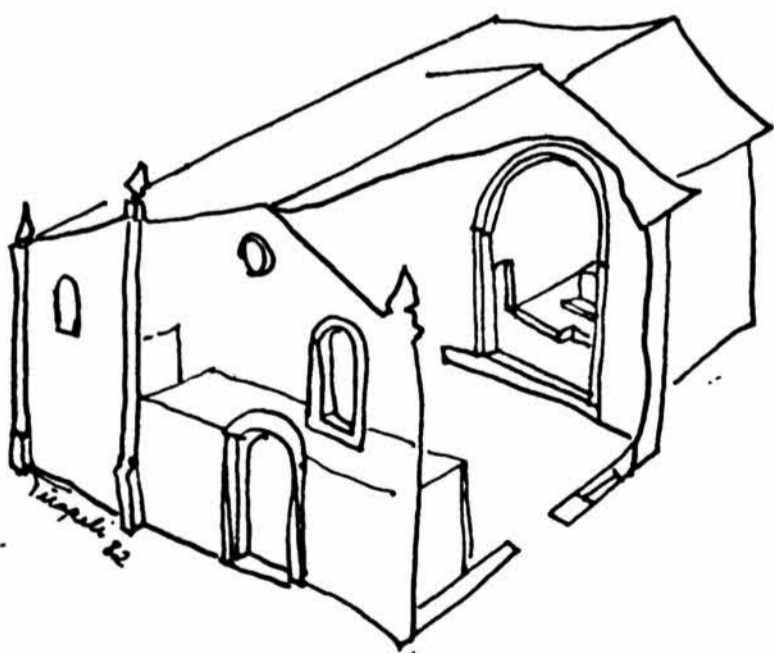


MOJI DAS CRUZES



CAÇAPAVA VELHA

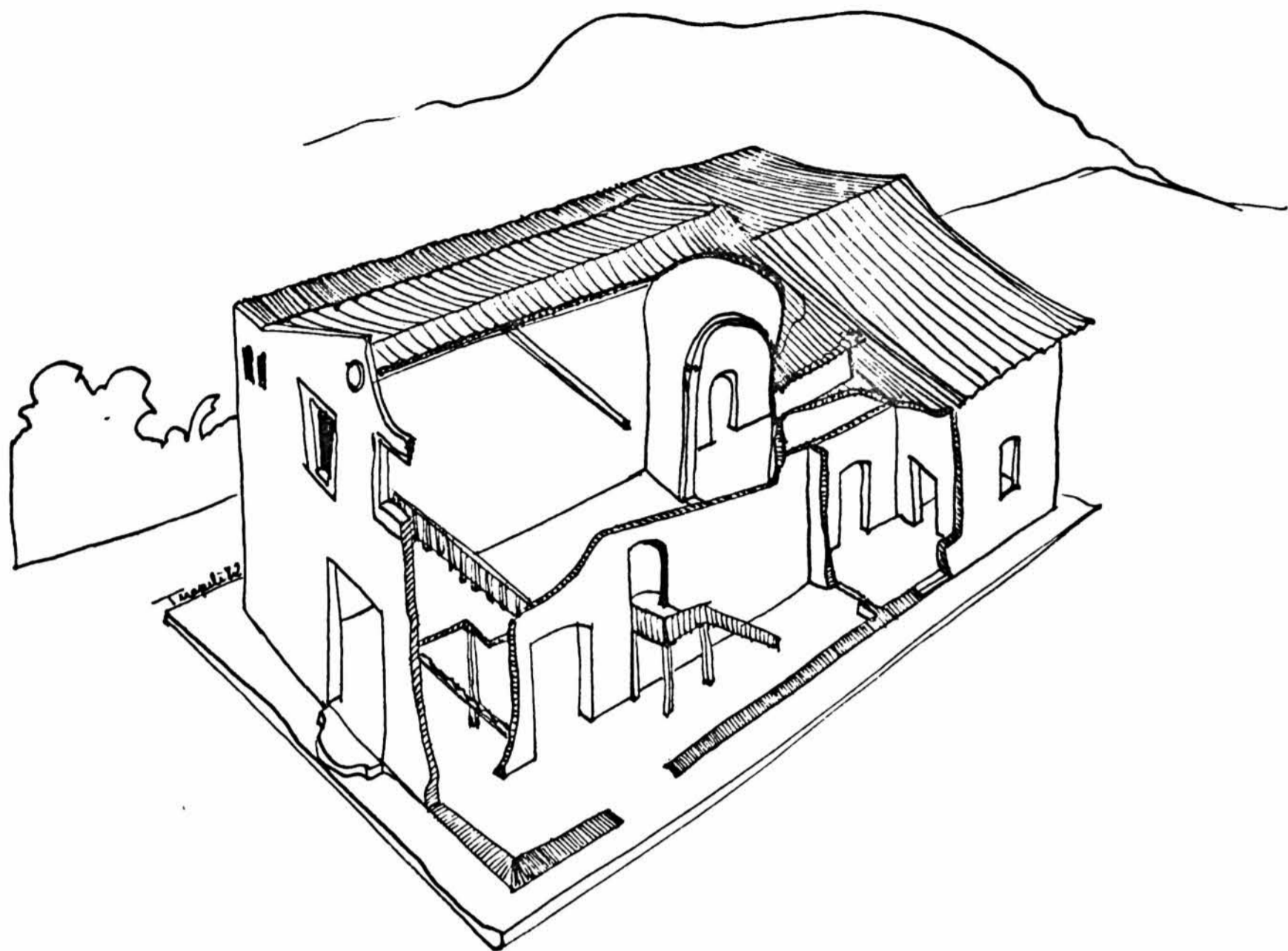
URBANAS



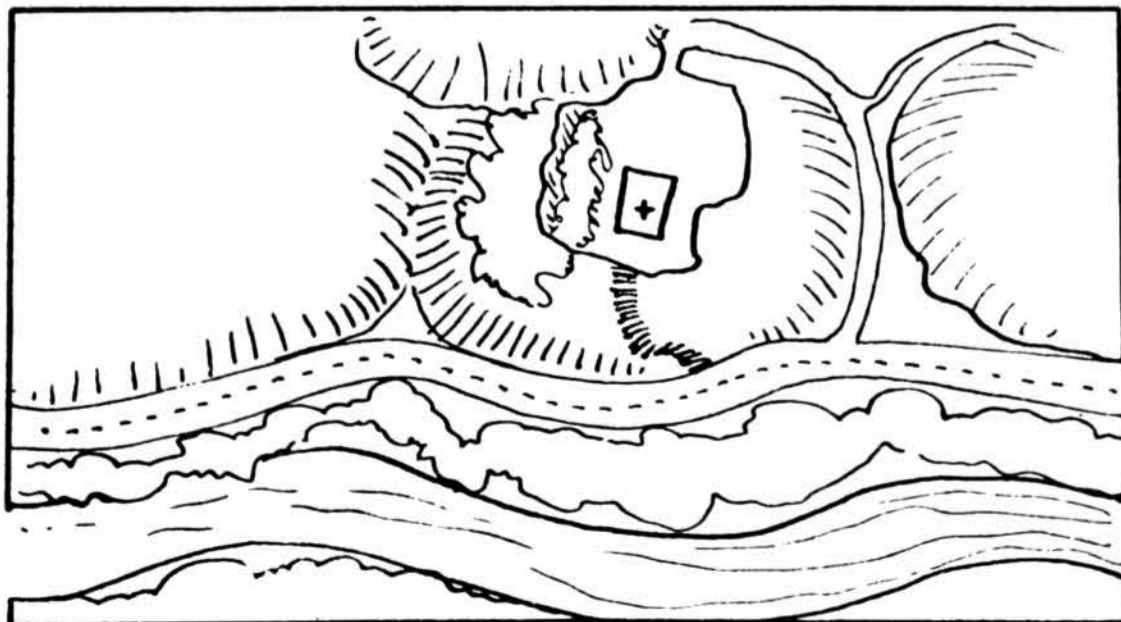
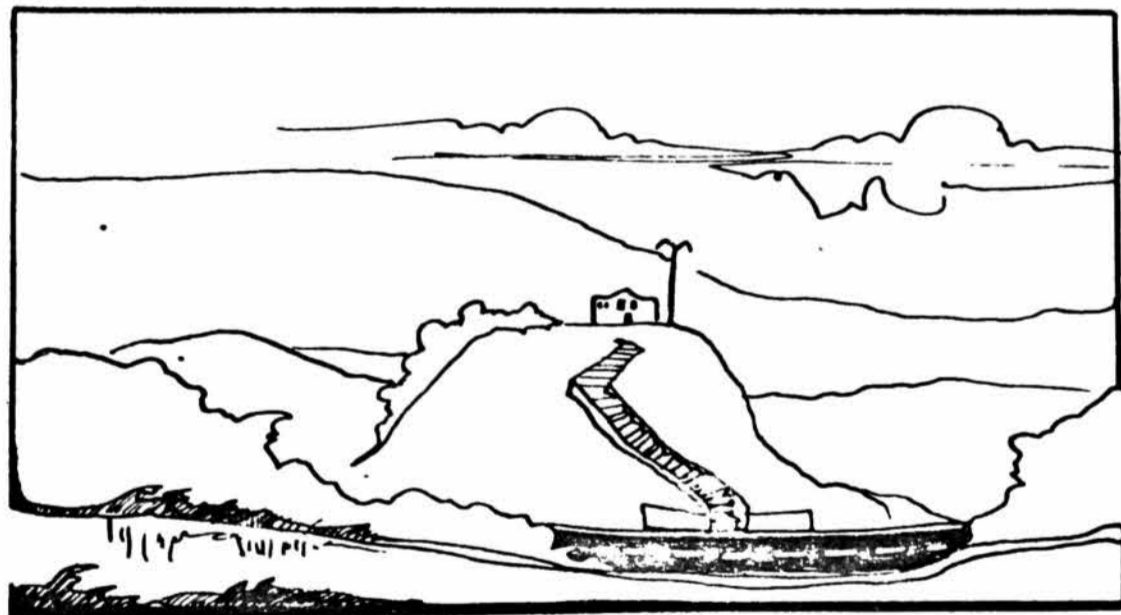
MERCÊS - S.L. PARAITINGA



S. JOSÉ - PINDAMONHANGABA



CAPELA N.S. DA AJUDA — GUARAREMA



Edificada, como capela rural, para desenvolver atividades sociais ao seu redor, bem como pagamento de promessas, é situada em sítio privilegiado, com estrada própria (hoje sob represa). Atualmente cercada e sem o trajeto da procissão, ostenta uma pequena torre ferindo a solução do telhado que apóia a estrutura principal sobre a nave da capela⁸.

Com estes dados, pelos quais se pode saber a invocação das capelas, matrizes, há outras constatações. Moji das Cruzes, cidade elo entre São Paulo e os caminhos do Vale do Paraíba, é a barreira da penetração religiosa, cidade de aglomeração espontânea que se transforma em entidade Municipal menos rígida que as vilas caracterizadas como posse de terra, preamento de índios e caminho para as minas.

Outro dado importante é a confirmação da construção de outros edifícios que se ligam à religião. Portanto, a Igreja está contribuindo para um novo urbanismo que se desloca fisicamente ao largo da igreja, fornecendo novos pontos de interesse e confluência nas cidades.

Reafirma o grande número de confrarias e irmandades existentes a concretização dos anseios filantrópicos, procurando fazer da vila um reflexo do que já acontecia na capital do império: acolhimento da ciência. Confirmando a hipótese, Bananal é que constrói a primeira santa casa e hospital, 1851⁹.

¹ SAIA, Luis. Op. Cit., p. 133.

² Há construções de capelas que suplantam interiormente na decoração e que sobrevivem às religiosas. A bibliografia é vastíssima. Todas as ordens terceiras possuem praticamente seus livros de tombo, atas e até alguns publicados, como é o caso da História da Antiga Capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo, de Frei Adalberto Ortmann, O.F.M..

³ A Capela do Pilar, tombada sob o processo nº 343-T, inscrição nº 238, Livro História, fls 40, e inscrição nº 305, Livro Belas Artes, fls 64. Data 26/10/1944. O processo de tombamento consta de pastas com a preciosa correspondência de Luis Saia e Rodrigo Mello Franco de Andrade. SPHAN de São Paulo.

⁴ D'ABBEILLE, Claude. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas. p. 91-92.

⁵ A Capela é tombada pelo SPHAN que possui fotos referentes à construção.

⁶ Em outras ermidas, a cozinha comunitária para afogado faz parte das construções que se agregam ao corpo da capela a exemplo de Santo Ângelo, em Suzano. Para este assunto, leia-se de Carlos A.E.Lemos: Cozinhas, etc., onde se estuda o posicionamento da cozinha na casa brasileira.

⁷ Não só Carlos Lemos pode contribuir com o artigo "Capelas Alpendradas de São Paulo", como também Luis Saia com "O Alpendre Nas Capelas Brasileiras".

⁸ O estudo foi, em parte, publicado na Revista Arquitetura, nº 18, p. 113-120 e está completo no Volume XI, agosto de 1977, Vale do Paráíba, órgão: CONDEPHAAT.

⁹ RAMOS, Agostinho. Pequena História do Bananal. p. 133-140.

5. ANÁLISE FORMAL

5.1. Técnica

As técnicas de construção das igrejas não diferem da construção civil: - taipa de pilão. Thomas Ender deixou um desenho da matriz de Areias, ainda em construção. As paredes estruturais que formam o caixote do corpo da igreja suportam os pisos superiores, coberturas, - forros e as torres. As paredes são maciças, constituídas de barro so cado, monolítico. A técnica de execução pode ser percebida. Uma veda ção de capim ou sapê percorre toda a linha que define o perfil das torres e frontão. A altura das camadas contínuas do barro liqüento se percebe pelos cabodãs que marcam pontos simétricos revelando a utilização dos mesmos taipais. Percebem-se duas travessas e paus no alto da torre. Eram postos os taipais como hoje ainda se faz com o concreto, e o barro já bem amassado era posto em camadas segundo a largura das tábuas. Com o auxílio do pilão ou pés comprimia-se o barro, que, após o apilonamento, se comprimia de vinte para dez, ou quinze, centímetros. Nota-se, ainda, uma sucessão da fiada que se prolonga por toda a parede.

Não se vêem rachaduras na estrutura monolítica. Para tal sucesso, o emprego de ligas como estrume de curral, crina de cavalo, fibras vegetais, e, em certos casos, fala-se até em sangue de boi, o barro e argila se aglutinaram com menor possibilidade de desintegração.

Não se pode precisar exatamente a espessura dessas paredes, vis

to que hoje já receberam camadas de alvenaria e revestimento de pedras, porém, é sabido que variam de quarenta a oitenta centímetros. Em grandes alturas, pode-se aumentar a espessura. Na parte inferior verifica-se uma linha horizontal que, perpendicular à vertical, delimitando o tamanho da torre, leva a crer que a parede não foi completamente desbastada. Esta hipótese é mais provável do que cogitar na presença de um alicerce mesmo que de material idêntico, pois, também, na taipa de pilão pode-se fazê-lo.

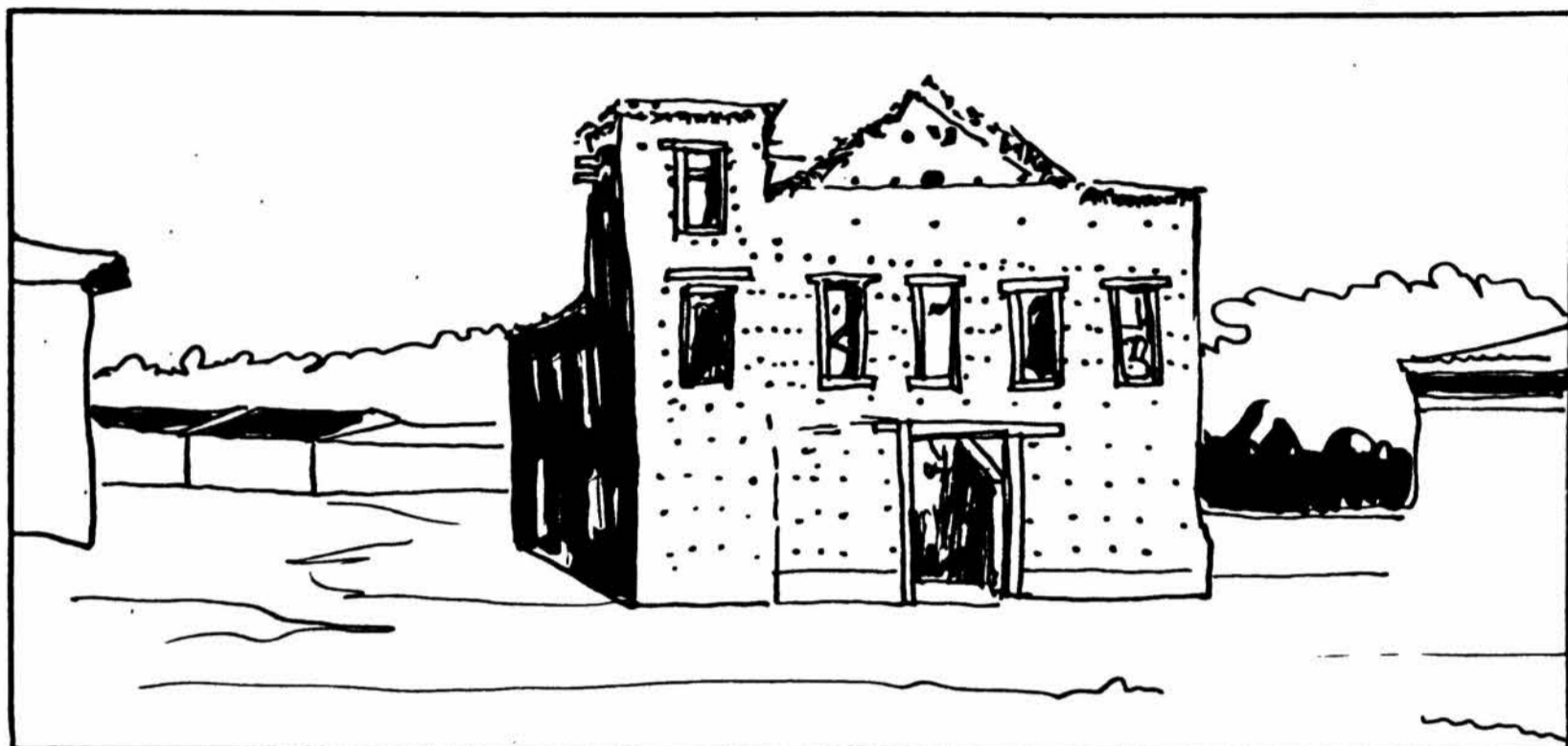
Observa-se um prolongamento, pequeno, nos peitoris das janelas e nas vergas retas que determinam o tamanho das ombreiras. Porém, sobre a primeira envasadura da esquerda, debaixo da torre, nota-se um pedaço de madeira certamente esquecido, pois madeiras empregadas nas taipas são longitudinais com o intuito de reforços. Neste caso, pode-se até pensar em um reforço da verga.

O orifício maior no frontão já determina o olho de boi que, mais tarde, vai ser suprimido da função com o alteamento da forma triangular. As madeiras roliças que originaram os cabodãs, orifícios menores deixados pelas mesmas, perderam sua função quando retirados os taipais, pois são removíveis. Para facilitar a tarefa de remoção dos paus, podia-se envolvê-lo em folhas de bananeira¹. (Esquema 11)

Com o processo de embelezamento dos exteriores dos templos, sobre essa estrutura novos elementos vão mudar a rigidez do perfil, - principalmente, com o alteamento das torres. Estas, suportaram maior liberdade de criação, pois não se transformava a estrutura. As aberturas no bloco da taipa, dificultaram a colocação de partes dos moldes. A exemplo da igreja de Areias, como se sente no esquema 11, não foi possível a abertura de arcos para outras portas e, conseqüentemente, a portada ficar imponente. A solução é o emprego de arcos falsos que se comprimem em um espaço limitado.

Nas torres, onde se encontram os elementos plásticos, o material foi trabalhado livremente, com definição própria. Já nos arcos e nas divisões entre corpo da nave e torres, as falsas colunas duplas se comprimem estreitando as janelas do coro e torres. A pequena dis-

AREIAS



1817 esquema — T. ENDER

son'oro

MATRIZ SANT'ANA — AREIAS



tância entre porta principal e janelas superiores não permitiram um friso que daria maior horizontalidade ao templo. A compensação foi conseguida com o acréscimo de elementos triangulares sobre as vergas das envasaduras e o alteamento do triângulo frontal.

O volume da igreja sofre modificações no acréscimo da capela-mor, porém, a beleza não adentrou. Areias moveu-se, a perenidade nem sequer passou pela sua única rua.

5.2. Planta Baixa

As plantas baixas das igrejas, do local de estudo, não oferecem nada de excepcional. Excetuando a Capela do Pilar de Taubaté, todas as construções religiosas são singelas. Acréscimos laterais à nave central, sacristia ou, ainda, galerias, conseguem destaca as dos tipos retilíneos.

A mais simples distinção se faz entre as igrejas de uma só nave, de três naves e, por fim, as naves romanizadas, com capelas ou aberturas laterais à capela-mor.

Participando do primeiro grupo, capelas rudimentares, onde nave e capela-mor constituem a mesma largura de corpo, divididas pelo arco cruzeiro, e podem apresentar corredores ou compartimentos laterais.

Igrejas e capelas diferenciadas com naves maiores e capela-mor de largura e altura menores, geralmente, uma só cobertura em telha de canal com duas águas; ou, ainda, a sacristia pode ocupar a parte posterior, provocando o aparecimento de telhado mais baixo e formando nas paredes um só bloco retangular.

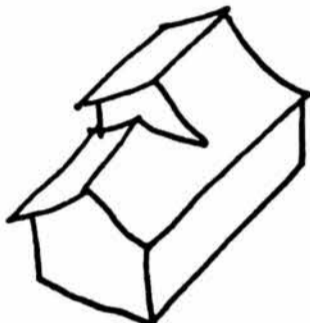
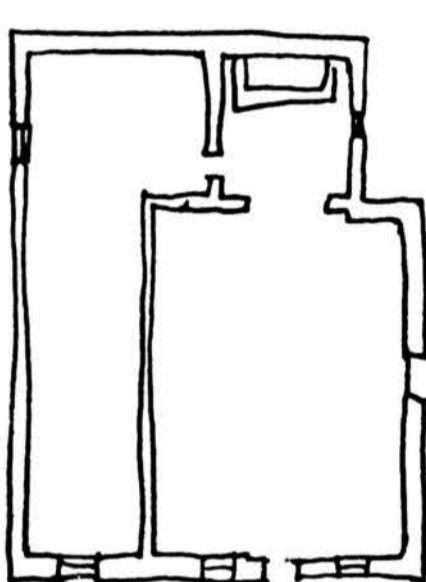
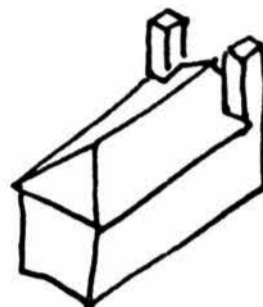
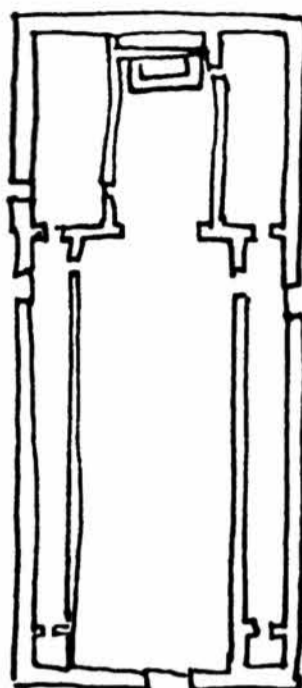
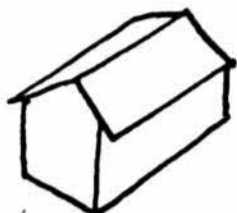
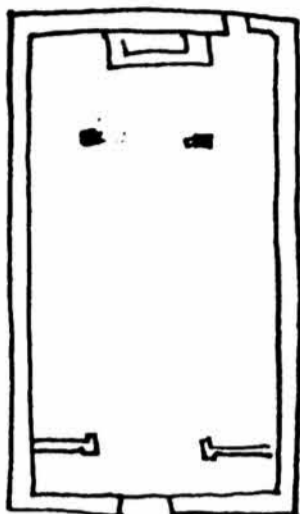
O terceiro exemplo de nave única e capela-mor diferenciada, pode apresentar o tipo mais comum, no Vale do Paraíba, que é o acréscimo dos corredores laterais ou galerias que se alinham às torres.

(Esquema 12)

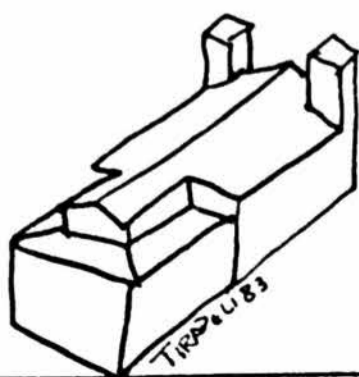
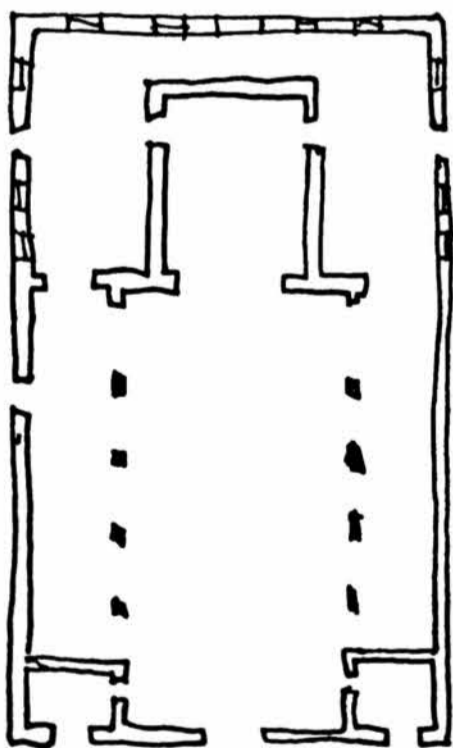
5.2.1. Nave Única - Matriz de Cunha

A análise da igreja de uma só nave recaiu sobre a matriz Nossa

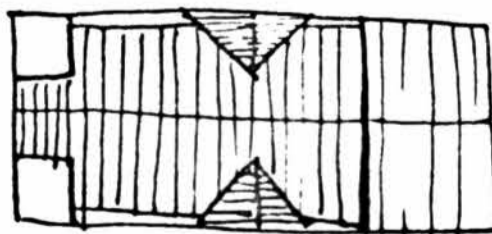
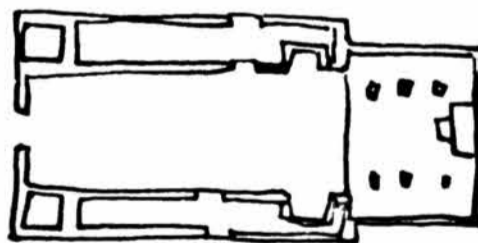
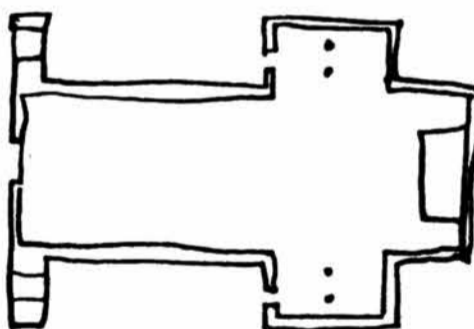
PLANTAS BAIAS
NAVE ÚNICA



TRES NAVES



CAPELAS LATERAIS AO ALTAR-MOR



Senhora da Conceição, de Cunha, por conservar até hoje altares originais e não ter sido tão descaracterizada por reformas ulteriores.

A capela data de 1731 e a primeira reforma, em grandes proporções, iniciou-se em 28 de maio de 1861. Na ocasião, demoliu-se o frontispício e dia 06 de dezembro de 1862, procederam à demolição total da torre para se ampliar a fachada principal. Concluída a reforma, em outubro de 1873, a igreja ganha volume saindo do alinhamento da atual rua Comendador João Vaz diminuindo o tamanho do espaço frontal ao templo.

A reforma foi efetuada pelo mestre-de-obra Leôncio Manoel da Costa Gagaré, de Guaratinguetá. A partir desta reforma, a matriz passou a contar com 50 metros de comprimento e 21 de largura.

Neste século, constam três reformas: 1944 - quando trocaram os assoalhos e, externamente, retiraram as platibandas e trocaram as telhas coloniais por francesas. Na mesma data, foi posto o relógio na envasadura da torre. Em 1961 e 1971, apenas pinturas interiores e exteriores, respectivamente².

O grande volume de taipa de pilão domina o espigão que, transversalmente, trunca a rua principal na espinhela do morro. Externamente é austera. Paredes lisas, janelas de peitoris e ombreiras lisas e sobre a verga reta um arremate austero. As portas de verga reta se destacam na cal branca que arremata o acabamento das vedações.

A cobertura é simples, em três águas. A empena, voltando-se para a frente, forma o frontão triangular, em enfeites e, na parte de trás, a cumeeira termina na altura da metade da capela-mor, formando três águas. A cobertura não apresenta as sancas protetoras das paredes. As platibandas removidas sob a orientação de Luis Saia, em 1944, já haviam descaracterizado as beiradas que, certamente, seriam de madeira, de estrutura aparente e cachorrada.

A parte fronteira apresenta a composição singela. Torres laterais com arremates piramidais, cercados por pequena platibanda fechada. Nos cantos, pequenos vasos tiram a austeridade retilínea. O

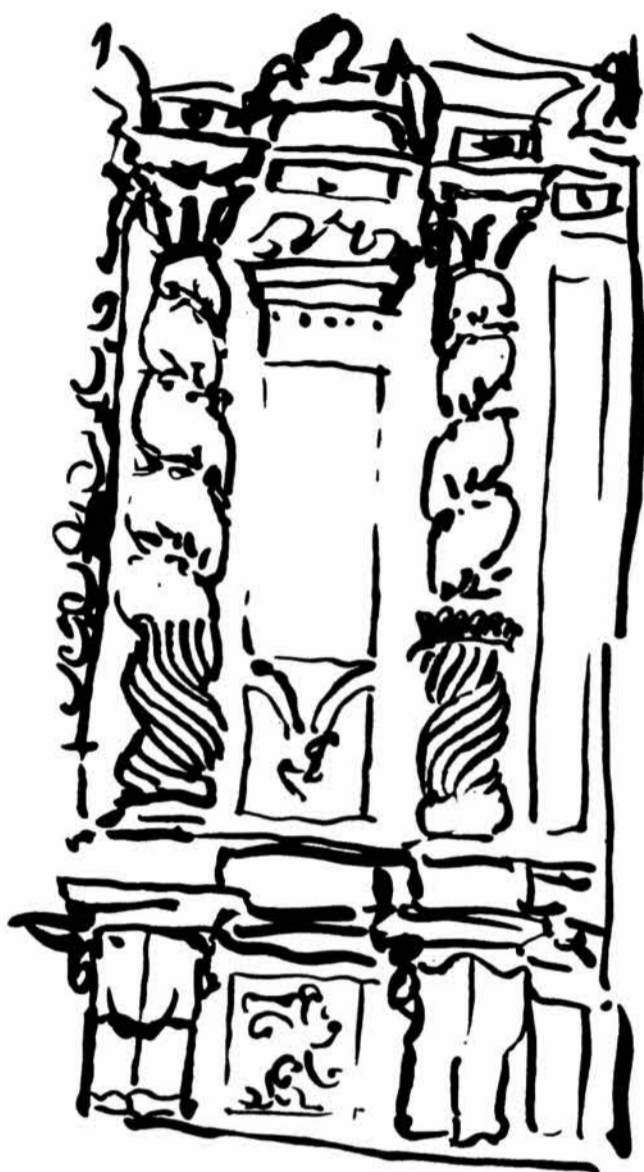
frontão triangular é formado pela empena e descansa sobre uma cornija ou reboco. No corpo que define a nave, três janelas dão a abertura para o coro e, na parte inferior, três portas completam a simetria. A visão do frontispício é dificultada pelo espaço restrito da praça. Porém, a colocação das torres avançando sobre o meio fio, possibilita uma vista clara das torres. Lateralmente, há espaços abertos e amplos.

Internamente, apresenta a composição das igrejas de uma só nave, capela-mor determinada por tamanho menor e teto mais baixo. O arco cruzeiro divide os dois ambientes e tomando os espaços frontais, altares ^{do arco cruzeiro} laterais. Outros dois altares ocupam o espaço das paredes laterais. As duas torres determinam os corredores que correm todo corpo da igreja até formarem a sacristia, na parte inferior, e galerias, na parte superior, possibilitando a entrada de luz. O acesso ao coro se faz por escada, por sobre o batistério. O forro é tabuado, abobadado e arrematado por cimalha.

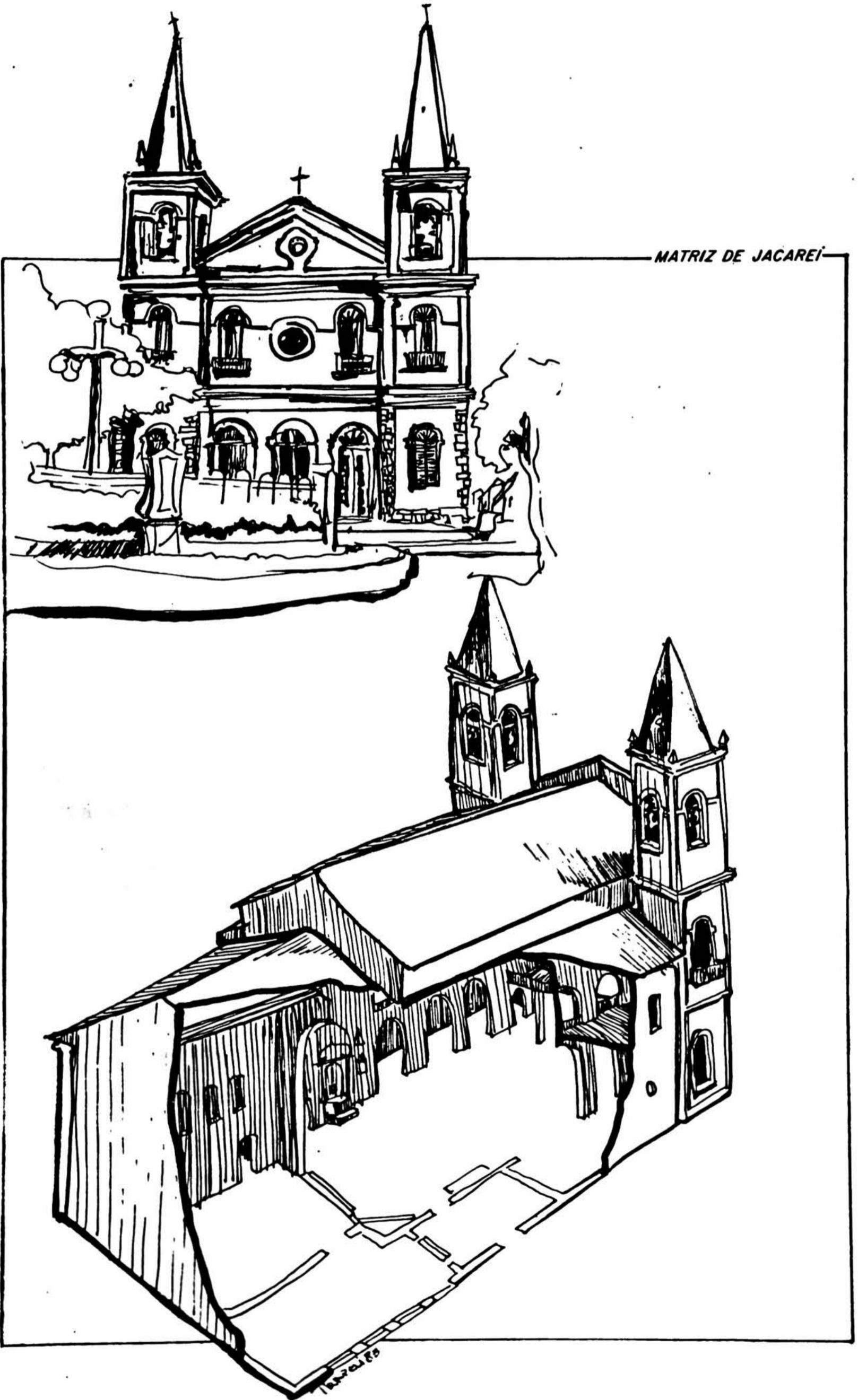
Os vãos internos das galerias, apresentam janelas com o parapeito sacado na capela-mor. Os enquadramentos do vão, em madeira maciça, terminam em verga reta. Para realçar o rasgo, apresentam ombreiras secundárias, entalhadas e os balaústres de madeira lisa com recortes decorativos. Os altares do cruzeiro apresentam dois nichos laterais e o principal, ao centro, sendo que, os laterais são ladeados por colunas com algumas caneluras e guarnecidos com captéis compostos. O nicho principal, com perfil recortado por desenhos, é emoldurado por dois quartelões, sustentados por mísulas. No centro do entalhe, cabeças de anjos sobre as volutas. No alto, um frontão triangular sobre volutas delimita os raios de um esplendor que leva a representação do Espírito Santo, ao centro.

No altar da capela-mor, quatro colunas salomônicas, com caneluras na base, são sustentadas por mísulas. Margaridas e rosas ornaram as colunas fitomórficas que abrem os espaços em nichos. No centro, o trono se eleva em partes trapezoidais, semelhante ao trabalho da mesa do altar-mor. Todo o retábulo é bastante nítido, não havendo ex-

MATRIZ N. S. DA CONCEIÇÃO DE CUNHA



Tropali 70



cesso de sobreposição de formas. As volutas sobre o entablamento dos capitéis são truncadas para não quebrarem a forma do arco de volta inteira que abre para o trono. (Esquema 13)

Cunha é uma cidade que tem uma participação peculiar em relação às cidades do Vale do Paraíba. De cidade, pouso e passagem, passou a cidade celeiro para o Vale. A posição geográfica, entre os morros, isolou-a fazendo-a preservar cultura e tradições³.

5.2.2. Três Naves - Matriz de Guaratinguetã

As igrejas de três naves, na sua maioria reformadas, apresentam a capela-mor menor que a nave principal e nas naves laterais, altares.

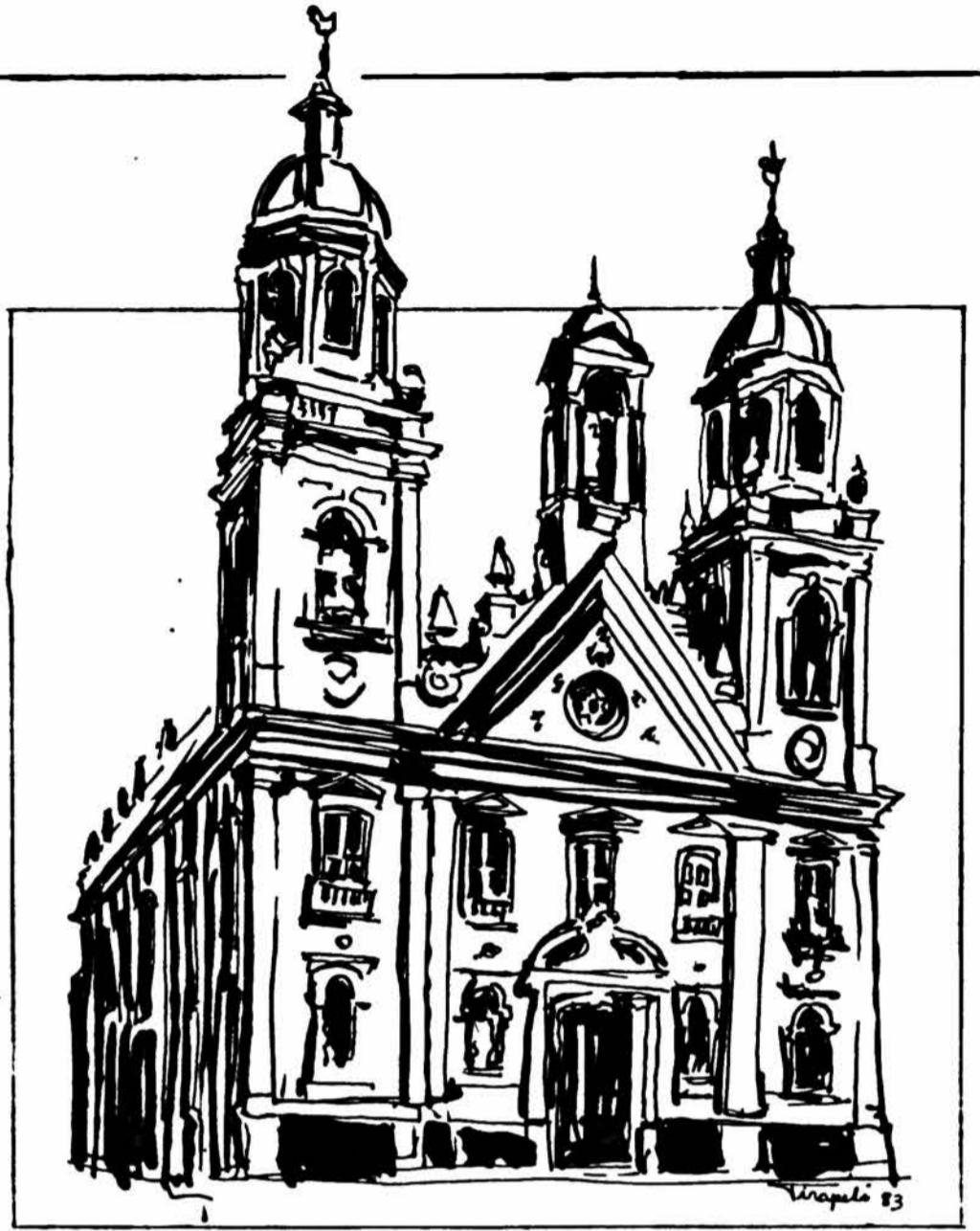
Há, também, as igrejas que hoje se apresentam com três naves, mas que, anteriormente, se apresentavam com corredores laterais. Nas reformas, se abriram arcos e, desta maneira, se apresentam atualmente. Como exemplo, a matriz de Guaratinguetã e de Jacareí. (Esquema 14)

A análise de uma igreja de três naves, pode ser compreendida na exemplificação da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetã.

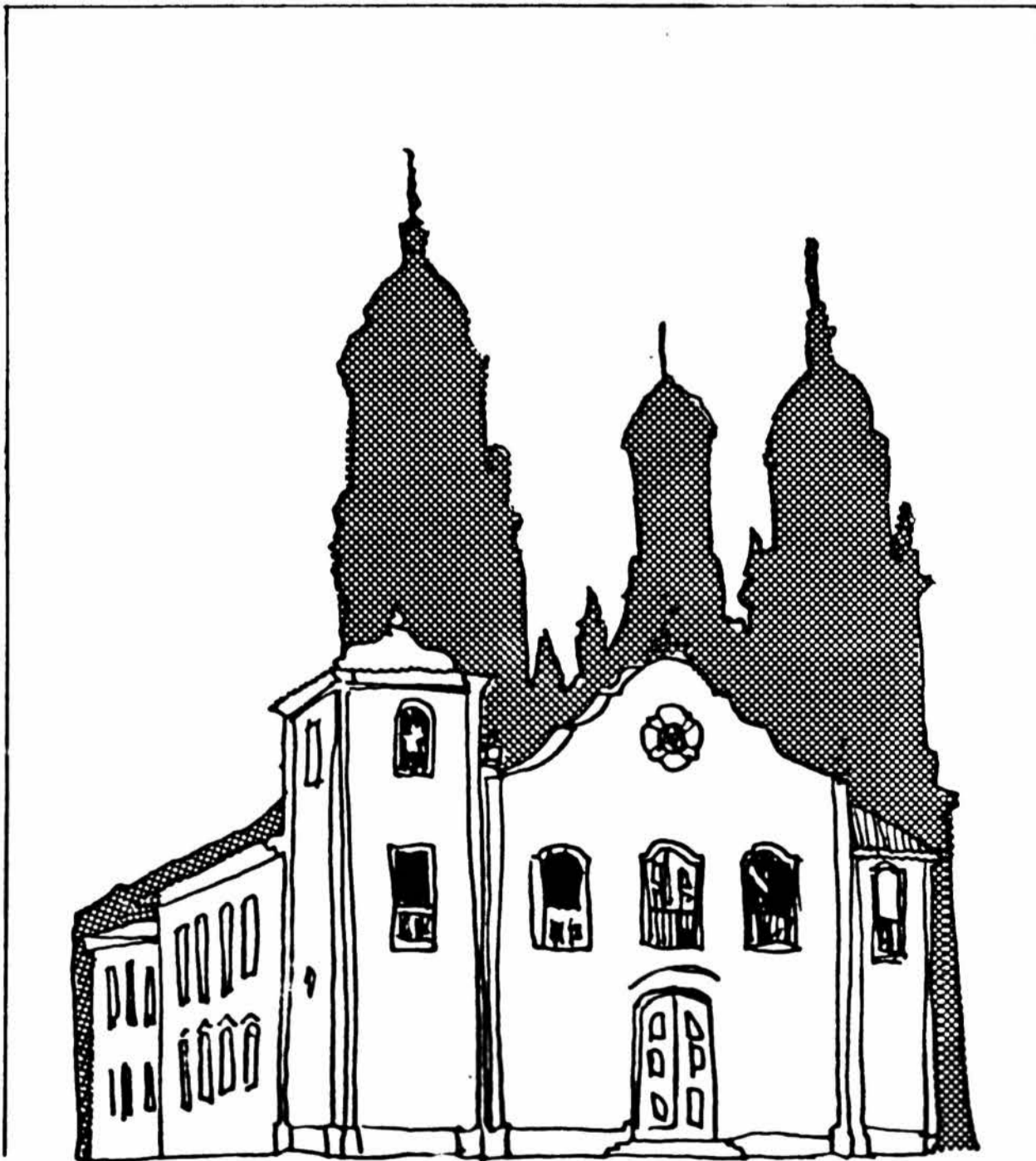
Nesta análise, o enfoque são as reformas pelas quais passou até chegar a ser de três naves. Concebida, totalmente, nesta concepção de três naves, o melhor exemplo é a basílica velha de Aparecida. Porém, a matriz de Santo Antonio, da qual a capela d'Aparecida era submissa, tem uma evolução de reformas e avolumamento de interesse.

Para melhor compreensão, primeiramente, as datas:

- 1630: Capela primitiva de pau-a-pique
- 1701: Construída em taipa de pilão, três naves, três altares. Teto pintado com painéis - executado pela confraria de Santo Antonio.
- 1714: Incorporação da Irmandade do Santíssimo Sacramento.
- 1773 a 1780: Construção de um novo corpo da igreja (atual), 5 janelas laterais em cima e em baixo, porta principal almofadada, janelas e portas com vergas curvas, frontão curvilíneo com óculo,



1910 - 13



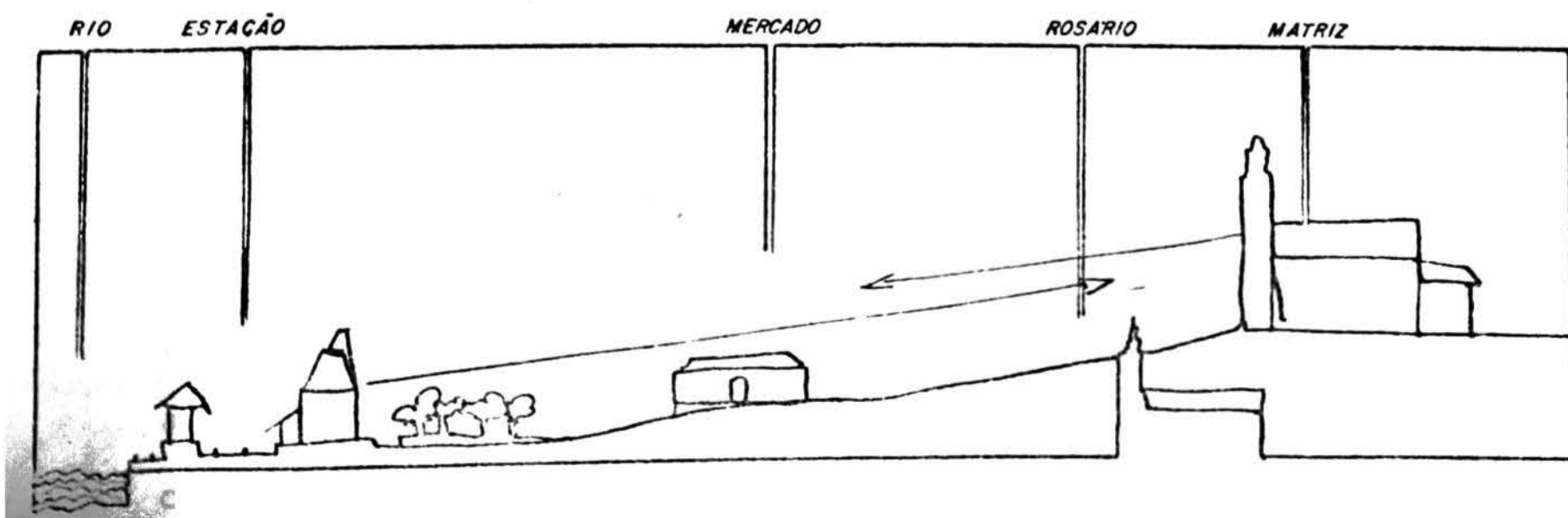
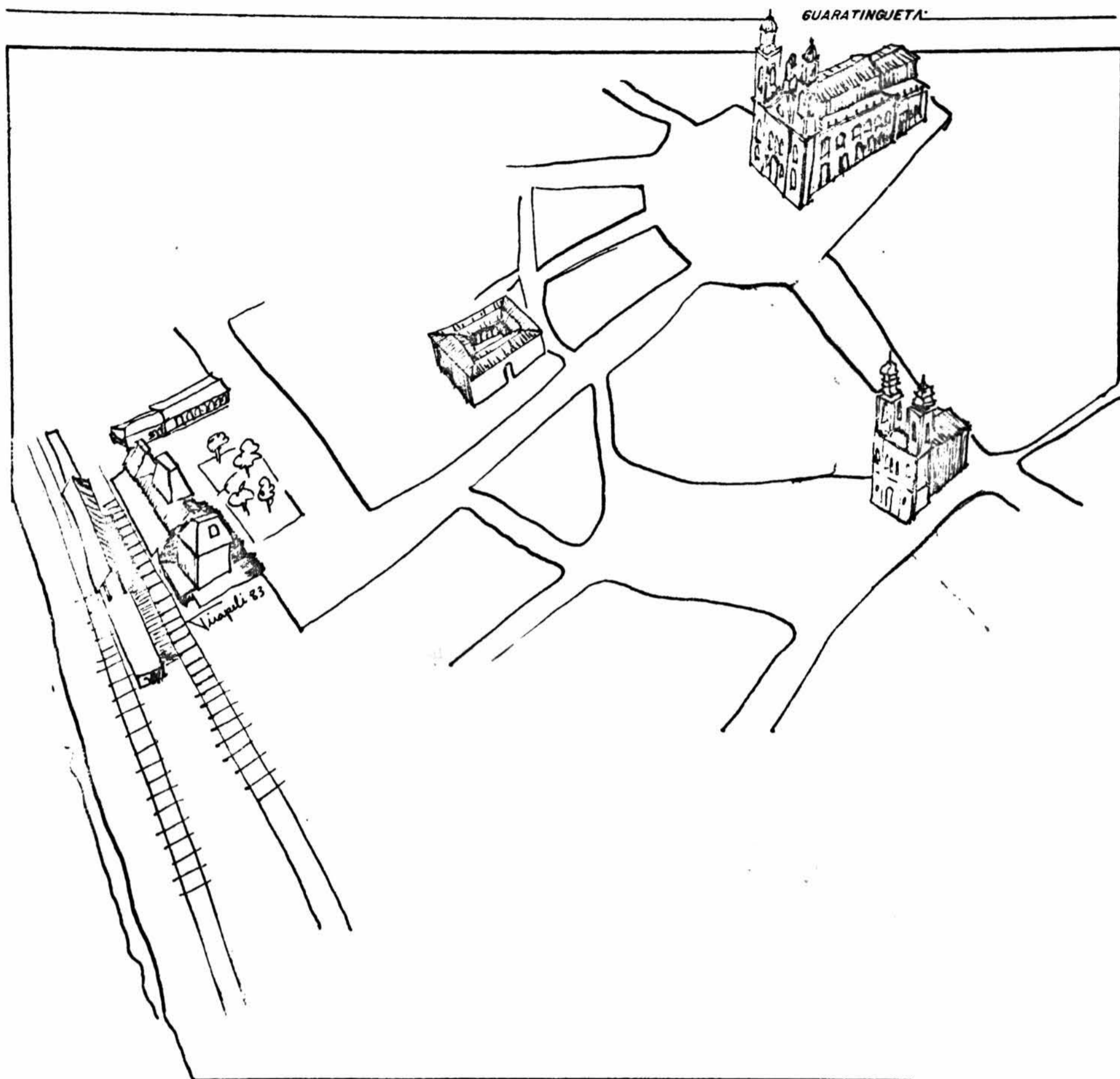
1817 - esquisse - T. ENDER

beirais de cachorrada; no interior: ampla nave com corredores laterais e 3 altares.

- 1817: Ainda ostentava apenas uma torre completa.
- 1822 a 1847:- remodelação na fachada e ereção da torre norte, frontão neoclássico de pedra, colunas e pilastras de ordem Toscana e apenas 4 portas laterais.
- 1850: Inauguração do sino grande.
- 1875: Altares do Divino e São Miguel.
- 1880: Inauguração do relógio.
- 1890 (aproximadamente): altares de Nossa Senhora do Carmo e da Sagrada Família.
- 1897: Abertura dos arcos internos e construção das tribunas dando para a nave.
- 1901: Inauguração do oratório do Sagrado Coração de Jesus sobre o tímpano.
- 1910 a 1913: - Alçamento das torres, colocação das platibandas, colocação dos nichos com os evangelistas e escudo e armamento no frontispício; no interior, coloca-se o púlpito.
- 1928: Inauguração da capela do Santíssimo.
- 1940: Novas pilastras no arco cruzeiro, rebaixamento do forro da nave central.
- 1954: Substituição do coro de madeira por um de cimento.
- 1970: Limpeza (Esquema 15).

A colocação do edifício sobre a parte elevada do morro dá, ao templo, posicionamento de destaque e centro virtual do plano urbanístico. O edifício, em taipa de pilão, se isolou lateralmente do edifício e criou, do lado esquerdo, um segundo espaço sobre o patamar de maior proporção que o fronteiro. Do lado direito, o declive do terreno, proporcionou uma perspectiva de destaque para a torre (Esquema 16)

Externamente é rica em detalhes. Todas as janelas e envasaduras são guarnecidas por emolduramento de gosto neoclássico. Apenas as envasaduras do oitão se mostram de maneira original, com vergas em arco de círculo. Lateralmente, o perfil é recortado por coruchéus em forma piramidal. No corpo da igreja, são estes mais trabalhados e assen-



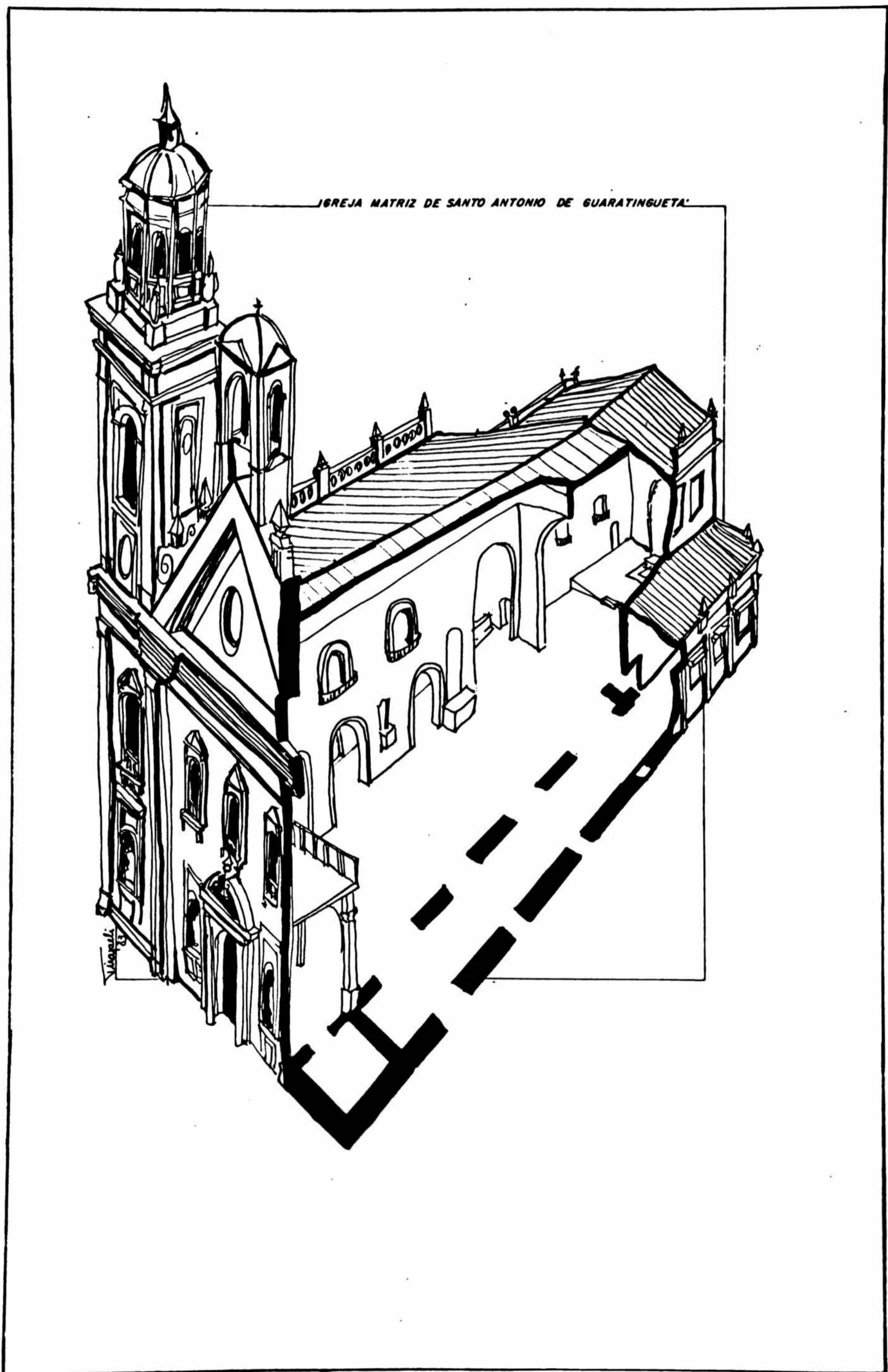
tes sobre alargamento da platibanda contínua e envasada por elementos ovais que formam o balaústre. Sobre o volume da Capela do Santíssimo Sacramento e sacristia, os coruchêus são mais simples, assentes sobre o alargamento da platibanda, também corrida e envasada.

As janelas laterais, com vergas retas e os óculos redondos são ricamente emolduradas e encimadas por triângulos retilíneos. As janelas são de parapeito entalado, madeira e vidro e o acabamento da pequena balaustrada é feito em pilastras de meia pera. Sobre os triângulos correm dois entablamentos, sendo o último de valor visual, principalmente, pelo alargamento provocado pelas saliências das colunas divisórias de cada envasadura. As colunas divisórias mais salientes e feitas de tijolo, são duplas, aumentando o sentido de profundidade.

Na parte da sacristia e capela lateral, as janelas são de vergas retas e emolduramento retilíneo. Protegendo a alvenaria dos entablamentos, emolduramentos e platibandas, telhas francesas.

Os telhados são em duas águas. Destacam-se a capela-mor da nave e, mais abaixo, as coberturas da sacristia e capela lateral. O telhado colonial, com beiral de cachorrada, foi substituído pela platibanda de gosto neoclássico. De longe, pouco se vê do telhado, destacando-se, apenas, o da capela-mor, que é arrematado por curto beiral de alvenaria. Os largos beirais não mais teriam função de proteger a taipa, pois com as reformas, o revestimento com tijolos se fez necessário.

O fontispício chega a ser complexo como colagem de elementos sobre um plano que dificultava o desenvolvimento do escultórico. A proporção composicional é comum na quantidade de janelas no coro e torres. Apenas uma parte principal da entrada é característica das igrejas da região. A colocação de portada com colunas toscanas sustentando um entablamento de volutas truncadas mostra a flagrante reforma, pela qual a portada passou: sobre o elemento neoclássico, a verga em arco de círculo tão ao gosto colonial. A colocação de quatro nichos com os quatro evangelistas reforça a modulação da luz conseguida



pelos volumes. E, em arco pleno, continuam as moduras em retilíneas coroados por anjos, criando um espaço que provoca elo de ligação com as janelas do coro com o parapeito entalado, vergas em arco de círculo, - encimadas por triângulos retos. (Esquema 17)

A divisão do corpo da igreja das torres acentua a verticalidade através de colunas duplas. O triângulo frontão é rígido e comprimido no espaço das torres e está assente sobre a cimalha que corre toda a frente e a lateral da igreja. Dentro do espaço triangular, um falso olho de boi, em forma circular, guarnece o brasão da cidade e sustenta o busto de Santo Antonio, que é ladeado por querubins. O tímpano é achatado pela colocação de um nicho que se abre em quatro arcos plenos, arrematados por um triângulo que sustenta o acabamento em pequena cúpula. Volutas rampantes se comprimem para dar espaço a bases de coruchêus em forma piramidal.

Nas torres, relógio e, acima, arcos plenos, guarnecidos e com a - duelas postiças abrem espaço no volume quadrangular das torres que - são ricamente arrematadas. Platibandas, em balaústres de meia pera - trabalhadas, abrem-se em intervalos abalizados por pilares que sustentam ânforas aladas, de onde saem tochas. Sobre a base quadrada, uma cúpula se ergue sobre um octaedro em cujas faces se abrem arcos plenos abalizados por colunas de captéis compósitos. Guarnecidos por um entablamento de alvenaria que serve de base para a cobertura octogonal, arrematado por mais um octaedro fechado. Este sustenta o para-vento em forma de galo.

Internamente, as três naves separadas por arcos de volta inteira, altares na nave principal e nas laterais, altares no transcepto demarcado por arco pouco menor que o arco cruzeiro. A capela-mor de corpo menor, tem tribunas com janelas de peitoril entalado e na nave, arcos de volta completa, com acabamento sacado em forma de elipse. Os arcos do transcepto são guarnecidos por madeira e o arco do cruzeiro se apresenta com volutas rampantes. O teto da capela-mor é tabuado com pinturas e aplicações de entalhes. O da nave é tabuado e reto com grande cornija, tornando-o, virtualmente, suspenso.

Os altares laterais mais antigos apresentam ^{telhas}telhas rococós e nichos guarnecidos por quartelões. As mais recentes, ao gosto do neoclássico, mostram colunas estriadas com capitéis jônicos com folhagens. O arremate dos arcos são feitos por volutas fitomórficas que se abrem e fecham imprimindo ritmo. Os altares do transcepto apresentam aplicações de gesso.

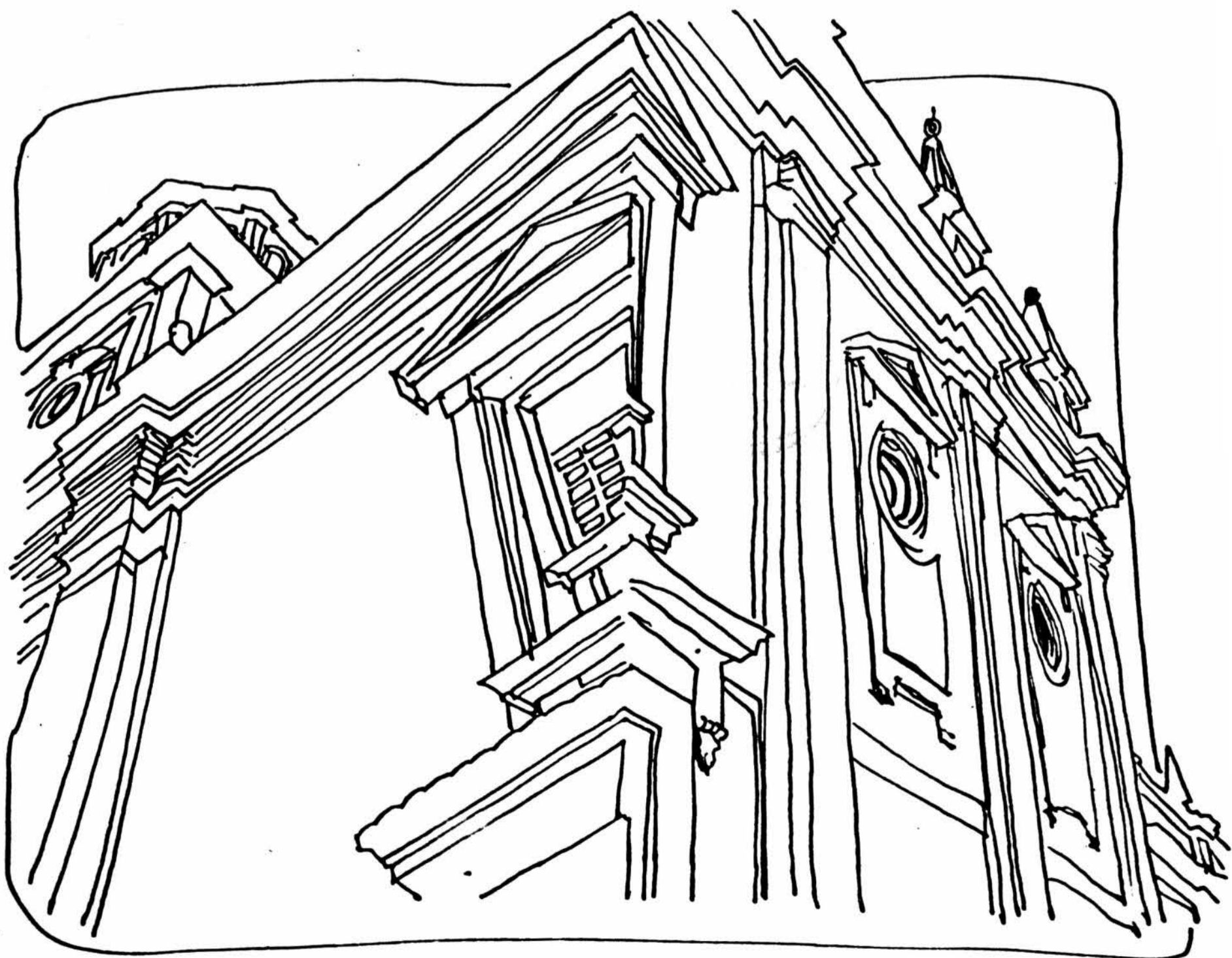
No arco cruzeiro não há altares, mas nichos. No altar-mor, quatro colunas dividem os intervalos espaciais reservados para dois nichos e a abertura para o arco do trono. Sustentando as colunas, de capitéis jônicos invertidos, mísulas com enfeites fitomórficos. Sobre o entablamento dos capitéis, volutas truncadas nas laterais e enquadrando os raios da representação do Espírito Santo, volutas com voltas e arquivoltas.

Na parte posterior, o coro, já bem recente, é sustentado por arcos plenos e colunas de fuste quadrangular e capitéis jônicos de forma arredondada como recobertos de ramagens. Na mureta de coro, a representação dos apóstolos com Cristo sedestre ao centro.

No ano de 1913, quando certamente já se construía a Estação da Estrada de Ferro, projeto de Paulo Fontim, a fachada da matriz se encontrava concluída. Tempos de indecisão marcaram esta época: fim do gosto neoclássico, início da importação de projetos ingleses e a disponibilidades da mão de obra do imigrante italiano que optava pelo eclético. (Esquema 18)

A matriz ganhou a claridade interna, já requisitada por Saint-Hilaire; platibandas, apesar de tardias, confirmam a unidade desejada para o templo, unindo frontispício e lateral; indefinido ficou o oitão, porém, registro do passado; a capela do santíssimo, que mais se disvirtua da unidade; os altares do transcepto com aplicações de gesso e pouco espaço para a visualização, incomodam. No exterior, a pequena praça não comporta a beleza da fachada, mas por outro lado, a torre do lado direito está em detalhe por causa da abertura da rua lateral e declive do terreno. Porém, foi preciso demolir a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos para que seu perfil se destacas-

GUARATINGUETA



se. Foi uma compensação, pois sua maior perda foi a Virgem Maria d'Aparecida.

5.2.3. Naves Romanizadas

Classifiquei de plantas baixas romanizadas aquelas que, reformadas, ganharam capelas abertas ao lado da capela-mor, ou, ainda, que mesmo de nave única, mudaram a planta baixa para cruz latina. Em ambos os casos, o desejo de fugir do esquema fundamental na busca de uma romanização é atitude que reflete a vontade de se libertar do juço do Estado, a troca por párocos imigrantes, principalmente italianos, e, por fim, a celebração da liberdade de autonomia outorgada à Igreja pela República.

O termo romanizada é uma tentativa de explicar as igrejas que, sem modificar a estrutura de taipa de pilão, modificaram internamente a plasticidade e a concepção de planta baixa das igrejas coloniais. O agregamento de um novo espaço não existe na concepção anterior: a abertura lateral da capela-mor. A reforma do Convento de Santa Clara, gerou uma planta baixa, em acentuada cruz latina, abrindo duas alas laterais. Em Pindamonhangaba, arcos de volta incompleta abrem uma capela e uma galeria laterais.

Não me refiro, de maneira alguma, ao projeto de 1884, do arquiteto Carlos Peyrouton, onde a matriz de Lorena apresenta características de um projeto românico. Compreendo como reformas romanizadas, as posteriores às chegadas de padres e imigrantes italianos, que sentiam necessidade de estreitar os relacionamentos com as idéias de Roma e abandonar normas portuguesas.

Um outro estudo poderia ser feito, se, também, não faria parte desta romanização a necessidade de se demolir as torres laterais e construir apenas uma torre fronteira. O espaço na frente das igrejas permitiu este avanço, a exemplo de Paraibuna. Tais soluções são híbridas e comprometem o conjunto das igrejas. Outras reformas, mais discretas, como a de Tremembé, onde a cruz latina se faz presen-

te no telhado provocado pela colocação de platibanda e pequenos triângulos que arrematam arcos romanos na parte exterior lateral, não se comprometendo a planta baixa. (Esquema 12]

5.2.4. Interpretação da Nave

Não querendo forçar interpretações, porém, as plantas baixas se ligam às ambientações e situações que delas decorrem. O vazio do interior estabelece uma relação do espaço externo sem teto e paredes, como um cenário para a continuidade dos atos internos.

Para a complexidade litúrgica criaram-se ambientes próprios. A galilé do Convento de Santa Clara, os alpendres da capela de Areias, os alpendres e dependências da capela de Santo Ângelo, para exemplificar, apenas, os elementos que são elo entre o culto e a proximidade dos fiéis.

Os edifícios religiosos na trama urbana podem esclarecer a continuidade do culto, principalmente em se tratando de procissões. Nestas áreas externas, a quantidade e variedade de ocorrências em recintos maiores oferecem a teatralidade que perderia o efeito sem espaços restritos. A imobilidade, à qual o fiel está sujeito, e a determinação dos atos repetitivos da liturgia, criam um automatismo aceito tanto pelo corpo como pela forma determinada pela função, que restringe, também, a ação do arquiteto. A mudança de atitude ao se iniciar um ato de devoção assim que se transpõe a porta é enfatizada - pela penumbra da interioridade.

Por outro lado, os atos externos, realizados, geralmente, à noite, à luz de velas, criando um ambiente propício para o rito onde os vultos não se distinguem, oferecem uma continuidade de atitudes dos participantes.

A nave, geralmente, se cobre de uma forma que, se contrariada sua função, o ato sacrílego é evidente. A igreja, local do abrigo espiritual, foi refúgio de pessoas implicadas com leis. A matriz de Guaratinguetá, em época de eleições, era local para se evitar briga,

em 1856, foi invadida por forças armadas e, em 1878, transformada em quartel da Força Pública⁴. Neste acontecimento inverso, a nave funciona como reduto e local de injúria, inadequada para os episódios. Na ordem ditada pelas funções do culto, a forma da igreja vai-se adequando. Nem tudo pode ser comportado entre quatro paredes e o perfil externo é a resultante, por vezes, da adequação.

5.3. Torres

5.3.1. Torres como Elementos Formais

A maioria das fachadas passaram por reformas, porém, as torres, como elemento composicional, permaneceram devido à possível ligação da estrutura do corpo da igreja.

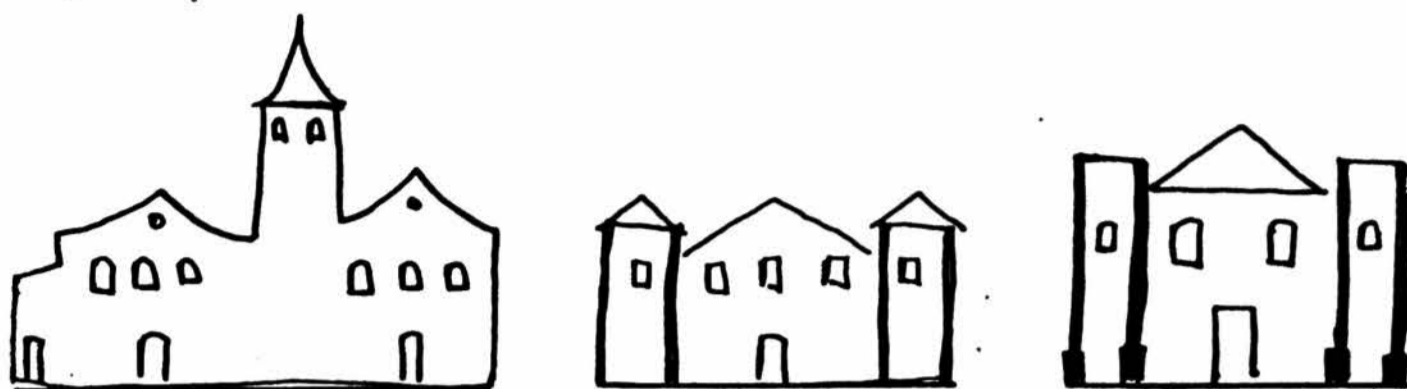
As capelas não possuem torres, sendo a colocação dos sinos feita em janelas ou no alpendre. A existência de pequenas torres, como ocorreu na capela do Pilar de Taubaté, Santo Ângelo e na Freguesia de Nossa Senhora da Escada, são necessidades mais sociais do que composicionais.

A formação da fachada com uma só torre central foi ocasionada por reformas deste século. Roseira Velha ostenta a igreja com uma só torre central, conseguindo boa solução plástica para a minúscula fachada. A igreja de Santa Rita, em Guaratinguetá, apresenta um campanário central, abstendo-se de torre.

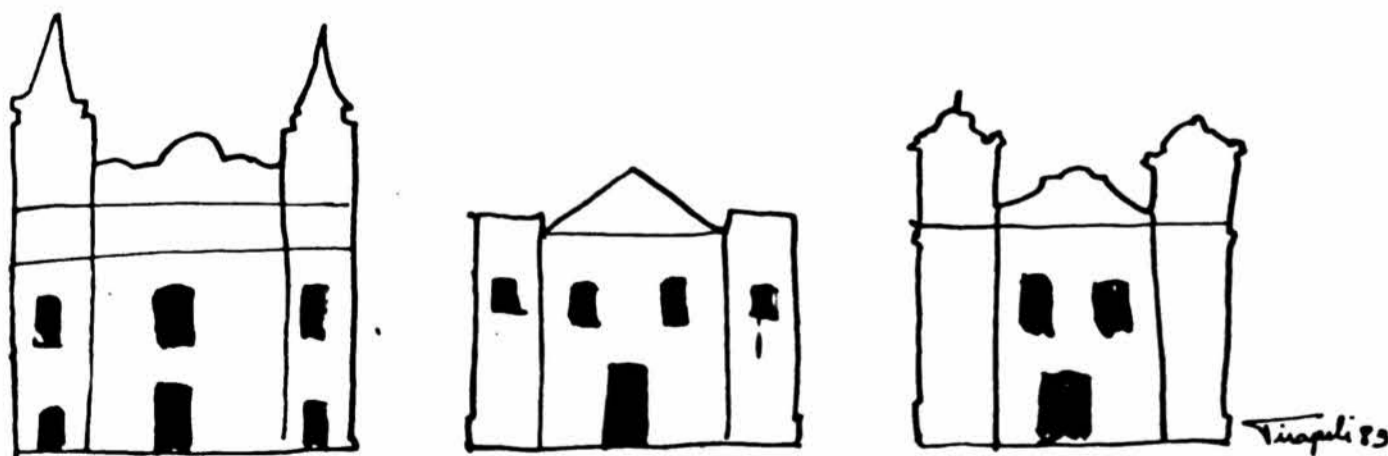
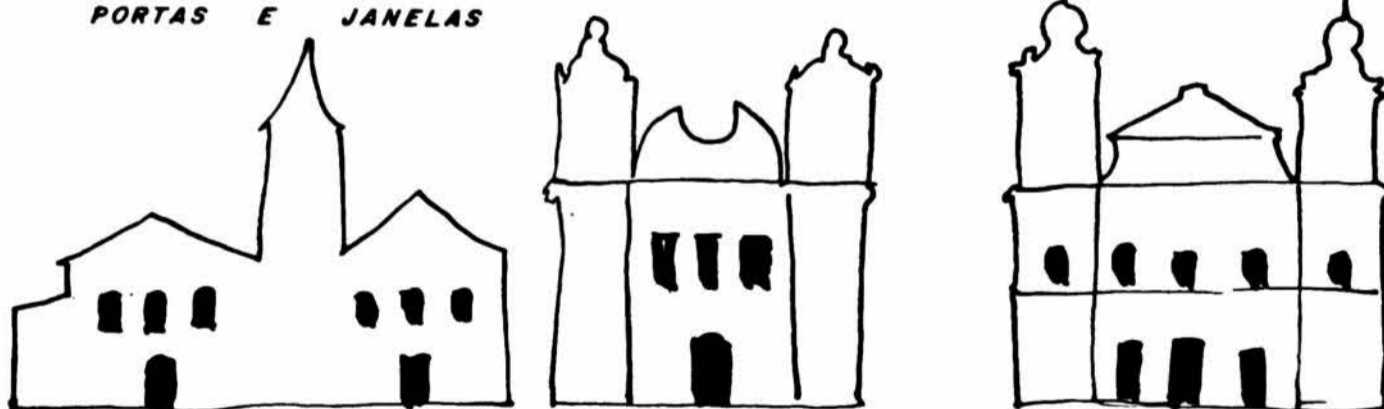
No convento dos Carmelitas, de Moji das Cruzes, a torre se posiciona no centro das igrejas e capela, servindo como elemento compositivo para ambas. A auto-afirmação de independência da ordem terceira foi materializada na construção de uma torre menor, porém, mais trabalhada, hoje, felizmente demolida. Em outro exemplo, deixado por religiosos, o Convento de Santa Clara se destaca pela torre sineira colocada entre a capela e o convento. A verticalidade da torre sineira une a parte horizontal de maciça cobertura horizontal com as duas águas da capela, ocultando solução do encontro dos telhados do claustro e capela.

Outros exemplos de igrejas de uma só torre são a matriz de Lo-

ESQUEMA DAS FACHADAS



PORTAS E JANELAS



rena, Paraibuna, Caçapava e Silveiras.

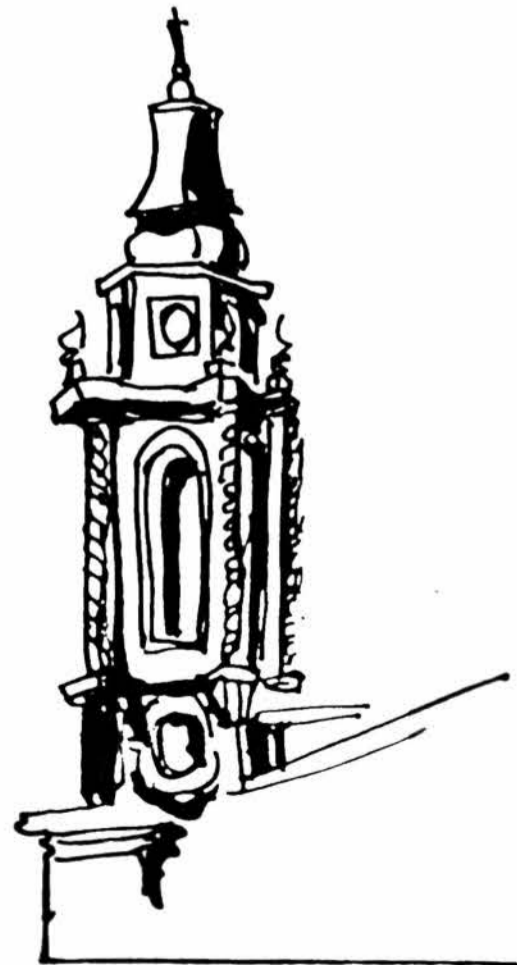
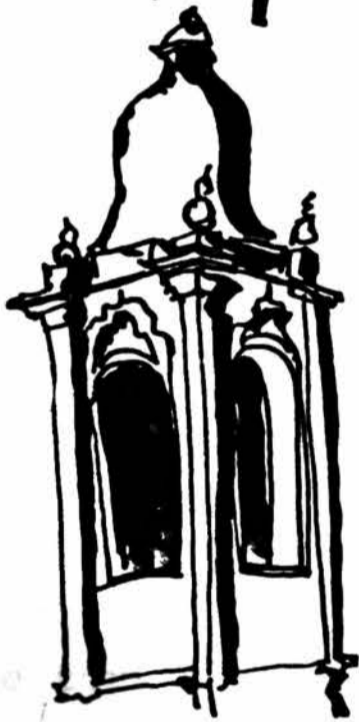
O esquema comum apresenta torres repetidas e ligadas em par simétrico ao corpo da igreja. Feitas em quatro faces, não apresentam recuos, incluindo-se no corpo da igreja no sentido lateral e de profundidade. Até à altura da cimalha, apresenta reduzidos elementos visuais. Simulação de envasadura, enquadramento decorativo, nichos, ou ainda, a janela para a escada do coro são alguns reduzidos elementos. As paredes lisas são comuns, visto que as passagens por debaixo das torres são, praticamente, nulas, pois ali se encontram o batistério ou entrada para o corpo que se faz internamente. (Esquema 19)

5.3.2. Arremates

O arremate das torres pode ser feito de tijolo, em forma piramidal, a exemplo da matriz de Nossa Senhora da Conceição, de Cunha. Outra solução é com o telhado, também, piramidal que se encontra na estrutura do Convento dos Carmelitas, de Moji das Cruzes.

Nem sempre as torres adquirem perfis de destaque, sendo reduzidas, incompletas, mais baixas que o frontão, a exemplo das igrejas de Bananal, que se limitam em um arremate simples. A estrutura de tijolos, também, oferece a solução de meia laranja, como em São José do Barreiro. Os perfis bulhosos de influência da contra-reforma se encontram nas fachadas reformadas em gosto neoclássico. Os arremates variam desde simples coruchêus em forma de pirâmide até balaústres encimados por vasos e ânforas. A matriz de Areias, compensando a falta de espaço da reduzida fachada que comprime entre falsas colunas e arcos simulados, encontrou a solução nas torres que se alongam encimadas por coruchêus e arremate em perfil esferoidal. (Esquema 20)

ARREIMATE DAS TORRES



5.3.3. Análises

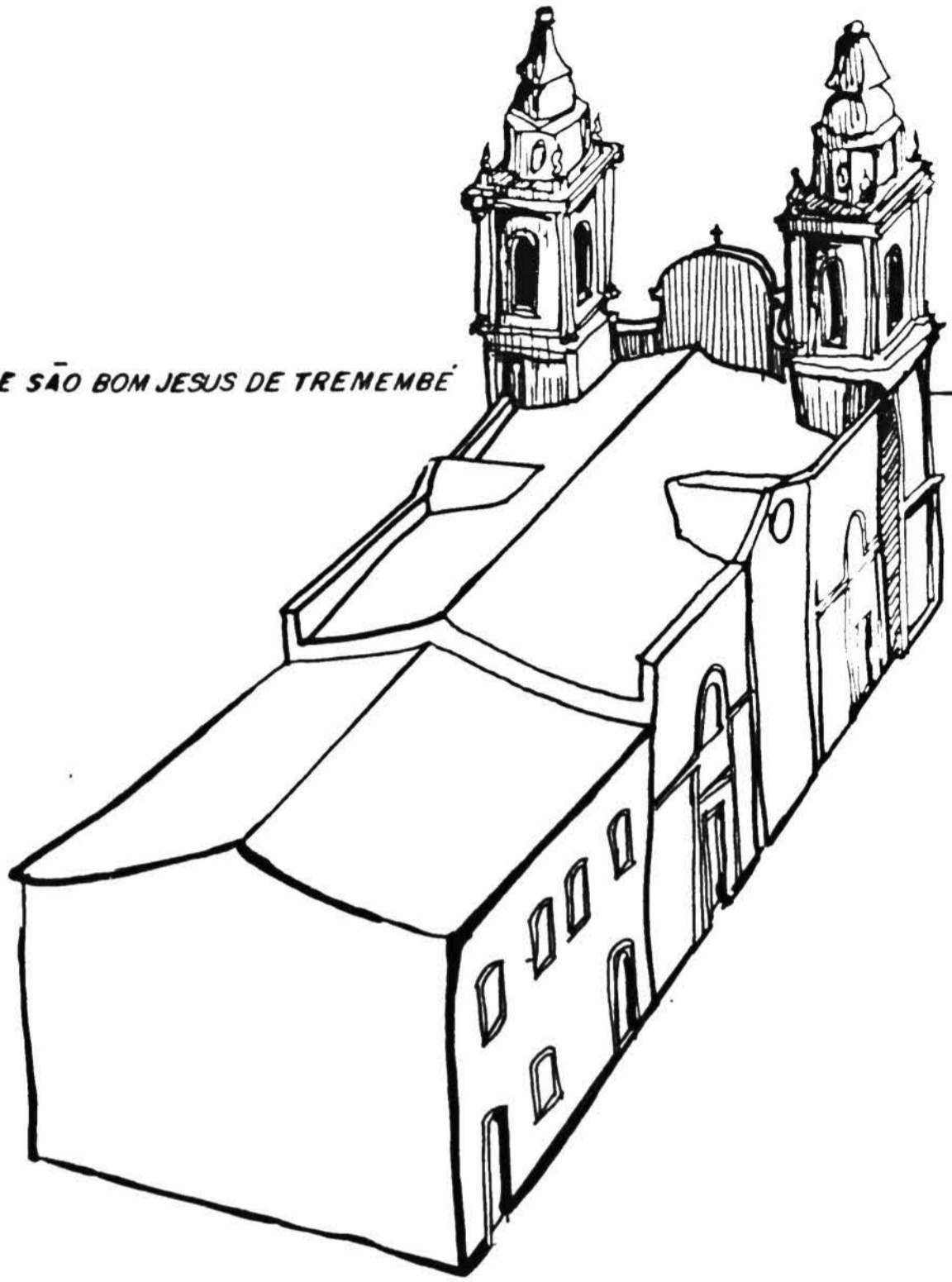
Plasticamente, outras torres se destacam. Exemplificaremos, apenas dois pares: Santo Antonio de Guaratinguetã e São Bom Jesus de Tremembé.

No primeiro, as torres são arrematadas por campanários octogonais assentes na base quadrada que termina em balaústres e ânforas. As pequenas cúpulas octogonais suavizam o peso visual dos elementos que continuam até os cataventos. Rivalizando com as torres, o oratório do Sagrado Coração de Jesus, construído em 1901 sobre o tímpano, acentua a solução duvidosa da verticalidade aguda do frontão. As volutas rampantes auxiliam a alargar o triângulo, e o oratório, felizmente vasado, completa o achatamento. O recorte dos elementos contra o espaço vazio é rico e dinâmico, porém, não auxiliado pelo posicionamento da igreja e pequena praça. O destaque da torre da direita se dá quando visto dos fundos da antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Em Tremembé, na basílica de São Bom Jesus, o arremate das torres se abre. Acima do complexo entablamento, rasgam-se os espaços projetando colunas nas diagonais que avançam extrapolando a forma quadrangular. Cria-se, assim, um espaço virtual para a pequena fachada e torres. As colunas, guarnecidas por entablamento, são encimadas por coruchéus pontiagudos criando a ilusão de continuidade das mesmas. O perfil do coroamento do campanário continua em linhas retas e curvas convexas no predomínio vertical não achatando os espaços vazios inferiores.

Em resumo, as torres são as partes superiores da construção e dão margem à abertura da estrutura da igreja. São colagens programadas e, por isto mesmo, refletem sempre as últimas reformas suportáveis sem quebrar a unidade do conjunto. A simetria auxilia esta missão de expô-las como espelhos de riqueza desejada tanto pela criação do artista levado pela liberdade do espaço externo, como pela sociedade que se empenha em acumulá-la de modismos e fantasias. A partici-

BASILICA DE SÃO BOM JESUS DE TREMEMBÉ



T. Inopoli 83

pação no programa pode levar à soluções de arbítrio que não se atém à limitação formal, pois ele também se julga dono. (Esquema 21)

A obra pode apresentar, então, soluções sem maturidade, imprimindo apenas, na forma, verdades pessoais.

5.4. Frontispícios

5.4.1. Fachadas

As fachadas das igrejas do Vale do Paraíba passaram por reformas, porém, a impossibilidade de criar uma nova plástica se fundamenta nas razões de que a estrutura já se encontrava pronta e, conseqüentemente, a modelação destas se tornaram difíceis.

Os frontões eram, geralmente, delimitados pela altura da cumeeira. Aí, a solução foi fácil: alteamento do frontão e não da estrutura. Quando não tinham torres laterais, foram acrescentadas, juntamente com corredores e ou galerias. A abertura de janelas e portas depa- raram com problemas de estrutura e a solução foi o fingimento através de falsas molduras. As paredes eram lisas e não apresentavam divisões demarcadas por materiais como pedra, madeira. A solução foi a opção pela verticalidade visual, visto que as fachadas não eram tão altas para suportarem linhas horizontais, além do alinhamento das janelas do coro. Colunas postiças delimitaram o espaço das torres e naves imprimindo verticalidade que segue pelas torres. Para solucionar o pequenos espaços nos limites do corpo da igreja, os frontões se alargaram avançando sobre as torres.

Em frontispícios mais complexos, como o de Pindamonhangaba, todos os recursos são usados para encobrir a estrutura primitiva: alteamento e suspensão do frontão triangular, colocação de colunas livres da estrutura, alongamento das molduras das envasaduras, colocação de nichos, imitação de material (pedra), verticalidade das torres com arremates bulbosos, proporção entre entablamentos horizontais e verticais, amarração de alvenaria envolvendo a estrutura de taipa de pilão, criando solução em arcos de estrutura emocionante

para o avolumamento do templo e, por fim, o ocultamento das telhas através de platibandas.

De simples frontões triangulares, recobertos de telhas, estruturas foram encobertas e chegaram a ostentar certa beleza plástica. Hoje, assim, se apresentam: lisos e torres delimitadas por colunas falsas sobre a taipa de pilão. Verticalmente, compreendem duas torres e, horizontalmente, a porta, as janelas do coro e o frontão. As portas, raramente, são em número de três, sendo as duas laterais, apenas, delimitadas.

O corpo da nave é comumente acentuado por colunas postiças que, também, servem para criar a ilusão da altura do frontispício, não marcando a horizontalidade na altura do beiral. A cimalha serve de base para o frontão e se alonga pelas torres. A basílica velha de Aparecida e matrizes de Pindamonhangaba, Roseira Velha, ostentam duas linhas horizontais acentuadas. Uma, pouco abaixo das torres e a outra, truncada, sustentando o frontão triangular, cria beleza procurada por artista ao se libertar da altura da cumeeira.

No Convento de Santa Clara, concebido para não suportar alterações, o alteamento tirou a beleza da horizontalidade de todo o conjunto e minimizou a torre-campanário. As portas principais, geralmente, deixam à mostra as vergas curvas. Os complementos das reformas variam desde arcos falsos até colunas toscanas salientes com entablamentos encimados por triângulos ou volutas. A plasticidade da entrada cria uma ilusão de profundidade, dando-lhe importância visual. Dentre os portais reformados, a basílica de Aparecida não só se destaca pela pedra empregada, mas também pela voluta truncada encimando a moldura retangular que guarnece o arco pleno. A porta é entalhada sem almofadas.

A solução do portal do Santuário do Tremembé é marcada pela presença de fachadistas. A verga reta é conservada e o arco pleno atinge a altura dos capitéis compósitos. Esta solução planejada, contrasta com a da matriz de Areias. As linhas demarcando falsos arcos pe-

ESQUEMA DOS FRONTÕES



Impeli 83

cam mais ainda quando o arco abatido emoldura a verga.

Em Roseira Velha, espessas colunas de alvenaria adentram o arco pleno da porta encimada por um triângulo frontão, sobrepondo as colunas, que se truncam na altura da sineira e se contraem entre o óculo e a sineira. (Esquema 19)

5.4.2. Frontões

Os frontões triangulares determinados pela rigidez da empena são os mais comuns. A remodelação das fachadas imprimiu um gosto por linha retas nos frontões, e as linhas curvas foram reservadas pelos perfis bulbosos das torres.

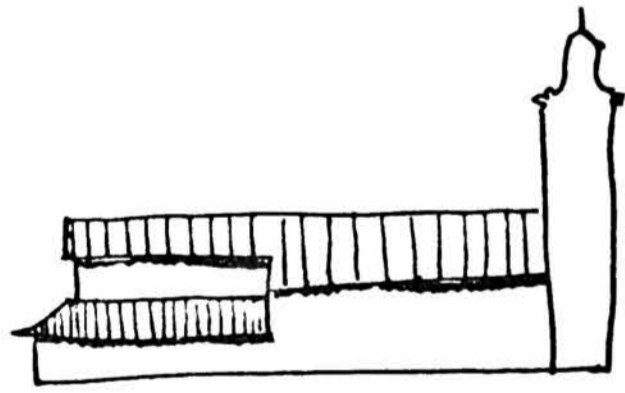
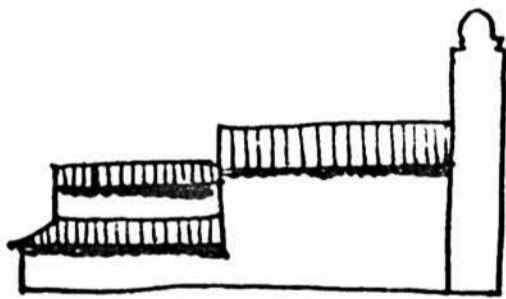
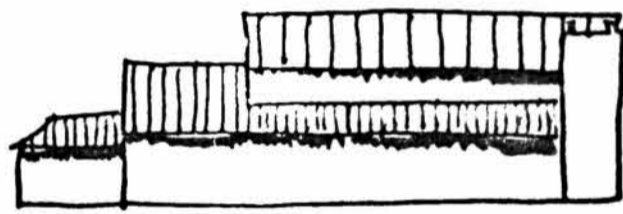
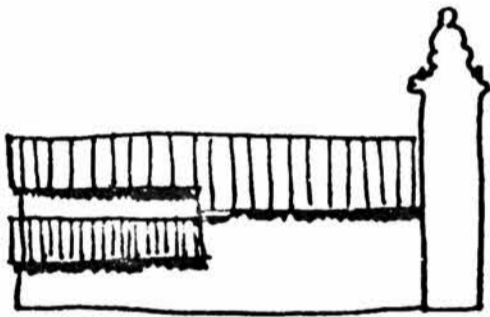
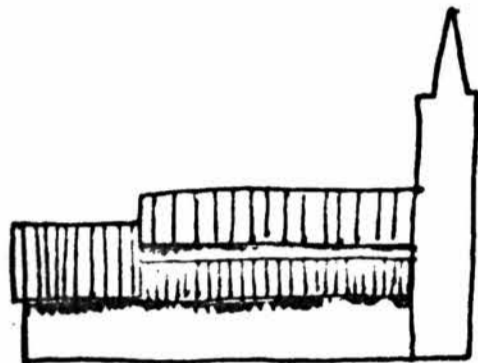
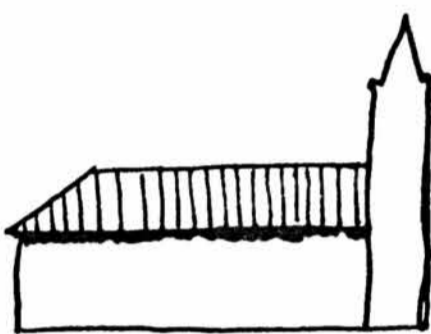
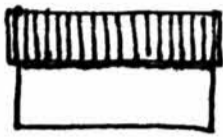
A colocação dos triângulos se distingue em duas maneiras: aqueles comprimidos entre as torres e os que avançam sobre o entablamento e o diedro da torre. No primeiro caso, o resultado é o alteamento do frontão que chegaria a incomodar visualmente, porém, volutas rampantes, servindo de base para os coruchéus, amenizam o retilíneo excessivo, criando um perfil dinâmico. Na segunda solução, o frontispício ganha maior serenidade e se expande criando um maior espaço, necessário para compensar a linha virtual formada pelas envasaduras do coro.

Frontões curvilíneos são raros, sendo exemplos os da igreja Nossa Senhora do Rosário, de Cunha, de Guaratinguetã e a matriz de São José do Barreiro. A capela de Aparecida, segundo Ender, ostentava frontão curvilíneo.

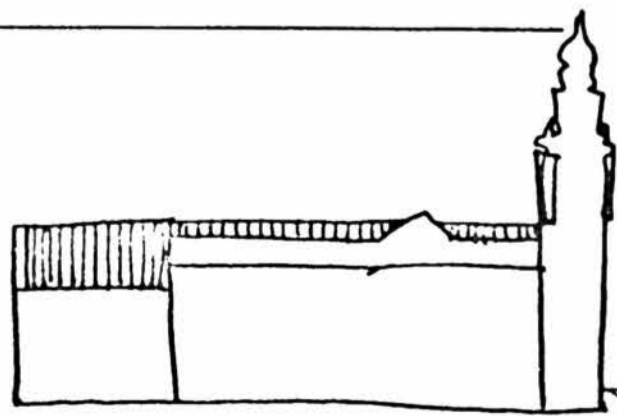
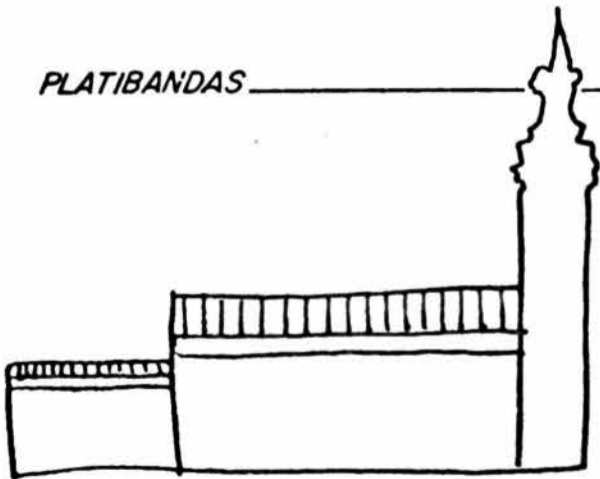
A ausência de frontão é comum nas primitivas igrejas não reformadas, como a dos Carmelitas, de Moji das Cruzes, Freguesia Nossa Senhora da Escada. Poética é a solução do alpendre fronteiro da capela de Santo Ângelo, que forma um frontão delimitado pela empena do telhado.

Em outro ítem, o qual denomino fachadismo, analisarei os frontispícios que foram concebidos não levando em consideração a estrutura da fachada. O resultado foi a criação de uma fachada livre da

TELHADOS. E PERFIS _____



PLATIBANDAS _____



Tirapeli 83

estrutura. Ampliando em volume as dimensões e solucionando, unicamente, a frente, gerou um fachadismo. (Esquema 22)

5.5. Perfis e Telhados

Nem sempre se pode determinar a parte interna da igreja observando, apenas, o perfil externo e os telhados.

Nas igrejas de uma só nave, a forma externa pode apresentar-se em forma de paralelepípedo, telhado de três águas e, na parte externa, incluir corredores ou galerias laterais, sacristia e capela-mor.

Há outras que apresentam a diferença entre corredores ou compartimentos laterais e o telhado que une em um só plano a nave e capela-mor.

Ainda com uma só nave, os planos do telhado podem dividir o sólido da construção em partes facilmente distintas: a nave, a capela-mor e galerias ou corredores laterais. (Esquema 23)

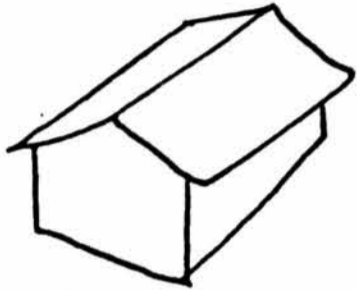
As igrejas de três naves formam um perfil onde se pode distinguir sua existência. Há casos em que se demonstra a nave, a capela-mor e as galerias, distintamente. Em outros, a nave e galerias e, até, capela-mor participam do mesmo plano de telhado, diferenciando-se, apenas, o consistório ou sacristia. (Esquema 24)

Como último perfil, as igrejas portadoras de platibandas que ocultam parte do telhado colonial. (Esquema 25)

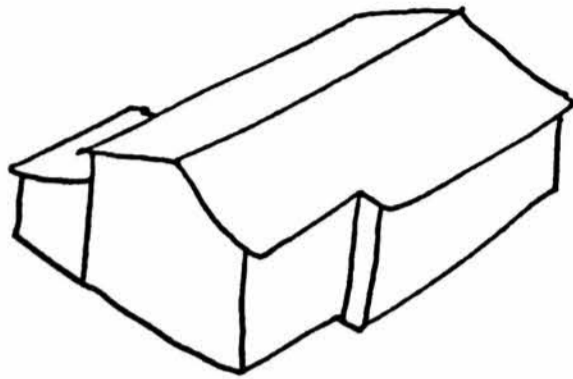
O telhado, substituto das ramagens, imprime no edifício o caráter de permanência. A telha canal, tão modulável sobre o madeiramento, cria formas menos rígidas para o plano do telhado.

No conjunto da Freguesia de Nossa Senhora da Escada (mesmo restaurado), a negação do racional e matemático que é característico da complexidade do madeiramento, desaparece. O conjunto se torna leve - por benefício da maleabilidade dos planos das telhas, aproximando-se mais do perfil marcado pelas coberturas de ramagens. Na capela de San

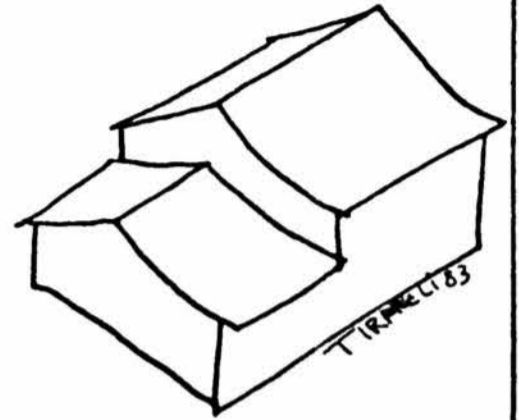
ESQUEMA DE VOLUMES E PARTIDOS DE COBERTURAS



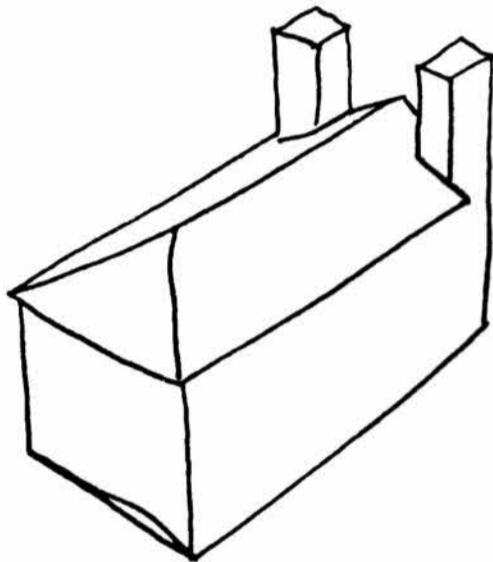
TAUBATÉ



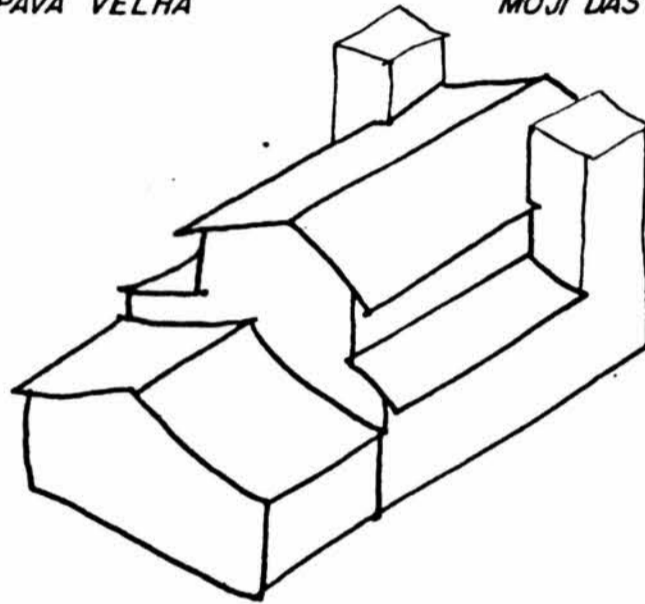
CAÇAPAVA VELHA



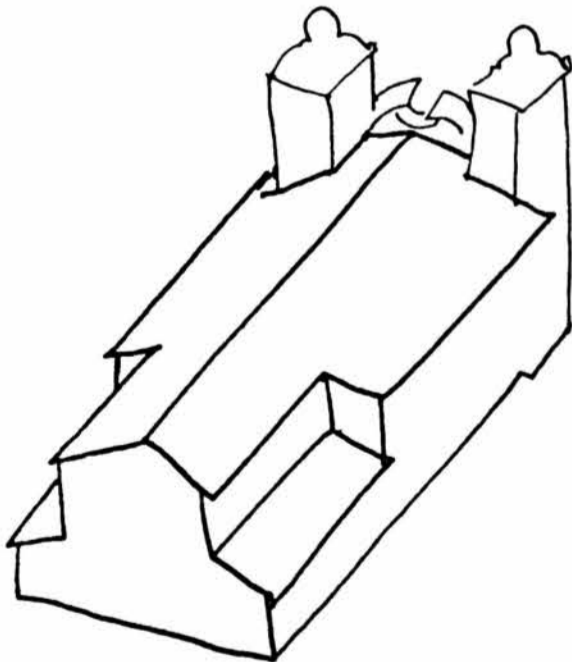
MOJI DAS CRUZES



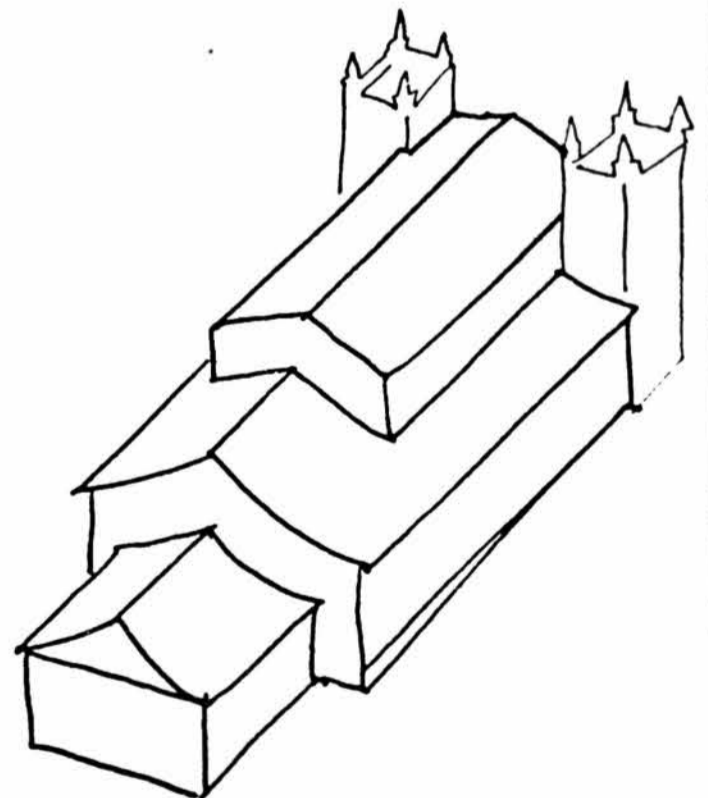
CUNHA



JACAREÍ



CUNHA



BANANAL

to Ângelo, o bellissimo plano do lado esquerdo parece resistir a qualquer alteração interna, continuando a ser modulável.

A telha, símbolo da civilização nos trópicos, divide a ermida da igreja, a tapera do sobrado. O perfil de uma igreja distingue as partes sociais das privativas em escala descendente. As naves mais altas até sacristias. É, ainda, a linha divisória entre as capelas conventuais e capelas das ordens terceiras, sendo que, estas últimas, não deveriam suplantar, em altura, as primeiras.

Porém, as telhas foram sendo rejeitadas visualmente. Os delimitadores dos frontões e coberturas de torres, foram mostrando-se, apenas, nas laterais e fundos das igrejas. Com a vinda da moda do neo-clássico, no desejo de se ocultar o colonial e se revestir de imperial, as telhas foram desbastadas e encobertas pelas platibandas, solução prematura para se apagar um passado.

5.6. Sinos

Oh! Como é triste a esta hora o silêncio do descampado! Nem o rumor do arvoredo... nem o eco - longínquo da povoação agitada, nem ao menos as vozes dos sinos, que são o espírito da vida vibrando no ar e confundindo-se às sensações da alma, ao sentimento religioso,⁵ que se despertam neste momento mais poderoso...

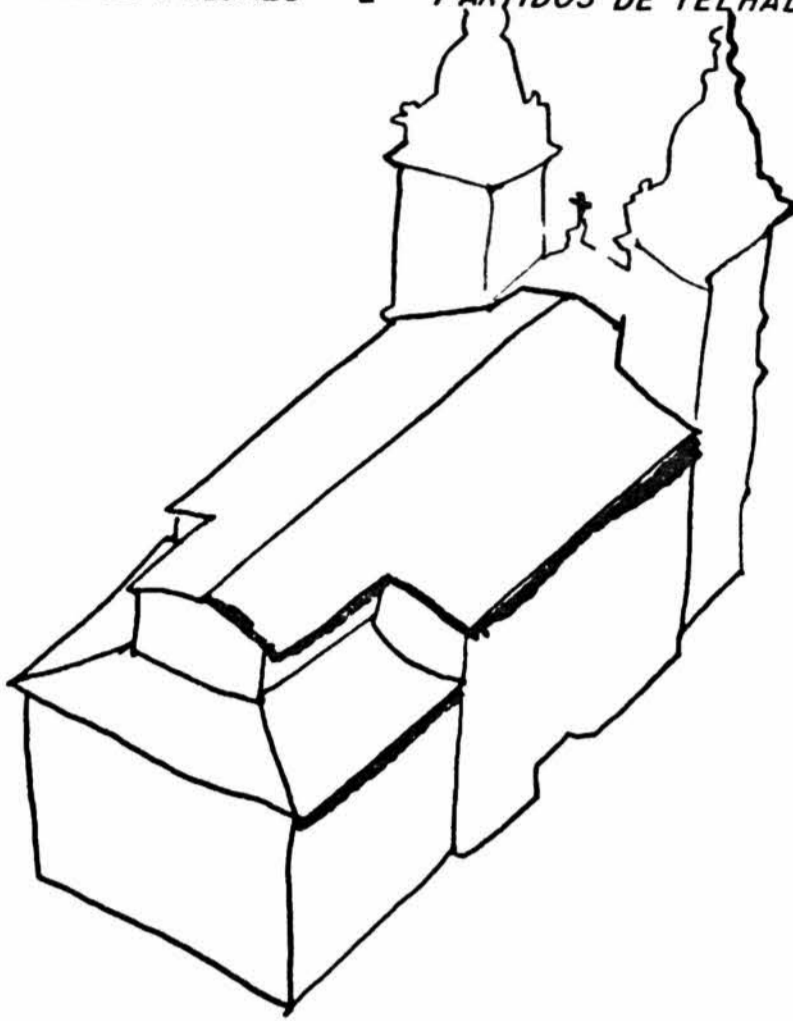
Os sinos, veículos de dilatação do poder religioso foram de agrado dos índios desde o descobrimento do Brasil. Na ação da catequese jesuítica, eram eles compreendidos através de seus toques.

Na Igreja colonial os toques de sino foram propícios às intenções e possibilidades do clero, que divulgava uma religião mais de práticas exterioristas, distante das abstrações. Sendo seus edifícios o ponto de reunião daquelas comunidades, os toques vão ganhar uma dimensão bastante ampla ao anunciar e ritmar não só os acontecimentos da vida eclesiástica mas também da vida civil⁶.

No século XIX, o toque dos sinos anunciavam não só as atividades eclesiásticas, mas também, as notícias de caráter profano.

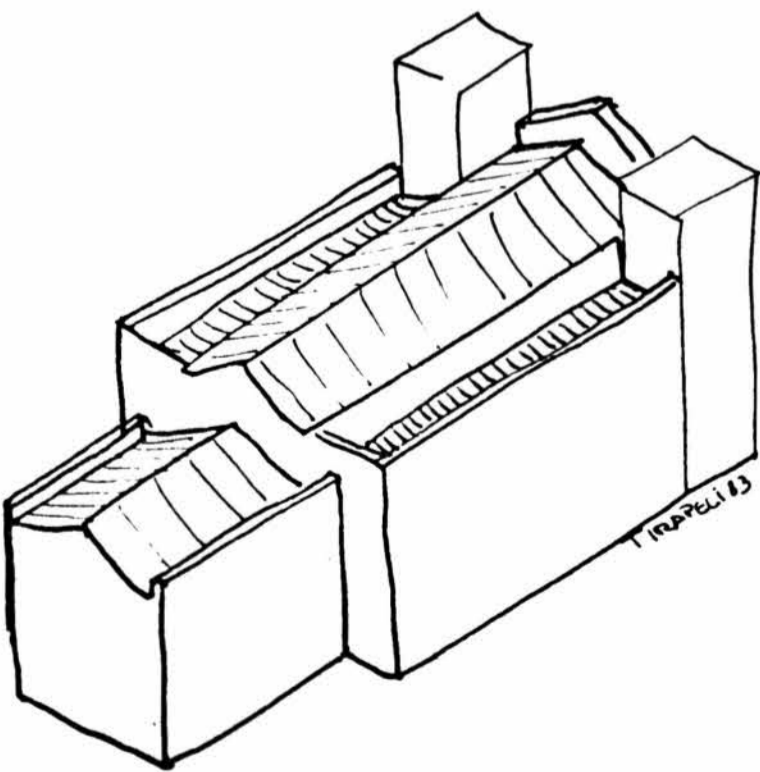
Os sinos, devido à sua dupla função, foram instalados, nas capelas primitivas, bem à mão e de fácil manuseio. Na capela de Santo

ESQUEMAS DE VOLUMES E PARTIDOS DE TELHADOS

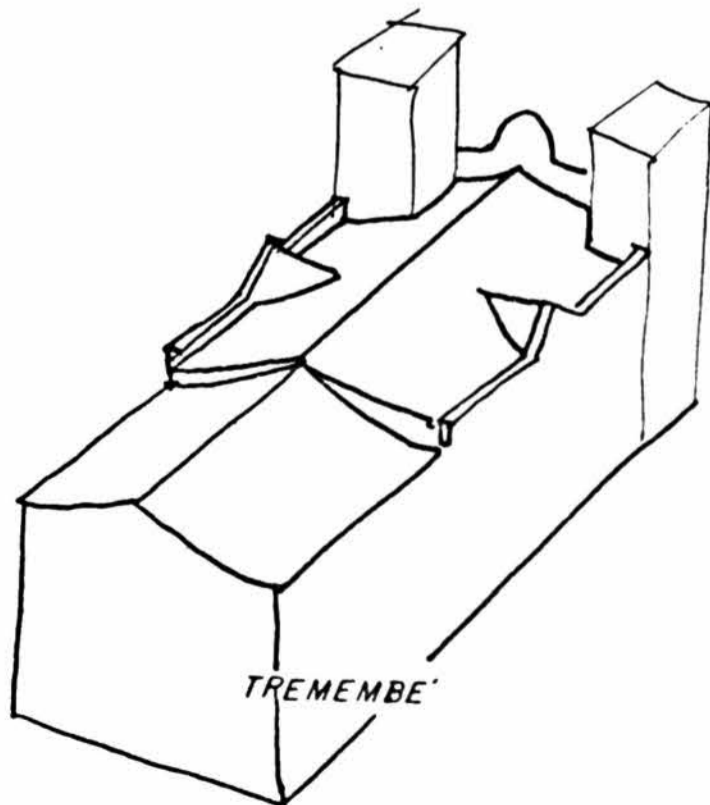


APARECIDA

COM PLATIBANDA



PINDAMONHANGABA



TREMEMBE

Ângelo, simples gancho preso à yiga de madeira prendia o sino pelo cabeçote. Na capela do Pilar de Taubaté, os mesmos foram instalados nas janelas que dão para o coro. Destas soluções em diante, instalações mais complexas surgem: os campanários e as torres. Quando lá instalados, podem receber o "batismo" ou consagração através do ato da bênção. As Constituições Eclesiásticas, a respeito dos objetos a serem bentos declaram: "As outras coisas das Igrejas, como toalhas dos altares, sinos, e outras semelhantes, não é preciso que sejam bentas, mas bom será que o sejam"⁷.

De origem, geralmente, negra, sineiros aprendiam o ofício memorizando os toques que, por lei, a Igreja poderá determinar o número de badaladas, duração dos toques e as circunstâncias a serem acionados. "O controle dos toques é feito pela própria sociedade que o dirige ou, de maneira mais direta e eficaz, pelo vigário ou por associações religiosas com sede na igreja em que o sino está instalado"⁸. O condicionamento dos ouvintes pelos toques gera uma mudança de comportamento semelhante ao penetrar em uma nave ou sentir-se envolvido por um ato religioso pré-estabelecido e que nos leva a uma atitude de respeito, e até imobilidade. O culto externo às naves leva a esta conclusão, ou ainda, a lembrança, despertada pelo toque, do que este ja ocorrendo no interior da igreja. A dilatação do culto religioso é dada por sons dos sinos que, das torres, ampliam o ambiente propício para ato piedoso.

O exemplo mais vivo deste desejo de dilatação de ambiência religiosa ocorre até hoje com os carrilhões da basílica de Aparecida, que, a todo 12 de outubro, são acionados ao meio-dia e, a partir deles, os sinos das igrejas brasileiras são tocados, conjugados com rojões.

O condicionamento, apesar de já conhecido, é reafirmado por ondas radiofônicas e gravações. Os atuais sinos da Basílica Nacional foram ali instalados em 1935.

O ano de 1935 ficará sempre notável nos anais da Basílica de Aparecida pelos acontecimentos e pelo movimento religioso que presenciou.

O acontecimento mais importante do ano foi, certamente, a aquisição dos novos sinos, artísticos e sonoros que, quais vozes do céu, chamam o povo ao culto da Padroeira do Brasil, dão as boas-vindas aos peregrinos, anunciam os atos religiosos e dão com o seu som majestoso novo realce a todas as solenidades da Basílica.

Chegados nas vésperas da festa própria da Padroeira, dia 11 de maio, foram neste dia solenemente sagrados pelo arcebispo de São Paulo, em presença de toda a multidão de peregrinos e devotos que vieram assistir a festa. Seguiram-se os trabalhos de colocação dos sinos no alto das duas torres, e no dia 30 de junho realizou-se a solene inauguração.

5.7. Fachadismo

Não o inclui na parte das reformas, apenas para dar maior destaque a esta solução.

Algumas igrejas não suportaram as pequenas reformas e se avolumaram. A capela d'Aparecida foi totalmente reconstruída por fora e, depois, demolida por dentro. Outras ainda tiveram suas plantas baixas transformadas em cruz latina, sendo que a modificação se refletiu, também, no telhado. Por fim, as que não suportariam radicais modificações nas fachadas, a solução foi a construção de um frontispício postiço.

Analisando, primeiramente, os frontispícios, as igrejas de São José de Pindamonhangaba, Santa Rita de Guaratinguetá e Bom Jesus de Tremembé são exemplos esclarecedores. Em todos os trabalhos dos frontistas são levados a termos extremos.

Os frontispícios foram concebidos em termos abstratos, levando em questão o abandono da parede suporte e a reconstrução de uma fachada praticamente nova. Ou ainda, a superfície neutra da parede foi sobrecarregada de figuras substituindo a qualidade estrutural. A basílica de Bom Jesus de Tremembé se apresenta com uma necessidade maior do escultórico e modulação para se conseguir uma medida virtual que amplia a pequena fachada. A união dos elementos com as torres ameniza a impressão do frontispício postiço como um todo e, por isso, a justaposição se mostra pulsante e interpenetrante.

Os exemplos de Pindamonhangaba e Guaratinguetá são mais extremos. A igreja de Santa Rita, com reformas de 1910, ostenta, talvez, o mais postiço dos frontispícios. Praticamente livre da estrutura primitiva, projeta-se como expressão do novo pluralismo de meios expressivos. De predominância neoclássica, cede espaço para um campanário que lhe confere o aspecto religioso. Visto por detrás ou de cima, a forma retangular da igreja, que não revela sequer as dependências da sacristia através do telhado de três águas, mostra o fachadismo que se resume apenas naquele elemento fronteiroço. Por sobre a cumeeira, a parede se ergue revelando a autonomia¹⁰.

A igreja de São José de Pindamonhangaba consegue manter um diálogo forçado com as envasaduras do coro. Tenta percorrer a parte lateral com platibandas e um entablamento de alvenaria e argamassa. Porém, os triângulos neoclássicos sobre as vergas coloniais mostram-se incompatíveis. Os nichos ladeando o frontão acima da cumeeira ampliam a massa visual do frontispício e alteiam os lados, apenas desejos de serem torres.

Fachadistas, porém não tão postiças, seriam as matrizes de Areias, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Roseira Velha e Jacareí.

As plantas baixas alteradas de retangulares para cruzeiras latinas, refletem o desejo de seguir os passos ditados por Roma e não pelo Império. Um dos exemplos é analisado no convento de Santa Clara de Taubaté. Há plantas baixas alteradas para possuírem um transepto maior e proporcionarem a colocação de altares laterais. A transformação pode aparecer no telhado. Existem outras que se romanizaram através dos arcos, não de galerias, mas por aberturas de capelas laterais com altar-mor. Roseira Velha, nessa minúscula igreja há o desejo de ser catedral. A forma plástica postiça do exterior corresponde exatamente à do interior. As paredes são usadas apenas como suporte do caixote estrutural e negadas totalmente diante da construção de galerias impraticáveis. Até o arco cruzeiro é simulado para a profundidade de inexistente capela-mor. O reformismo se mostrou por demais no que se propôs a fazer. A desunião aqui é espacial e funcional. Não há local

para dependências e sacristia. Sô se buscou o escultórico. Não se trata sequer de insegurança da aplicação, mas sim de arrogância.

(Esquema 47)

Em resumo, há dois tipos de frontispícios, um concebido sem levar em consideração o local da aplicação e se mostra postiço, e o outro que tenta um diálogo com as estruturas primitivas. As plantas baixas abandonam o retangular e se romanizam através da cruz latina, criando-se capelas laterais ao arco cruzeiro ou altar-mor.

O resultado não é belo, mas neste feio, evidencia-se o apego a uma vizinhança, que por sua vez, também copiava, sendo assim, uma cópia da cópia. (Esquema 26)

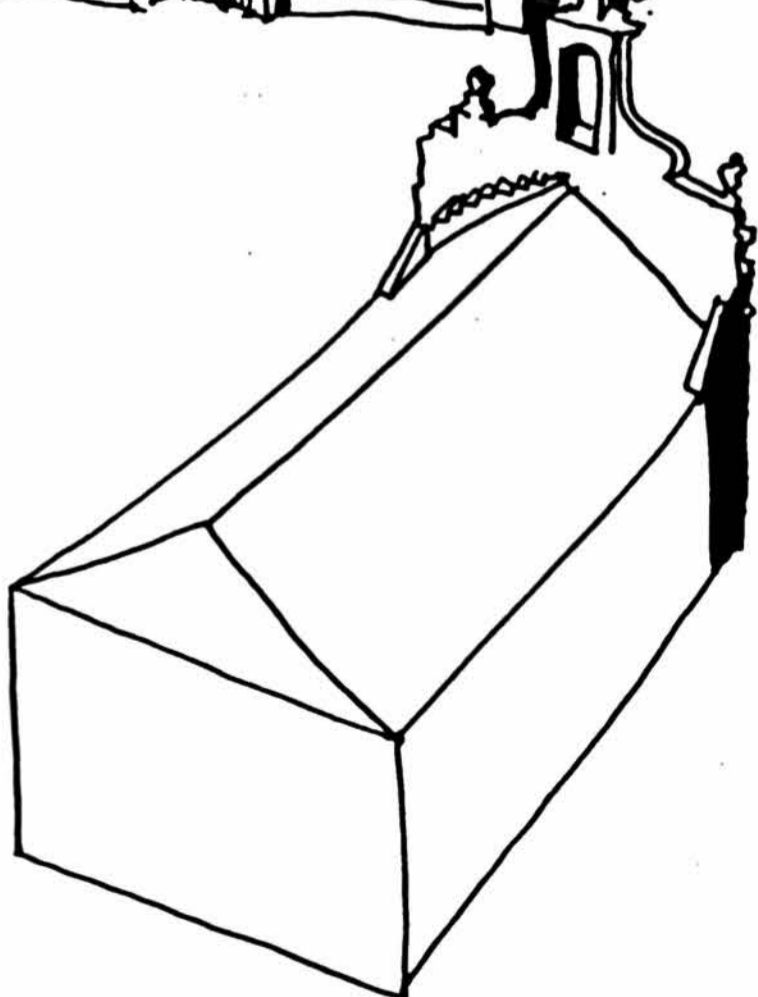
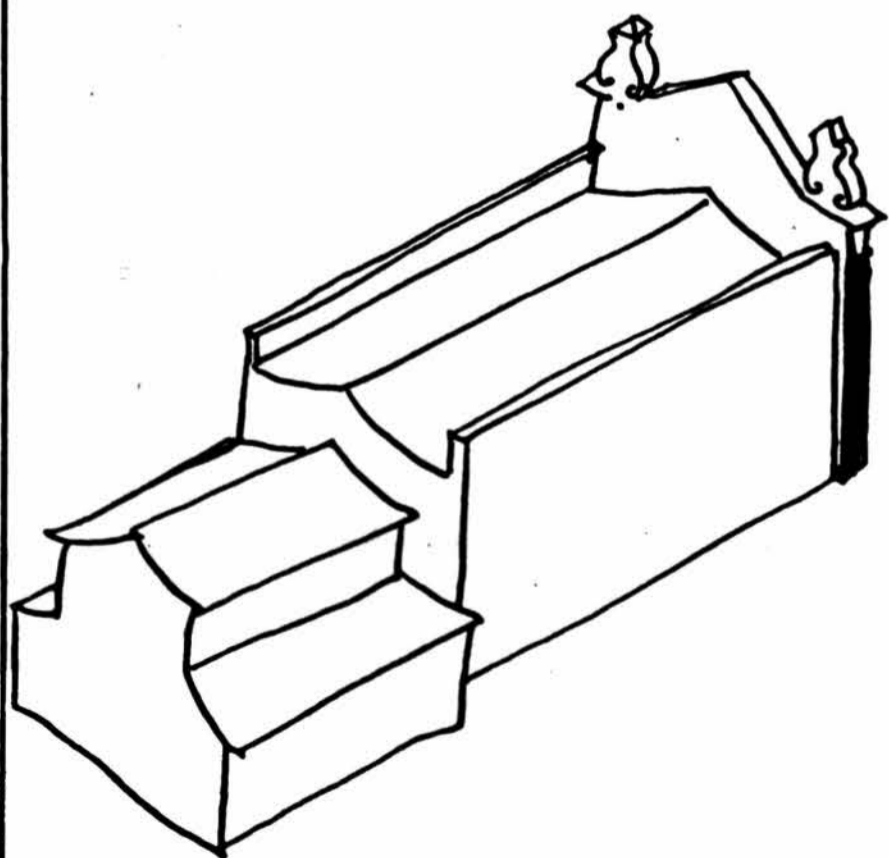
5.8. Reformas

As reformas devem ser aqui entendidas como ampliações, modificações, aplicações de novos elementos sobre uma forma primitiva.

Na maioria das vezes, a reforma é a busca do não conseguido através da medida e da modulação. A restrição técnica da taipa de pilão limitou por demais a busca da modulação e a medida foi determinada pela funcionalidade do ato litúrgico, número de habitantes e importância eclesiástica dentre outras. O aspecto artesanal das construções das primitivas capelas e igrejas, e a maneira de se conceber a forma como uma lembrança mais que um traçado geométrico, levou a uma busca do escultórico através de aplicações posteriores.

A libertação do edifício religioso de outros edifícios laterais e mesmo de certas paredes internas, como dormitórios para devotos, resultou em um volume livre, com autonomia própria. Ao adentrar-se no edifício, porém, muitas reformas não passam de aplicações cômodas. Não conseguem reduzir a estrutura primordial em esqueleto. A parede não é usada como elemento, mas suporte da aplicação de moldes, modismos e atrativos. Não há uma justaposição pulsante e os espaços não se interpenetram. Há fachadas, por exemplo, como a de São José de Pindamonhangaba ou, ainda, de Santa Rita, em Guaratinguetá, em que a

FACHADISMO



SÃO JOSÉ - PINDAMONHANGABA

SANTA RITA - GUARATINGUETA

reforma do frontispício parece nem tocar na estrutura primitiva. É praticamente impossível conciliar sobre uma estrutura pura os novos pluralismos expressivos que vão desde o racionalismo neoclássico ao historicismo italianizado. Italianos e franceses diante de uma estrutura colonial pobre na estética, porém, condizente ao estilo de vida da região.

Como o emprego de novos materiais como tijolos, ferro fundido, calhas, telhas de vidros, mármore, papéis de parede, pinturas em moldes, e outros materiais vindos com o dinheiro do café, depois da abertura das estradas de ferro, e frentistas com novas técnicas, as reformas foram apressadas. O primeiro estudo poderia ser o definitivo. Os termos abstratos através dos croquis que não levavam em conta o lugar do emprego, passavam do grafite à argamassa. A igreja de Roseira Velha, já neste século, de simples capela foi romanizada, tornando-se diminuta catedral com galerias laterais, cruz latina e pórtico de entrada. Fruto de termos abstratos sobre paredes suportes.

A retórica neoclássica sobre a taipa foi quase impossível. Diante do impasse de se usar as paredes como elemento de reforma, foram elas aprisionadas por tijolos e sobre estes as aplicações desde pedras até pinturas. As paredes, portanto, não constituem linhas envolventes, pelo contrário, são muitas vezes estorvos e são envolvidas. A catedral de Taubaté é um exemplo claro de paredes envolvidas.

A forma aberta, passível de ampliações dentro do mesmo espírito, das primitivas igrejas, transformou-se em ampla síntese. A matriz de Pindamonhangaba que se apresentava com uma superfície neutra de parede, como a maioria das igrejas coloniais, apresenta-se, hoje, sobrecarregada. Os elementos aplicados não buscam um valor escultórico excessivo, a exemplo da basílica de Tremembé. O arquiteto Antonio Pereira de Carvalho, em 1842, soube preservar a horizontalidade da matriz de Pindamonhangaba, acentuando o triângulo frontão com duas linhas horizontais, uma delas provocada pelo caprichoso alteamento sobre a cumeeira¹¹. Lateralmente se apresenta com a demarcação dos volumes das reformas posteriores e tentativa de ocultar os telhados com platiban-

das. As reformas internas, além da ampliação na nave, ganharam capelas laterais ao altar-mor, solução semelhante à do Convento de Santa Clara de Taubaté. O problema da luz, já criticado por Saint-Hilaire, que achava as naves escuras, não foi resolvido. A colocação dos altares laterais incrustados entre a antiga construção e a parede de ampliação que delimita as torres não permitiram entrada de luz suficiente para a nave. Sobre os dois altares laterais, perto do transepto, foram necessárias aplicações de telhas de vidro e estrutura de metal para servirem de clarabóia. A capela-mor é cheia de luz graças aos arcos romanos abertos lateralmente.

A matriz de Nossa Senhora do Bonsucesso de Pindamonhangaba não deve ser vista apenas como uma reforma material. A cidade tem aspecto imperial de traçado reestudado e com construções de porte, não só provincianas¹². O Visconde de Palmeira construiu o palácio que, em proporções de alinhamento, chega a rivalizar com as dimensões da matriz, possuindo aquele sessenta janelas e janelas-portas, com um total de trinta cômodos¹³.

As reformas não atingiram apenas as igrejas, mas também esses imensos palacetes que eram remodelados para receberem os imperadores.

O posicionamento na trama urbana destes palacetes não renovou o urbanismo e nem ousaram eles rivalizarem-se com as construções religiosas. Estas, por sua vez, receberam influências dos gostos desses homens que, aos poucos, foram secularizando as igrejas através de reformas. Nem só os telhados deveriam ser banidos como lembranças da época colonial como também as imagens de culto popular substituídas por de mármore. Na matriz de Pindamonhangaba, este exemplo é claro. Reformada a igreja para a satisfação estética e racional de uma elite que ainda insistia em empregar o dinheiro na compensação eterna, transforma-se a igreja em confusa e conflitante. O exterior não reflete o interior por nenhum momento. A luminosidade e severidade do neoclássico da fachada se confunde com a falta de luz interior e altares neoclássicos incrustados entre paredes pintadas em motivos fáceis e moldes. A todo instante, tem-se a impressão de que a decora-

ção e colocação de figuras ali estão para substituir a qualidade estrutural. Quer-se expurgar o passado e o modismo é vitorioso. Em uma das portas laterais encontra-se um nicho com uma imagem de Nossa Senhora em terracota, reminiscência do colonial. Ali, em segundo plano, local de passagem, bem à rua, como objeto relegado, porém, insubstituível na reforma.

Em outras reformas, o neoclássico se mostrou aplicável. A intensidade da luz da região é propícia para as fachadas planas. As naves, também, receberam luz através da abertura de galerias superiores, janelas laterais e até telhas de vidro.

Não só pela luz, tentou-se uma união do externo e interno. Também a substituição do antigo altar-mor entalhado, pelo de mármore. Muitas vezes, tentou-se uma união visual e de idéias, ficando porém mais no sentimento do que no racionalismo.

O eixo longitudinal requerido pela contra-reforma como símbolo do caminho de povo de Deus, foi substituído pelo eixo vertical concentrado nas torres e alteamento dos frontões. Este exemplo é óbvio na matriz de Areias que ostenta belíssimas e altas torres em contraposição ao despojamento interno daquele que deveria ser o Theatrum Sacrum de Bernini.

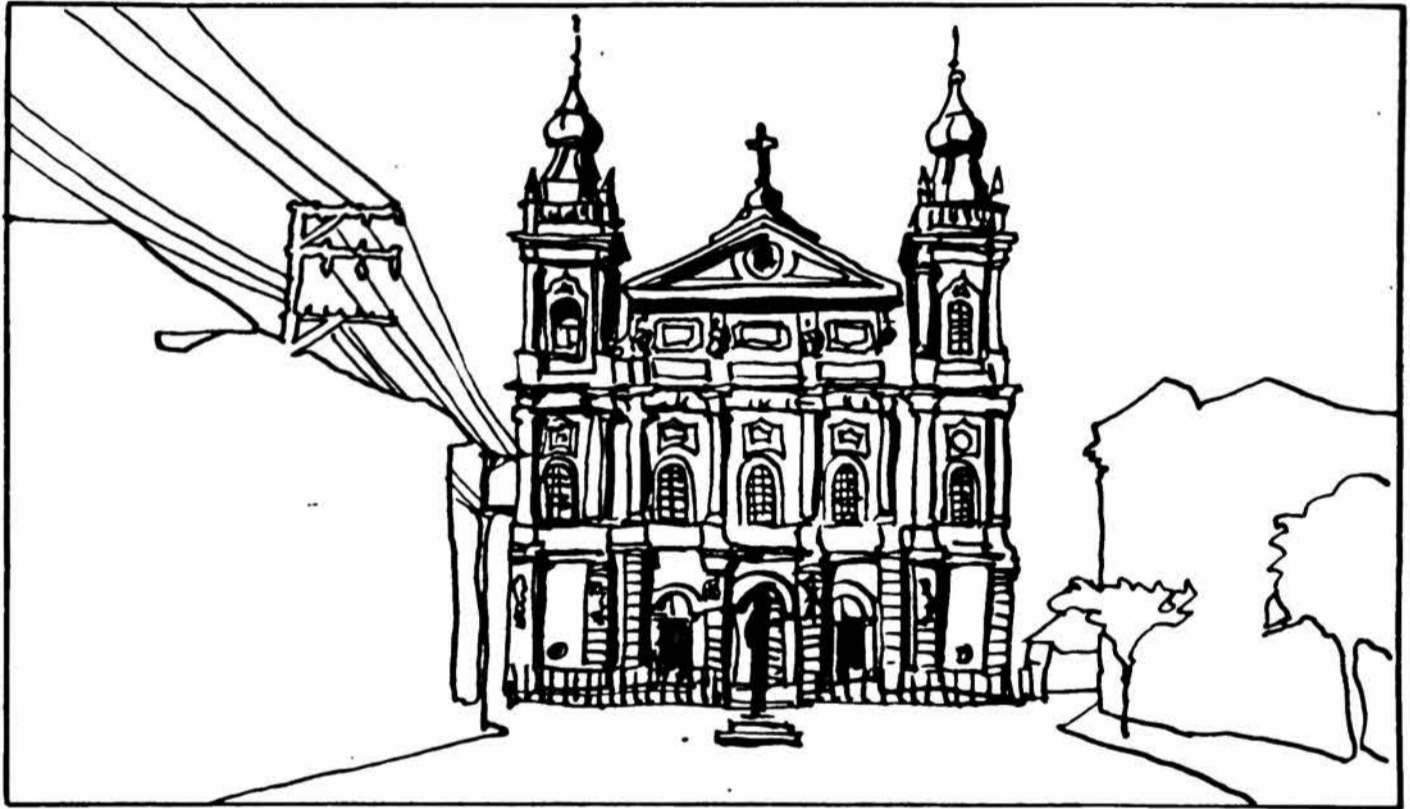
Em resumo, pode-se observar que as reformas não almejaram um escultórico excessivo nas fachadas. O uso da estrutura primordial foi, por vezes, impraticável, daí o envolvimento das paredes para facilitar aplicações. Tentou-se ocultar os telhados com as platibandas e, ainda, no exterior as torres verticalizaram as construções. A união do exterior com o interior foi forçada pela colocação de altares neoclássicos.

O excesso de decoração substituiu e negou a estrutura como elemento composicional, com elementos profanos.

No urbanismo, os palacetes não ousaram substituir em importância a criação de novo espaço que competisse com os templos religiosos. A estrada de ferro, empreendimento particular revestido de inte-



APARECIDA



PINDAMONHANGABA

AREIAS



resse social ousou rasgar a trama urbana e constituíram as estações, focos visuais e pólos de atração para o crescimento da cidade.

(Esquema 27)

5.9. Importação

Em Lorena, estão as mais drásticas mudanças¹⁴.

A capela de Nossa Senhora do Rosário se transformou na mais neo-clássica das capelas: em cruz grega, cada um dos braços forma frentões triangulares austeros e, no centro, a cúpula. Colunas dóricas justapostas às paredes que imitam pedra, guarnecem as portas. Não há espaço circundante. O pequeno templo se limita a uma citação clássica fora de contexto. A imagem do logradouro/passagem foi destruída, restando apenas o traçado irregular das ruas.

A cidade caminhou em direção oposta ao rio. A estrada de ferro determinou o desenvolvimento da cidade e se formou um espaço que une o progresso da estrada de ferro ao saudosismo europeu. Criou-se um espaço que chamaria de romântico. O templo neogótico, dedicado a São Benedito, foi encomendado pelo Conde Moreira Lima e concebido pelo arquiteto francês Peyrouton. Sua inauguração, em 1884, trouxe de trem os estadistas do império¹⁵.

É estranha esta importação total de projeto, matéria, para o pensamento de um homem que nada tinha para ser romântico. Não tenho conhecimentos se o conde teria se apaixonado por algum espaço íntimo de capela gótica européia, ou se ainda possuía uma espiritualidade medieval. O fato é que a negação do ambiente vivido por ele é evidente, assim como o desejo de reconstituição ou de representação de um espaço para si próprio. A gravidade está na criação de um espaço vazio de experiências anteriores e na crença de que o protótipo da catedral medieval seria o símbolo da espiritualidade a ser compreendido também nos trópicos. Toda e qualquer forma ali é novidade, mesmo imitativa e recorre a um clássico desconhecido, capaz, portanto, de suscitar emoções.

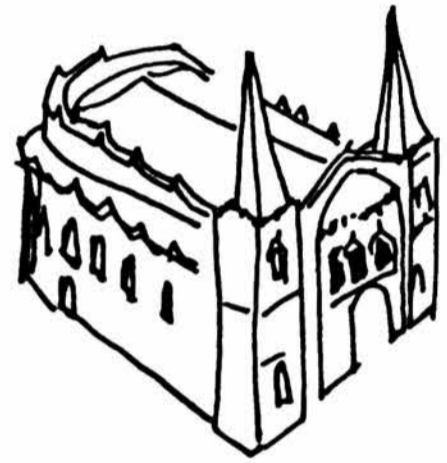
LORENA



SÃO BENEDITO



MATRIZ



N.S. DO ROSÁRIO



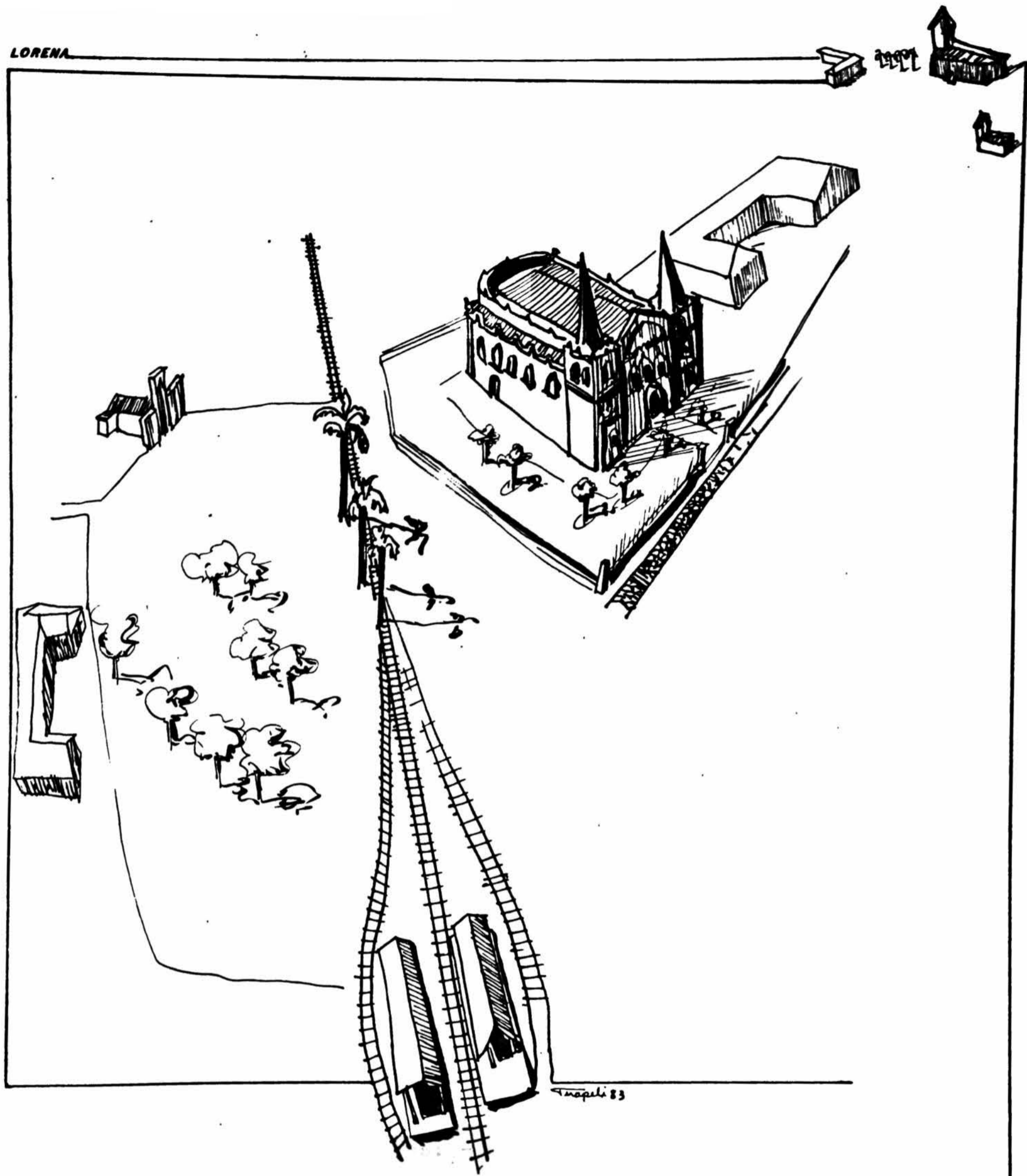
O maior impacto, porém, está na antropofagística aglutinação presente e passado: a estrada de ferro que abaliza o terreno do templo e a presença gótica. Na Europa, a atitude do restauro imbuiu-se do espírito do criador da obra; revivendo as mesmas emoções, foi um exercício romântico que aqui era impraticável¹⁶. No Vale do Paraíba, os elementos plásticos do passado foram arrancados e substituídos, violentamente, transformando os espaços. O templo de São Benedito nega até a possibilidade de uma volta ao passado do espírito colonial com um ambiente de pouca luminosidade filtrada das pequenas envasaduras. Prefere uma luminosidade esmaecida pelos vitrais e fachos de luz mais alongados que atingem até o meio da nave. Esta nova construção de formas velhas é por demais postiça e rugosa, querendo conter a pátina de um tempo nunca dantes ali visto. A pedra, o verbo da construção gótica, é omitida, tornando a obra canhestra. Os arcos romanos se ogivam, postiçamente, como através de molduras. A minúscula rosácea que mais lembra uma envasadura, se posiciona entre um arco ogival e o frontão triangular. As torres, indefinidas, aumentam o corrompimento da unidade da obra que se evoca como uma fábula: tenta unir o colonial e o gótico. (Esquema 28).

É do espírito romântico conceber formas de terras desconhecidas, ter o fervor da religiosidade e conceber formas antigas para o presente. O novo templo pode ter poderes de sonhos para os membros da Irmandade de São Benedito que, certamente, não sabiam estarem adentrando em formas vetustas, refúgio de paz e pós-morte para o conde.

Analisada a presença gótica, presença do passado, surge a estrada de ferro, dinâmica do presente. Dois valores que se defrontam e criam um espaço novo, expressão do tempo de mudanças de ideais. O pensamento medievo-religioso dominara os homens que tinham o poder e o dinheiro¹⁷.

O posicionamento do templo no terreno demonstra uma preocupação urbanística e acentua a privacidade do local. Muros cercam o adro e a parte lateral onde ocorre a continuidade dos atos litúrgicos. Estátuas em ferro fundido sustentam postes sobre pedestais enfeitados

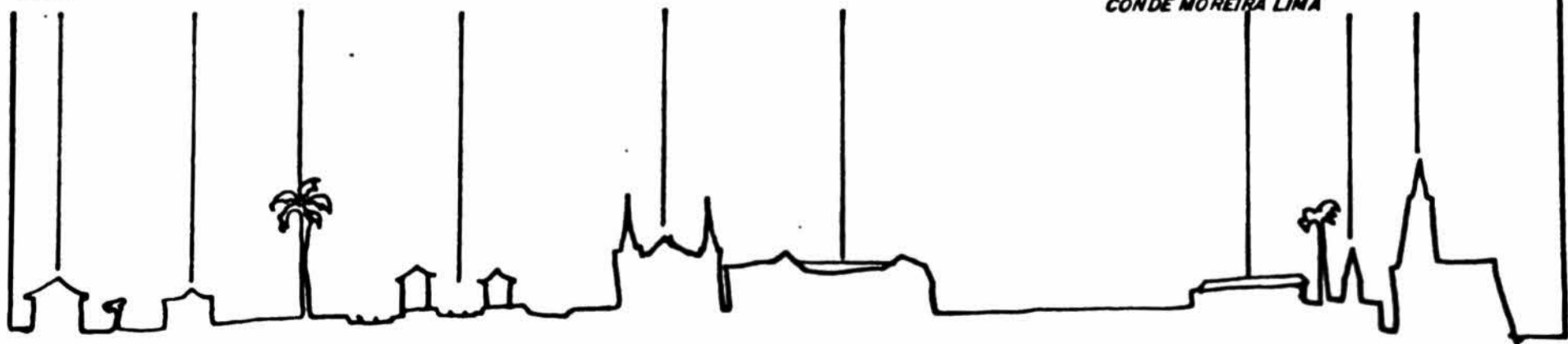
LORENA



STA. CASA LAR S. JOSÉ L. S. BENEDITO ESTAÇÃO

GAPELA S. BENEDITO COLÉGIO SALESIANO

PALACETE ROSÁRIO MATRIZ
CONDE MOREIRA LIMA



de guirlandas neoclássicas. Estátuas de louça representando estações do ano espalharam-se pelo jardim. A estrada de ferro trunca a rua fronteira e divide em espaços distintos o local onde se encontra o templo ligado ao colégio dos padres salesianos e a grande praça que hoje abriga a estação rodoviária. Se a via Presidente Dutra não afetou o urbanismo de Lorena, a estrada de ferro estrangulou a cidade, tornando-a quase impraticável. A cada foco de interesse para lá se dirige a cidade, abandonando o passado. (Esquema 29)

5.10. Classificação Formal

Classificar toda a diversificada arquitetura religiosa da região, seria uma tarefa que poderia ficar incompleta. Da análise formal, pode-se, no entanto, extrair as seguintes conclusões:

a) Quanto à Técnica:

- paredes estruturais de taipa de pilão;
- paredes estruturais de taipa de pilão cinturadas de alvenaria;

b) Quanto à Planta Baixa:

- de uma só nave; -
 - nave e capela-mor da mesma largura;
 - nave e capela-mor de larguras diferentes com corredores ou compartimentos laterais;
 - torres determinando corredores laterais
- três naves: - duas naves laterais com altares;
 - naves laterais abertas para iluminação;
- romanizadas: - capelas ao lado da capela-mor;
 - cruz latina mais acentuada.

(Esquema 12)

c) Quanto às Torres:

- capelas sem torres;
- uma lateral - sineira;
- uma lateral - geralmente posterior;
- uma central - totalmente reformada ou do século XX;
- torres repetidas ligadas ao corpo da igreja.

Característica comum: ligação com o edifício. (Esquema 19)

d) Quanto ao Arremate das Torres:

- piramidal com telhas ou tijolos;
- meia laranja;
- bulbosos cercados de platibandas; (Esquema 20)

e) Quanto aos Frontispícios:

- fachada linear, clara, delimitando as torres e nave, colunas falsas;
- entrada principal, conjunto formando três partes com variados números de vãos;
- verticalidade acentuada; (Esquema 22)

f) Quanto aos Frontões:

- retilíneos, determinados pela cumeeira;
- retilíneos repousantes sobre cimalha;
- raros são os curvilíneos;
- podem ser limitados pelas torres ou avançar sobre estas;

g) Quanto aos Telhados:

- com uma só nave, podendo ter até galerias e corredores - duas ou três águas;
- nave, capela-mor e corredores em níveis diversos;
- nave, capela-mor, corredores e sacristia em níveis diversos;
- três naves, torres definindo as naves laterais, com capela-mor rebaixada;
- ocultos por platibandas; (Esquemas 23, 24 e 25)

h) Quanto aos Fachadismos:

- frontispícios pretensiosos colados ao corpo da igreja;
- frontispícios reformados com acúmulo de elementos;

i) Quanto à Romanização:

- capelas ou novos espaços ao lado da capela-mor;
 - ampla nave única;
- (Esquemas 21 e 26)

j) Quanto às Reformas:

- ampliação do volume primitivo;
 - aplicação de elemento sobre a estrutura - modismos;
 - emprego de materiais importados;
 - aberturas para entrada de luz;
 - emprego de elementos neoclássicos;
 - recobrimento da estrutura de taipa com alvenaria;
- (Esquema 17)

1) Quanto à Importação:

- abandono da técnica e plasticidade coloniais;
- aparecimento de elementos góticos e românicos.

(Esquema 28)

- ¹VASCONCELLOS, Sylvio de. Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos. p. 19-21.
- ²VELOSO, João. A Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Fação. Centro de Cultura e Tradição de Cunha.
- ³As culturas de Cunha são estudadas por Robert Shirley em "O Fim de uma Tradição".
- ⁴COUPÉ, Benedito Dubsky. A Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá.
- ⁵ZALUAR, Augusto Emílio. Op. Cit., p. 99.
- ⁶VENDRAMINI, Maria do Carmo. Sobre o Sino nas Igrejas Brasileiras. p. 48-49.
- ⁷VIDE, Sebastião Monteiro. Op. Cit., p. 260.
- ⁸VENDRAMINI, Maria do Carmo. Op. Cit., p. 58.
- ⁹Os carrilhões da Basílica. Santuário de Aparecida. 01/08/82, p. 15. Pode-se ouvir a gravação: "Consagração à Nossa Senhora Aparecida". LP 1941 SCDPN nº 007, lado 1 - Gravadora Itamaraty.
- ¹⁰MAIA, Thereza Regina de Camargo. O Bairro e a Igreja de Santa Rita. Guaratinguetá História IV. Instituto de Estudos Valeparaibanos. Guaratinguetá. 1978.
- ¹¹Palacete Palmeira. Pindamonhangaba/SP - CONDEPHAAT, parte 1.
- ¹²ZALUAR, Augusto Emílio. Op. Cit., p. 99-113.
- ¹³O Palacete do Visconde de Palmeira tem levantamento completo feito pelo CONDEPHAAT. As pranchas das plantas estão avulsas bem como as fotos. Palacete Palmeira - Pindamonhangaba/SP, parte 1.
- ¹⁴EVANGELISTA, José Geraldo. Lorena no Século XIX.
- ¹⁵Sobre o projeto da Igreja de São Benedito de Lorena, não pude confirmar se é de autoria do arquiteto francês Carlos Peyrouton. O que é certo e seguro é que Carlos Peyrouton projetou a reforma da matriz de Lorena, em 1884, segundo desenhos originais carimbados com o nome do escritório do referido arquiteto e datado de 01/08/1884. Certo, também, é que o projeto da atual igreja do Rosário é de Ramos de Azevedo. Os desenhos aquarelados, originais, se encontram na mesma pasta com os originais de Carlos Peyrouton. Portanto, a matriz não é de Ramos de Azevedo como alguns autores afirmam. Fica a dúvida se Carlos Peyrouton realmente executou projetos diversos, ao mesmo tempo: um românico e outro neogótico. E se a cidade tinha condições financeiras de levar adiante os projetos. Os projetos se encontram no setor de plantas da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pasta: Igrejas de Lorena - originais.
- ¹⁶COUTINHO, Evaldo. Op. Cit., p. 123.
- ¹⁷MOTTA SOBRINHO: "Ministros do Império, presidentes de províncias,

titulares e conselheiros, em 1884, vieram à Lorena, na oportunidade das inaugurações da obra prima de arte religiosa e do gótico francês, que o conde de Moreira Lima fizera erguer, a Igreja de São Benedito, e da arrojada empresa industrial, que, também, ele ajudara a tornar realidade: O Engenho Central".

"No dia seguinte, o casal de herdeiros do trono visitou a bonita Igreja de São Benedito, cuja capela-mor, com altar de mármore e demais peças, fôra importada da Europa e montada em Lorena. (Breve Notícia do Santuário de São Benedito, Lorena, 1918, Conde Moreira Lima). A Galeria de estátuas da capela-mor, pelo simbolismo com os casais da família Moreira Lima, efetuados em mármore branco, para agasalharem, no futuro, os restos mortais de sua figura central, o Conde, impressionou, fortemente, a Princesa".

MOTTA SOBRINHO, Alves. A Civilização do Café. p. 101-104.

6. O ESPAÇO RELIGIOSO

6.1. O Jesuítico

Na ocasião da expulsão dos Jesuítas do Brasil, no dia 21 de julho de 1759, por Carta Régia, já eram eles "personas non gratas" entre os paulistas. Os documentos datam de 15 de agosto de 1611, quando a Câmara e o povo de São Paulo se reuniram para protestar contra o predomínio dos padres de Loyola sobre os índios que até zombavam dos súditos. A bula do Papa Urbano VIII, trazida pelo padre Francisco Dias Tanho, datada de 1630, exasperou o povo do Rio de Janeiro e São Paulo. O referido documento dava direito aos padres jesuítas de dirigirem com exclusividade os silvícolas. A 13 de julho de 1640, o povo rompeu no excesso de expulsar violentamente os jesuítas, e em 1641, dirigiram a petição a Dom João IV.

Em 1647, os culpados da expulsão e os padres entraram em acordo, em dez itens, sendo o terceiro:

Que não hão de ter nas aldeias dos índios, superior ou religioso algum que tenha superioridade no governo e administração das aldeias e índios delas, e que o tal superior e administrador serão postos por quem diretamente tocar, não sendo pessoa de ditos religiosos, porque ainda que eles são por suas partes, virtudes e zêlo do serviço de Deus, pessoas para ocuparem maiores cargos, os moradores querem por esta via fugir de ocasiões por onde se pode ocasionar dúvidas com os ditos religiosos, e querendo eles doutrinar e ensinar ou sacramentar os índios poderão fazer com os mais sacerdotes¹.

Graças à intervenção de Fernão Dias Paes e influentes paulistas, foram restituídos os colégios aos padres em 1654. Em 1687, ten-

taram os paulistas expulsá-los. A luta continuou e a lei de 19 de janeiro de 1765 veio pôr fim à situação. Os bens foram confiscados e incorporados à Coroa por cartas régias, em 25 de fevereiro e março de 1761 e agosto de 1767 e postas em execução em São Paulo a 20 de setembro de 1768. A Bula "Dominus ac Redemptor", do papa Clemente XIV, de 1773, põe o termo final nas constantes questões, expulsando de vez os padres da Companhia de Jesus daqui da América.

Em meio a tribulações religiosas e políticas se deu o desenvolvimento das povoações do Vale do Paraíba. O episódio da vila de Santo André, em 1560, deu início ao ódio entre padres e colonizadores. Os interesses ao longo do caminho da descoberta do ouro, o Vale do Paraíba, não poderiam ter obstáculos ideológicos. Os padres ou foram barrados ou perseguidos nas minas por estarem se enriquecendo. Não faltaram os aventureiros disfarçados de religiosos. Em 1710, por decreto de Carta Régia, do dia 10 de outubro, Frei Francisco de Menezes e outros sacerdotes foram proibidos de morar nas minas, pois ali se travava uma guerra civil entre frades clérigos naturais de Portugal, que ali queriam fazer fortuna, e civis.

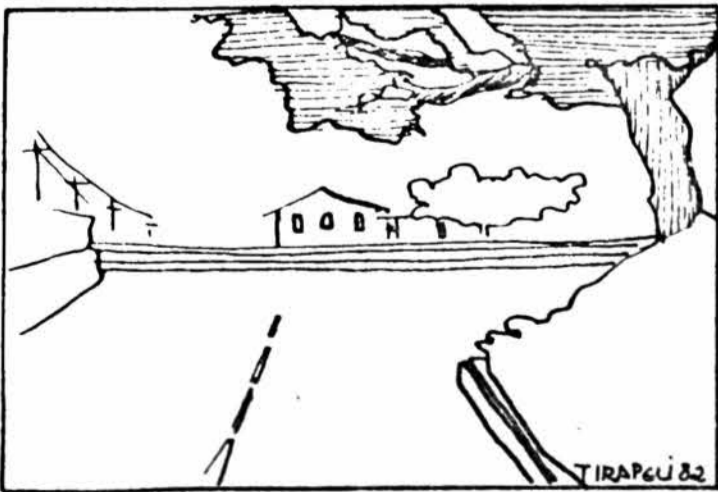
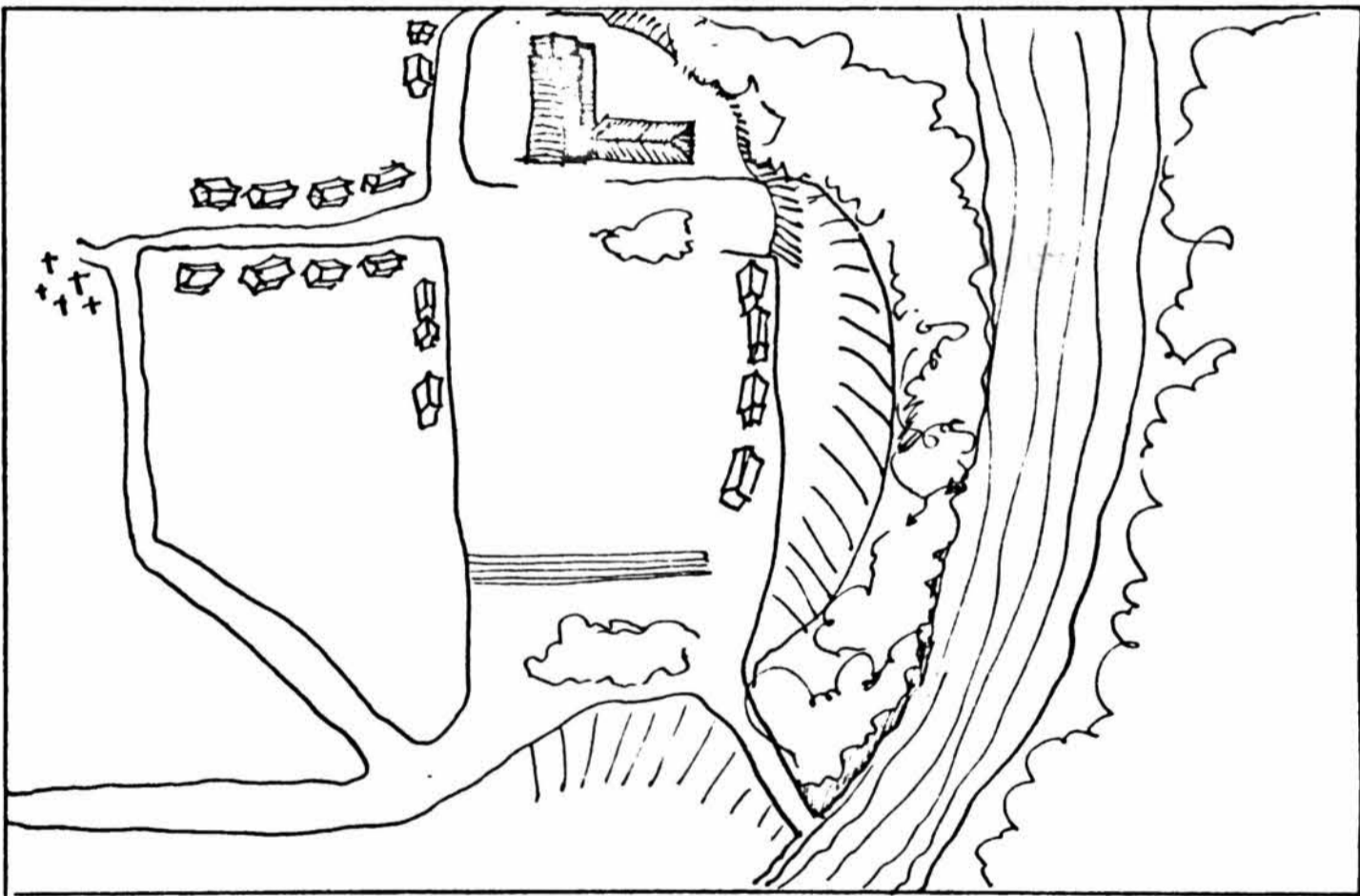
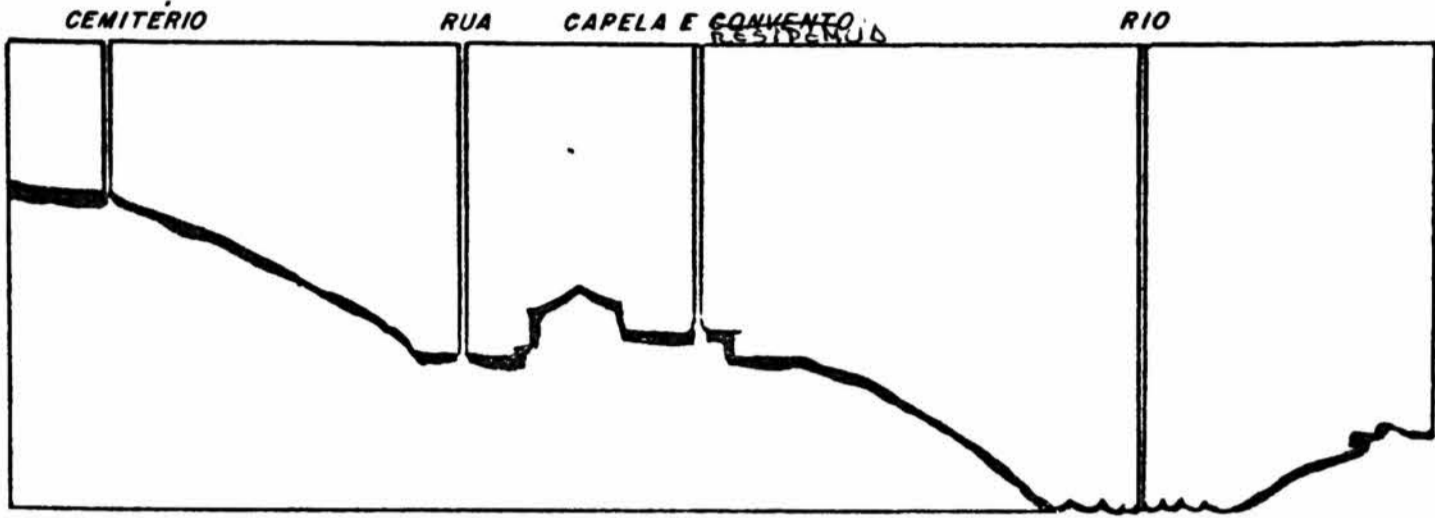
Não ficaram os padres longe dos acontecimentos sangrentos das minas. Alguns para lá acorreram e outros, como Padre Simão de Oliveira, foram encarregados de barrar os paulistas, que armados partiam para as minas lavar a honra². Outras incursões dos jesuítas pelo Vale do Paraíba estão nas missões que realizaram na região nos anos de 1748 a 1749.

6.1.1. Análise da Freguesia da Escada

Nossa Senhora da Escada, em Guararema, e São José dos Campos em Jacareí, foram aldeamentos jesuíticos no Vale do Paraíba. Não puderam fazer a programação jesuítica completa nestes locais, pois o primeiro logo foi entregue aos padres franciscanos, e do segundo foram os padres expulsos, por volta do ano de 1700.

Não entrarei na questão da arte legada pelos seguidores de San-

CAPELA N. S. DA ESCADA - GUARAREMA



to Inácio de Loyola. Lúcio Costa, Robert Smith, Serafim Leite oferecem subsídios para este intuito.

A Freguesia de Nossa Senhora da Escada, passando por reformas, hoje pouco conserva dos aspectos de quando os jesuítas a herdaram de Gaspar Coelho. A colocação do conjunto religioso no alto da colina posiciona-se, de tal maneira, que o frontispício se apresenta parceladamente. A linha vertical não ajuda visualmente dar ao edifício uma verticalidade já que a horizontalidade é marcante. (Esquema 30)

Dividido em dois corpos, o edifício mostra a igreja em partes da parede mais livres, formando um suave trapézio pelo desalinho das retas. A forma triangular é encimada pelas linhas curvas das telhas de canal que amainam a linha reta. O corpo do convento é dividido em dois pavimentos. A linha do telhado do corpo do convento continua virtualmente nos parapeitos das envasaduras da igreja, alongando a linha por todo o frontispício. A desproporção vertical do corpo do convento só é compreendida quando, percorrendo-se observa-se, o conjunto por completo.

A predominância da verticalidade se dá quando as paredes surgem repentinamente nas fraldas do morro. Dos fundos, observando o compartimento detrás da capela-mor, apenas com uma janela. Na lateral, tem-se a sensação de grandes volumes contemporaneamente dispostos em ritmo crescente. Os grandes planos brancos se deixam barrar pelas sombras e alargamento do telhado que se projeta em grande beiral. Do lado da ^{residência} ~~convento~~ e sacristia, a melhor linha perspéctica é averiguada quando se vence a irregularidade do terreno. Amaina-se a horizontalidade e se ganha em verticalidade na reentrância da parede lateral encimada por pequena janela do segundo piso.

A surpresa do conjunto só se descobre totalmente adentrando-se as paredes de taipa de pilão que a todo instante revelam seu aspecto artesanal sobre o técnico. Esta exteriorização da obra, como fruto de sistema próprio de vida, revela que não era fundamentada na inteligência, mas sim na prática. É o reflexo do exercício muscular³. A obra é uma decisão coletiva e se revela orgânica, principalmente,



NOSSA SENHORA DA ESCADA
GUARAREMA

no telhado (mesmo reformado). Por instantes faz lembrar o silvícola atônito diante da perenidade das telhas, diferenciando os seus conhecimentos dos da civilização. Porém, não deixa de se remeter aos madeiramentos internos, que irregulares, dão o aspecto vivo à cobertura que se estende por todo o conjunto, sem ter que recorrer às linhas retas das cumeeiras. O telhado é ondulante e truncado apenas pelo triângulo curvilíneo que delimita capela-mor do compartimento dos fundos. Está mais ligado a uma grossa camada de ramo de palmeiras que à matemática e equilíbrio de distribuição de pesos sobre as tesouras e empuxadas paredes. Tudo cresce da terra delimitada pela altura do tronco das árvores e consistência do barro. Tudo se entrelaça internamente criando escadas que dão ao púlpito, convento e coro. Nem a parte fronteira chega a ser racional, dando um aspecto visual de um ser a ser vivido, apalpado e sentido. Orgânico. (Esquema 31)

6.2. O Carmelita

Por uma estatística official em 1798, e compilada de relações apresentadas nesse anno ao governa da capitania pelos exactores do fisco, sabe-se que nos quatro conventos da ordem carmelitana - nesta província haviam quatorze religiosos e um leigo, possuindo quatrocentos e trinta e um escravos, e pelo cadastro mandado formar pela presidencia da província em 1855 computou-se o pessoal escravo dos conventos em setecentos e quatro individuos e como bens de sua propriedade vinte e duas fazendas, sessenta e sete predios urbanos e onze terrenos por edificar.

Aos conventos adduziu-se grande extensão de terras nas paragens mais asadas para a industria agricola: a maior parte das terras das povoações acha-se alienada a titulo de foro e arrendamento, e as de fora serviram de assento a estabelecimentos ruraes, lavrados por numerosa escravatura, oriunda das raças indigena e afriçana e cujo producto é fruido pelos conventos⁴.

Dentre os Conventos dos Carmelitas, o de Moji das Cruzes data de 1629 e a igreja anexa da venerável Ordem Terceira, de 1698. A reconstrução do convento e igreja foi realizada entre 1753 e 1768 e, igualmente, a capela da Ordem Terceira. As reformas se sucederam bem como a ornamentação do forro realizada em 1816, por Antonio dos Santos. O frontispício da igreja da Ordem Terceira passou por reformas,

à base de tijolo, no período de 1815. Foi construída uma torre além da existente e hoje, por obra da SPHAN, o aspecto colonial foi restituído.

As portas do Vale do Paraíba, os padres Carmelitas receberam muitos núcleos, capelas em patrimônio, a saber: na comarca eclesiástica de Moji das Cruzes, fazendas Sabaúna, Santo Alberto e Santo Ângelo, outra em Jacareí, terras em direção à vila de Bertiooga, Pedreira perto do Rio Tietê, terrenos na vila e casas⁵.

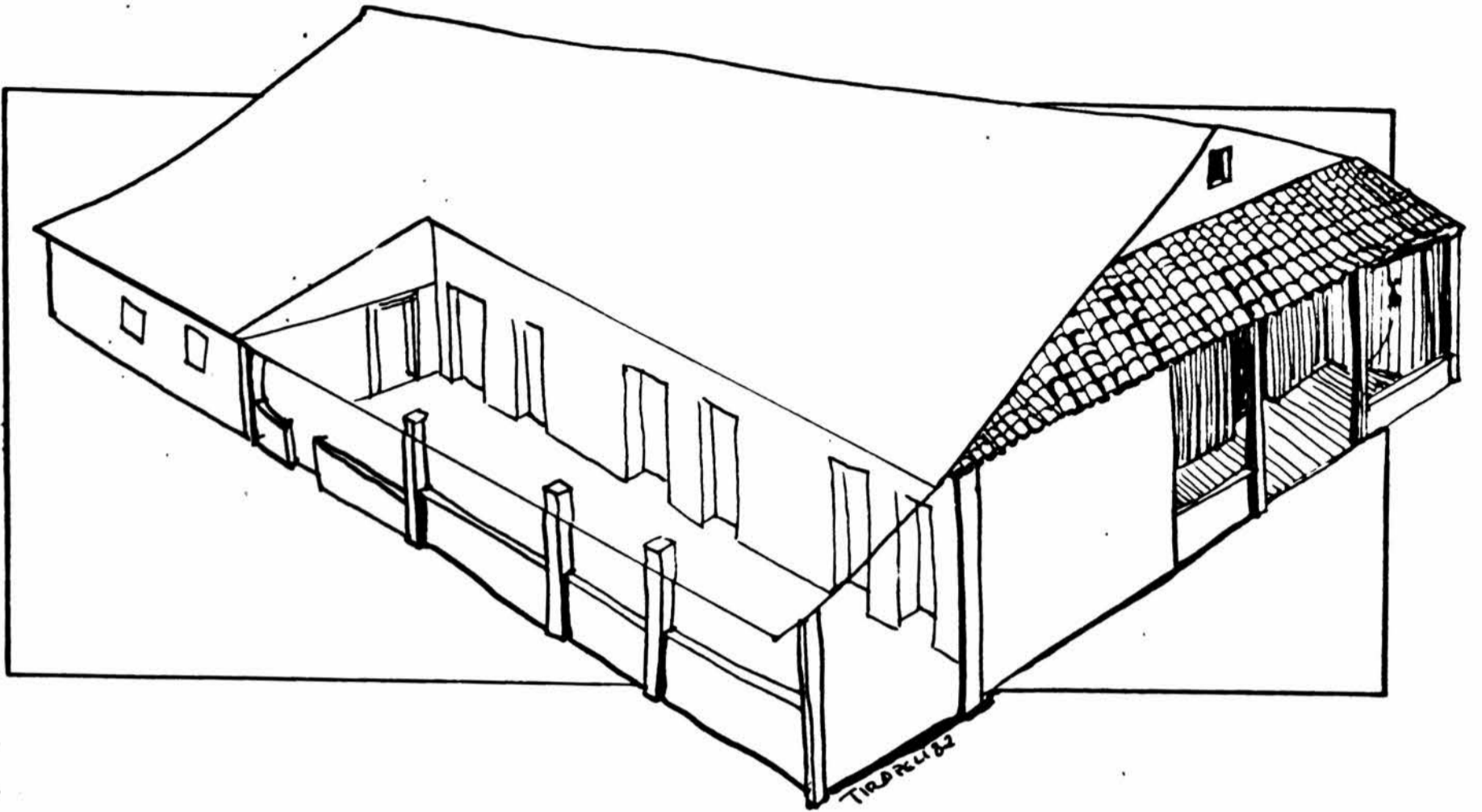
De núcleo dos Carmelitas, Sabaúna passou a ser distrito em 1895, quando foi adquirida pelo governo. Santo Alberto e Santo Ângelo não prosperaram, porém, legaram patrimônio de valor artístico. - Santo Alberto ostenta um bellissimo retábulo jesuítico, e Santo Ângelo um dos mais antigos alpendres da Província de São Paulo.

O projeto teria sido inspirado na capela de São Miguel e resultou em um alpendre fronteiro do corpo principal que também se assemelha à residência do Sítio Mirim. O corpo principal é determinado pela nave que possibilitou uma solução de telhado em duas águas. A galeria lateral alpendrada tem ligação tanto com a nave como com o alpendre fronteiro. Os cubículos para os peregrinos não se ligam diretamente à nave, diferenciando-se possivelmente da primitiva capela d'Aparecida, onde os peregrinos dormiam nos cubículos da nave e à noite retiravam a imagem do nicho.

6.2.1. Análise da Capela de Santo Ângelo

Os programas social e religioso desta capela de Santo Ângelo, ainda permanecem vivos. Prova disto são as construções temporárias por ocasião das festas dos padroeiros: bares, pousos, barracas e habitações do ermitão. A ermida conta, também, com um aglomerado de cômodos com determinadas funções: cozinha para o afogado, dependências da carne, dormitórios, refeitórios para homens e mulheres em separado, auditório de música, guarda-andores, local para a lenha e até um improvisado chiqueiro e galinheiro formando o retângulo da construção.

CAPELA DE SANTO ANGELO - SUZANO



MORADIAS

BARES

MORADIA

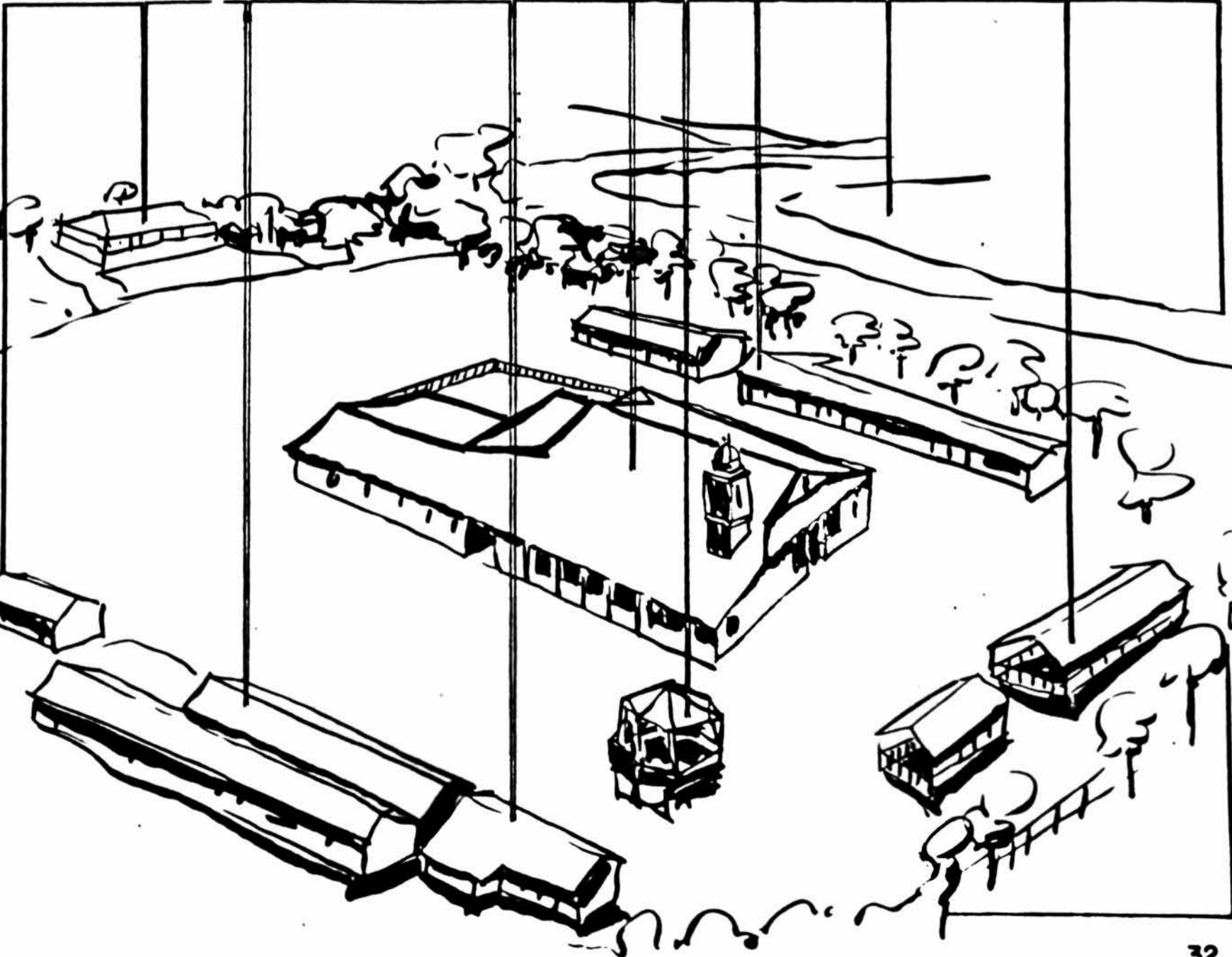
CAPELA

PATIO DE LEILÃO

POUSOS

REPRESA

BARRACAS



A capela conserva características sociais e religiosas desde a sua fundação. No aspecto de posicionamento topográfico, seu principal acesso foi inundado por represa e a entrada se dá pelos fundos da capela. As águas tomaram conta do bosque e alteraram o trajeto da procissão e a frente da capela passou a ser secundária à primeira vista do visitante. Também os coqueiros da frente da capela foram sacrificados e as barracas se aproximam muito do frontispício, transferindo para a parte lateral da galeria alpendrada o foco das atenções. A estrutura da capela sofreu aglomerações de dormitórios e ampliações da galeria lateral alpendrada e fundos. A torre, felizmente, não alterou a beleza do telhado. O acesso à torre e ao coro postiço se faz por escada no fundo da nave. Também a nave foi ampliada. (Esquema 32)

6.3. O Franciscano

Os padres franciscanos foram providencialmente escolhidos para se instalarem em Taubaté. Sendo esta a cidade mais importante da região, posicionada virtualmente no centro do vale, instalou-se ali o Convento de Santa Clara. Os padres, além de necessários para a educação e assistência espiritual, foram, em Taubaté, uma projeção dos anseios da sociedade local. Frades, despojados do poder temporal e carismáticos na pobreza, relacionaram-se com os homens que ali estavam para encontrar o ouro. Deste antagonismo, surgiu um comportamento de tolerância entre os ideais espirituais e temporais. Da parte dos franciscanos, a assistência espiritual para a vila e nos arredores para os nativos. Da sociedade civil, o incremento para a construção do conjunto arquitetônico, firmando a posição da vila como a principal do vale.

O conjunto de edifícios previsto no programa franciscano, ou seja, o convento e capela conventual, capela da Ordem Terceira, e nos espaços externos o adro com o cruzeiro e, mais tarde, os cemitérios, não influenciaram nem o urbanismo da cidade e nem tão pouco o uso do material empregado na fachada em cantaria. O isolamento

topográfico provocado pelo ribeirão, terreno alagadiço e elevação do terreno, faz com que o conjunto arquitetônico mais se transforme em reflexo dos ideais da classe dirigente da cidade, do que um espaço vivenciado e influenciador no traçado urbano.

A exemplificação do espaço franciscano se esclarece com a análise do Convento de Santa Clara, em Taubaté.

6.4. Análise do Convento de Santa Clara

6.4.1. Programa Franciscano

O Convento de Santa Clara é uma obra concebida anteriormente na necessidade da comunidade de Taubaté⁶. Depois, concretizada na construção dos franciscanos. A pré-concepção poderia explicar as intromissões futuras em um edifício religioso que decantaria entre programas sociais e sacros. O sistema de vida interferiu no espaço do convento até se chegar à solução de hoje: a exteriorização do desejo de impor simetria no frontispício da igreja.

A escolha dos franciscanos para ali se instalarem reflete a postura intelectual do homem temeroso das idéias jesuíticas. Este primeiro conceito é resolvido, no dia 25 de março de 1674, com a doação do terreno aos padres da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, que vieram do Rio de Janeiro⁷. Toda a comunidade se propôs a construir ali a materialização de suas crenças religiosas.

A opção do terreno recaiu sobre uma colina, e sua frente, voltada à cidade, lembrava a colocação do Convento do Rio de Janeiro, diferentemente do de São Paulo, que se voltou para o centro da colina.

Foi posto em ação o esquema de construção pelos Franciscanos, que consistia na colocação da torre sineira entre o corpo da igreja e o convento. A entrada para o convento se fazia por uma porta na torre sineira e a fachada da igreja se abria em três arcadas de cantaria que abrigavam a galilé. A posição do edifício no terreno permitia a construção da capela da Ordem dos Terceiros, fosse ela para-

lela ou perpendicular ao corpo da igreja. (Esquema 33)

Não se pode precisar a data de construção da fachada da igreja do Convento de Santa Clara. A cantaria nos remete às construções das cidades do litoral, o que muito lembra o Convento do Rio de Janeiro, que teve seu frontão triangular alterado e a nave ampliada para a frente.

Em Taubaté, a fachada se conservou intacta até 1926. Mostrava ser uma construção ímpar para o interior de São Paulo.

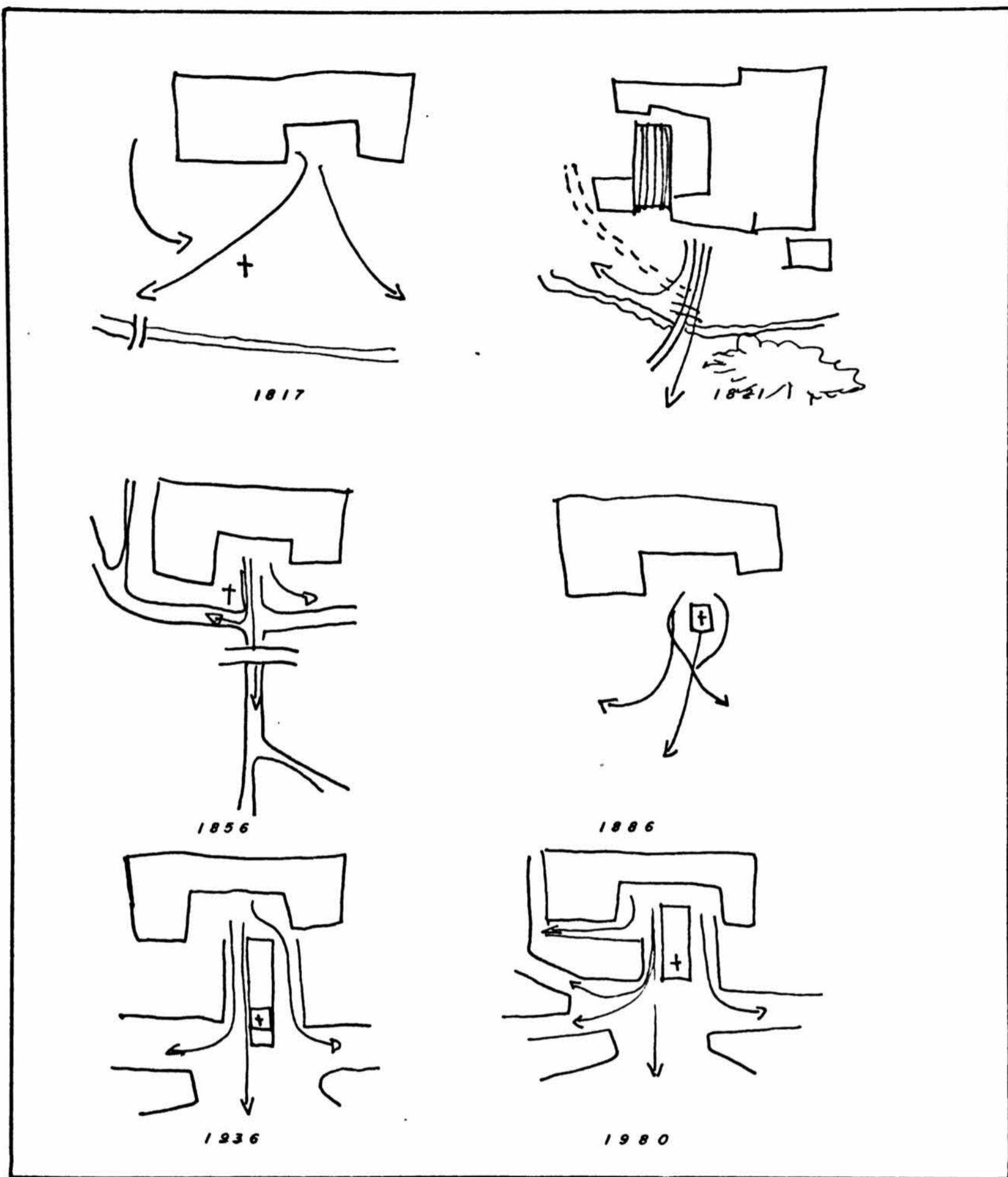
Já prevista, a Ordem Terceira foi fundada em 1757, e logo em seguida construiu-se a capela perpendicularmente ao corpo da igreja. O adro perdeu sua função em 1863, quando é doado à Municipalidade - Largo da Palmeira⁸.

O cemitério da Ordem Terceira foi o último espaço que os civis reivindicaram e o clero perdeu nos tribunais⁹.

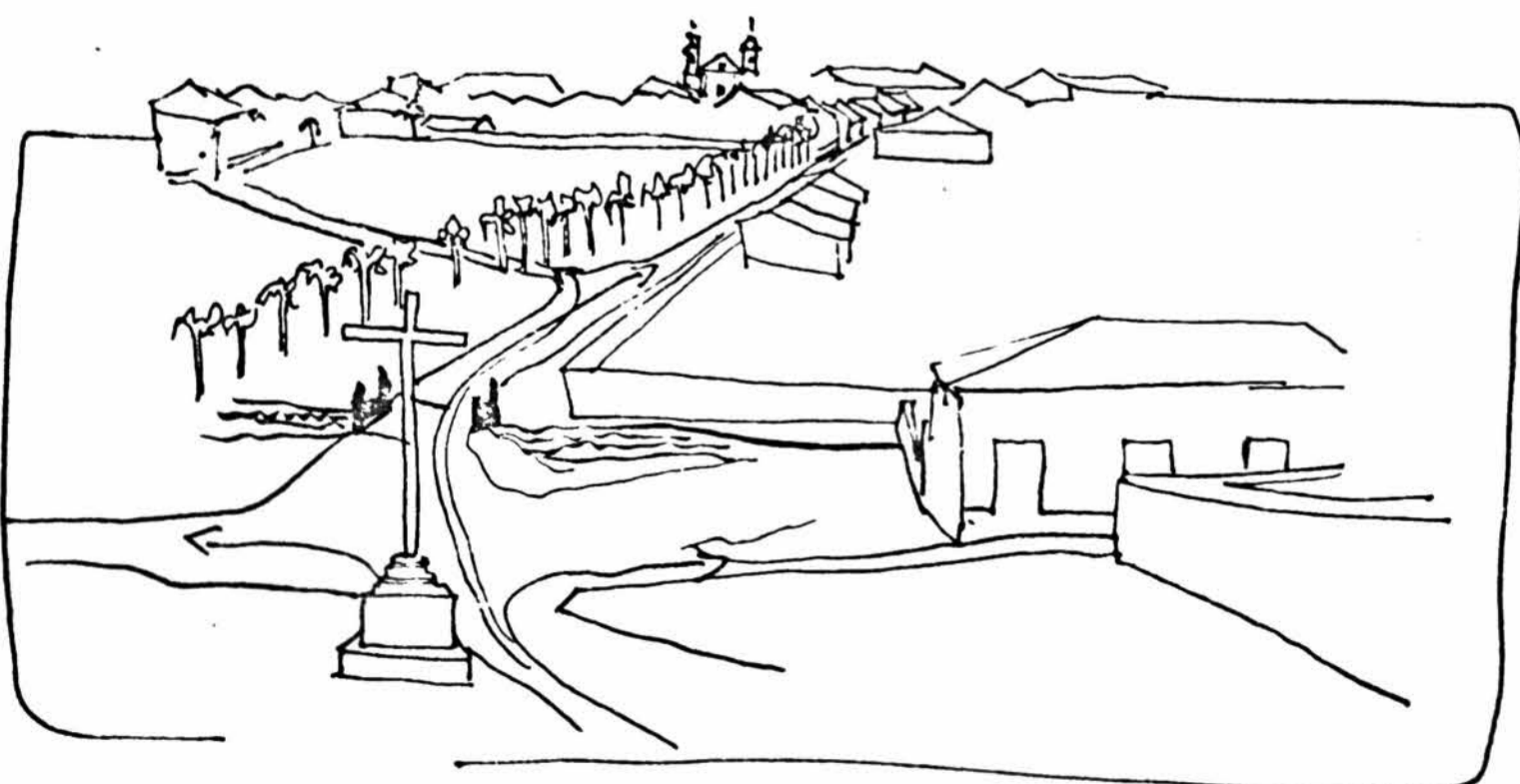
Não darei aqui o histórico do Convento de Santa Clara, pois este já foi visto no livro "Convento de Santa Clara", de Félix Guisard Filho, mas proponho-me a um estudo do espaço do convento como reflexo social. As aspirações da sociedade taubateana foram claras ao se colocar à disposição dos frades, que ganharam, na colocação de sua obra, o isolamento, a acrópole e a ajuda monetária. Não bastasse o espaço físico privilegiado, e privado, em 1768, estando em obras o convento, não tendo estes matas suficientes, costumava o guardião abastecer-se de madeiras dos vizinhos¹⁰. E a prática regulamentou-se, pois os frades também estavam prontos a socorrer espiritualmente o povo.

A extrapolação do espaço físico para a construção de uma obra que representasse a importância da vila era comum no Brasil-Colônia, onde posses de terra e capela caminhavam juntas. Tão importante foi a construção do convento, onde as próprias autoridades "pediram que por doação do dito povo fizesse a igreja por invocação à Senhora Santa Clara", que em todo tempo lutou pelo seu uso.

CIRCULAÇÃO E ISOLAMENTO DO CONVENTO DE STA. CLARA



TROPOL/80



VISTA DA CIDADE DA PORTA DA CAPELA CONVENTUAL

1856

6.4.2. Isolamento

Arnaud Julieu Pallière denominou popularmente o Convento de Santa Clara por São Francisco. O isolamento espacial foi visualmente fortalecido com a colocação da representação do córrego e do terreno alagado. A planta de Taubaté, executada por Pallière em 1821, e Ender onde o artista austríaco mostra, também, o isolamento do edifício pelo posicionamento na colina, e Pallière, o isolamento da trama urbana que se esforça para ser um traçado hipodâmico. (Esquema 34)

Confirmando o isolamento do plano urbano e colocação na colina, Debret, em 1827, desenhou Taubaté e o convento "não coube", ou ficou atrás das ramagens à esquerda. Também Saint-Hilaire elogiou o traçado de Taubaté sem passar para o outro lado do riacho.

Fica situada em terreno plano e tem a forma de um paralelogramo alongado. Consta de cinco ruas longitudinais, todas largas, mas muito limpas e cortadas por várias outras. As casas próximas umas das outras são pequenas, baixas, cobertas de telhas e só tem o rés-do-chão. Apresenta-se a maioria, fachada caída e tem um quintalzinho plantado de bananeiras e cafeeiros.

Descrição que se contradiz ao dizer das casas, com os desenhos de Debret, que propõe uma construção de "casonas" quadradas, com pátios internos.

Fotos de 1856, mostram a ponte, muros de taipa e, mais, um grande vazio protegendo o convento. Até então o convento não tinha contribuído em nada para a urbanística da cidade. Fato curioso, pois os espaços exteriores com conventos e igrejas sempre contribuem para a formação de casas ao redor. Além de que o próprio programa arquitetônico franciscano previa um achego da comunidade e não isolamento.

Vista esta primeira aparente contradição topográfica, surge o problema do formalismo do edifício.

Não me proponho a fazer uma análise formal das linhas, pois estão hoje completamente adulteradas. Nessas transformações podem, no entanto, estar certas respostas. Não há dúvida de que houve um ar-

quiteto e uma traça para o frontispício da igreja e da torre sineira. Taubaté não estava preparada para uma construção em cantaria no ano de 1674, porém, entre estar no papel e ser o desejo de uma comunidade, surgiu o frontispício da igreja e torre sineira, suplantando o Convento de Santo Antônio de São Paulo e se comparando ao do Rio de Janeiro, que tem posição topográfica mais privilegiada.

A taipa paulista se une à traça típica do litoral. A cantaria se restringiu ao frontispício e a taipa avolumou o edifício.

A beleza deste edifício se restringe muito à fachada. No aspecto formal, a colocação no terreno permitiu que as linhas horizontais dessem o aspecto de amplitude, na proporção do desejo de quem o queria ver construído, e mais ainda, a própria participação para completar o programa franciscano através da construção da Capela da Ordem Terceira.

A escritura de 1674 sugere que "...assim mais se obrigarem a dar doze pessoas do gentio da terra e a fazerem o sítio escolhido bom e de paz pacífica para o dito Convento..."¹².

A paz que almeja o espírito do homem que está construindo para si o convento, onde um dia terá o descanso total do corpo. Nesta construção, não há necessidade de verticalidade ou mesmo a criação da ilusão para o alto. O próprio posicionamento topográfico lhe confere o envolvimento das linhas e visão, fazendo imprimir, em quem vive o espaço, uma memória física de seu movimento ao atingir o adro. Ali, descansa-se o corpo, e a vista tem o prazer de dominar a cidade. Talvez aqui esteja a solução do problema do aparente isolamento da trama urbana. É lugar de refúgio e reflexo dos ideais sociais e culturais. Infelizmente estes aspectos de envolvimento e isolamento tão preservados até 1926, tiveram sua incompreensão expressa no instante em que se levantou a cumeeira da igreja e o frontão, tirando a beleza assimétrica. Porém, mais uma vez a confirmação da mudança de programa modifica o edifício que o povo conservara, lutando para não tornar a construção uma obstrução, mas um organismo vivo.

6.4.3. Transformações

Apenas dois frades, Frei Jerônimo de São Brás e Frei Manuel Leite e um irmão, compuseram a primeira comunidade. Em 1677 "... em razão da muita exploração que dos índios faziam os habitantes escravizando-os e deixando-os ignorantes da doutrina Cristã, o Capitão Mor Martins Garça encarregou o P. Guardiã, Frei Antonio da Purificação e aos seus sucessores, de aldear os ditos índios e dirigi-los no espiritual e tudo mais"¹³. Passando assim a determinar o destino do edifício que sempre se voltaria ao ensino, até os anos de 1750, quando as sanções pombalinas fizeram cair o número de pessoas que ali viviam. A comunidade chegou a ter 50 religiosos e 40 escravos da Guiné; em 1765, 16 frades, 7 coristas e 6 leigos e, posteriormente, apenas 2 frades.

Em 1757, foi fundada a Ordem Terceira, que em 1876 foi sacudida por uma reforma geral¹⁴, e em 1894 um grupo de 24 homens e 145 mulheres fez sua primeira profissão.

O convento teve o rumo alterado em 1842, quando a população, não deixando que caísse em ruínas, após o incêndio, decidiu criar o Liceu Público, que na realidade, se tornou Liceu Provincial em 1852. Porém, a modulação do espaço começou em 1887 para se criar o Instituto de Agricultura, Artes e Ofícios. "Tratou-se então de fazer no prédio do Convento de Santa Clara as modificações e reparos precisos, e de dotar o Instituto com utensílios, ferramentas e instrumentos indispensáveis à instalação, no que foi gasto a soma de Rs 6:009\$379, inclusa a despesa com a canalização d'agua, gás e a montagem de duas oficinas"¹⁵. Antes disto, porém, Frei Caetano de Messina, em 1786, apregoou a reconstrução da parte da igreja e do convento incendiada, e a mesma foi levada a cabo pelo Capitão-Mor Vitoriano Moreira da Costa. Frei Luiz São Tiago reformou a Capela da Ordem Terceira, conforme o texto:

Na igreja havia uma capela lateral muito comprida e anti-estética que chegava até o consistório,

e que foi reduzida como está agora pelo primeiro guardião Frei Luiz São Tiago. Nesta Capela, os Terceiros faziam as suas funções, não faltando nelas, muitas vezes, a parte cômica, porque não havia sequer sombra do espírito Franciscano, eram só exterioridades e nada mais¹⁶.

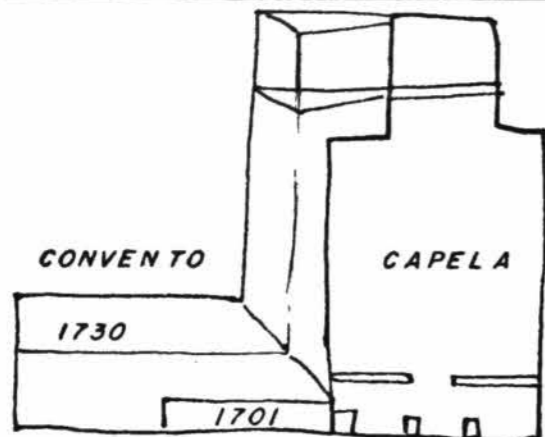
A redução da capela foi feita para abrigar o Externato do Coração de Maria.

Mais uma tentativa de transformar o convento em casa de educação; convidaram os padres salesianos a se mudarem para lá em 1887; eles, porém, recusaram, por estar o prédio em estado deplorável. Mas a grande mudança estaria por acontecer com os padres capuchinhos vindos de Trento, que transformariam não só o programa de atendimento à comunidade, mas também a estrutura do edifício.

No dia 24 de abril de 1894, Frei João do Amor Divino o doou "in-perpetuum" aos capuchinhos de Trento, mudando os rumos dos ideais do convento. O contrato de doação de 10/04/1891 reza que

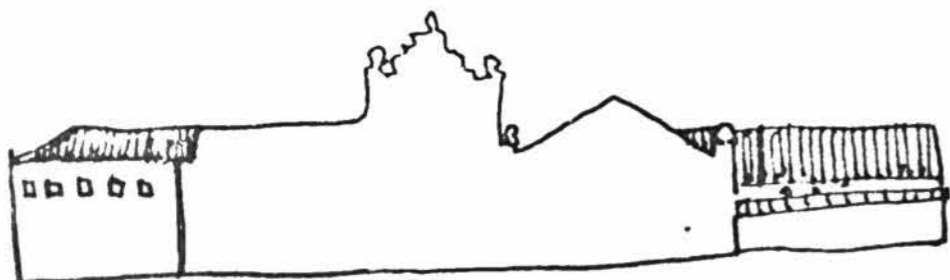
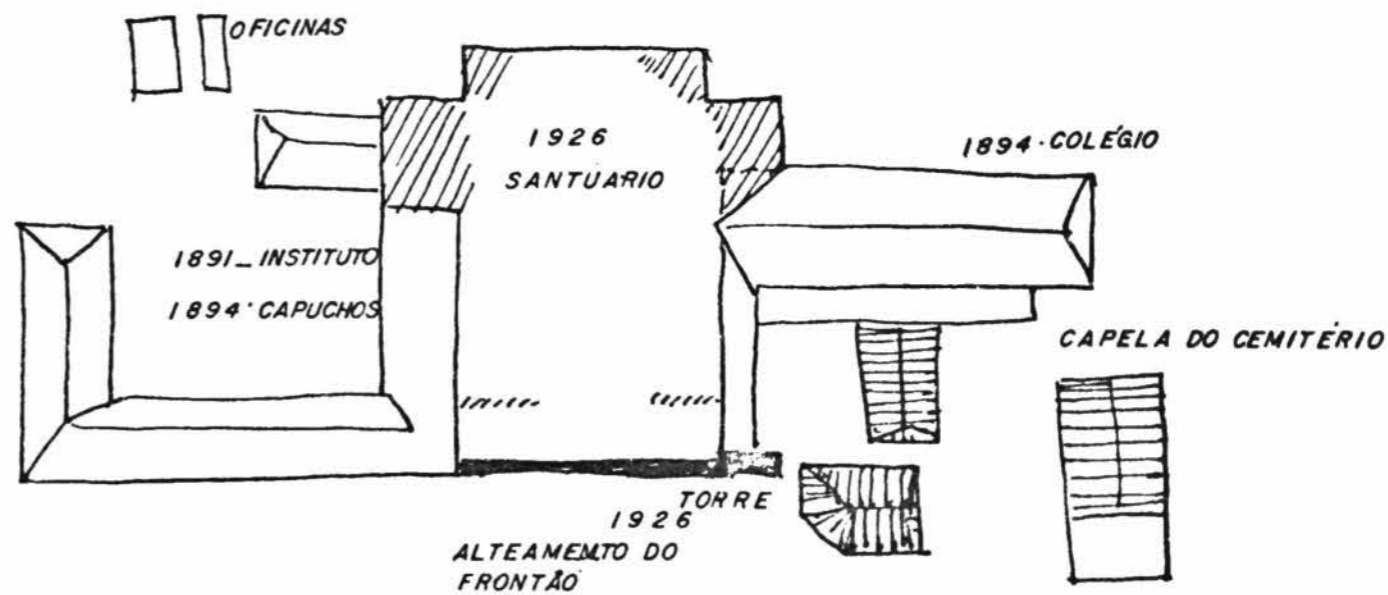
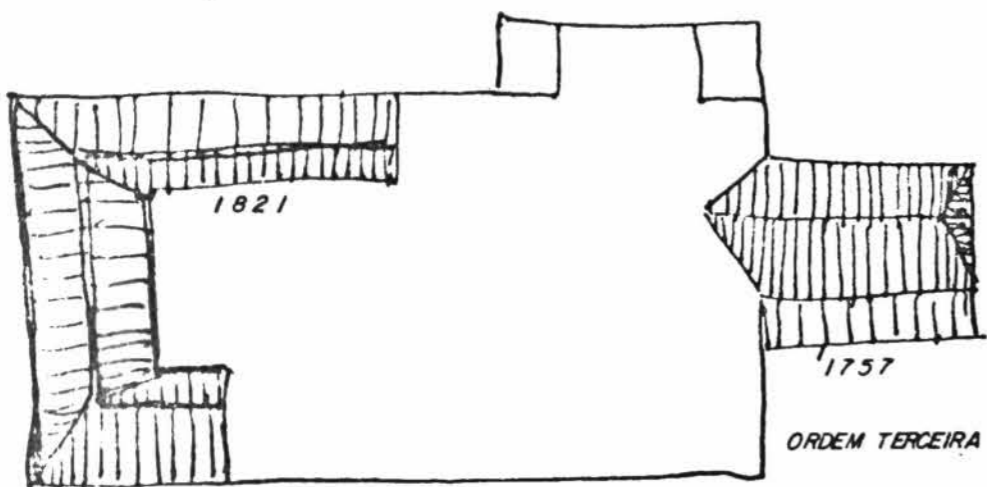
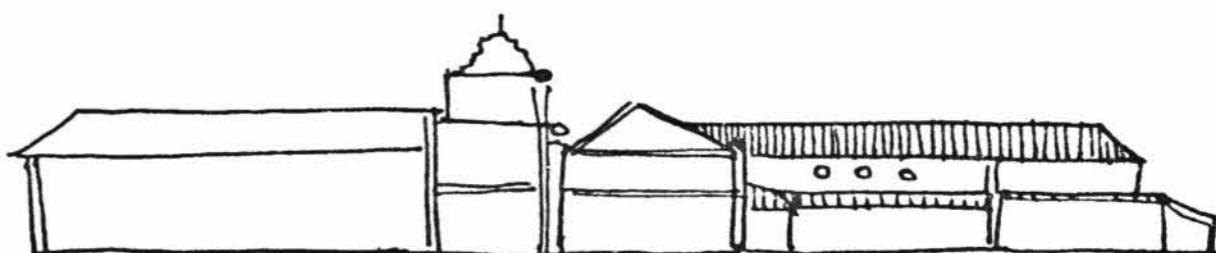
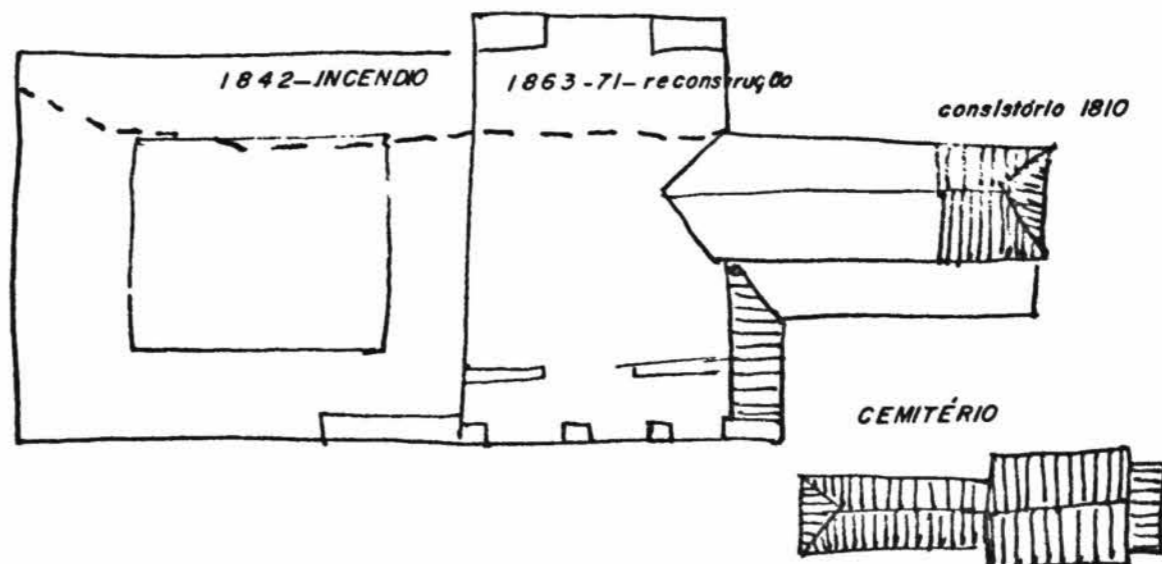
...não só se trata de salvar o convento, hoje em completo abandono, como porque corre perigo de ser entregue, mais tarde, a uso profano porque virão prestar a esta populosa Paróquia relevantes serviços pela administração dos Sacramentos às muitas colônias italianas já aqui estabelecidas e coadjuvar-se no ensino religioso aos meninos, infelizmente entregues ao ensino ateu das escolas públicas¹⁷.

Outras funções chegaram a ser projetadas para que o edifício não se transformasse em uma abstração, porém, ainda havia o espírito que era regido segundo a escritura de doação de 1657, onde deveria reinar a paz. Dois fatores intelectuais iriam modificar a estrutura do edifício. Primeiro: a tendência para se servir os filhos da colônia italiana, que mais tarde se refletiria na reforma da igreja em forma de cruz latina e a decoração italianizante, apagando de vez o que fora a antiga capela. Em segundo lugar, o expurgo na Ordem Terceira sobre a qual o Monsenhor Antonio do Nascimento Castro fala que "a verdadeira vida cristã nesta cidade (Taubaté), estava muito esmoreada por causa do protestantismo e maçonismo infiltrados como estavam em todas as classes sociais da cidade, não poupando, como veremos, as irmandades católicas e em modo especial a Ordem Terceira



1674 - doação do terreno

RECONSTITUIÇÃO APROXIMADA DOS ESPAÇOS INTERNOS DO CONVENTO STA. CLARA



de São Francisco de Assiz"¹⁸

Neste instante conflitante de duas idéias, debaixo do mesmo teto, os eapaços se destroem e se recompoem. "Havia um salão que era formado pelas duas últimas celas de agora... salão que servia de Loja Maçônica... e em uma parede existia ainda o velho emblema maçônico em relevo, que foi derrubado quando reconstruíram as celas daquele corredor"¹⁹. Assim, simbolicamente, os capuchinhos de Trento, se apossaram do espaço interno e a Ordem Terceira lutou para ficar com o espaço externo. (Esquema 35)

6.4.4. Espaços Interno e Externo

O espaço externo do convento teve suas primeiras dificuldades de delimitações desde o instante em que não se distinguiu o poder temporal do espiritual. Esta falta de abalizamento começou na escolha. Os frades fizeram a escolha do sítio.

Em 1678, estando em obras o Convento, não tendo êste matas suficientes, costumava o guardião, Fr. Antônio da Conceição ir abastecer-se de madeira em matas de outros moradores vizinhos. Encontrando, porém, má vontade e oposição da parte dêstes contra êles, representou ao Senado da Câmara, pedindo a sua interferência para que cessassem êstes embaraços, pois estando os frades sempre prontos a atender às necessidades espirituais do povo, era justo que êste não lhes recusasse os auxílios de que careciam para a sua subsistência²⁰.

Em 1720, Frei Domingos do Rosário pede 250 braças defronte do convento e, em 1798, ganha mais 100.

Esta questão de extensão de terras foi perfeitamente contornável até o instante em que apareceram as barreiras para o cumprimento dos desejos da população de ter um espaço "ad perpetuum" em torno da obra que lhe pertencia. Assim que os cemitérios saíram de dentro das igrejas e continuavam em coberturas, prolongamento do desejo de ser enterrado debaixo do altar que a pessoa doava, a Ordem Terceira se sentiu dona total do novo espaço externo. Antes de ser uma briga de tribunais, como chegou a ser em Taubaté, foi um conflito espiritual:

estar apegado ao elo que o levará ao paraíso - a igreja.

A Ordem Terceira ganhou o espaço externo do cemitério e a municipalidade ganhou, em 1863, o Largo da Palmeira.

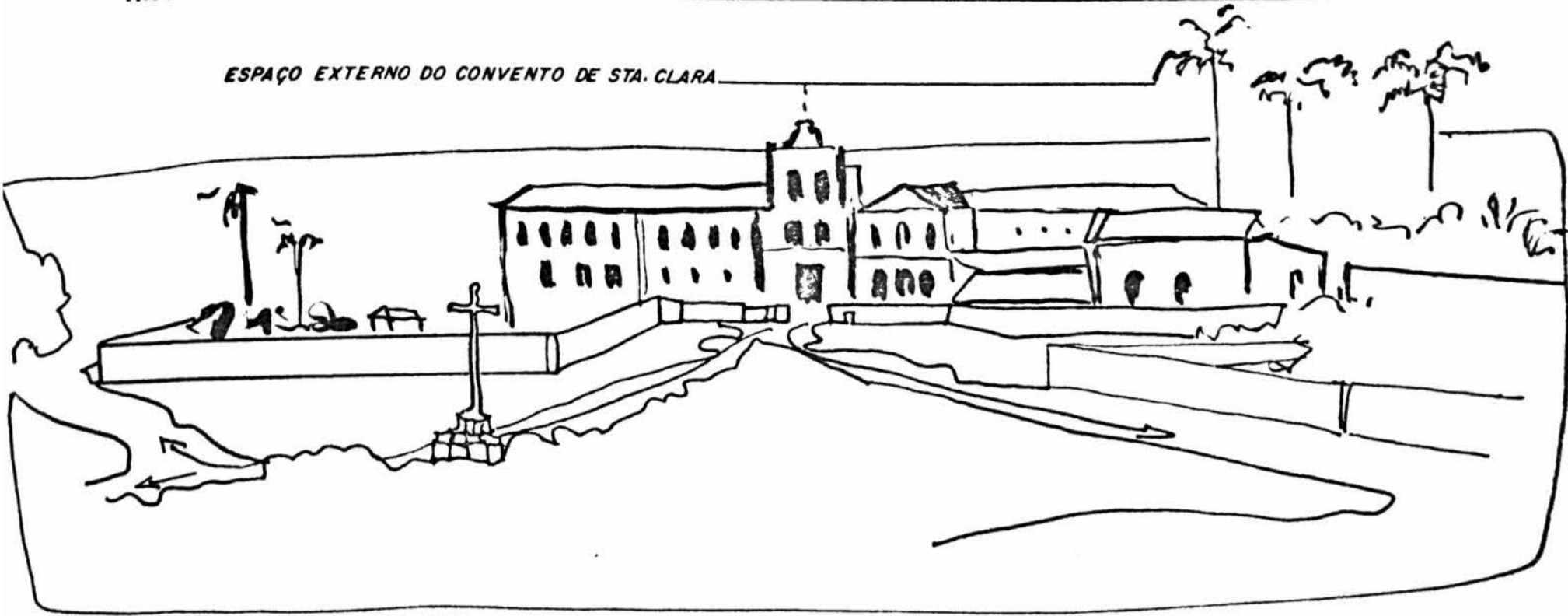
Vendo o convento diminuído externamente, cresceu internamente, como a igreja italianizada. Sentiu-se a necessidade de exteriorizar o crescimento, e a mudança foi radical: remodelação da Ordem Terceira, mudança de pensamento expresso na doação para os padres italianos, criação das escolas diminuindo e destruindo a capela da Ordem Terceira, combate à maçonaria e protestantismo. Este entusiasmo religioso foi o mais desastroso para a estrutura física da igreja.

Na busca de retidão e altruísmo, transformaram a capela conventual em santuário. Era o conflito entre o espaço externo, mais importante, e o interno. O cemitério ganhou espaço ao lado da igreja, ocultando a capela da Ordem Terceira, transformada em estabelecimento de ensino. A necessidade de pujança se aliou à necessidade de um espaço simétrico que se concretizou no desejo de colocação das duas torres sineiras e no alteamento da cumeeira. Assim foi tirada a assimetria e a imponência da sineira. O que mais valia era a igreja e não o convento. Urbanizou-se a frente com escadas e rampas que levam ao cruzeiro do adro - típico dos santuários.

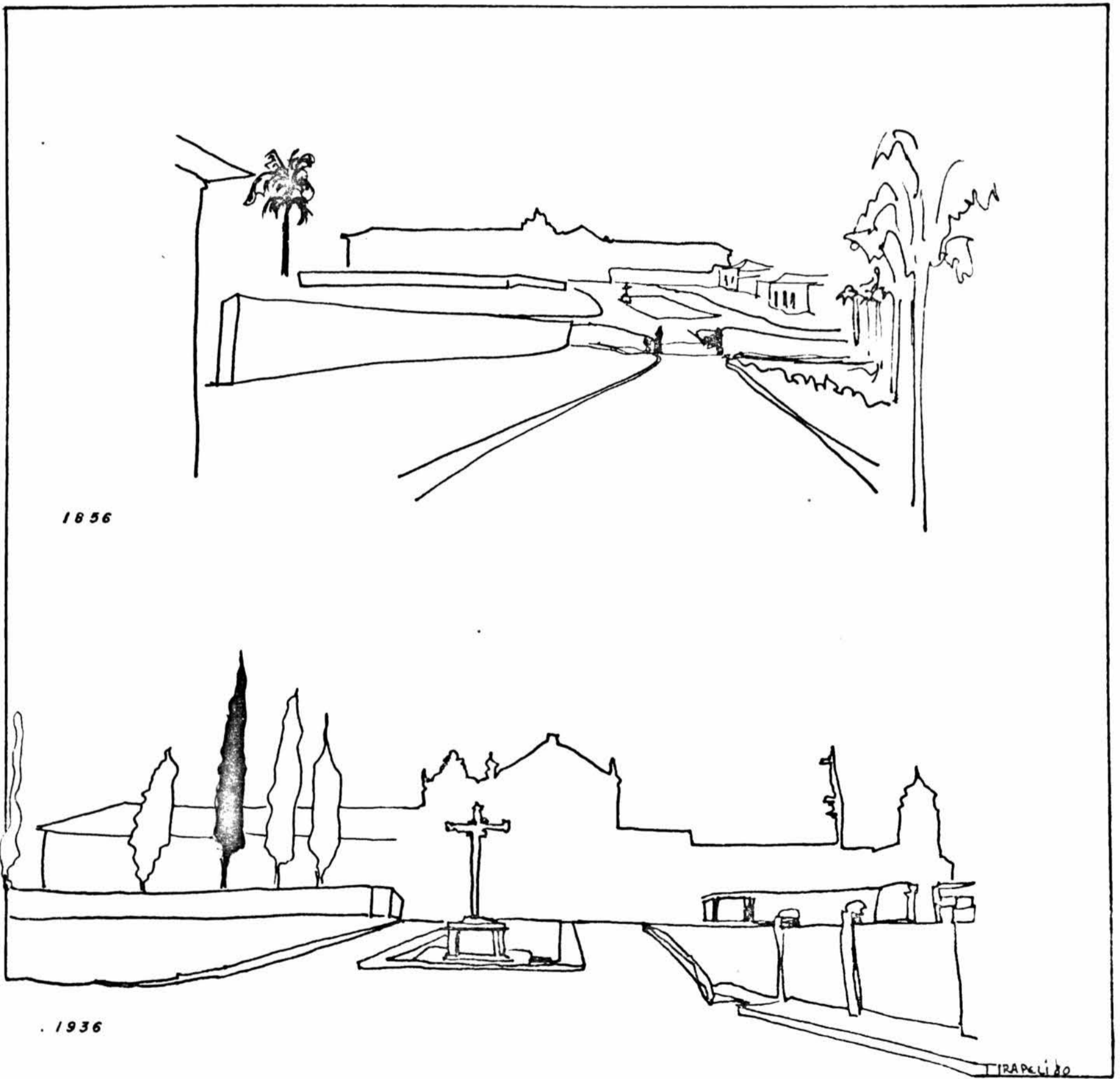
Retidão e equilíbrio das normas novas levaram à busca de uma beleza convencional na descaracterização de uma das mais belas fachadas de Conventos Franciscanos do século XVIII, no interior de São Paulo. (Esquema 36)

TAUBATÉ

ESPAÇO EXTERNO DO CONVENTO DE STA. CLARA



1817 — esquema — T. ENDER



1856

1936

TIRAPÉLIO

- ¹RIBEIRO, José Jacintho. Op. Cit. p. 130, v. II.
- ²TOLEDO, Francisco de Paula. História do Município de Taubaté. p. 38.
- ³SAIA, Luis. Op. Cit. p. 39.
- ⁴RIBEIRO, José Jacintho. Op. Cit., p. 78, v. III.
- ⁵IBIDEM, p. 361, V. III.
- ⁶TOLEDO, Francisco de Paula. Op. Cit., p. 12-13,
- ⁷GUISARD FILHO, Félix. Op. Cit., p. 22-23. Vide Anexo 2
- ⁸IBIDEM, p. 76-77.
- ⁹IBIDEM, p. 119-121.
- ¹⁰IBIDEM, p. 32-33.
- ¹¹SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda Viagem a São Paulo - 1822, p. 77.
- ¹²GUISARD FILHO, Félix, Op. Cit., p. 24.
- ¹³IBIDEM, p. 34.
- ¹⁴IBIDEM, p. 115-121.
- ¹⁵IBIDEM, p. 83.
- ¹⁶IBIDEM, p. 116.
- ¹⁷IBIDEM, p. 96.
- ¹⁸IBIDEM, p. 108.
- ¹⁹IBIDEM, p. 115.
- ²⁰IBIDEM, p. 33-34.

7. CIDADE DE FAZENDEIROS - BANANAL

Bananal surgiu no Caminho Novo, ponto de ligação entre o porto de Guaipacaré (Lorena) e o Colégio dos Jesuítas na baixada fluminense¹. Fracionada a região em treze sesmarias, na de João Barbosa Camargo foi erigida a capela de São Bom Jesus do Livramento².

O patrimônio foi arrematado por oito pessoas, entre elas, o alferes Francisco de Aguiar Vallim, em 1837. Duas famílias foram muito importantes em Bananal, a descendência do Comendador Luciano José de Almeida e Marina Joaquim de Almeida Sampaio e a família Aguiar Vallim.

Duas fazendas, Resgate, da família Aguiar Vallim, e a Boa Vista, do Comendador Luciano José de Almeida, contribuíram para a economia e urbanismo de Bananal. Construíram palacetes citadinos, transformando o espaço colonial em imperial. Da posse total na praça da matriz, passou-se para o Largo do Rosário, Santa Casa e Estação da Estrada de Ferro. (Esquema 37)

7.1. Aspectos Urbanos

O desenho de Thomas Ender, 1817, mostra o aspecto da cidade pouxada e passagem. Casas são postas longitudinalmente, acompanhando o curso do rio Bananal, em uma faixa estreita que determina a divisão dos lotes com maior dimensão de profundidade. Com pequenas testadas são elas determinadas por dois níveis decorrentes do acompanhamento das curvas de nível. Duas ruas longitudinais levam à Praça da Matriz que se posiciona em terreno mais elevado.

1 — MATRIZ

2 — SOBRADO DE PLACIDIA M. DE ALMEIDA

3 — SOBRADO DE MARIA LUIZA DE ALMEIDA

4 — SOBRADO DO COMD. LUCIANO JOSÉ DE ALMEIDA

5 — LARGO DA MATRIZ

6 — FORUM

7 — PALACETE DE DOMICIANA MARIA ALMEIDA
E COMD MANOEL DE AGUIAR VALLIN

8 — ALEXANDRINA DE ALMEIDA E JOSE A. VALLIN

9 — LARGO DO ROSARIO

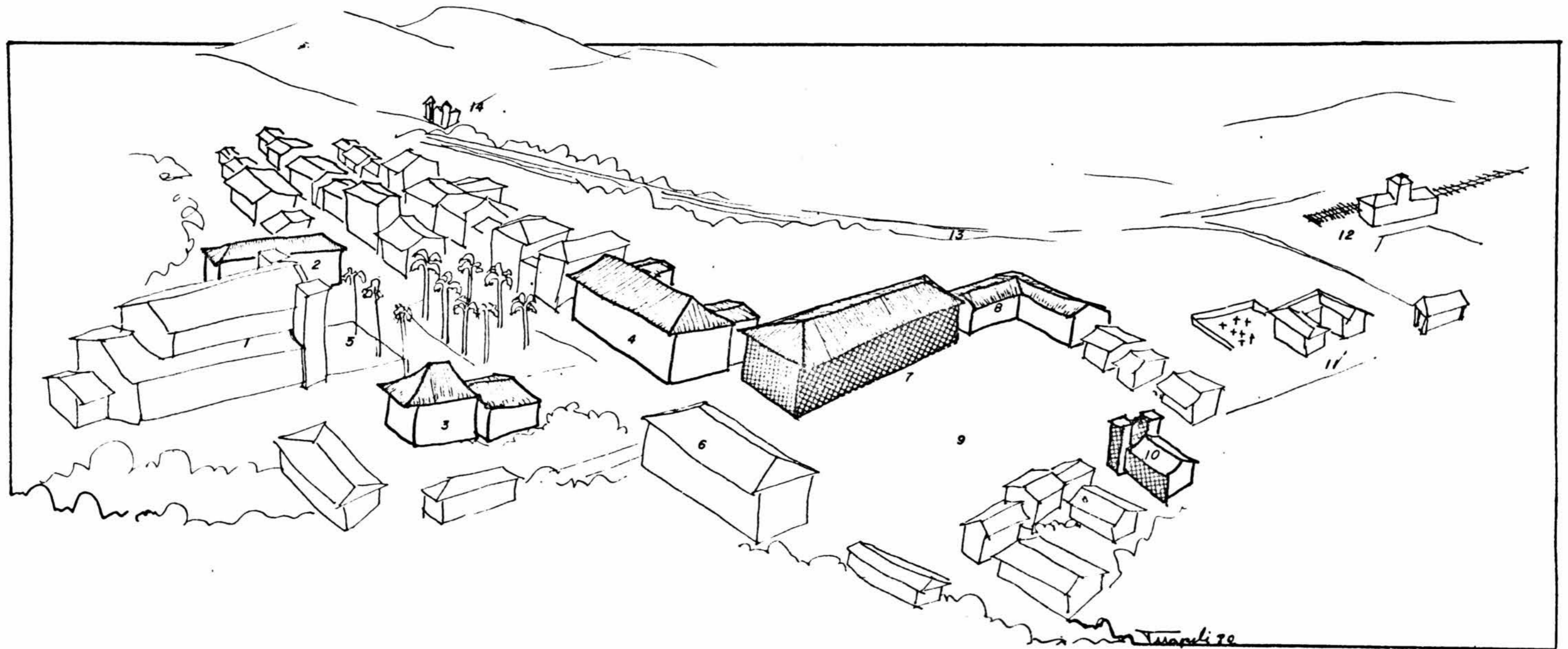
10 — IGREJA N.S. DO ROSARIO

11 — SANTA CASA

12 — ESTAÇÃO

13 — RIO BANANAL

14 — IGREJA DA BOA MORTE



Ender destaca o sobrado nas proximidades da praça, que não está visível. Este desenho, certamente feito da Igreja da Boa Morte, mostra Bananal cercada pelas matas e não usando o grande terreno plano, à esquerda. É a cidade na sua primeira luta pela implantação do café e comércio, ainda colonial. A partir de 1850, o dinheiro do café vai construir uma cidade voltada para o grande terreno plano.

Zaluar se expressou como quem tivesse visto do alto do morro a cidade, situada no terreno baixo, entre as dobras dos morros, sem horizontes. Das ruas, assim observou:

A nomenclatura de suas ruas, as quais são felizmente planas e alinhadas, nada oferece também de curioso, pois não se liberta das eternas variantes da rua do Rosário, Direita, Lavapês, que se encontram em todas nossas povoações, concorrendo para a monotonia e uniformidade em que se moldaram quase todos os núcleos do interior;...

7.2. Famílias Almeida e Aguiar Vallim

Data de 1847, o sobrado do Comendador Luciano José de Almeida, que domina a Praça da Matriz. Construções de famílias abalizam a praça. Major José Ramos Nogueira e Maria Luíza de Almeida construíram os sobrados na praça da Matriz. Não mais comportando construções, dada a topografia e ocupação dos espaços, o terreno plano do Largo do Rosário foi a saída. Domiciana Maria de Almeida e seu marido, Manoel de Aguiar Vallim, construíram o palacete, assim como sua irmã, Alexandrina de Almeida, casada com José de Aguiar Vallim.

Formaram um bloco, determinando o Largo do Rosário. Mudaram de direção o crescimento da cidade. Valorizaram terrenos não comerciais e barraram ruas que adentrariam os fundos dos quintais atingindo as margens do Rio Bananal e, por fim, intimidaram a Igreja do Rosário.

Não foram os Almeidas os fundadores da Santa Casa, mas Maria Joaquina de Almeida foi a mantenedora. Visto que as cidades comportavam construções ligadas à igreja e às irmandades, a Santa Casa de Bananal situa-se na saída da cidade. Não havia em mente o posicionamento da estação da estrada de ferro. Com esta última, o percurso

urbanístico que eu defino como espaço imperial, divide a cidade em dois momentos vividos pela sua sociedade: a estabilização comercial (colonial), e, a segunda, o prestígio e triunfo econômico bem vistos pela corte (imperial).

No colonial, os edifícios rodeiam o poder religioso e reverenciam-no com adornos, permitindo limitadas intromissões de características do poder temporal: chafarizes de ferro fundido e palmeiras imperiais. Local dos maiores espetáculos, precedido pelo Te Deum, foram realizadas as mais importantes atividades cívicas e homenagens aos seus heróis de guerra do Paraguai, na praça da matriz.

No segundo instante urbanístico, imperial, não foi o Largo do Rosário, ou o poder religioso, o mais importante local das reuniões e acontecimentos. Os interesses eram outros, os ideais mais mundanos e sua concretização foi o progresso auxiliado pela era industrial: a estação da estrada de ferro e a locomotiva. Moedas foram cunhadas com o nome de "Domingos Moitinho" antes da estrada de ferro ser José de Aguiar Vallim e Companhia. Não mais se importava um objeto particular, mas a estrutura metálica de uma construção a serviço da comunidade. Primeiro, visou-se à exportação das safras e depois à comunidade. Porém, sob o pensamento da ação comunitária, o benefício próprio. Foi a importação do sistema. Pensamento político dos estadistas do império, para o qual a família Aguiar Vallim prestou serviços.

O novo espetáculo da cidade, a estação da estrada de ferro, leva o nome não mais religioso, mas de quem a construiu. Expressa o convite, o desejo de que acessem à praça D. Domiciana (Largo da Estação). "Câmara Municipal - Edital - O Barão de Almeida Vallim, Presidente da Câmara Municipal de Bananal, convida a todos os seus conterrâneos a comparecerem, hoje, ao meio dia, na praça D. Domiciana, para assistirem a inauguração do tráfego provisório da Estrada de ferro Bananal... Bananal, 19 de janeiro de 1889. Barão de Almeida Vallim"⁴.

A estação da estrada de ferro fora motivo de pinturas nos afrescos da Fazenda Rialto⁵. A concretização da imagem de uma vida de pro-

gresso chegou e não medrou. A estação posicionada contra as matas é o foco visual da praça trapezoidal.

Formando linhas perspécticas, os canteiros acentuam a grandiosidade da praça, que se fecha ao encontro dos trilhos⁶.

7.3. Histórico do Largo do Rosário

O posicionamento das capelas da ~~Ordem~~^{Irmandade} do Rosário, por serem irmandade de negros, eram um tanto afastadas do núcleo central da cidade. Tinha-se o cuidado de que não suplantasse a Matriz, tanto em importância como em posicionamento urbanístico e topográfico.

Em Bananal, a Capela do Rosário se posiciona em um canto do tablado das cavalhadas, tendo o lado esquerdo livre da construções para evitar umidade, dentre uma das precauções das leis eclesiásticas.

Não há documentação da capela de Nossa Senhora do Rosário, porém, um documento de 1843, assinado pelos senhores Ovidio de Carvalho e Silva e José Eloi Machado, declara:

Sobre a Igreja de N.S. do Rosário, não temos em mão qualquer documento, mas podemos afirmar que está construída há mais de um século, como passamos a demonstrar. Existe na Câmara Municipal, desta cidade, um relatório assinado pelos srs. Ovídio de Carvalho e Silva e José Eloi Machado e que está, assim, redigido: "A vila: tem-se entendido para um dos seus lados. O terreno plano e enxuto que aí se encontra, pertencente outrora a proprietário, foi vendido por este em braças a cidadãos diversos, os quais vão edificar seus prédios naquele lugar.

A pequena igreja de N.S. do Rosário, aí erecta, formará um dos lados do paralelogramo em que se converterá aquele novo acréscimo da Vila, sendo formados os três números de edifícios particulares.

Essa edificação e lugar se tornarão elegância, e constituirão a parte mais aprazível e desafogada da Vila, liberta do peso das montanhas, e apresentando ao expectador num horizonte extenso e dilatado. Para o total complemento desta obra só falta uma ponte sobre o córrego Lavapês que corre pelas fraldas deste trecho, a fim de unir esse terreno ao que compõe a estrada geral para esta Vila, (1843)'.⁷

Mas, as notícias, segundo Zaluar, teriam sido o baixo terreno,

o cemitério dos guaianis. A segunda função, conforme o próprio nome diz: "Largo das Cavalhadas". Em 1845, foi o terreno foreiro, fronteiro à Cadeia e igreja do Rosário, comprado pela municipalidade para servir de logradouro público. O preço pedido por Manoel Venâncio Campos da Paz totalizou Rs. 1.940\$00⁸.

O uso do grande logradouro esteve mais ligado às festividades e recreação da população, bem como local escolhido para homenagear uma das festividades caso o casal imperial visitasse a cidade em 1845 e 1849. A prática da cavalhada se estendeu até as primeiras décadas do século XX.

É de se estranhar que o grande terreno não tenha servido de local de comércio ou mercado. Esta função ficou reservada, até 1867, para a praça da matriz, que também já foi denominada Praça do Mercado. Tal proposta contraria as leis eclesiásticas e se particulariza visto que as outras cidades do Vale do Paraíba têm seus mercados devidamente posicionados. Mesmo em Cunha, de topografia mais acidentada, solucionou-se o posicionamento entre as duas ruas paralelas no sentido longitudinal do espigão do morro. A existência do Mercado nas imediações do rio Bananal é confirmada por Pedro Chaves, do Instituto Histórico de São Paulo.

No Largo do Rosário estava localizada a Cadeia e Casa da Câmara, cujo poder era dominado pela influência das famílias⁹.

A pequena igreja do Rosário teve funções de matriz durante a reforma da Igreja do Bom Jesus do Livramento.

7.4. Uso e Dinâmica

As capelas, fundadas em largos e até rocios, eram elos com a trama da cidade que se articulava entre as vias de acesso, de comércio e suas entradas. Estes espaços, irregulares, iam se embelezando conforme a disposição dos edifícios públicos, religiosos e casas.

Um paralelo entre os largos do Rosário e Guaratinguetá, Lorena e Bananal, esclarece o uso do espaço comum e como a dinâmica de mu-

dança de pensamentos leya a uma remodelação da forma física do espaço.

O espaço da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Guaratinguetá, em 1935, era inoportuno para uma cidade em progresso. Plasticamente, concorria com a matriz. A localização desta, privilegiada pela elevação, se viu frustrada na movimentação e incremento comercial que gozava o terreno plano do largo da frente da igreja do Rosário. A destruição física e mudança do cenário da praça foi a solução encontrada para satisfazer autoridades civis e eclesiásticas: a praça para o comércio sem sombra negra da igreja dos pretos. A igreja recebeu os auxílios para embelezar a matriz dos brancos¹⁰.

Em Lorena, conservou-se o traçado dinâmico do Largo do Rosário. Desapareceram os traços dos poderes civis e se reconstruiu o poder religioso.

A formação dos espaços comuns decorre de diversas naturezas: comerciais, religiosas, políticas, locais de estadia, passagem ou rocio. As praças acolhiam as principais atividades do núcleo urbano¹¹. No caso de Lorena, o espaço comum do Largo do Rosário estava ligado ao posicionamento à beira do Rio Paraíba e às construções que o abalizavam. Este espaço tornou-se mais importante que o comum da matriz. O pelourinho lhe garantiu a preferência dos senhores, a cadeia e Câmara - o poder oficial. A igreja do Rosário que, por muito tempo, teve função de matriz. E, por fim, a ponte, a passagem obrigatória, parada para as últimas recomendações de viagem para as minas. Espaço vivo, dinâmico. Irregular¹².

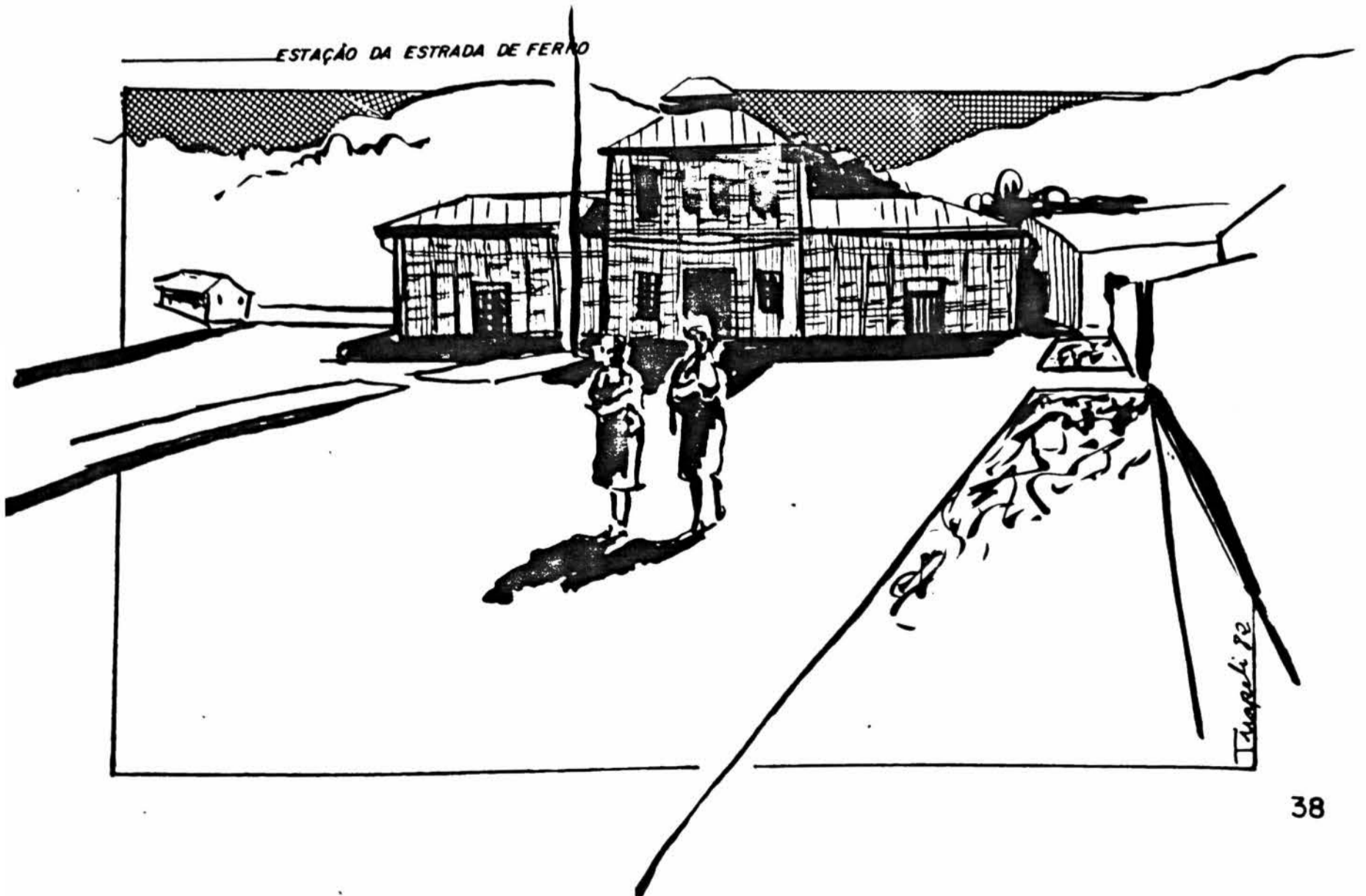
Em Bananal, retangular, delimitado pelas casas, câmara e igreja. Em Lorena, irregular, abalizado pelos poderes civil e religioso. Porém, nada foi rígido e os poderes lutaram entre si na posse maior. Igreja e Casa de Câmara defrontavam com o pelourinho. A ponte, a fuga para o novo mundo da aventura do ouro¹³.

Este espaço, certamente mais vivo, dinamizou-se e perdeu função. O foco de interesse da cidade deixou o rio e seguiu os trilhos de



BANANAL

IGREJA N. S. DO ROSARIO



ESTAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO

Thapeli 82

ferro. O Largo Imperial constituiu o espaço racional, quadrangular. A expressão urbanística da cidade se concretizou.

7.5. O Conjunto

E na oposição ao espaço aberto e dinâmico das pessoas ligadas à aventura do ouro, Bananal foi o inverso. O poder da família Aguiar Vallim modelou o conjunto urbanístico. Ato quase inconsciente, porém visível. As famílias do Comendador Luciano José de Almeida e Aguiar Vallim depois de construírem na praça da matriz, percorreram o vazio do Largo do Rosário até à estação do trem. Construções sólidas. Espaço horizontal intensificando a posse. Zaluar afirma o seguinte:

No entanto, a povoação tem prédios dignos de uma capital, entre eles avulta o do sr. Comendador Manuel D'Aguiar Vallim, no Largo do Rosário, com dezesseis janelas, de gradil na frente, e primorosamente acabado, segundo me dizem, interiormente; a casa do sr. Manuel Venâncio da Paz, no mesmo largo, espaçosa e de elegante arquitetura; a da sra. D. Maria Joaquina d'Almeida...

O Largo do Rosário, local de cavalhadas, festas do Divino, Irmandade do Rosário, se vê privado do foco visual da igreja. Na grande praça plana, o edifício de residência do Comendador Vallim toma cinquenta e seis metros de horizontalidade. O palacete do Visconde de Arirô completa a muralha de taipa de pilão. Fecha em L o canto da praça.

Construção de posse luta contra o espaço comum e livre. No fundo, por detrás das paredes da privacidade, os muros dos quintais. A individualidade se estende mesmo ali, fazenda comunitária adquirida pela união de nomes.

Não há data exata da construção dos palacetes e da igreja. O palacete do Comendador Vallim teria sido construído nos anos de 1850 a 1860, e para a época já se mostrava retrógrado. A plasticidade do edifício se impõe pela serenidade e ritmo lento das janelas e portas térreas. Apresenta mutação de ritmo nos três arcos de volta inteira. Ali se concentra inovação. Concretizar-se-ia se as arcadas se apresentassem em cantaria. Portas sociais, plasticamente diferen-



BANANAL - PALACETE COMD. MANOEL DE AGUIAR VALLIN



tes, sugerem a presença de informados mestres de obras. Não, arquiteto especializado. Na parte de cima, a social, abrem-se os balcões, em ritmo lento, formando cinco conjuntos simétricos de envasaduras.

A ocupação do terreno do palacete se dá como se este fosse construído em zona rural. Comparando o Palacete do Comendador Vallim com a Fazenda Resgate, de sua família, notam-se as diferenças. As portas de entrada social se destacam pelos arcos. O saguão de entrada faz as vezes das escadarias externas da casa de fazenda, cujo acesso direto à parte social da casa é externa. Do alpendre se tem a visão do domínio. Na cidade, o domínio se dá pelos balcões, porém, na intimidade, restringindo o acesso pela interiorização das escadas que convidam para o lance superior. O vestíbulo com arco de volta inteira amplia o espaço, antecedendo a visão contemplativa dos cômodos sociais. A sala de concertos, centro da nova vida social, toma em importância o papel da capela. Os balcões conduzem a uma apreciação e contemplação do Largo do Rosário. O telhado de quatro águas acentua o sentido de individualidade da construção. A taipa de pilão, técnica elaborada artesanalmente, dá a solidez. A privacidade atrás dos muros que se fecham, criando o particular a ser exibido ocasionalmente.

A Casa de Câmara ali se encontrava. Hoje, o edifício do Forum se esforça para não trair a beleza da praça: a igreja de Nossa Senhora do Rosário passou por reformas e o Palacete do Visconde de Ariró ruiu. (Esquema 39)

7.6. Análise

O Largo do Rosário de Bananal é o inverso de espaços ocupados por edifícios religiosos ou civis que se posicionam no terreno, deixando um vazio circundante, imprimindo-lhes a importância como foco visual. Tais edifícios tornam-se irradiadores de pensamentos ou ordens, sejam elas civis, militares ou religiosas. Não há um espaço escultórico ou modelado que tire o retilíneo do largo. Escada, arcos, chafariz ou palmeiras imperiais, nenhum elemento neste vazio que nos possa levar a um interesse estético. No grande espaço livre, há um

silêncio que me levou a sua contemplação sutil, buscando o inconsciente de quem ali habitou. É de se pensar que não há outro gênero artístico ali em evidência. Apenas a forma modelada da matéria disposta em volume: barro/matéria e forma/construtividade.

Não há o cênico acrescido, mas no vazio a ocorrência da cena, o espetáculo na praça. Também no vazio, o chão batido e, à sua volta, erguem-se as estruturas das paredes de taipa de pilão. A mesma matéria na horizontal e na vertical, formando barreiras, abrindo o vazio para o azul. É o espaço livre e comum.

A presença da classe dirigente, em um largo, relegado comumente no Brasil, a segundo plano, determinou o seu traçado. A coerência desta afirmação pode-se evidenciar no fato da coexistência dos elementos psicológicos e comportamentais da época. Senhores e escravos conviviam no mesmo espaço. A cidade teve aparalização urbanística no instante da libertação dos escravos. Também, o Largo do Rosário parou, assim como a distinção das duas classes: sociedade titulada e escravos. O monumento arquitetônico paralizou-se e ficou vivo para o estudo.

Neste espaço, amplo e dominado pelo poder exteriorizado nos palacetes das famílias Almeida e Aguiar Vallim, hoje não mais se vive. Sô se vê. O espaço livre e comum para a liberdade do homem é intimidado pelos balcões de onde se vê a cena. O sentido da libertação do homem, nas festas, tem um caráter excepcional para o negro. Além da libertação espiritual, pode-se sentir a liberdade corporal nos atos, mas que são regidos pela coreografia da manifestação. No íntimo, há a satisfação pessoal de ser o foco de atenções e inovar atitudes, expondo as experiências anteriores.

O posicionamento dos palacetes torna o espaço não inteiramente livre. É a família senhora da terra e da cidade, e reafirma esta privacidade na ocupação dos espaços. Os palacetes com funções ocasionais tomam o espaço vazio que antes pertencia à igreja do Rosário. A igreja se intimida em um canto da praça e as construções de família e Casa da Câmara dominam as extensões.

Em resumo, o Largo do Rosário, de Lorena, apesar de estar abalizado pelos poderes vigentes, Igreja e Estado, é mais dinâmico e isto se reflete no próprio traçado irregular. Espaço vazio onde o homem se sente mais livre.

Em Guaratinguetã, a presença da igreja já completara o ciclo de vida e cedeu a valores comerciais.

Bananal, criou seu espaço e, com o Império, paralizou-se. A forma fechada, elaborada por sociedade e ideologias escravocratas, permaneceu inalterada. Neste palco de classe dirigente, em linguagem de sincronia entre matéria, tempo e técnica, legou o seu perfil. Hoje, este espaço esbarra no metafísico, livre de seu conteúdo.

- ¹RAMOS, Agostinho. Pequena História do Bananal, p. 61-62.
- ²RAMOS, Agostinho. Op. Cit., p. 55-56.
- ³ZALUAR, Augusto Emílio. Op. Cit., p.
- ⁴RAMOS, Agostinho. Op. Cit., p. 244.
- ⁵Pinturas do artista espanhol Villaronga que são motivos de estudos do sr. Luiz Nogueira Porto.
- ⁶Em o Levantamento das Técnicas e Sistemas Construtivos da Região do Vale do Paraíba, o arquiteto Antônio Luís Dias de Andrade e equipe, assim destacam a construção da Estação da Estrada de Ferro, de Bananal: "É importante destacar, na obra da Estação da Estrada de Ferro, na cidade de Bananal, a pré-fabricação de seus elementos e também o partido estrutural.
Sua estrutura compõem-se de montantes formados por duas vigas "H", unidades por uma chapa ondulada, definindo assim a série de esteios de suporte do edifício.
Os vedos - estruturais - são de chapas de flandres, moldadas de maneira a aumentar sua resistência e a disposição do conjunto. O trabalho no contraventamento de seus elementos portantes.
No interior das paredes de chapas moduladas, existem longarinas perfuradas dispostas horizontalmente, articuladas com os montantes verticais. O piso de madeira é apoiado sobre trilhos, bem como o forro, feito com as mesmas chapas prensadas. As placas, das paredes, são dimensionadas segundo três módulos diferentes, necessários ao preenchimento dos intervalos deixados pela colocação dos vãos". Volume 6, s.p.
- ⁷RAMOS, Agostinho. Op. Cit., p. 62
- ⁸IBIDEM, p. 238.
- ⁹As ocorrências, festas e vida social no largo, se encontram no livro: Bananal, Cidade Histórica Berço do Café", de Maria Aparecida Rezende Gouveia de Freitas. Também, a genealogia das famílias Almeida e Aguiar Vallim, bem como sua influência na cidade.
- ¹⁰Breve relato da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Guaratinguetá e algumas de suas principais obras de estatuárias podem ser vistas no Museu Frei Galvão de Guaratinguetá.
FREIRE, M. Heloisa Guimarães. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Guaratinguetá. Guaratinguetá História XXIV, Instituto de Estudos Valeparaibanos. Guaratinguetá. 1980.
- ¹¹REIS FILHO, Nestor Goulart. Evolução Urbana do Brasil. p. 133.
- ¹²"Nem sempre nossas câmaras municipais ou nossas sedes de governo tiveram prédios próprios; ...era pouco provável que se situasse num ponto condigno, como uma praça que acolhesse os cidadãos, valorizasse o significado do prédio ou tirasse partido do seu projeto arquitetônico mais elaborado. MAX, Mukilo. Cidade Brasileira, p. 50.
- ¹³EVANGELISTA, José Geraldo. Lorena no Século XIX. Traz mapas esquemáticos e discute os espaços urbanos de Lorena.
- ¹⁴ZALUAR, Augusto Emilio. Peregrinação pela Província de São Paulo. p. 44-45.

8. CONFLITO NO ESPAÇO RELIGIOSO EM APARECIDA

A Capela d'Aparecida, pertencente a Guaratinguetã, se desenvolveu ao redor do patrimônio religioso. O nome Nossa Senhora da Conceição está ligado ao orago oficial, bem como à aparição da imagem na estadia do Conde de Assumar, em Guaratinguetã, em 1717¹. De oratório portátil, certamente a imagem caiu no rio. Encontrada, foi posta em oratório fixo por Atanásio Pedroso. Surgiu a primeira capela e depois a capela curada do patrimônio. A imagem que esteve certo tempo na matriz de Santo Antônio de Guaratinguetã, foi transladada para a capela d'Aparecida, que recebera autonomia religiosa, não política.

Nota-se a normalidade com que o núcleo surgiu: imagem - oratório - capela - patrimônio - capela curada - povoado.

As terras doadas em patrimônio pertenciam a Guaratinguetã, e a matriz não poderia ser suplantada pela capela. A prova é a estadia da imagem. Com o movimento, tornou-se a capela lucrativa. A luta pela partilha iniciou.

8.1. O Morro dos Coqueiros

A escolha do local, o Morro dos Coqueiros, é certamente determinado pelo costume da época: a igreja sobre o morro, pólo visual e irradiado dos ideais religiosos. Local de difícil acesso, porém, uma necessidade religiosa. Com uma determinação de local totalmente religiosa, os elementos básicos para o incremento do patrimônio se vol-

taram para estas atividades: a grande praça fronteira à capela, a rua em linha reta, a rua detrás do morro para se levar as pedras, e a rua lateral para se subir em romarias.

Não há dúvida de que o melhor que se fez até hoje em Aparecida foi a escolha do local. Max e Spix, Thomas Ender, Debret, Zaluar, Saint-Hilaire e outros cientistas e artistas são unânimes em enfatizar o aspecto exterior da colina, a visão idealizada da natureza. O espaço externo só não é o mais importante para Zaluar que se atém na manifestação da pintura popular, histórica, obras sociais. Porém, é romântico e até arcádico ao se remeter à colocação dos templos gregos sobre acrópoles, a majestade da natureza que a rodeia e serve de pedestal. O silêncio, as nuvens em formas fantásticas, o rio murmurante e a mata segredando frases misteriosas são parte dos remédios que o homem da metrópole vê para amainar o transe das amarguras supremas que se resolve com os céus².

Thomas Ender explorou o aspecto pictórico. Árvores em primeiro plano, a várzea e depois a serra. Ou ainda, volumes curvos de morros e as retas nas amplidões. A transparência atmosférica e luz dominam os intervalos gráficos, sugerindo as curvas do rio e serra. Cinco desenhos são dedicados à Aparecida, sendo três do envolvimento dos aspectos físicos na natureza, um de interior de casa e o último à capela³.

Da necessidade de dar à imagem o esplendor, souberam os primeiros homens da coerência entre religião e natureza. Sabiam estar dando o melhor: o envolvimento primitivo, destruído em duzentos anos.

O patrimônio da capela foi formado pelas doações de Margarida Nunes Rangel, Fabiana Fernandes Telles e Lourenço Sá Carneiro⁴. O espaço se organizou, dando à capela o centro do patamar nivelado em 1741, pelo Capitão Antônio Raposo Leme.

No desenho de Thomas Ender, a horizontalidade toma conta do espaço dando a impressão de não estar a capela sobre o morro. Quando, porém, desenha olhando para a serra da Mantiqueira, o terreno se mos

tra em um plano inclinado, revelando mais a situação topográfica.

Os espaço da capela é dominante. As pequenas construções, que em função do movimento rodeiam-na sobre o espigão, formam um muro e seqüência de janelas que intensificam o conceito de povoação.

A proporção dedicada aos romeiros passa das pequenas instalações dentro da capela para a casa dos peregrinos, e o terreno fronteiro à igreja funcionou como pasto. Usufruto comum para os animais de peregrinos e moradores.

No espaço secundário do patrimônio, o Caminho da Ladeira recebeu as primeiras casas em 1748, de propriedade de Miguel Martins de Araújo. Até 1850, apenas estes dois espaços: pátio e ladeira.

O espaço físico não comportou a projeção religiosa de Aparecida. A fama da imagem ultrapassou a colina e ganhou os seus primeiros choques de interesses. A proporção de terras da igreja entrou em conflito com os interesses de direito à exploração pelos aforeados. Os juizes da municipalidade de Guaratinguetá tiraram proveito dos cofres. O comércio e a exploração da hospedaria dividiriam com a capela as necessidades básicas de locomoção do homem e o início do consumismo e religiosidade.

A transformação do perfil da colina é a expressão da troca de interesses que se exteriorizaram na materialização da arquitetura.

O desenvolvimento social e econômico da região e a ligação política e religião fizeram de Aparecida, caso ímpar. Não há evolução da arquitetura no sentido de nova organização de espaço, pois não há espaço⁴. Não há mudança no sentido urbanístico sobre a colina, pois foi ideada para uma função permanente. A estrutura física da capela não suportou os avolumamentos das formas, a exemplo de outras cidades da região. Não lhe importava beleza, mas sim ser a expressão da projeção religiosa do brasileiro. Derrubou-se e construiu outra e mais outra.

As trocas de interesses se relacionam neste povoado onde os padres jesuítas em 1748 já encontraram os habitantes se consumindo em

ódio e inimizades. Cuidou-se, também, para que não se instalassem ali pessoas de má reputação, prostitutas. As primeiras casas de peregrinos foram construídas para impedir a prática de dormir dentro dos cubículos da nave, ocasião em que os romeiros andavam pela capela com a imagem na mão. Em 1805, relacionadas em inventário, seis casas funcionavam como pousada. Citando outros santuários, membros da Mesa de 1858 apresentam uma petição à Assembléia Provincial para amainar a mortização de alguns imóveis destinados à acomodação dos peregrinos.

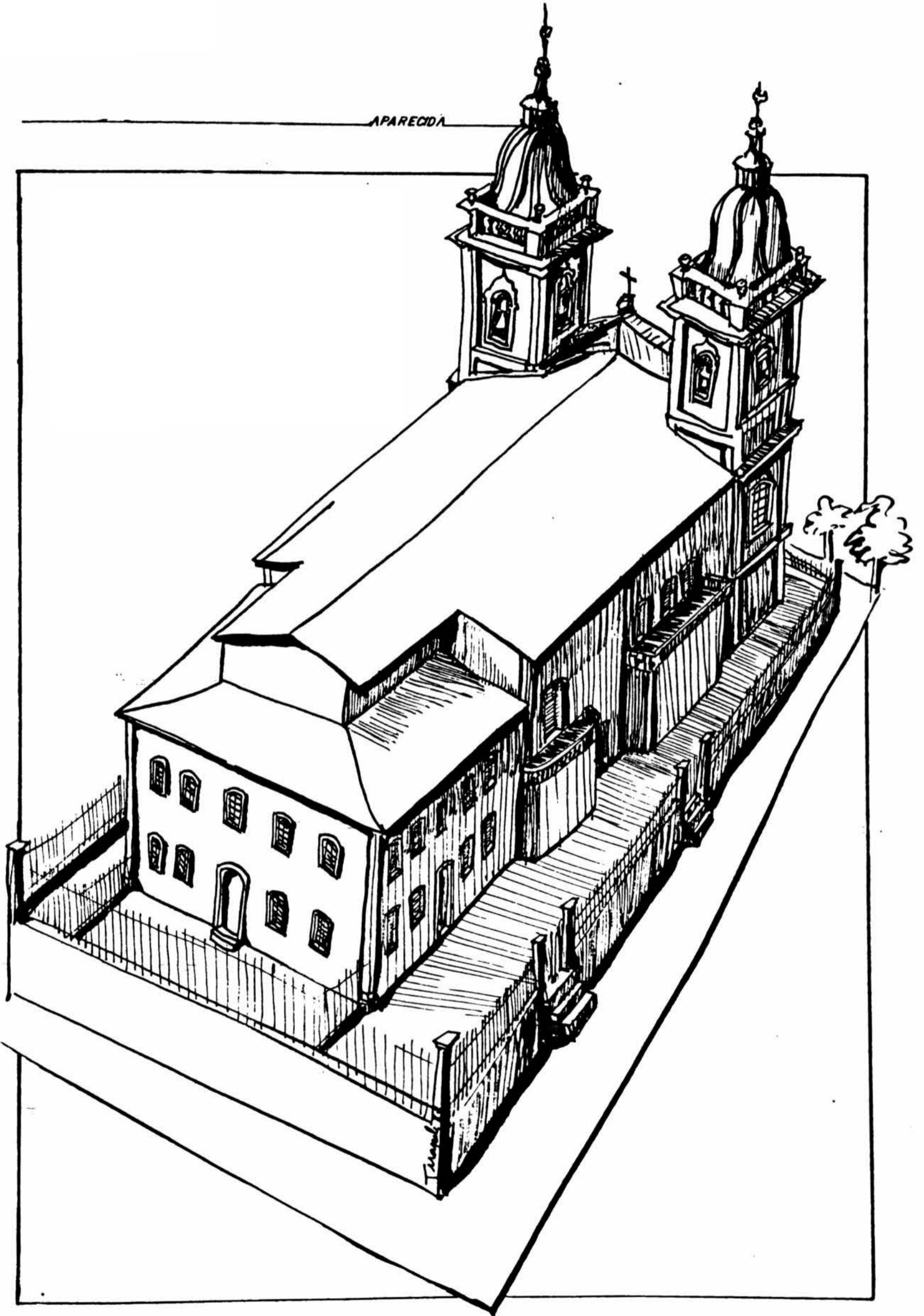
Nas administrações, pode-se notar os interesses religiosos, políticos e administrativos que beneficiam ora um grupo ora outro. Assim se pode resumí-las:

- Administração Eclesiástica, de 1745 a 1805;
- Administração Secular, de 1805 a 1890 e
- Administração Eclesiástica, de 1890 até hoje.

Na primeira administração eclesiástica, contou-se com o auxílio da Irmandade Nossa Senhora da Conceição Aparecida, quando se construiu a primeira capela do Pe. Vilella; reformou-se a fachada, transformando parte em alvenaria; instituiu-se o primeiro capelão.

A fase secular começou com a intromissão do governo na irmandade e capela. Em 1805, criou-se a Mesa Protetória por ordem do Governo Provincial, até 1844. Nesta ocasião, formou-se a Mesa Administrativa, desligando a capela dos interesses da Igreja até 1890. Nesta ocasião, as obras de reconstrução da capela são barradas, mas prosseguiram sob a mão de Monte Carmelo; abriram-se as ruas Oliveira Braga e outra detrás do morro para passar os carros de bois com as pedras para reforma; outras melhorias foram feitas com os cofres da capela, com o calçamento da ladeira, o cemitério, chafariz, contribuindo com a Santa Casa de Guaratinguetã e matriz.

A última fase, eclesiástica, iniciou-se com os termos expressos na Pastoral Coletiva de 19 de março de 1890. Desapareceu o trono. E o Altar? O Altar está em pé, amparado pela fé do povo e pelo



poder de Deus. O decreto de liberdade de culto e o desligamento da tutela do Império trouxeram benefícios de ordem religiosa e política. A capela passa a ser santuário nacional em 1900 e quatro anos mais tarde a imagem foi coroada como padroeira do Brasil. A construção de nova igreja começou a ser realizada em 1939, quando Dom José Gaspar foi contra os interesses dos comerciantes instalados atrás da igreja de não cederem o terreno, onde, logicamente, teria sido a melhor opção para a construção do conjunto religioso. A segunda opção não vingou; a construção no Morro do Cruzeiro em 1940⁶. Não desanimando, o Morro dos Pitas foi a terceira opção, onde visava entre outros objetivos, a promoção do homem do campo⁷. Em 1946, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta lança a pedra da nova basílica, Projeto de Benedito Calixto Jesus Neto, foi apresentado à imprensa em 1951 pelo Cardeal Motta⁸. (Esquemas 40 e 41)

8.2. A Capela

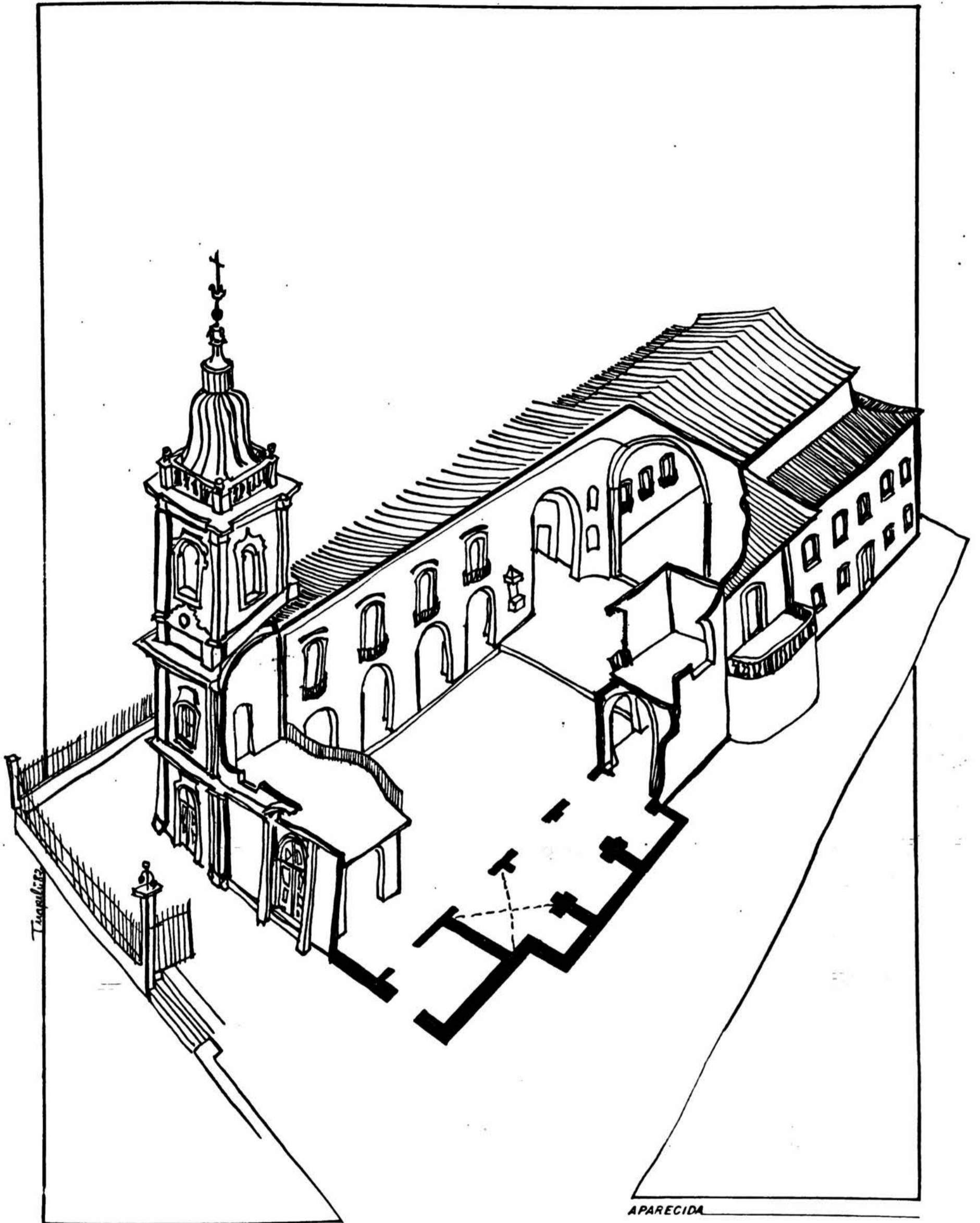
A Capela, atual basílica velha, foi descrita pelo Pe. Dr. João de Moraes e Aguiar, vigário de Guaratinguetá, em 1757.

Está situada esta capela uma légua, pouco menos da Matriz, em lugar alto, aprazível e naturalmente alegre. É a igreja de taipa de pilão: tem o altar-mór com tribuna em que está a imagem da Senhora, com dois altares colaterais, todos pintados e o teto da capela-mór; é forrada a igreja e por baixo assoalhado de madeira com campas; tem coro, dois púlpitos, sacristias com duas vias-sacras, corredores assobradados e ambas as partes com casas por: tem uma torre, a sacristia pintada e ornamentos de todas as cores, os quais e os mais móveis constam do inventário

De 1760-1780 recebeu a estrutura de taipa de pilão, parte de alvenaria para ampliação e a colocação das duas torres. Neste estágio, a Capela foi desenhada por Thomas Ender em 1817 e por Pallière em 1821.

Outra reforma, de 1824 a 1834, não alterou as estruturas, apenas reparos no telhado, presbitério e paredes.

A última reforma teve as seguintes etapas:



- 1845 a 1862 - construção das duas torres;
- 1878 a 1880 - construção das naves;
- 1882 - construção da capela-mor e chegada do altar-mor (Itália);
- 1888 - Fim das obras¹⁰. (Esquema 42)

8.3. A Capela no Perfil da Colina

O perfil da colina começou a ser alterado em 1741, com a construção do patamar para início da primeira capela. Rodeando-a, em 1750 a 1805, casas para romeiros e algumas outras já se posicionavam na ladeira. Em 1836, o Marechal Daniel Pedro Müller afirmava ter cinco quarteirões o distrito, cerca de sessenta e seis fogos e 350 habitantes¹¹. Certamente estes quarteirões se referem à parte baixa da cidade, pois na colina o quarteirão só surgiu depois de 1845 a 1852, quando se abriram as ruas na borda da colina. Fotos de 1876, de Robin & Faureau mostram que na colina nada rivalizava com as novas torres da Capela.

Nas fotos por ocasião da coroação da imagem, em 1904, nota-se a presença de dois sobrados na praça. Em 1910, três sobrados, e um na parte dos fundos, não tiraram a visão das torres desde o início da rua de calçada.

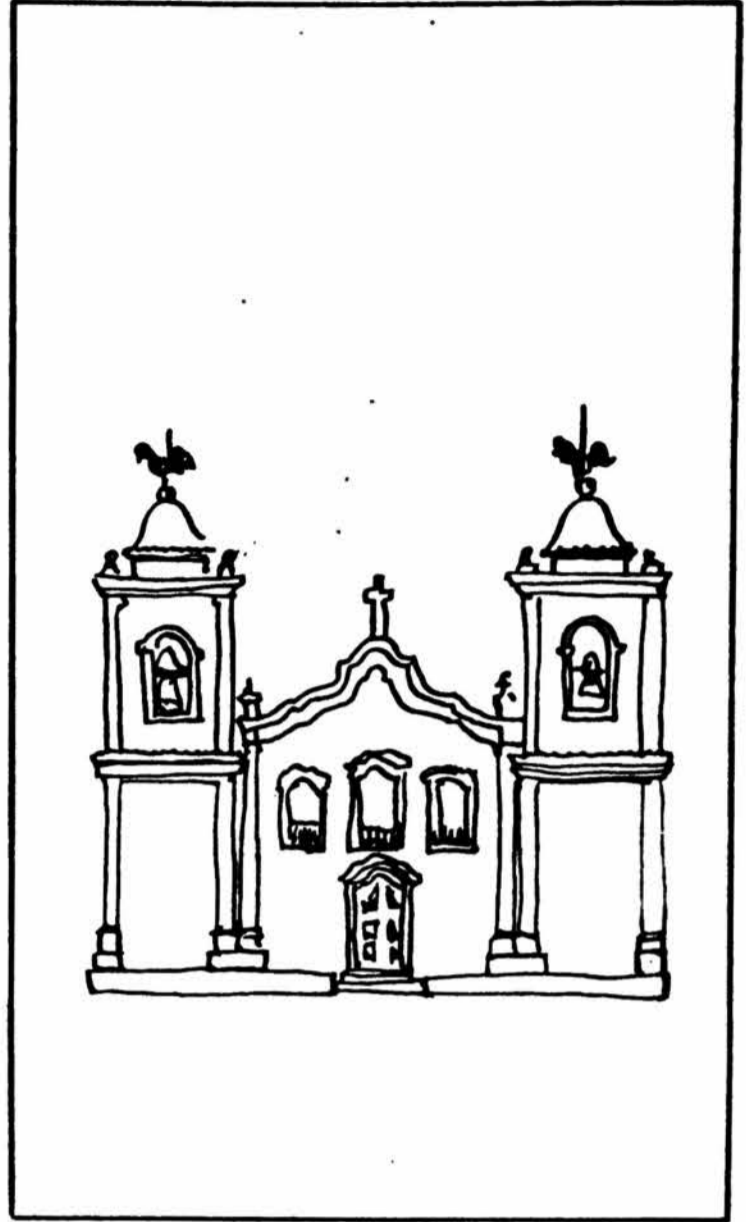
Em foto de 1910, tirada do Morro do Cruzeiro, vê-se a aglomeração ao longo da Rua Nova. São sobrados com telhados de duas águas, transversais, aproveitando a profundidade do terreno. Na parte da frente, instalações para o comércio. Na praça e na Rua da Calçada, ocupam a parte fronteira do terreno devido à inclinação na parte posterior. É difícil conceber a idéia de quarteirões, pois a irregularidade topográfica não permite simetria ou idéia de blocos que se resumem em apenas dois ao longo do espigão.

A primeira construção a rivalizar com as torres da Capela foi a caixa d'água, construída na década de 50. Nesta ocasião toda a praça já possuía sobrados, a parte detrás do morro já completamente construída e em 1956 já se construía o primeiro grande hotel vertical na

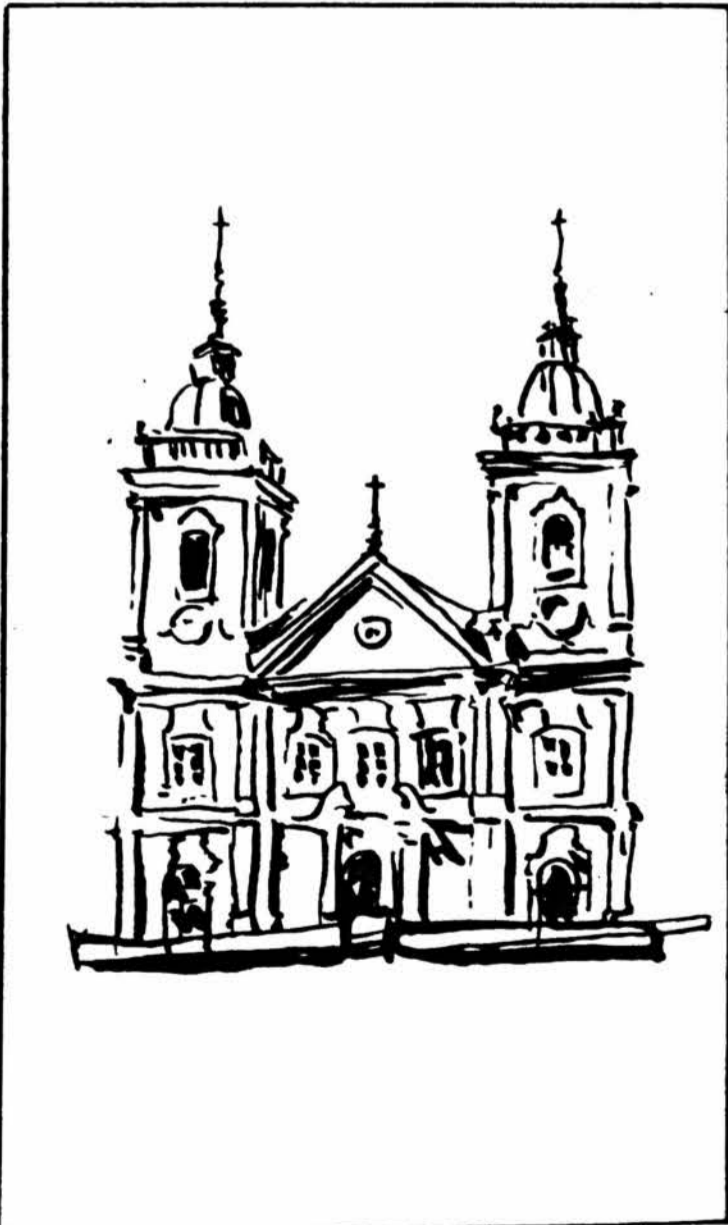
APARECIDA



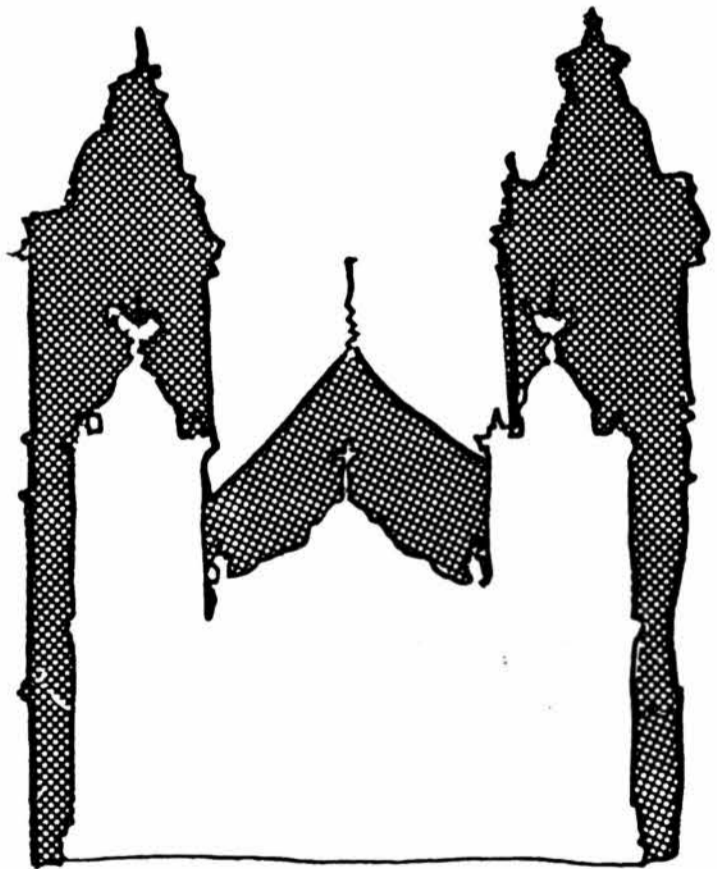
1817 esquema — T. ENDER



1821 esquema — J. PALLIÈRE



1864 — MONTE CARMELO



FACHADAS 1821 64 —

Tampuli 22

praça. Zaluar não mais diria: "Entre todos estes templos que temos visto no interior do país, nenhum achamos tão bem colocado, tão poético, e mesmo, permita-se-nos a expressão, tão artisticamente pitoresco, como a solitária capelinha da milagrosa Senhora da Aparecida..."¹².

Ainda vendo a cidade do Morro do Cruzeiro, na década de 60, surgiu o imenso perfil da nova basílica. As lutas de interesses ganharam forma na expressão arquitetônica. O caos sobre a colina, destruindo o patrimônio visual foi concretizado na década de 70, onde edifícios mais altos que a torre da basílica velha, horizontalizaram o declive da colina¹³.

8.4. Análise

8.4.1. O Perfil

A análise do conjunto arquitetônico da cidade revela de imediato dois conjuntos distintos. A cidade cresce sobre a colina e, o outro, a racionalização do espaço para a construção de nova basílica. Ambos os conjuntos estão polarizados pelas basílicas. As funções são iguais, porém, distintas na concepção de construção e conjunto.

Para melhor compreensão, dividi a análise em duas partes: o perfil da colina e as massas arquitetônicas que se rivalizam em importância comercial e religiosa. A segunda, o traçado orgânico e dinâmico da colina em contra-posição ao geometrismo que circunda a nova basílica.

No espaço acidentado, comprime-se o casario. A colina, cortada por duas paralelas, determina o conjunto maciço central. Dos lados, os edifícios comprimem-se longitudinalmente. Características das aglomerações coloniais mineiras aí se encontram. A posição sobre o morro, a igreja como ponto central, o casario colado formando uma seqüência de portas e janelas, a parte inferior do sobrado com função comercial. O que difere é a função da cidade: ser santuário. O objetivo principal da cidade é a Imagem¹⁴. À sua volta, tudo deveria girar. A exteriorização de sua importância é o templo religioso

dominando a paisagem, irradiando a fé.

Não se pode falar em evolução arquitetônica, mas sim em uma troca de edifícios que se plantam no mesmo local da acidentada topografia. Os edifícios se erguem e transformam o perfil da colina em caótico. Visualmente a diversidade agrada na variedade de espaço em que aparecem concomitantemente: o colonial, o pseudo-moderno e o simples. O colonial, na colocação topográfica, encimado pela construção sacra; o pseudo-moderno, que busca a adaptação das estalagens das cidades-santuários, na sobreposição de andares que se distribuem ao longo dos corredores; o simples, que atualmente ocupa a parte baixa da cidade, distribuído em ruas dispostas segundo a permissão topográfica.

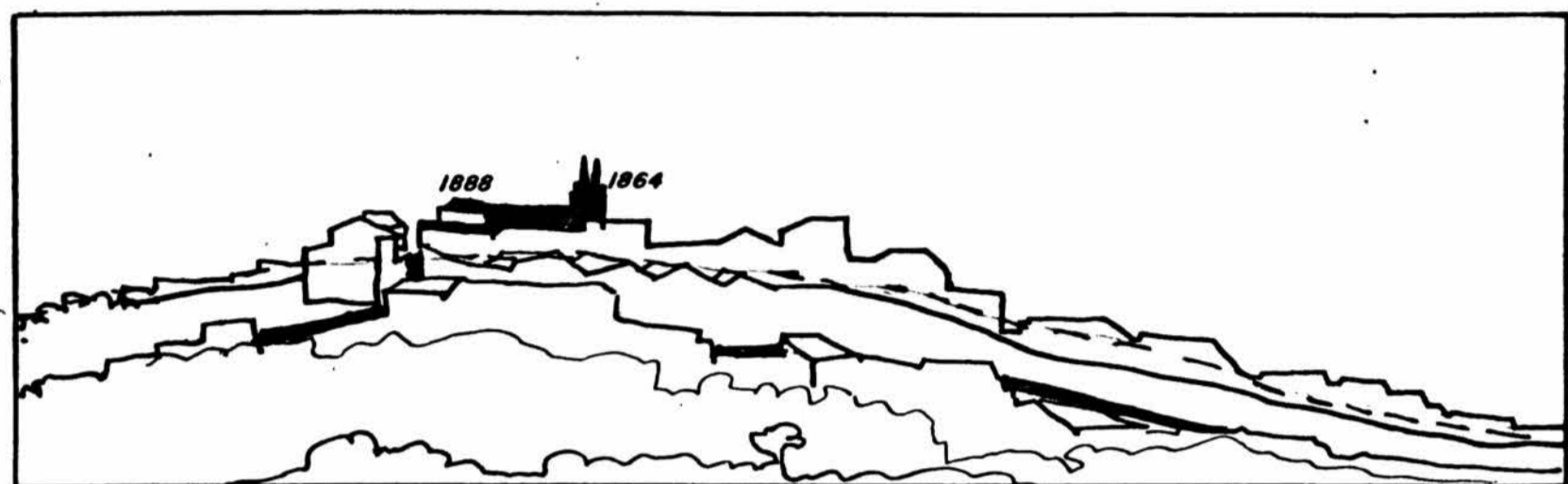
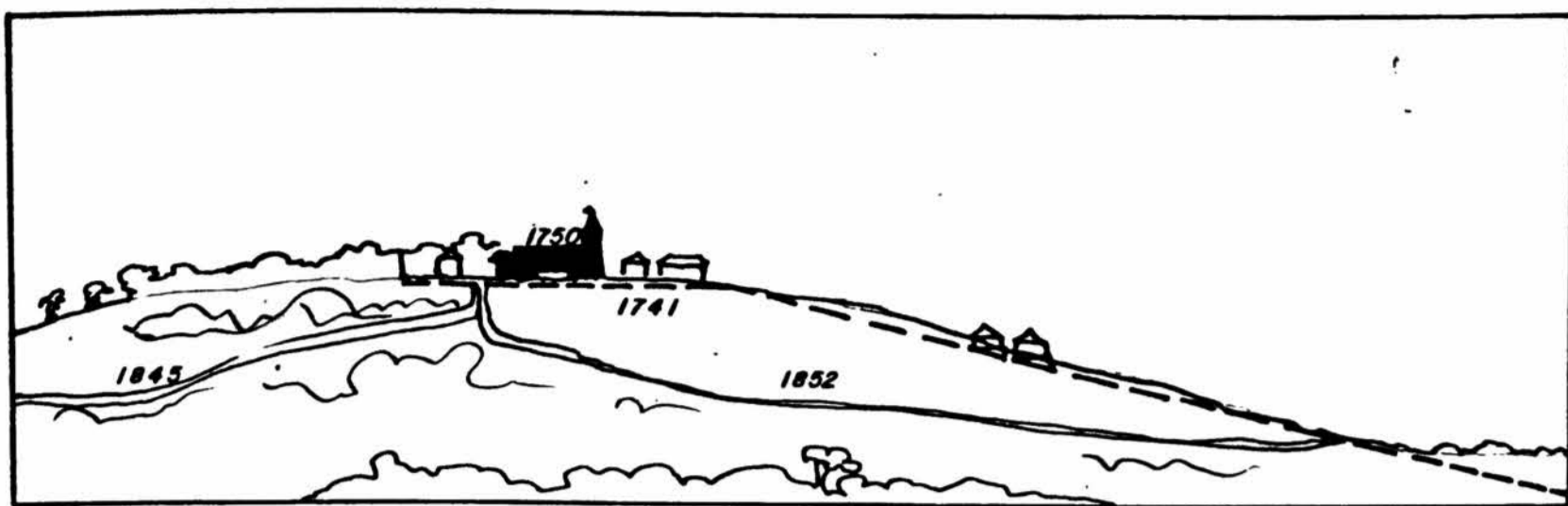
Esta transformação leva-me a afirmar o oposto que Zaluar encontrou na colina, em 1860:

O sentimento religioso, fervor da crença em sua primitiva pureza, que o ceticismo do século de dia para dia destrói nas nossas grandes cidades civilizadas, tem entre as povoações centrais um sentido mais elevado, um influxo mais grandioso e sublime, porque o requinte da corrupção ainda lhes não faz gerar a dúvida, nem o egoísmo fanático mercadejar com a consciência, como acontece aos filhos degenerados das sociedades que se dizem polidas¹⁵.

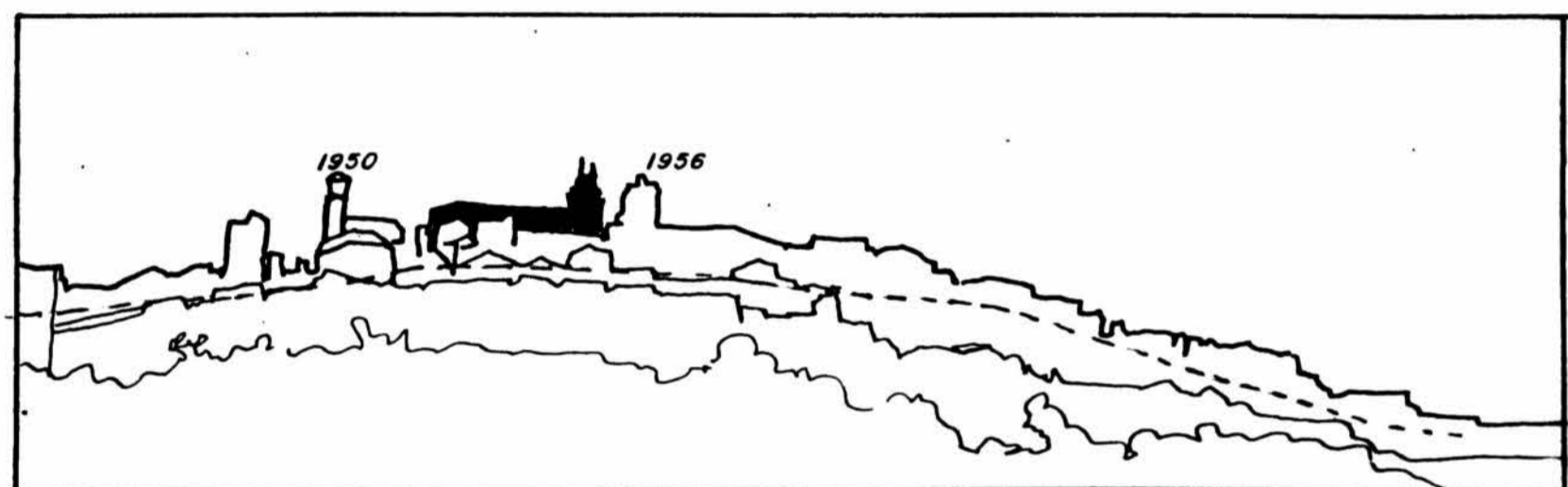
O verniz da polidez se desfez e os interesses postos às claras se rivalizaram em volumes arquitetônicos e na briga da posse da terra. O espaço construído tem que ser ali. A natureza toda destruída e não modificada é compensada pela linha do horizonte barrada ao longo pela Serra da Mantiqueira. O espaço natural só é conservado como meio de solidez para as construções. O espaço perdido é compensado pela natureza bruta, do outro lado do rio Paraíba. Lá onde se tem certeza da não destruição, pois há o rio como barreira e as terras não pertencem ao município. A projeção consola o erro.

Na divisão das terras do patrimônio em porções, a Igreja teve a natural vantagem. A compensação na verticalidade dos edifícios, veio duzentos anos depois. Tem-se a impressão de que, por instantes,

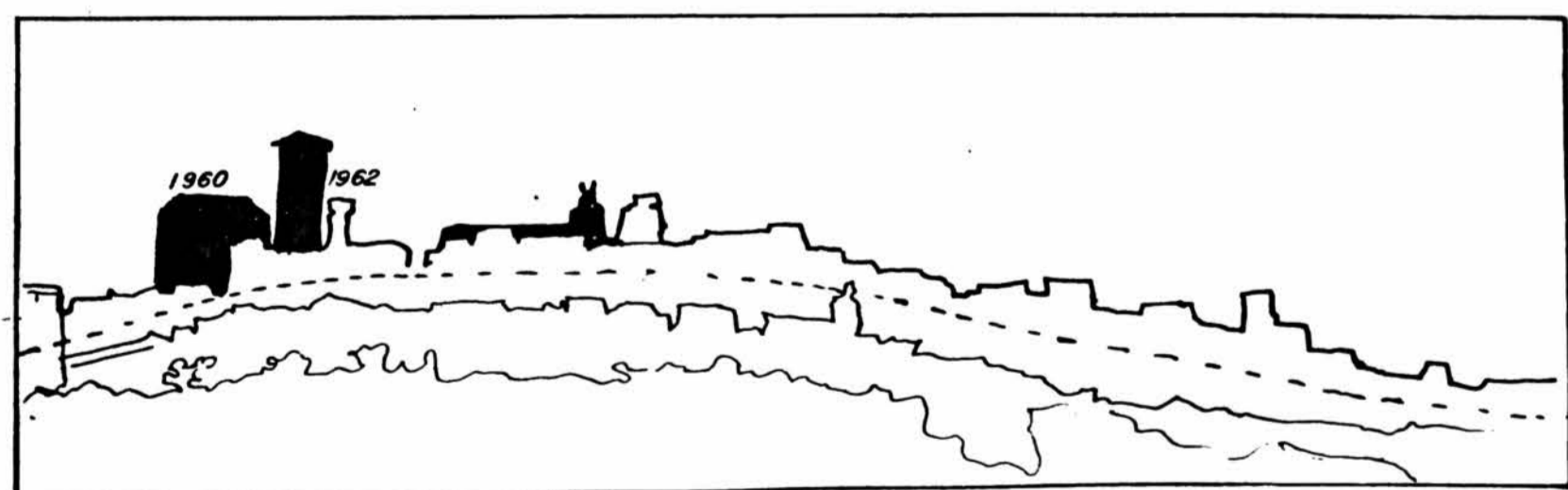
APARECIDA OCUPAÇÃO E RETIFICAÇÃO DA COLINA



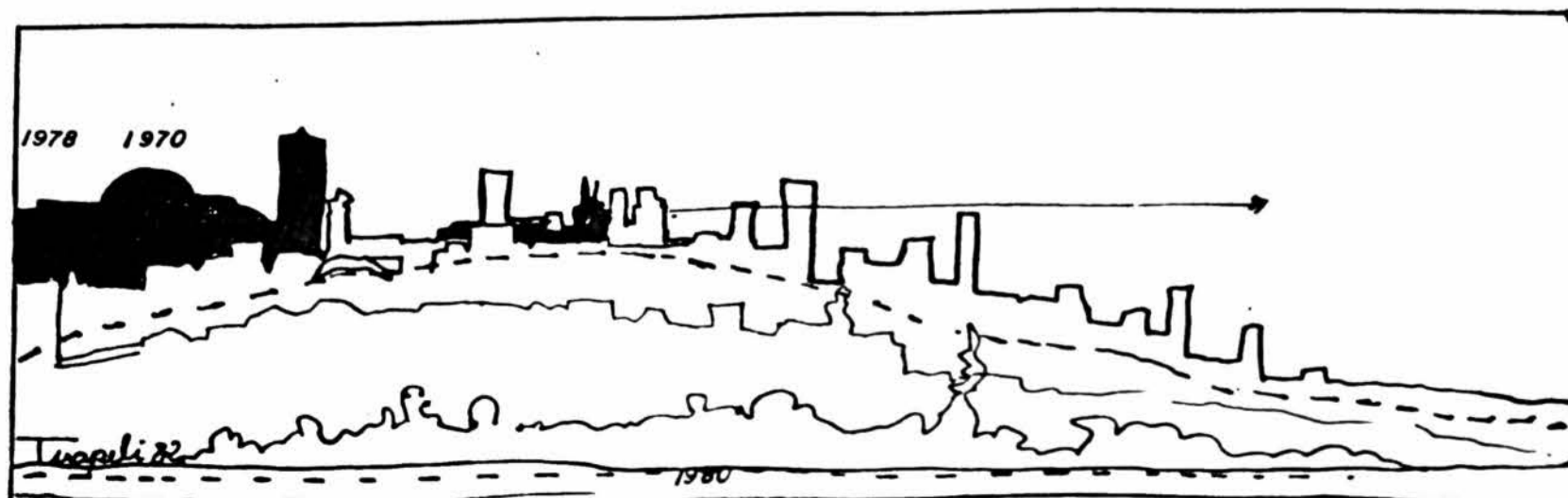
1890 - 1930



1940 - 1960



1960 - 1970



1970 - 1982

os ideais religiosos e comerciais atingiram os mesmos níveis. Dessacralizaram a colina e os interesses atingiram os mesmos níveis horizontalizando-a.

Na parte exterior dos edifícios, sem o mínimo de planejamento, ergueram pensões coloniais, imagem da não capacidade e do espírito de quem cava residências em porões. Sem janelas, obscuras, abaixo do nível da rua, locais próprios para usufruir e tramar os lucros. Escadas ligam os dois mundos, o peregrino na busca da luz e a diretriz dos interesses decididos na penumbra dos jogos.

Perdida a beleza natural, dessacralizada a colina, atingindo os mesmos níveis os interesses religiosos e comerciais, surge no Morro das Pitas o dantesco perfil de nova basílica.

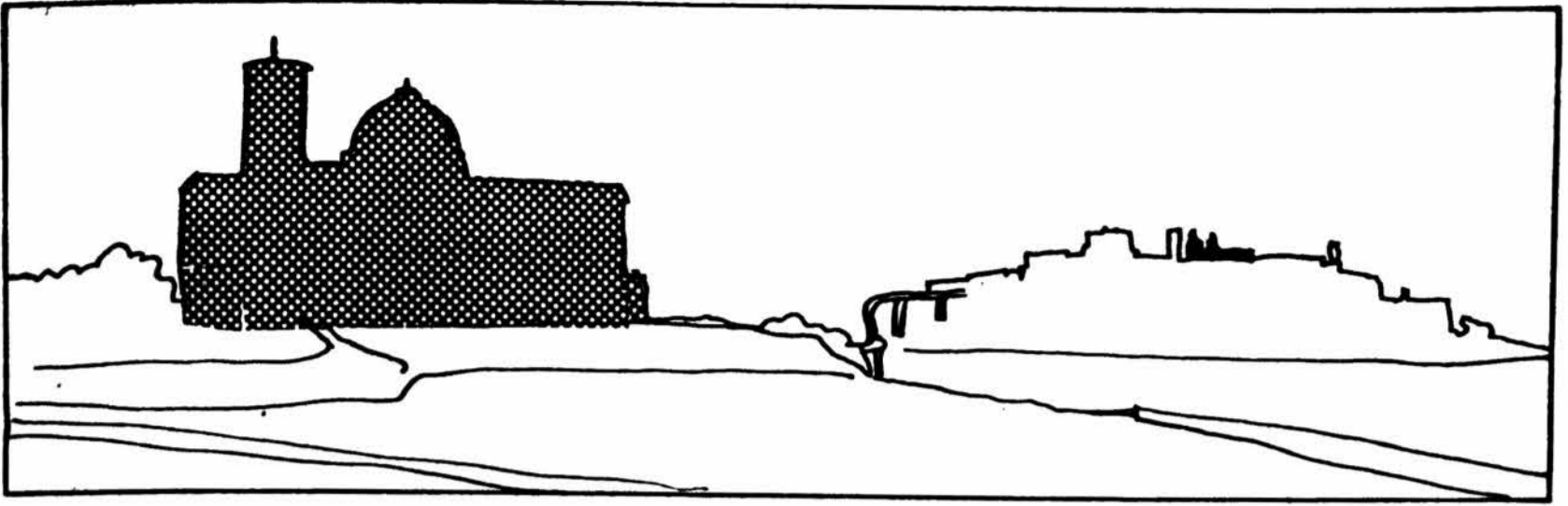
É a exteriorização dos ideais religiosos da cidade que devem ser mantidos: o domínio através da massa arquitetônica da igreja. Surgiu, então um desequilíbrio visual, pois uma só construção equivale a toda uma cidade. O equilíbrio da força religiosa foi reconquistado. Para que esta nova força não seja vencida, isolou-se a basílica nova da cidade, formando dois traçados distintos no urbanismo. (Esquema 43)

8.4.2. O Traçado (Esquema 44)

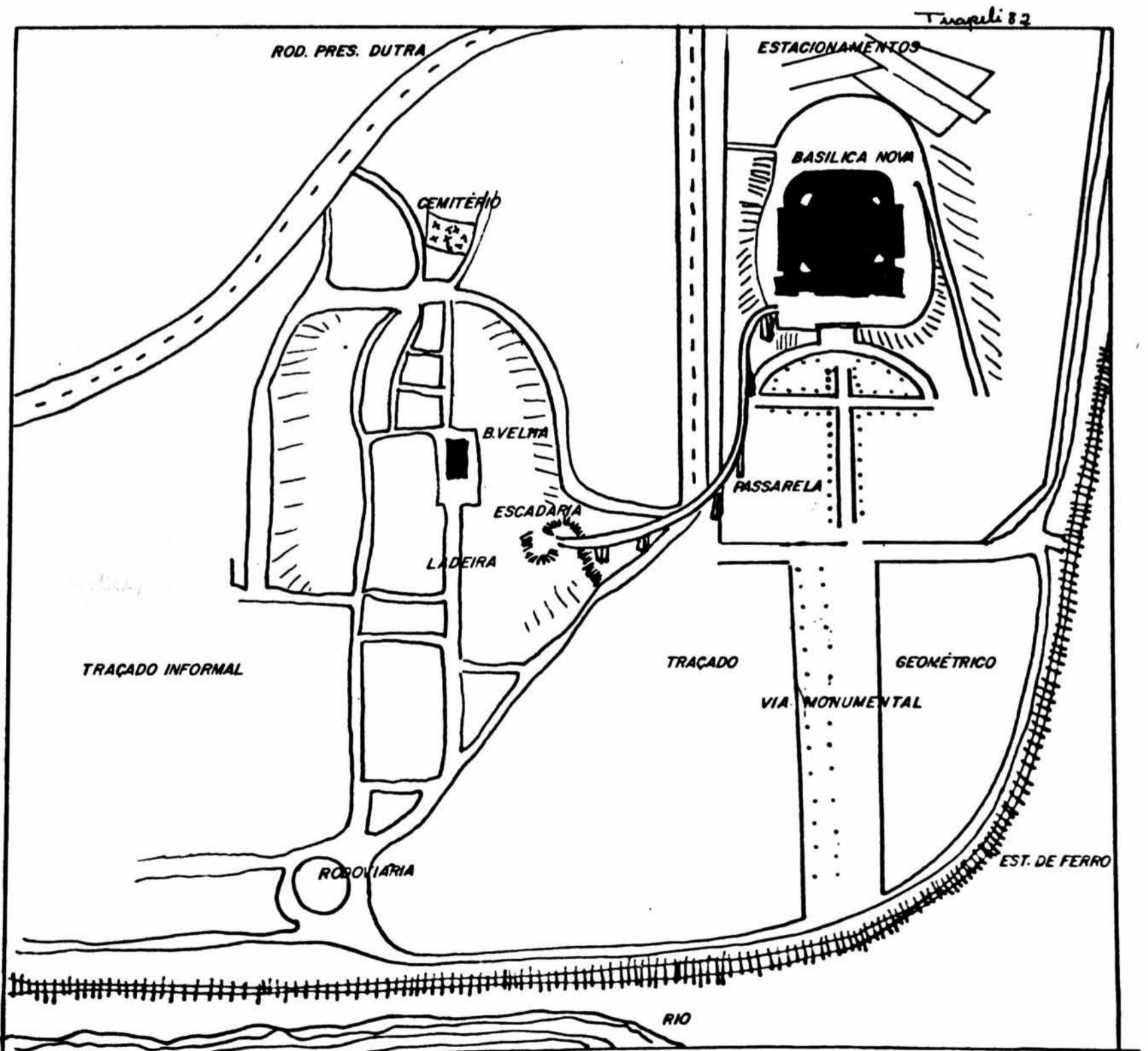
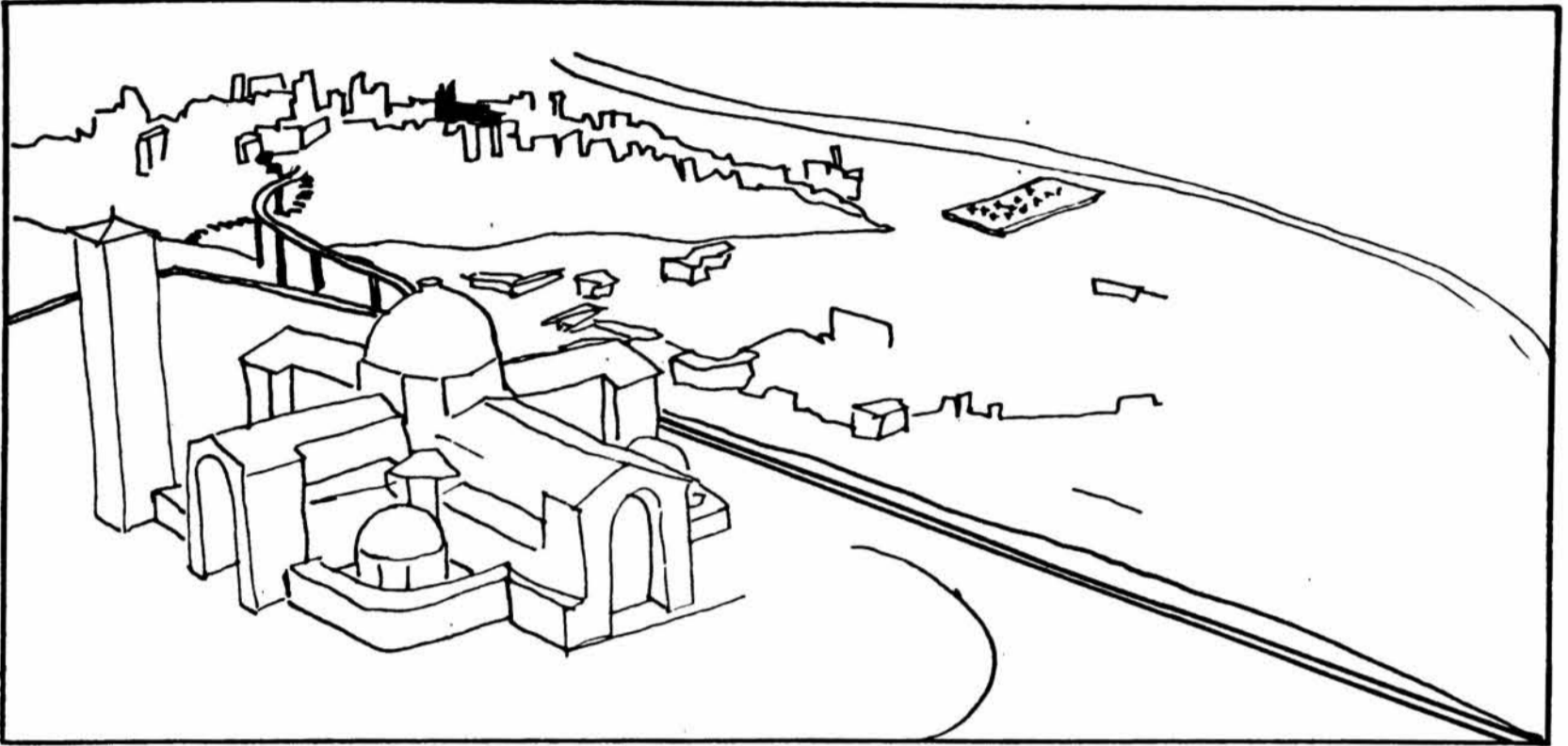
A segunda análise se refere aos traçados diferentes da cidade. O perfil dinâmico e vivo no Morro dos Coqueiros é o palco de lutas pelos interesses. No Morro das Pitas, surgiu o perfil que exterioriza os ideais religiosos. Os dois perfis estão em traçados diferentes. A basílica velha no traçado livre e espontâneo e a nova basílica querendo geometrizar o plano urbanístico da cidade.

O espaço que se formou ao redor da capela, ou basílica velha, é diversificado. Foi conquistado pelas construções e está para ser reconquistado pelo homem. Subidas e descidas tortuosas. Escadas e becos, corredores de circulação e atalhos. Passagens privativas e espaços descartáveis de vendedores ambulantes.

No outro morro, a racionalização geométrica é o conceito básico



APARECIDA



da nova basílica que se ergue como arquitetura monumental. A consciência de qual deve ser a mais importante das igrejas brasileiras pode tê-la levado a uma conceituação de domínio. Porém, este domínio foi resolvido através de massas dantescas de conceito medieval aplicado em forma românico-bizantina. A opção da forma estereotipada de igreja revela a sensibilidade do arquiteto de que sua arte cairá em domínio popular.

Não há dúvida de que ambas as basílicas tiveram os seus planos de construções visando a suas funções. Na colocação topográfica são similares, porém na vivência do espaço as diferenças estão se acentuando.

A geometrização do espaço da nova basílica isolou-a da vivência mais intensa. Ela só se transforma em organismo vivo nas festas religiosas ou no dia do Senhor. O excesso de planejamento determinativo para funções específicas tirou o sabor do informal. São dois conjuntos: um informal, que se aglomera na ladeira, e o outro que ocupa um espaço racional e geométrico.

A cidade se revela em ambos. Um orgânico, constituído de diversidade de formas que surgem espontaneamente ao redor da velha basílica fazendo com que as linhas tortuosas constituam o sabor de sua beleza. Do outro lado, um espaço construído por linhas retas, fruto do pensamento científico direcionado para os aspectos visados. (Esquema 44)

Os objetivos desta forma de distribuição levam os romeiros à busca plena de plenitude do espírito através da vivência religiosa. Para tanto, as cidades-santuários complementam esta busca. O morro da Via-Sacra, as escadarias, ladeiras, são elementos que satisfazem o desejo de sacrifícios, assim como a surpresa da visão da velha basílica que se revela após a subida em linha íngreme para a verticalidade.

Facilitar, racionalizar, ou mesmo tirar estes elementos do plano urbanístico, poderia vir a criar um novo tipo de romeiro que seria um elemento intermediário entre o visitante e o turista. A ci-

dade não mais seria vivida, porém vista. Portanto, uma "passarela da fé" facilita a perda desta prática e endossa a idéia de que só poderia ter sido concebida por um visitante e não romeiro.

Quais seriam os sintomas que aclarariam a confirmação deste novo visitante-turista e não romeiro? O traçado da cidade se dedica cada vez mais e com exclusividade para o automóvel. A natureza é violada e os morros devastados sem a mínima integração com o homem. A grande praça da nova basílica não tem outra função senão a de estacionamento. Poder-se-ia dizer que uma visita mais confortável à nova basílica está sendo oferecida, longe do sentido de romaria ou descoberta da cidade-santuário.

E no traçado urbano, onde apareceria com evidência que os ângulos retos e grandes linhas perspécticas procuram favorecer a monumentalidade, minimizando o homem? Não há dúvida de que as multidões tenham que ter um lugar cativo na cidade-santuário e que aí floresça um comércio. A ladeira da velha basílica é um exemplo de envolvimento, tanto material quanto espiritual. O olhar segue as torres e ganha o adro. Justifica-se por completo a grande linha contínua e curva que esconde e revela o templo. Isto não acontece, porém, com a nova basílica que tem a monumentalidade em si para acolher multidões em seu interior. Dadas suas formas e beleza, dispensaria a solução da avenida "monumental-comércio" que se abre do portão monumental à linha férrea. Há neste falso geometrismo a arrogância de quem olha do alto do morro para baixo. Um desrespeito à população por uma linha que nada significa. Esta linha reta, plana, que rasga o casario, não colabora para uma visão mais envolvente da nova basílica. A grande linha da colina justifica-se pela posição da velha basílica, bem como as rampas monumentais da nova basílica. São porém praticamente desativadas devido à confusão de acessos criados, onde frente e fundo da basílica se confundem.

O mais perigoso deste geometrismo que quer civilizar a cidade é poder vir a isolar ainda mais a já isolada basílica nova. O templo poderá vir a ser vivido apenas aos domingos e dias de festas.

Seria este o único objetivo da cidade-santuário?

Em resumo, a escolha da colina foi a que melhor se fez. Foi, porém, descaracterizada pela luta dos interesses religiosos e comerciais que retificaram visualmente a colina. A nova basílica surgiu cercada de racionalismo e vontade de isolar os interesses religiosos e confirmar a administração eclesiástica, dando à cidade o novo perfil, desequilibrando com uma obra toda a colina. O espaço orgânico ao redor da velha basílica, convite ao romeiro, se opõe à necessidade de afirmação de monumento nacional, isolando-se no Morro das Pitas.

(Esquema 45)

APARECIDA

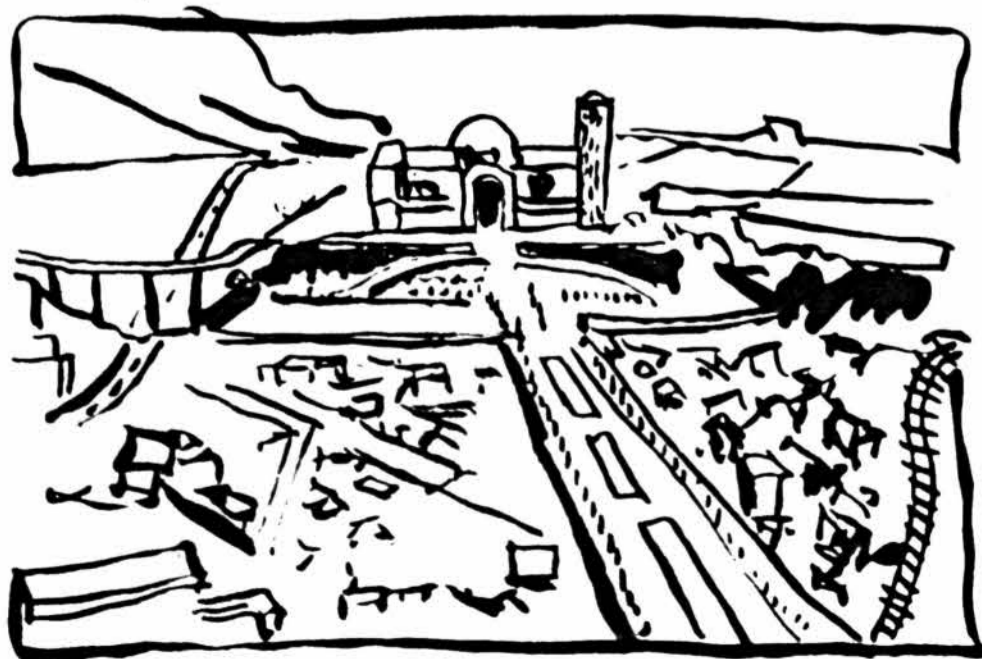
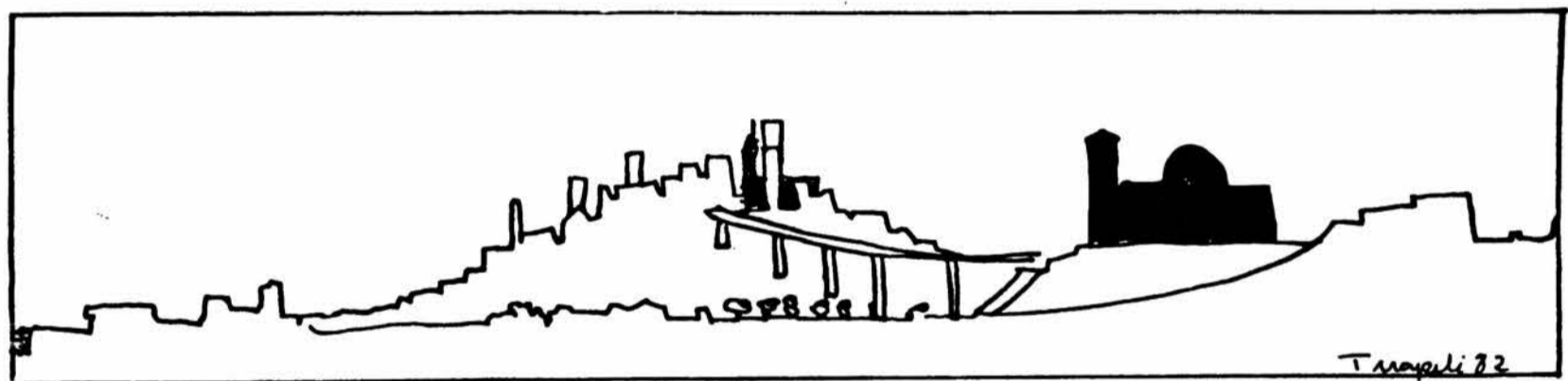
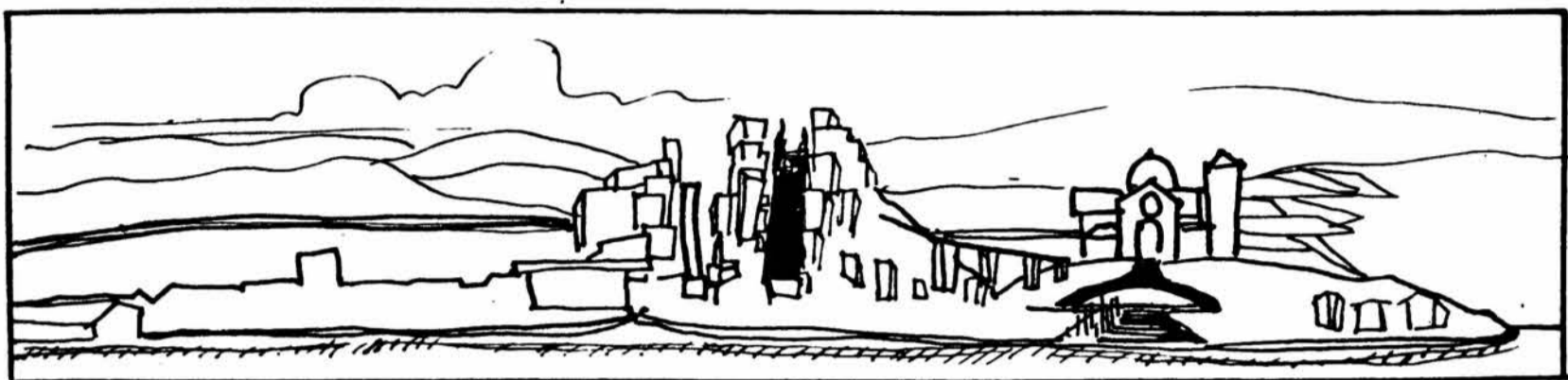
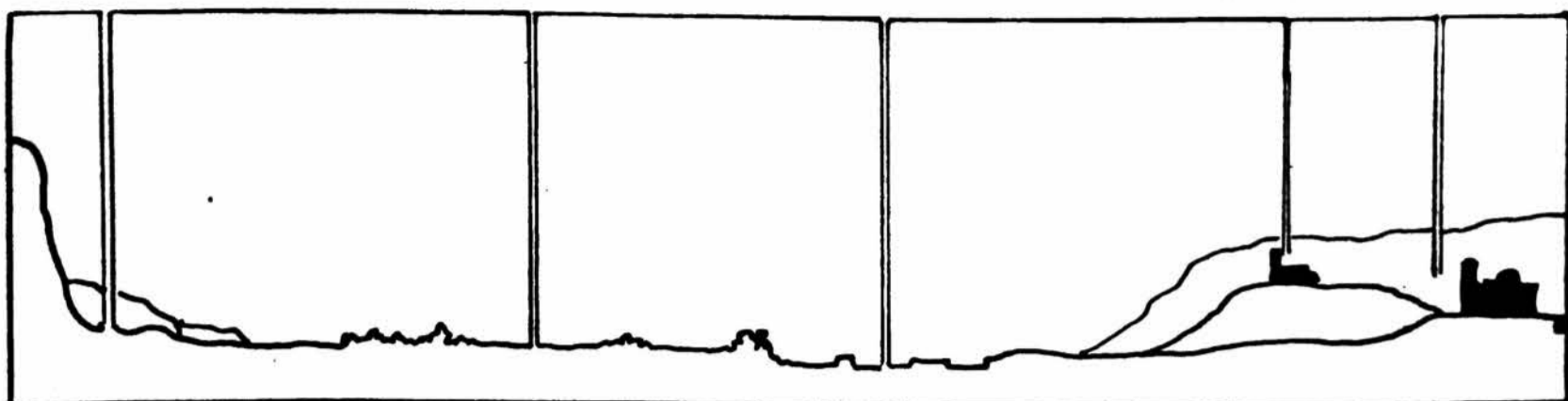
S. MANTIQUEIRA

VALE

RIO

B. VELHA

B. NOVA



- ¹RIBEIRO, José Jacinto. Op. Cit., p. 359-360, v. III.
- ²ZALUAR, Augusto Emílio de. Op. Cit., p. 85-89.
- ³FERREZ, Gilberto. Op. Cit., desenhos 202, 203, 204, 205 e 206.
- ⁴BRUSTOLOMI, Júlio J. A Senhora da Conceição Aparecida. p. 69.
- ⁵Conheço dois exemplos na Rua Oliveira Braga que fogem à regra: o antigo sobrado de D. Maria da Costa, com jardim e chafariz fronteiros, escada para o alpendre, salas para o comércio na parte debaixo, bem como local para guardar a lenha. O outro exemplo é pitoresco: criou-se uma alameda ligando a casa térrea no plano, à rua Oliveira Braga. O jardim francês leva à parte principal do chalé em estilo inglês, de cobertura de duas águas. No fundo, mangueiras e árvores.
- ⁶A questão administrativa e os projetos das novas igrejas, há documentos e plantas no Arquivo da Cúria de Aparecida.
- ⁷BRUSTOLOMI, Júlio J. Op. Cit., p. 136.
- ⁸IBIDEM, p. 197.
- ⁹Cópias do Livro do Tombo , fols. 97. Museu Frei Galvão. Guaratinguetá.
- ¹⁰BRUSTOLOMI, J.J. Op. Cit., p. 120-126.
- ¹¹MULLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um Quadro Estatístico da Provincia de São Paulo.
- ¹²ZALUAR, Augusto Emílio. Op. Cit., p. 86.
- ¹³O início do comércio ao redor da capela é estudado em o Visconde de Guaratinguetá. Um titular do café no Vale do Paraíba, de Carlos Eugênio Marcondes de Moura.
- ¹⁴A imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida não é analisada aqui, devido aos exaustivos estudos feitos por Pedro de Oliveira R. Neto. In: A Imagem de Nossa Senhora Aparecida. Jubileu de Ouro e Rosa de Ouro. 1970, p. 173; e outros trabalhos de Dom Clemente Maria Silva e Migra, Dom Paulo Lachenmayer, Pietro Maria Bardi, Maria Helena Chartuni e Dr. João Marino. Em aspectos mais abrangentes a imaginária paulista pode ser vista em "Notas Sobre a Imaginária. Especialmente a Paulista de Carlos Leme; "As Imagens Religiosas de São Paulo" e outros trabalhos de Eduardo Etzel.
- ¹⁵ZALUAR, Augusto Emílio de. Op. Cit., p. 85.

9. CONCLUSÃO

9.1. Envolvimentos Sociais e Urbanísticos

As primeiras estruturas das igrejas possuem acentuada dominância do artesanal sobre o artístico. Este último implicaria em um estudo racional que geraria beleza aliada à forma e função, necessárias para o culto. O ocorrido, entretanto, mostra que, mesmo antes da forma e função, o templo religioso foi a expressão do existencial. A maneira de viver era simples, praticamente a subsistência. A matéria, bruta, foi a taipa de pilão. Revelou-se mais própria para formas simples. Não se pode pensar em impossibilidade de implantação de modelos, mas a adaptação das técnicas da região é o mais frequente.

A construção religiosa, expressão do poder espiritual aliado ao poder temporal, só entrou em processo de embelezamento, principalmente externo, quando a vida, no Império, foi, também, constituída de aparências.

Não faltaram esforços para as reformas, apesar de ter sido o café o único interesse econômico da região, durante quase todo o século XIX. Logo, não houve um interesse em alcançar uma nova forma compreensiva em relação ao espiritual. Tal comportamento refletiu-se na arquitetura religiosa e civil. A igreja foi um ato de produção artística que se apresentou como processo criador de dois momentos diferentes: a criação praticamente artesanal de forma primitiva e o embelezamento do volume durante as reformas.

Os momentos diferentes nem sempre foram conciliados. A desunião é, por vezes, notada em dois níveis. Na criação do artista encarre-

gado da reforma e nas aspirações do homem. Aquele, apresentando e construindo projetos que desprezavam a estrutura artesanal. E o homem, com conflitos gerados pelas novas relações entre religião e política, a situação da província próxima à metrópole, a troca de um Brasil Colônia por um Brasil Imperial. O momento era de novidade, de aplicação de modismos. A criação exigiria maior maturação das novas tendências. O que aconteceu foi a tentativa de entrelaçamento de tendências.

O processo de aparente integração levou à desintegração por causa da insegurança da linguagem. Não dependeu apenas do artista, mas também de contraditórias aspirações da sociedade. Deus já não se apresentava como razão única. O cristianismo se achava minado pelo racionalismo maçônica. Foi um iluminismo tardio onde os poderes de Deus e do imperador se defrontaram. A Igreja perdeu em importância e iconograficamente, santos e motivos religiosos, substituídos por alegorias. Estas foram expressas em esculturas importadas ou pinturas encomendadas para os palacetes. Tais manifestações, até então, praticamente reservadas aos templos religiosos. As soluções coloniais, por vezes se tornaram obsoletas. A importação de materiais de construção, a via férrea, o fim da mão de obra do escravo e o início da imigração, especialmente a italiana, aceleraram o progresso de mudança de gosto.

A consequência destas dicotomias foi o atrofiamento da expressão, gerado certamente pela insegurança da linguagem a seguir. A expressão entrou em choque entre a vida interna e a nova realidade. Aquela, imposta e calcada na verdade do cristianismo. Esta, mais benévola, ofereceu os prazeres, dinheiro, viagens.

O catolicismo, verdade interna absoluta, tinha que ser expresso em exteriorização para evidenciar sua concretização. Atos e objetos provavam a religiosidade: a capela, o oratório, donativos, procissões, irmandades e, por fim, a pujança da matriz como prioridade da expressão do poder da cidade. Eram necessidades sociais que também preenchiam a parte sobrenatural e, por vezes, labiríntica da vida.

Com a vinda do imperador, nova imagem a seguir, surgiram outros valores. A possível visita do poder temporal gerou um culto à aparência. Aparência mantida pela nova exigência de etiqueta. O valor dos objetos substituiu a nobreza da alma. A superficialidade se converteu em verdade maior. Uma realidade fictícia tal qual foi o café. Assolou o Vale do Paraíba na estrutura ecológica e na expressão legada pelo homem. Um abismo onde a criação foi obscura e o objeto criado indentificável.

A riqueza do Vale do Paraíba passou no momento em que o homem não mais depositava o ouro aos pés de Deus. O controle político deu-se de maneira benévola. Sem o peso dos dogmas os cofres públicos dali recebiam alimento. Que construir? Igrejas ou Palacetes? Que vida seguir? Fazendeiro ou titulado do Império?

A construção do palacete, ainda apegada às técnicas tradicionais, com acanhado posicionamento na trama urbana, evidenciava apenas pequenas mudanças em relação à casa da fazenda. A substituição da capela por sala de concerto. O divórcio não completo entre religiosidade e mundanismo fez com que houvesse o temor que castrou a pujança da construção civil residencial urbana.

Diante do parâmetro - construir igreja ou palacete o homem titulado teve uma saída inteligente: a via férrea. Interferiu no traçado urbano. A via subornou o coletivo pelo particular, escoar a própria riqueza. Em nome da coletividade, novo estilo de vida a que deveria se sujeitar, rasgou o traçado urbano e implantou a estação da estrada de ferro. O novo espetáculo da cidade competiu com o adro e a praça da matriz. Ganhou com a inovação técnica e formal, foi objeto de ostentação de riqueza, influência e prestígio. Através da exteriorização do coletivo, este homem se beneficiou e não entrou em atrito direto com a Igreja. Ao contrário, a influência cresceu sobre os dois. (Esquema 29)

Com esta saída para mostrar o prestígio, não interferiu na construção do palacete, no traçado urbano. Em certos casos, anulou-se

enquanto posicionamento visual. Ficou, porém, em elo entre a religiosidade e o mundanismo: o apego ao passado e a euforia do presente. Não se derrubou o templo, mas transferiu-se para ele a linguagem dos fachadismos, aplicações e esculturalização dos espaços. A igreja, liberta do jugo imperial, entrou em processo de romanização apagando duas línguas: a colonial e a imperial. (Esquema 12). A vinda de sacerdotes italianos, o desligamento do clero com os homens do poder e famílias tradicionais, aceleraram este último processo.

9.2. A Estrutura e Reflexo do Templo como Reflexo da Sociedade

As igrejas reformadas não mostram uma só espécie de foco que lhes daria a unidade como um ser vivo. Perdida sua simplicidade, reflexo da complexidade de organização social, não teve tempo suficiente para se elaborar dentro da nova sociedade. A imitação parcelada, sem o vigor de um novo estilo foi "colada" a unidade de estrutura que permitia mutações, porém, dentro do mesmo enfoque de vida. Esta estrutura aberta sofreu transformações. Processo de fechamento. O assunto passou a ser secundário. Sem harmonia. Mas nem tudo pode ser encoberto. Janelas, tetos, portas, ainda se comunicam com o mundo exterior convivendo com o novo estilo. No mundo interior, onde o caos mostrou a falta de domínio sobre a nova complexidade dos fenômenos da vida, não se chegou a uma unidade. Não há definição de fins como resultado de esforço artístico para dominar os problemas. Procurou-se esquecer as condições e soluções do passado. Fizeram fachadas, imitações: reflexo de um tempo efêmero.

O desejo de fechar as formas e recriar sobre a estrutura que suportaria este "crescer contínuo" nem sempre resultou em obra de arte. As dimensões de largura, profundidade, altura, suportaram a colagem das formas. A dimensão temporal se perdeu dentro de uma qualidade simbólica não sedimentada. (Esquema 35)

Mas porque esta insistência no estudo, se se pode concluir: o que restou não são obras representativas. Um fato isolado passaria

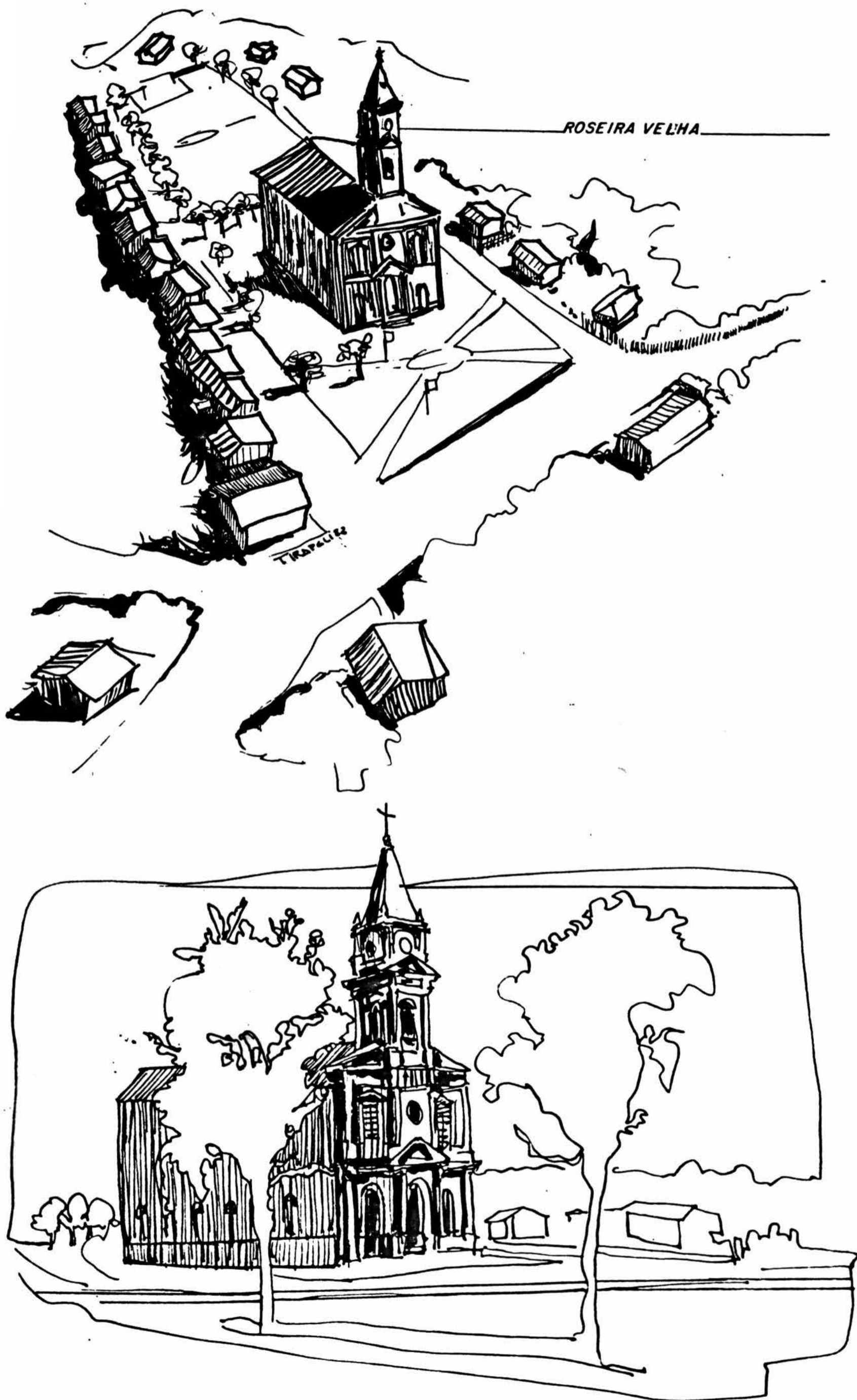
desapercebido, entretanto, o fenômeno é de importância humana devido à sua generalidade. Não são obras de uma expressão maior, mas sim frutos de um modismo.

Fugindo, entretanto, a este modismo, a antiga capela d'Aparecida mostrou uma obra que não suportou o acúmulo de formas. Para a devoção que se tornou geral e de costume nacional, foi necessária a nova construção. (Esquema 42). A Basílica Velha de Aparecida é a resposta a uma ansiedade nacional, como a matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba é a resposta a uma ansiedade caótica de diretrizes de valores. Ambos exemplos são válidos como formalização palpável de pensamento. (Esquema 27)

Em meio a esta distorção estética, mas dentro de uma generalidade abrangente, o racionalismo característico do neoclássico se esmaeceu mesclado no italianismo, posterior à substituição do braço escravo pelo imigrante.

O material é o verbo da construção, mesmo para justificar uma reforma. São a descrição formal racional, fonte direta da verdade da estrutura arquitetônica. A parede de taipa mostra a estrutura física das fundações primitivas. As paredes de tijolos e amarrações, são o elo entre a estrutura principal e secundária. As platibandas, cornijas, pinturas imitando materiais, são os revestimentos que escondem a estrutura de taipa de pilão. Vidros coloridos, ferros fundidos são os modismos. Desta maneira, a reforma resultou híbrida. Tornou-se patente a linguagem de um vocabulário técnico que não pode esclarecer o objeto e nem tornou-o emocional.

Mas, não há dúvida de que foi uma tentativa de esgotar a capacidade evolutiva da estrutura primitiva que se mostrou aberta. No Vale do Paraíba, a novidade veio cobrir a estrutura, rompendo-a. Esta novidade / revestimento comprovou o dinamismo econômico por que passou a comunidade valeparaibana. Daí, as descontinuidades e singularidades caóticas: a ânsia de dar volume e não forma ao templo. Ou, ainda, o fachadismo tão característico do ritmo acelerado das reinau-

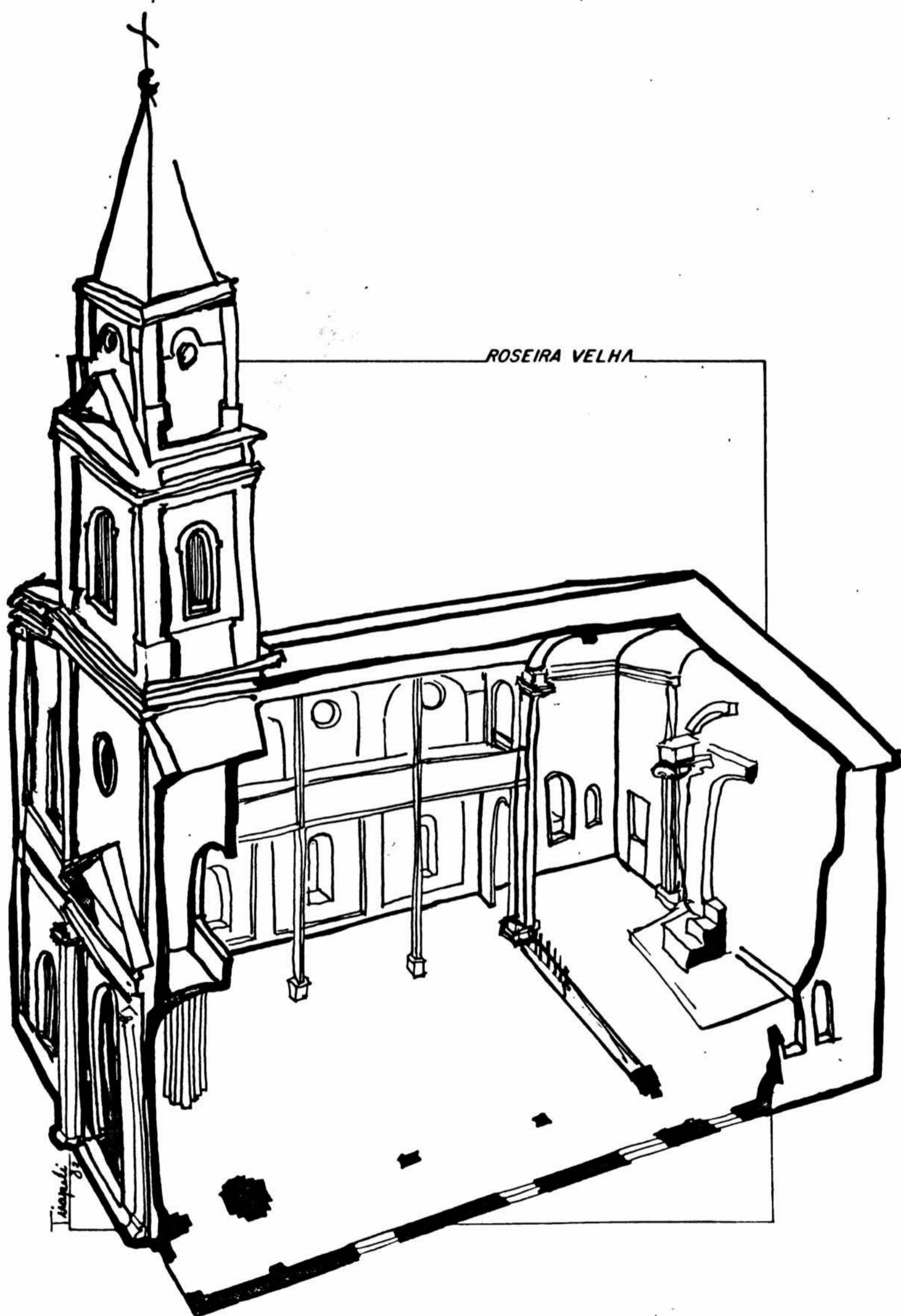


gurações e incorporamento de modismos, a liberdade e autoridade dos poderosos em intervir e apagar o antiquado. Este comportamento de renovação superficial reflete um pensamento de construção de história momentânea e não de consciência histórica. (Esquema 21)

Se não houve uma assimilação completa da sociedade ou um diálogo de seres humanos para seres humanos, alguns homens falaram por si mesmos. A personalidade mais de "donos das cidades" até que ponto influenciou nessas reformas? Talvez o mais grave erro tenha sido o das livres associações das reformas sobre as formas já existentes. Falaram alguns homens, para si mesmos. Projetando-se sobre as estruturas da Igreja da Roseira Velha, livres associações visuais que se esforçam para serem racionais, desprezando as paredes como elemento. Foi imposto um croquis brilhante sobre a estrutura que não chegou a ser encoberta totalmente. A estrutura primitiva foi acumulada por elementos, subordinando-se a eles.

São elementos livres que se separam das próprias substâncias! O desenho dos elementos se contrapõe à forma e conteúdo da primitiva estrutura. Não há unidade formal, senão a figuração linear do croquis. Começou com grafite, bidimensional, terminou com tijolo e argamassa. Não há uma legitimidade de expressão. Neste caso, o croquis é tão imposto sobre a forma da igreja de nave única que sem exteriorizar a mudança, transformou-a em cruz latina, com galerias suspensas, e até um arco cruzeiro. A cidade não comporta a fachada da igreja e a igreja não condiz com o desenho. Na praça quadrangular, rodeada de casebres e casas simples, tendo apenas a rua de frente como passagem, a igreja é um monólogo, um impulso que se contrai. (Esquemas 45 e 46)

Ao contrário do exemplo anterior, no Convento de Santa Clara foram projetados todos os anseios espirituais, culturais e religiosos da sociedade. Dada as transformações dos conceitos religiosos, não hesitaram em transformar uma das celas em loja maçônica. Transpuseram os valores vigentes da comunidade para dentro do convento. Cerradas as portas do convento e capela, denota-se o fim. A disponibilidade da capela aberta, mesmo sem o culto religioso, representou o pu-



ro convite do vão arquitetônico. A renovação dos padres, com novos objetivos de ensinar os filhos dos imigrantes italianos substituiu os ideais. O edifício zelosamente construído para receber predestinados ocupantes, viu-se molestado e transformado: a nave se ampliou e a planta da capela conventual transformou-se em cruz latina. A capela da ordem terceira foi desativada. Na incompatibilidade de ideais, surgiram outras modificações de forma original. O alteamento da cumeeira e a busca de simetria que pretendeu transformar a sineira em torres. Assim, buscou-se um novo conceito para simbolizar um santuário e não mais uma capela conventual.

O monólogo interior, além de considerar não apenas a reforma da igreja, pode assumir uma forma de projeto arquitetônico religioso. A Igreja de São Benedito, Lorena, construída para o Conde Moreira Lima, foi reflexo de insegurança existencial: a igreja neogótica é a materialização do desejo da espiritualidade imediata. Mesmos proibidos os túmulos em igrejas, o Conde, deixando a marca de sua presença no mundo, construiu túmulos para si e familiares. Da igreja perdida, recupera-se praticamente tudo: estar corporalmente dentro dela. (Esquema 29)

O processo de se entregar a minúcias, de ocultar a secular tapeta de pilão com papel, é disfarçar a realidade. É o mesmo que ocultar telhados coloniais com platibandas, horizontalizando-os. Aqueles, expressão da hierarquia religiosa, estas, expressão do poder único encobrindo o passado.

A expressão da vida interna já não condizia com a realidade. Sacro e profano se entrelaçaram. A inventividade superficial, rápida e substituindo a nobreza do altar, recusou as soluções de origem da própria terra. Os adornos externos foram requisitados mais que os internos. As torres e frontispícios formaram elementos de crescimento e embelezamento dentro da programação da nova beleza. Porém, ficou patente a fragmentação entre o frontispício e o corpo da igreja: o altar-mor de linhas neoclássicas foi a tentativa de união de estilo, imitando a reforma anterior.

Sobre a estrutura primitiva, a expressão confusa da reforma. Pecados entusiastas de início de civilização. Esquecimento da cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. Capistrano de. Caminhos Antigos e Povoamentos do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Sociedade Capistrano de Abreu, 1960.
- AMARAL, Aracy A. A Hispanidade em São Paulo: da Casa Rural à Capela de Santo Antonio. São Paulo, Nobel, EDUSP, 1981.
- ANDRADE, Antonio Luiz Dias. Técnicas Construtivas e Sistemas Estruturais no Vale do Paraíba. Casa e Jardim Arquitetura. Rio de Janeiro, (19), 1978.
- ANDRADE, Antonio Luiz Dias et alli. Mogi das Cruzes, Santa Isabel, Guarema, Igrejas e Capelas. CONDEPHAAT, Vale do Paraíba, São Paulo, (11), 1978.
- ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil pelas Minas de Ouro. Cadernos de História, São Paulo, (5), 1964.
- ÁVILA, Affonso et alli. Barroco Mineiro: Glossário de Arquitetura e Ornamentação. São Paulo, Nacional; Fundação Roberto Marinho, 1980.
- BELLOTO, Heloisa Liberalli. Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BRUSTOLOMI, Julio J. A Senhora da Conceição Aparecida: História da Imagem da Capela de Romarias. Aparecida, Santuário, 1981.
- CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. A Igreja na História de São Paulo. São Paulo, Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1953. 9 v.
- COELHO NETO, José Teixeira. A Construção do Sentido na Arquitetura. São Paulo, Perspectiva, 1980.
- CORONA & LEMOS. Dicionário da Arquitetura Brasileira. São Paulo, EDART, 1970.
- COSTA, Lúcio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. In: _____ . Arquitetura Religiosa. São Paulo, MEC; SPHAN, 1978.
- COUPÉ, Benedito Dubaky. A Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá. Guaratinguetá, Instituto de Estudos Valeparaibanos, 1978. (Guaratinguetá História 14).

- COUTINHO, Evaldo. O Espaço da Arquitetura. São Paulo, Perspectiva, 1977.
- D'ABBEILLE, Claude. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas. São Paulo, Ed. Itatiaia; EDUSP, 1979.
- DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil: Aquarelas e Desenhos que não Foram Reproduzidos na Edição de Firmin Didot - 1834. Paris, R. de Castro Maya Editor, 1954.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se Constituiu no Brasil a Rede das Cidades. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1944.
- ELLIS, Myriam. O Café: Literatura e História. São Paulo, Melhoramentos; EDUSP, 1977.
- ETZEL, Eduardo. O Barroco no Brasil: Psicologia, Remanescentes. 2^a ed. São Paulo, Melhoramentos, 1974.
- EVANGELISTA, José Geraldo. Lorena no Século XIX. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978. (Coleção Paulistana, 5,7).
- FERREIRA, Jurandyr Pires. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 1957.
- FERREZ, Gilberto. O Brasil de Thomas Ender 1817. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Fundação João Moreira Salles, 1976.
- FERREZ, Gilberto. Pioneiros da Cultura do Café na Era da Independência. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura; Departamento de Assuntos Culturais, 1978, V. 2.
- FREIRE, M. Heloisa Guimarães. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Guaratinguetá. Guaratinguetá, Instituto de Estudos Valeparaibanos, 1980. (Guaratinguetá História, 24).
- FREITAS, Maria Aparecida Rezende Gouveia de. Bananal: Cidade Histórica Berço do Café. São Paulo, Massao Ohno, 1981.
- GRUPO Escolar Nogueira Cobra. CONDEPHAAT, Bananal (5), fev. 1980.
- GUISARD FILHO, Félix. Convento de Santa Clara, Acheugas à História de Taubaté. São Paulo, Athena, 1938. (Biblioteca Tombamento da Cultura).

- HERRMANN, Lucilla. Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetã num Período de Trezentos Anos. Revista Administração. São Paulo, (5-6), 1948.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos do Sertão. Revista Histórica, São Paulo, (57), 1964.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Capelas Antigas de São Paulo. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, (5), 1941.
- LEMOS, Carlos A. C. Cozinhas, Etc. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Notas Sobre a Arquitetura Tradicional de São Paulo: Capelas Alpendradas de São Paulo. (Documento datilografado da FAU-USP).
- LEVANTAMENTO das Técnicas e Sistemas Construtivos da Região do Vale da Paraíba. CONDEPHAAT, Vale da Paraíba, São Paulo, (6), 1978.
- MACHADO, Lourival Gomes. . Barroco Mineiro. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- MAIA, Thereza Regina de Camargo. O Bairro e a Igreja de Santa Rita. Guaratinguetã, Instituto de Estudos Valeparaibanos, 1978. (Guaratinguetã História, 4).
- MAIA, Thereza Regina de Camargo. Centenário da Chegada do Trem de Ferro à Guaratinguetã. Guaratinguetã, Instituto de Estudos Valeparaibanos, 1978. (Guaratinguetã História, 5).
- MAIA, Tom & MAIA, Thereza Regina de Camargo. Vale do Paraíba: Velhas Cidades. São Paulo, Nacional; EDUSP, 1977.
- MARCONI, Marina de Andrade. Folclore do Café. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia; Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- MARX, Murilo. Cidade Brasileira. São Paulo, Melhoramentos; EDUSP, 1980.
- MONTEIRO LOBATO, José Bento. Cidades Mortas. 13ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1969.
- MOTTA SOBRINHO, Alves. A Civilização do Café (1820-1920). São Paulo, Brasiliense, 1968.
- MOURA, Américo Brasiliense Antunes de. Governo do Morgado de Mateus. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, (52), 1938.

- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. O Visconde de Guaratinguetá: Um Titular do Café no Vale da Paraíba. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978. (Coleção Paulista, V. 9).
- MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao Estudo do Fato Urbano e da Organização do Espaço no Vale da Paraíba - Estado de São Paulo. São Paulo, S. l., 1967.
- MÜLLER, Nice Lecocq. O Fato Urbano da Bacia do Rio Paraíba. São Paulo, IBEGE, 1969.
- MUSEU FREI GALVÃO. Livro de Tombo da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá. Guaratinguetá.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. Arquitectura Barroca Tardia y Rococo. Madrid, Aguillar, 1973.
- ORTMANN, Adalberto frei O.F.M. História da Antiga Capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo. SPHAN, Rio de Janeiro, (16), 1951.
- PALLIÈRE, Arnaud Julien. Mon Voyage Dans les Mines Générales de la Capitania de Rio de Janeiro en 1821 le 16 Juillet de 1821; Manuscritos da Coleção de Yan de Almeida Prado. Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.
- PASIN, José Luiz. Algumas Notas Para a História do Vale da Paraíba: Desbravamento e Povoamento. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1977.
- PENTEADO, Helio de Maria et alli. Três Praças Tradicionais: um Estudo de Preservação. Arquivo da SPHAN. (Documento Datilografado).
- PETRONE, Maria Thereza Shore. A Lavoura Canavieira em São Paulo: Expansão e Declínio; 1765-1851. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- PINTO, Pedro da Cunha. Mestre da Capela da Matriz de Jacareí. Biblioteca do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo. (Documento datilografado).
- PONTUAL, Roberto. Dicionário das Artes Plásticas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

- PORTO, Luiz de Almeida Nogueira. Bananal, Cidade dos Barões. O Estado de São Paulo. São Paulo, 02, fev. 1975. Suplemento de Turismo.
- PRADO, Paulo. Província & Nação Paulística, Retrato do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972. (Coleção Documentos Brasileiros, 152).
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. A Estratificação e a Mobilidade Social nas Comunidades Agrárias do Vale do Paraíba, entre 1850-1888. Revista de História. São Paulo, (2), 1950.
- RAMOS, Agostinho Vicente de Freitas. Pequena História de Bananal. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Bibliografia Preliminar. São Paulo, Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Paraíba, 1975.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Evolução Urbana do Brasil. São Paulo, Pioneira; EDUSP, 1968.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- RIBEIRO, José Jacintho. Cronologia Paulista ou Relação Histórica dos Fatos Mais Importantes Ocorridos em São Paulo Desde a Chegada de Martins Afonso de Souza a São Vicente até 1898. São Paulo, Imprensa nas Oficinas do Diário Oficial, Governo de São Paulo, 1901, 3 v.
- RIBEYROLLES, Charles. Brasil Pitoresco: História, Descrições, Colonizações, Instituições. São Paulo, Martins Fontes, 1941.
- SAIA, Luis. Igreja e Residência de Nossa Senhora da Escada. Arquivo da SPHAN. (Documento datilografado).
- SAIA, Luis. Morada Paulista. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- SAIA, Luis. São Luis do Paraitinga. CONDEPHAAT, São Paulo, (2), 1977.
- SHIRLEY, Robert W. O Fim de Uma Tradição. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1977.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo. São Paulo, Martins Fontes, 1953.
- TELLES, Augusto C. da Silva. Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana. In: _____. Arquitetura Civil II. São Paulo, MEC; ISPHAN, 1975.

- TIRAPELI, Percival. Aparecida, um Espaço a ser Vivido. Ângulo, Lorenna/Santo André, (12): 23, no/dez. 1981.
- TOLEDO, Francisco de Paula. História do Município de Taubaté. Taubateana, Taubaté, (6), 1976.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.
- VELOSO, João. As Irmandades Religiosas de Cunha. Centro de Cultura e Tradição de Cunha, 1980.
- VELOSO, João. Matriz Nossa Senhora da Conceição de Cunha. Centro de Cultura e Tradição de Cunha, 1978.
- VENDRAMINI, Maria do Carmo. Sobre o Sino nas Igrejas Brasileiras. In: Musices Aptatio: Collectanea Musicae Sacrae Brasiliensis, Roma. CIMS, 1981.
- VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia Feitas e Ordenadas pelo ... Senhor Dom Sebastião Monteiro da Vide... Propostas e Aceitas em o Sínodo Diocesano/sic/, que o dito Senhor Celebrou em 12 de Junho do Ano de 1707. São Paulo, Tipografia 2 de dezembro, 1853.
- VIOTTI, Hêlio Abranches. Pe. no Cinquentenário de Morte de Monsenhor Claro Monteiro. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, 14 (141), 1951.
- ZALUAR, Augusto Emilio. Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861). São Paulo, Itatiaia;EDUSP, 1975.
- ZEVI, Bruno. Saber Ver a Arquitetura. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

TIRAPELI, Percival. A Construção Religiosa no Contexto Urbano do Vale do Paraíba - Estado de São Paulo. São Paulo, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, 1983.

SUMÁRIO

O estudo se refere à arquitetura religiosa paulista do Vale do Paraíba. Abrange o período do século XVII a XX.

Partiu da teoria de que as capelas determinaram o urbanismo, estas foram reformadas, procurando serem a expressão dos anseios da sociedade. As reformas mais radicais foram realizadas no século XIX quando a cafeicultura enriqueceu a região por um curto período, entre 1820 e 1890, quando o braço escravo foi substituído pelo do imigrante.

Com as transformações dos templos, a arquitetura resultou híbrida visto que o interesse comercial superou o religioso. Na trama urbana, palacetes e estações da estrada de ferro disputaram beleza e importância com a construção religiosa.

A história social e religiosa se desenvolveu em três fases: a colonial, com base de subsistência e apoio de escravos mais indígenas do que africanos. A pobreza é geral, incluindo até fazendeiros. O espírito religioso e de coletividade podem ser notados, bem como certa influência de ordens religiosas: Jesuítas, Carmelitas e Franciscanos. A segunda é marcada pela vinda do império ao Brasil e a economia da monocultura do café. As consequências foram: mudança de estrutura social, reformas das igrejas e direcionamento urbanístico com a implantação da estrada de ferro. Na terceira fase, a Igreja se liberta do Estado. Os interesses religiosos passaram de elitistas para populistas competindo com o comercial.

O estudo abrange o urbanismo e análise formal de monumentos. Seguem três análises: os espaços urbanos e arquitetônicos concebidos pelos

religiosos Carmelitas, JesuítaseFranciscanos. Estes últimos são estudados através do Convento Santa Clara, de Taubaté. A segunda análise abrange a cidade de Bananal, estudando a influência dos fazendeiros na referida cidade e na praça de Nossa Senhora do Rosário. Por fim, o conflito entre os interesses religiosos e comerciais são analisados através da cidade de Aparecida.

TIRAPELI, Percival. A Construção Religiosa no Contexto Urbano do Vale do Paraíba - Estado de São Paulo. São Paulo, Universidade de Paulo, Escola de Comunicação e Artes, 1983.

SUMMARY

The religious architecture of the Paraíba Valley in the State of São Paulo is here studied for the period beginning in the 18th Century to the present time.

Beginning with a theory that at first the churches determined urban form, these were later, constantly, reformed as expressions of the expectations of the local society. The reforms were most radical during the 19th Century when the production and marketing of coffee greatly enriched the region for the period between 1820 and 1890. The reforms of this time transformed the temple into architectural hybrids as commercial interests overwhelmed the strictly religious ones. In the urban form, the mansions of the coffee planters and railroad stations competed in beauty and importance with religious constructions. This period came to an end in 1890 when slavery was abolished, immigrant labor began to predominate, and the commercial economy of the valley collapsed, to be restored only recently.

The social and religious history of the region thus developed in three phases. First the Colonial Phase with a subsistence economic base supported by Native Indian Slaves. The poverty was generalized and included even the landowners. One can therefore accurately speak of a collective religious spirit in which the influence of the religious Orders is notable. The second phase is Imperial and is marked by the expansion of coffee production which transformed the social as well as urban structure, with the construction of the railroads and reforms of the churches. In the third, modern, phase, the interests of the churches have passed from being elitist to populist with competition between religions and commercial interests.

Formally, this is a study of urban form and plasticity following an analysis of three case studies. The first of these is that of urban and architectural space as conceived by the Jesuit, Carmelite and Franciscan Orders - these last studied in the city of Taubaté. The second case is the Plaza of "Nossa Senhora do Rosário" in the city of Bananal, demonstrating the great influence of the coffee planters over the city. Finally the conflict between religious and commercial interest is examined in a study of urban change in the Sanctuary City of Aparecida do Norte. Through these three basic studies and other peripheral ones we seek to show the interrelation between religious architecture and society.

ANEXOS

ANEXO 1. COMARCAS RELIGIOSAS

1847 - É, por Acto do Governo do Bispado, sêde vaccanti, dada nova organisação à divisão das Comarcas ecclesiasticas.

Em 16 de Agosto de 1855 era esta a divisão, com relação aos Conventos, Confrarias, Recolhimentos, Capellas e seus bens vinculados, rendimentos e provimentos.

1^a COMARCA ECCLESIASTICA

Cidade do Bananal, (Cabeça da Comarca). O orago de sua Matriz é O Bom Jesus do Livramento. No recinto da Cidade ha a Igreja de N. S. do Rozario, e a Capella de Santa Cruz. Nella se acham instituidas as Confrarias do Bom Jesus do Livramento, N. S. do Rozario, e Misericordia, que manda edificar um hospital para os enfermos pobres e desvalidos.

Freguezia de S. José do Barreiro. Tem Igreja parochial, que é servida pella Confraria do SS. Sacramento.

Villa de Arêas. Sua Matriz tem por orago Sant'Anna. São-lhe sujeitas as Igrejas de N. S. do Amparo, e Santa Cruz, possuindo a primeira uma chacara: as quaes tem para seu serviço as confrarias do SS. Sacramento, N. S. do Rozario dos pretos, e Boa-morte.

Villa de Queluz. Serve-lhe de Matriz a Igreja de N. S. do Rozario, na qual se acham instituidas as Confrarias do SS. Sacramento e N. S. do Rozario, tendo esta, rendimentos muito escassos, provindos de um pequeno terreno.

Freguezia de S. Francisko de Paula dos Pinheiros. Serve-lhe de Parochia a Igreja do mesmo nome.

2^a COMARCA

Cidade de Guaratinguetã, (Cabeça da Comarca). O padroeiro de sua Matriz é Santo Antonio. São-lhes sujeitas as Igrejas de N. S. do Rozario dos pretos, S. Gonçalo, Santa Rita, S. José, Sant'Anna, e Bom Jesus, todas dentro da Cidade. Ha para o serviço das Igrejas as Confrarias do SS. Sacramento, Santo Antonio, S. Benedicto, S. Miguel e Almas, N. S. do Rozario dos pretos, Santa Luzia, e N. S. do Rozario dos brancos. As Igrejas, excepto a de Sant'Anna, possuem terras que não dão rendimento algum.

Curato de N. S. da Conceição de Aparecida. Sua Igreja parochial tem a mesma invocação.

Villa de Lorena. Sua Igreja Matriz é dedicada a N. S. do Rozario, tendo por orago N. S. da Piedade, e é servida pelas Confrarias do SS. Sacramento. N. S. da Piedade, e N. S. do Rozario. Compreendem-se em seu districto ecclesiastico as Capellas do Bom Jezus da Cachoeira que possui uma sorte de terras, e das Pitas.

Freguezia de N. S. da Conceição de Embahu. Tem Igreja parochial com a mesma invocação.

Villa de Silveiras. Sua Matriz é dedicada a N. S. da Conceição, a cuja Igreja serve a Confraria do SS. Sacramento.

3^a COMARCA

Cidade de Taubaté, (Cabeça da Comarca). O orago de sua Matriz

é S. Francisco das Chagas, e n'ella ha um Convento da mesma invocação cuja Igreja é dedicada a S. Benedicto, e bem assim as Igrejas de N. S. do Pilar, de N. S. do Rozario, e de N. S. da Piedade ainda em construção. Achão-se instituidas n'esta Cidade as Confrarias seguintes: Ordem Terceira de S. Francisco, SS. Sacramento, Senhor dos Passos, N. S. da Boa-Morte, N. S. das Dores, N. S. do Rozario e S. Benedicto, que serve a Igreja de N. S. da Piedade tem os juro da quantia de 8:000\$ rs., de que se lhes fez doação.

Capella de Tremembé. Sua Igreja é dedicada ao Bom Jesus, servida por uma Confraria da mesma invocação, e tem para sua fruição algumas terras.

Freguezia de Caçapava, seu orago é N. S. da Ajuda, e suas funções parochiaes são celebradas na Igreja de S. João Baptista.

Villa de Santo Antonio da Parahibuna. Celebrão-se as funções parochiaes na Igreja de N. S. do Rozario dos pretos a qual servem as confrarias do SS. Sacramento e N. S. do Rozario dos pretos.

Freguezia do Bairro Alto. Sua Igreja parochial é dedicada a N. S. da Conceição da Aparecida, e possui uma sorte de terras e mais cem braças.

Villa de Cunha. Tem Igreja Matriz da qual é Padroeira N. S. da Conceição. São-lhe sujeitas as Igrejas da Lapa, que possui um predio de N. S. do Rozario, de S. José, que possui terras, e de Sant'Anna. Achão-se nella instituidas as Confrarias do SS. Sacramento, de S. Miguel, de S. Benedicto, de N. S. do Rozario, e de N. S. das Dores.

Cidade de Pindamonhangaba. Sua Igreja parochial é consagrada a N. S. do Com-Sucesso. São-lhe sujeitas, dentro da Cidade, as Igrejas de N. S. do Rozario que tem rendimento de 100\$ rs. por anno, e de S. José que possui um terreno de 15 a 30 braças; e fóra da Cidade, a Capella dos Corrêas, e mais outra, de que não ha informação. Servem ás Igrejas mencionadas as Confrarias do SS. Sacramento, de N. S. do Rozario, e de S. Benedicto.

Villa de S. Luiz. Sua Matriz tem por orago o Santo d'este nome. São-lhe sujeitas a Igreja de N. S. do Rozario, servida por uma Confraria da mesma invocação, e a de N. S. das Mercês.

Freguezia de S. Bento do Sapucahy-mirim. Sua Igreja parochial tem a invocação de N. S. do Rozario, que é servida por uma Confraria do mesmo nome.

Freguezia de Santa Branca. Serve-lhe de Parochia a Igreja da mesma invocação, e n'ella se achao instituidas as Confrarias do SS. Sacramento, N. S. do Rozario, e de S. Benedicto.

Freguezia de S. José do Parahitinga. Sua Igreja parochial é consagrada ao patrocínio de S. José, e lhe é sujeita a Capella de S. João. Achão-se n'ella instituidas as Confrarias do SS. Sacramento e N. S. do Rozario.

Villa de S. José. Sua Matriz tem por padroeiro o Santo d'este nome; e a ella são sujeitas as Igrejas de N. S. do Rozario, e de S. Benedicto, servidas por Confrarias da mesma invocação.

Cidade de Jacarehy. N. S. da Conceição, é a titular de Sua Matriz. Contem a Cidade as Igrejas de N. S. do Rozario, de S. Benedicto e de N. S. do Bom Sucesso. Servem na Parochia as Confrarias do SS. Sacramento, da Misericordia, de N. S. do Rozario, e de S. Benedicto. Edifica-se nesta Cidade um hospital de caridade sob o titulo de Santa Casa de Misericordia¹.

ANEXO 2. CONVENTO DE SANTA CLARA

"Escritura de obrigação que fazer os oficiais da Câmara, Nobreza e Povo desta vila aos religiosos de São Francisco, para fazerem nela o Convento. Saibam quantos este público instrumento de escritura e quantos este público instrumento de escritura e obrigação virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de 1674, aos 25 dias do mês de Março, nesta Vila de S. Francisco das Chagas de TAUBATÉ, da Capitania da Nossa Senhora de Itanhaém, do Estado Brasil e etc. Nessa Vila fui eu tabelião chamado na presença dos Officiais da Câmara, a saber juizes, vereadores e procuradores do Conselho e bem assim dos homens da Nobreza e Povo que presentes estavam sendo aí junto com o reverendo Padre guardião. Frei Jerônimo de S. Brás, religioso de S. Francisco, que a petição dêste Povo vem a fundar o Convento nesta dita vila, foi dito pelos ditos oficiais da Câmara, Nobreza e Povo, que eles obrigavam a fazer igreja e Convento a sua custa, conforme a capacidade da terra, para que os religiosos de S. Francisco vivessem nele, a qual obra se faria com toda suavidade e comodidade do povo na paragem e sítio que escolhessem o dito Padre guardião Frei Jerônimo de S. Brás, fundador dêle, e pelo dito frade Frei Jerônimo de S. Brás foi dito que logo em começando a pôr mão em obra poria de assistência três religiosos, a saber: dois sacerdotes e um irmão leigo, para ajudarem a assistirem com sua deligência, pelos Officiais da Câmara, Nobreza e Povo, que eles dariam 200\$000 em dinheiro de contado para princípio de paramentos do culto Divino, de que logo entregaram 100\$000 que ficaram depositados na mão do Capitão Sebastião de Freitas, ora síndico eleito para essa e mais esmolas, e assim mais se obrigavam a dar doze pessoas do gentio da terra e a fazerem o sítio escolhido bom e de paz pacífica para o dito Convento, cêrca e mais serventia com toda capacidade necessária, declarando que os 100\$000 a que estão por dar os dariam por dia de S. Francisco que embora vem dêz e presente ano, e desta maneira se obrigavam unânime e conforme os ditos Officiais da Câmara que ora são ao diante servirem os tais cargos com a dita Nobreza e Povo a fazerem o dito Convento e igreja como dito é, e ao Reverendo Padre Guardião prometem cumprir e guardar o que acima dito tem, e, pediram que por doação do dito povo fizesse a igreja por Invocação à Senhora Santa Clara, em fê que mandaram fazer este instrumento, que pediram e aceitaram, eu tabelião aceito como estimulante e aceitante em nome das pessoas a quem tocar possa e são presentes e se assinaram os que presentes estavam e dêle mandaram dar os translados necessários, sendo presentes por testemunhas Gonçalo de Oliveira e Antônio de Alvarenga e o Capitão Jerônimo Teixeira de Melo, todas pessoas de mim tabelião conhecidas que assinaram com os ditos outorgantes'.

"Eu, Sebastião Martins Teixeira, tabelião público de notas, o escrevi".

ANEXO 3. VIAJANTES E ICONOGRAFIA DO SÉCULO XIX

As primeiras referências sobre o Vale do Paraíba datam de 1531, e tanto o Padre José de Anchieta como Hans Staden se referem a ele sem terem passado por lá. Com a corrida da busca dos metais, os viajantes se referiram às vilas apenas como pontos de pouso e se limitavam a dizer o nome da povoação e que as casas se enfileiravam como em toda a colônia lusitana.

No século XVIII, as anotações de pessoas se intensificam e para este estudo referente ao encontro da Imagem de Nossa Senhora Aparecida, em 1817, constitui um documento tão importante quanto aqueles do século XVII, que se referem à fundação dos povoados.

No século XIX, há dois tipos de estrangeiros viajantes: os desenhistas e os cientistas propriamente ditos. Cada expedição tinha uma prioridade: estudo da etnografia, mineralogia, botânica. Os desenhistas acompanhavam o trabalho científico desenvolvido e sobravam-lhes tempo para esboços, que enviados à Europa se transformariam em gravuras ou telas. Há outros estudiosos que não acompanharam expedições e, conseqüentemente, não possuem desenhistas. É o caso de Sait-Hilaire e Augusto Emilio Zaluar, que deixaram descrições nas cidades, casas e templos religiosos.

Não se pode esquecer de mencionar a importância dos fotógrafos estrangeiros, que já em 1869, atuavam como comerciantes na capela de Aparecida. Robin & Favreau foram os primeiros fotógrafos de Aparecida. Tradição até hoje vista na cidade com a permanência dos lambe-lambe³.

A primeira expedição a passar pelo Vale do Paraíba foi a austríaca, que acompanhou a Arquiduquesa Maria Leopoldina Josefa Carolina, em 1817. Entre outros, vieram os cientistas Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, o botânico Pohe e o pintor Thomas Ender. Em 1823, quando já saía em fascículos a obra monumental Reise in Brasilien, as primeiras iconografias do Vale do Paraíba já eram vistas. Porém, a grande contribuição estava para ser descoberta: Thomas Ender. O artista não podendo acompanhar a expedição por motivo de saúde, voltou à Europa com magistrais aquarelas e desenhos. As obras não foram buriladas pelos gravadores profissionais. Chegou a nós a sensibilidade do artista que se deslumbrou com a paisagem e trabalhou incansavelmente. É incontestavelmente a melhor e mais exata documentação iconográfica das povoações, vilas, ranchos da referida região paulista⁴.

Os desenhos do artista austríaco se assemelham às paisagens holandesas do século XVIII, quanto à ocupação espacial. O interesse visual se localiza pouco abaixo do meio do papel, comprimido pela atmosfera cheia de luz e os largos espaços do primeiro plano que se abrem suportando a paisagem. Desenhando mais com os olhos e mente o artista alarga espaços em vistas perspécticas, modernas, que confere à paisagem majestade e grandeza. As mesmas sensações dos botânicos ao vislumbrarem a paisagem, são traçados por Ender.

A veracidade da obra de Thomas Ender foi posta em dúvida por Luis Saia, quando este protesta a colocação do alpendre afastada do corpo da igreja de São Miguel⁵.

Percorri o caminho de Ender e procurei ser o mais exato possível quanto aos locais de onde desenhou. O compositivo e o uso dos elementos para dar clima, emoção e veracidade ao visto, reflete uma mente rápida, livre de encargos científicos.

Em 1821, Arnaud Pallière, arquiteto francês, passou pelo Vale e deixou os primeiros riscos referentes ao urbanismo das cidades de Guaratinguetã, Lorena, Pindamonhangaba, São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, além do desenho da capela de Aparecida⁶.

A obra de Debret, não gravada, chegou até hoje em forma de aquarelas. Pequenas, porém, de grandes efeitos plásticos do artista envolvido pela atmosfera e tonalidades azuladas das montanhas do vale. Alguns detalhes, certamente acrescentados no término do trabalho, fazem com que a obra não seja rigorosamente a captação da realidade.

Das obras escritas, tiram-se conclusões ou primeiras impressões que os viajantes tiveram ao entrar ou percorrer as ruas das vilas ou cidades. Poucos entraram nos templos, e aqueles que assim o fizeram, deve-se ter em mente que não admiravam a arquitetura desenvolvida no Brasil colônia.

Aparecida foi sempre a atração. Vale ressaltar que o exterior do templo, a paisagem circundante e o posicionamento sobre a colina, mereceram referências. Mais que o templo, a religiosidade já era a tônica das observações. Zaluar foi até onde conservavam os ex-votos e reconheceu o valor, ao mesmo tempo em que padres e bispos se contrangiam com a manifestação da pintura popular.

A iconografia referente ao café, plantação, colheita, fazendas e terreiros está mais reservada à parte fluminense.

Os desenhos serão analisados na medida em que forem necessários como ilustração nos diversos capítulos.

NOTAS DOS ANEXOS

¹RIBEIRO, José Jacinto. Op. Cit., V. III, p. 359-360.

²GUISARD FILHO, Félix. Op. Cit., p. 22-25.

³Pesquisa da fotografia do Vale do Paraíba e em especial Aparecida e Guaratinguetã está sendo conduzida por José Luis de Souza e Carlos Eugênio Marcondes de Moura.

⁴Com texto de apresentação de Gilberto Ferrez, o livro "O Brasil de Thomas Ender", ilustra o artista austríaco a caminhada feita em 1817 entre a cidade do Rio de Janeiro e São Paulo.

⁵SAIA, Luis. Op. Cit., p. 18.

⁶Esta obra inédita se encontra no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Arnaud Julien Pallière residiu no Rio de Janeiro de 1817 a 1830 e realizou a viagem pelo Vale do Paraíba em 1822. Dicionário de Artes Plásticas. p. 402.

⁷Principais viajantes que deixaram relatos: Johann E. Pohe; Alcide D'Orbigny; JohannM. Rugendas; Auguste Saint-Hilaire; Augusto E. Zaluar.

⁸ZALUAR, Augusto Emílio. Op. Cit., p. 85-90.

⁹Iconografia- desenhos de café - Guilherme Theremin, Maria Graham, Adriano Taunay, Johann Moritz Rugendas, Eméria Essex Vidal, Benjamin Mary, José de Christs Moreira, Carl Wilhelm Theremin, Thomas Ender, Alfredo Martinet, João Henrique Elliot, Jean Baptiste Debret, Victor Frond, E. de Kretschmar, Johannes Steinmann.

Fotos das casas G. Leuzinger. Em álbuns: Brazil Pittoresco de Charles Ribeyrolles; Pequeno Álbum de Rugendas; O Brasil de Thomas Ender; Pioneiros da Cultura do Café na Era da Independência, de Gilberto Ferrez.

4720.98161

T596C

u-1

DEDALUS - Acervo - ECA



20100042793

Esta obra não pode ser emprestada

Data de aquisição	10.83	Preço	
Fornecedor	d- ECA		
Indicação de			
Classificação	4720.98161		
	T596C		

u-1